ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 20

Brasília - DF, segunda-feira, 29 de janeiro de 2018

Sumário

PÁGINA
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 2
Ministério da Cultura 5
Ministério da Defesa 13
Ministério da Educação 48
Ministério da Fazenda 56
Ministério da Integração Nacional 63
Ministério da Justiça e Segurança Pública 64
Ministério da Saúde 66
Ministério das Cidades 81
Ministério de Minas e Energia 81
Ministério do Esporte 88
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 88
Ministério do Trabalho 90
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 104
Conselho Nacional do Ministério Público 115
Ministério Público da União 116
Tribunal de Contas da União 118
Defensoria Pública da União 123
Poder Legislativo 124
Poder Judiciário 129
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 179

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Entidade: AR DASCHI
Processo nº: 99990.001410/2017-86

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado de funcionamento da IT Duque de Caxias da AR DASCHI, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN RFB, AC SINCOR.

Entidade: AR AESCON/SERRA GAÚCHA
Processo nº: 99990.000831/2017-90

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR AESCON/SERRA GAÚCHA, vinculada às AC INSITUTO FENACON RFB e AC INSITUTO FENACON.

Entidade: AR FECOMERCIO TO
Processo nº: 99990.001475/2017-21

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR FECOMERCIO TO, vinculada à AC INSTITUTO FENACON.

Entidade: AR EDSON SEGUROS E CERTIFICAÇÃO DIGITAL
Processo nº: 99990.001408/2017-15

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR EDSON SEGUROS E CERTIFICAÇÃO DIGITAL, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 65, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Mogi das Cruzes/SP.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 116, de 23 de março de 2017, que altera o Anexo I da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015 e levando em conta o constante no Processo Administrativo nº 00581.000065/2016-37, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Mogi das Cruzes/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Art. 2º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Mogi das Cruzes/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 9, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SUBSTITUTO, E, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e pela Portaria nº 2.158, de 17 de outubro de 2016, publicada no DOU de 20 de outubro de 2016, Instrução Normativa SDA nº 10/2013 e a Instrução Normativa IN º 8 SDA, de 17 de fevereiro de 2017, publicada no DOU do dia 3 de março de 2017 e o que consta do processo 21018.000245/2018-55, resolve:

Art. 1º - Os profissionais habilitados para emissão de Guias de Trânsito Animal - GTA para aves no Estado do Espírito Santo deverão informar os números de registros ou protocolos de solicitação de registro junto ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF-ES das granjas avícolas sob sua responsabilidade, até o dia 03 de março de 2018.

Parágrafo único: As informações deverão ser apresentadas através do protocolo da SFA-ES ou por meio eletrônico - endereço sisa-es@agricultura.gov.br.

Art. 2º - Após o prazo, somente poderá ser emita GTA pelos profissionais habilitados para propriedades registradas ou com protocolos de registro junto ao IDAF-ES.

Parágrafo único: As Guias de Trânsito de Animais procedentes de propriedades não registradas ou sem protocolos serão emitidas exclusivamente pelo IDAF-ES, até que a situação seja regularizada.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigência na data da sua publicação.

FLÁVIO MARQUINI DA SILVA

PORTARIA Nº 10, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SUBSTITUTO, E, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e pela Portaria nº 2.158, de 17 de outubro de 2016, publicada no DOU de 20 de outubro de 2016, Instrução Normativa SDA nº 10/2013 e a Instrução Normativa IN º 8 SDA, de 17 de fevereiro de 2017, publicada no DOU do dia 3 de março de 2017 e o que consta do processo 21018.000245/2018-55, resolve:

Art. 1º - Os profissionais credenciados para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária - CIS-E para cama de aviário no Estado do Espírito Santo deverão informar os números de registros ou protocolos de solicitação de registro junto ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF-ES das granjas avícolas sob sua responsabilidade, até o dia 03 de março de 2018.

Parágrafo único: As informações deverão ser apresentadas através do protocolo da SFA-ES ou por meio eletrônico - endereço sisa-es@agricultura.gov.br.

Art. 2º - Após o prazo, somente poderá ser emito CIS-E para cama de aviário pelos profissionais credenciados para propriedades registradas ou com protocolos de registro junto ao IDAF-ES.

Parágrafo único: Os CIS-E para cama de aviário procedentes de propriedades não registradas ou sem protocolos serão emitidos exclusivamente pelo IDAF-ES, conforme procedimento padronizado pelo órgão, até que a situação seja regularizada.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigência na data da sua publicação.

Flávio Marquini da Silva

PORTARIA Nº 11, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SUBSTITUTO, E, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e pela Portaria nº 2.158, de 17 de outubro de 2016, publicada no DOU de 20 de outubro de 2016, Instrução Normativa SDA nº 10/2013 e a Instrução Normativa IN º 8 SDA, de 17 de fevereiro de 2017, publicada no DOU do dia 3 de março de 2017, Decreto n° 9.013 de março de 2017 e o que consta do processo 21018.000245/2018-55, resolve:

Art. 1º - Os estabelecimentos registrados ou relacionados junto ao Serviço de Inspeção Federal na área de ovos no Estado do Espírito Santo deverão informar os números de registros ou protocolos de solicitação de registro junto ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF-ES das granjas avícolas fornecedoras das matérias-primas, até o dia 03 de março de 2018.

Parágrafo único: As informações deverão ser apresentadas através do protocolo da SFA-ES ou por meio eletrônico - endereço sisa-es@agricultura.gov.br.

Art. 2º - O não cumprimento determinará as medidas previstas na legislação vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigência na data da sua publicação.

FLÁVIO MARQUINI DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 6.164/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000976/2001 e nº 53900.016430/2015-51, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores de Juruaia, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Juruaia/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 284, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.007284/2017-32, de 6 de fevereiro de 2017, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Teracom Telemática S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 02.820.966/0001-09, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Placa de circuito impresso montada com componentes elétricos ou eletrônicos para equipamentos de telecomunicações.

Modelos: DM4400 MPU 1920X4G4-T; DM4400 LC 40GX+8XS; DM4404 FAN; DM4400 LC 12XS; DM4408 FAN.

Produto: Conversor estático de corrente contínua para corrente contínua, baseado em técnica digital.

Modelo: DM4400 PSU DC.

Produto: Gabinete metálico para aparelho de telecomunicações.

Modelos: DM4408 Chassis; DM4404 Chassis.

Produto: Comutador (Switch) de interface, com pelo menos uma porta óptica.

Modelo: DM4050 24GX + 6XS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 286, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Suspensão de habilitação de produto à fruição de incentivo fiscal de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.063315/2017-35, de 13 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Suspender, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, a habilitação à fruição de benefício fiscal de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, concedida a empresa Qbex Computadores S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 05.480.302/0001-28, quando da fabricação de seguinte produto:

Produto	Portaria de Habilitação MCTI/MDIC/MF
Microcomputador portátil, de peso inferior a 3,5 kg, com teclado alfanumérico de no mínimo 70 teclas, e com uma tela de área superior a 140 cm2 e inferior a 560 cm2.	78, de 13/02/2009, DOU 16/02/2009
Microcomputador portátil, de peso inferior a 3,5 kg, com teclado alfanumérico de no mínimo 70 teclas, e com uma tela de área superior a 560 cm2.	78, de 13/02/2009, DOU 16/02/2009
Unidade de processamento digital, de pequena capacidade, baseada em microprocessadores.	216, de 11/04/2005, DOU 12/04/2005

Art. 2º Determinar que a suspensão será de até cento e oitenta dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 290, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Suspensão de habilitação de produto à fruição de incentivo fiscal de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.077477/2017-51, de 12 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Suspender, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, a habilitação à fruição de benefício fiscal de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, concedida a empresa Syma Computadores Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 04.912.543/0001-36, quando da fabricação de seguinte produto:

Produto	Portaria de Habilitação MCTI/MDIC/MF
Unidade de processamento digital de pequena capacidade, baseada em microprocessadores.	699, de 31/10/2007, DOU 01/11/2007

Art. 2º Determinar que a suspensão será de até cento e oitenta dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 291, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.002925/2016-81, de 28 de novembro de 2016, que o produto, e respectivo modelo descrito abaixo, desenvolvido pela empresa Sagemcom Brasil Comunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 09.039.988/0001-77, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: MODULADOR/DEMODULADOR PARA COMUNICAÇÃO DE DADOS VIA TELEVISÃO A CABO - CABLE MODEM.

Modelo: F@ST3486NET.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 650, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 53500.005964/2015-64. Declara a extinção, por decurso de prazo, a outorga do Serviço de TV a Cabo na Área de Prestação do Serviço de Rio Verde-GO, de titularidade da RTV SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, CNPJ/MF nº 03.430.864/0001-31, expedida por meio do Ato nº 6.625, de 29 de fevereiro de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 2 de março de 2000. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ATO Nº 652, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 53500.003868/2014-09. Prorroga o prazo de vigência da autorização do direito de uso das radiofrequências associadas à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal outorgadas à OI MÓVEL S.A., CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a contar da data de vencimento, sem exclusividade, em caráter primário e restrito à respectiva área de prestação, coincidente com a área de abrangência e subfaixas abaixo discriminadas:

Área de Abrangência	Faixa de Radiofrequência	Vencimento
Região II do PGA-SMP	1835,0 a 1850,0 MHz / 1740,0 a 1755,0 MHz	22/12/2017
	957,5 a 960,0 MHz / 912,5 a 915,0 MHz	22/12/2017

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 431, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à COMPANHIA DOCAS DO PARA, CNPJ nº 04.933.552/0001-03 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATOS DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 450 - Processo nº 53569.002546/2017-92 - EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO PORTUARIA - EMAP, CNPJ nº 03650060000148.

Nº 469 - Processo nº 53569.002937/2017-15, BENEDITO DIAS DE CARVALHO, CPF nº 08919232253.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 488, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Expede autorização à A3 - ADMINISTRADORA DE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME, CNPJ nº 22.236.185/0001-70 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 533, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 53569.000070/2018-36. Expede autorização à CERPA CERVEJARIA PARAENSE SA, CNPJ nº 04894085000150, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Nº 452 - Processo nº 53500.002502/2018-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANTA CECÍLIA, CNPJ 58.251.711/0001-19, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Vicente/SP, canal 49, até a data de 29/05/2033.

Nº 461 - Processo nº 53500.000317/2018-17. Expede autorização à J R S PINHEIRO INFORMATICA - ME, CNPJ/MF nº 21.332.128/0001-22, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 463 - Processo nº 53500.084639/2017-11. Expede autorização à LINDOLFO BEZERRA DO NASCIMENTO - ME, CNPJ/MF nº 12.613.047/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 464 - Processo nº 53500.001192/2018-34. Expede autorização à FABIO A. S. DOS SANTOS - ME, CNPJ/MF nº 15.515.151/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 474 - Processo nº 53500.002612/2018-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Amparo/SP, canal 49, até a data de 14/09/2032.

Nº 475 - Processo nº 53500.002613/2018-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NAZARE DE COMUNICACAO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barra do Corda/MA, canal 43, até a data de 09/10/2035.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Nº 492- Processo nº 53500.002695/2018-27. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cachoeira Paulista/SP, canal 27, até a data de 05/05/2030.

Nº 493- Processo nº 53500.002697/2018-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO FERNANDO EDUARDO LEE, CNPJ 52.039.435/0001-43, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Guarujá/SP, canal 36, até a data de 14/11/2031.

Nº 494- Processo nº 53500.002703/2018-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itu/SP, canal 27, até a data de 04/04/2032.

Nº 495- Processo nº 53500.002705/2018-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Jacareí/SP, canal 39, até a data de 19/12/2027.

Nº 496- Processo nº 53500.002712/2018-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Jundiaí/SP, canal 45, até a data de 19/12/2027.

Nº 497- Processo nº 53500.002719/2018-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Jundiaí/SP, canal 34, até a data de 03/09/2030.

Nº 498- Processo nº 53500.002721/2018-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE GOIANIA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 05.113.990/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Jussara/GO, canal 40, até a data de 20/08/2035.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Nº 535 - Processo nº 53500.002847/2018-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Leme/SP, canal 32, até a data de 27/04/2032.

Nº 537 - Processo nº 53500.002849/2018-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mogi Guaçu/SP, canal 27, até a data de 04/04/2032.

Nº 540 - Processo nº 53500.002850/2018-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Piracicaba/SP, canal 31, até a data de 19/12/2027.

Nº 543 - Processo nº 53500.002851/2018-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CLARET, CNPJ 01.768.679/0001-26, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rio Claro/SP, canal 45, até a data de 20/01/2019.

Nº 546 - Processo nº 53500.002854/2018-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ABRIL RADIODIFUSAO S/A, CNPJ 03.555.171/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santos/SP, canal 42, até a data de 20/01/2032.

Nº 547 - Processo nº 53500.002855/2018-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santos/SP, canal 26, até a data de 19/12/2027.

Nº 561 - Processo nº 53500.001022/2018-50. Autoriza FOLE FURADO PRODUCOES EIRELI - ME, CNPJ nº 21.834.527/0001-91, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação em Salvador/BA, de7 de Fevereiro de 2018 a 14 de Fevereiro de 2018.

Nº 576 - Processo nº 53500.002865/2018-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA, CNPJ 79.875.902/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Maracajá/SC, canal 27, até a data de 31/12/2023.

Nº 578 - Processo nº 53500.002869/2018-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José dos Campos/SP, canal 27, até a data de 30/08/2032.

Nº 580 - Processo nº 53500.002873/2018-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José dos Campos/SP, canal 43, até a data de 15/02/2032.

Nº 585 - Processo nº 53500.002886/2018-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de São Miguel do Iguaçu/PR, canal 50, até a data de 28/11/2018.

Nº 598 - Processo nº 53500.002907/2018-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV RECORD DE BAURU LTDA, CNPJ 58.018.441/0001-09, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São RoqueSP, canal 45, até a data de 12/03/2033.

Nº 605 - Processo nº 53500.002912/2018-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sorocaba/SP, canal 31, até a data de 19/12/2027.

Nº 611 - Processo nº 53500.002924/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INSTITUTO JEISON DA CRIANCA, CNPJ 04.788.163/0001-31, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sorocaba/SO, canal 47, até a data de 18/07/2032.

Nº 616 - Processo nº 53500.002930/2018-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA TV PAULISTA LTDA, CNPJ 03.822.583/0001-24, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sorocaba/SP, canal 18, até a data de 22/02/2032.

Nº 618 - Processo nº 53500.002932/2018-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE SOROCABA, CNPJ 46.634.044/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sorocaba/SP, canal 43, até a data de 31/10/2033.

Nº 621 - Processo nº 53500.002936/2018-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV CIDADE ORQUIDEA LTDA, CNPJ 01.495.536/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sumaré/SP, canal 34, até a data de 25/03/2033.

Nº 623 - Processo nº 53500.002939/2018-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ENGENET ACCESS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA-ME, CNPJ 08.669.162/0001-29, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tangará da Serra/MT, canal 39, até a data de 09/10/2035.

Nº 626 - Processo nº 53500.002943/2018-30. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PARAGUACU PAULISTA FM LTDA - ME, CNPJ 67.045.260/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tucuruí/PA, canal 50, até a data de 09/10/2035.

Nº 632 - Processo nº 53500.002954/2018-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE DE RADIO E TELEVISAO TIRADENTES LTDA, CNPJ 01.709.972/0001-12, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Manaus/AM, canal 19, até a data de 16/02/2027.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 90/SEI, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.081371/2017-51, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Avenida Farrapos, N°298 - Centro para a Loteamento Alpes II, Rua "D", N°14 - Centro, na localidade de Alpestre / RS. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 590/2007 publicada no Diário Oficial da União em 19 de outubro de 2007, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 373/2011, publicado no Diário Oficial da União em 14 de dezembro de 2011, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.022205/2003.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 27°14'51"S e longitude 53°01'44"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

DESPACHO Nº 68/SEI, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

A DIRETORA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.052208/2017-81, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 507/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 22 de agosto de 2017, da frequência 810 KHz, outorgada à Rádio Clube Nepomuceno Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Nepomuceno, estado de Minas Gerais.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 55/SEI, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.000193/2018-57, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV ESPLANADA DO PARANÁ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de PONTA GROSSA (GUARAGI), estado do Paraná, com possibilidade de utilização do canal digital nº 41 (quarenta e um) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 607/2018/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 98/SEI, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.012315/2005-89, resolve aprovar a alteração das características técnicas da estação de frequência modulada da RÁDIO DIFUSORA TAUBATÉ LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, estado de São Paulo, utilizando o canal 212 (duzentos e doze), classe A3, nos termos da Nota Técnica nº 1121/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Diário Oficial da União Digital

PRÁTICO, GRATUITO E CERTIFICADO

Você Sabia...

...que as edições eletrônicas do *Diário Oficial da União*, disponibilizadas no sítio da Imprensa Nacional, têm validade jurídica assegurada, pois são certificadas digitalmente por autoridade certificadora integrante da ICP-Brasil?

ICP Brasil

Informações Oficiais

www.in.gov.br

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 141, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 88, de 2 de março de 2010.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, IV, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, considerando os objetivos inscritos nos incisos VII, VIII e IX do art. 6º e o disposto no art. 55, ambos da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, bem como o preceituado no Decreto anual que regulamenta o instituto da cota de tela, resolve:

Art. 1º. A Instrução Normativa - IN nº. 88, de 2 de março de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.3º-A.....

.....

§ 7º. A ampliação da cota de tela será cumprida no ano da ocorrência da programação a ser compensada. " (NR)

.....

"Art. 6º.....

§ 1º. A frequência média semanal considerada para manutenção em exibição da obra em função do disposto no caput será calculada com base nos resultados de bilheteria apresentados ao Sistema de Controle de Bilheteria referentes aos dois últimos semestres anteriores à data de lançamento da obra naquela sala.

§ 2º. Os interessados que observarem indícios de descumprimento do disposto no caput poderão encaminhar denúncia à ANCINE, que procederá às verificações e providências necessárias.

.....

§ 4º - A permanência em exibição da obra cinematográfica brasileira a que se refere o caput será considerada para fins de cumprimento da obrigatoriedade, desde que sejam observados os requisitos do art. 8º desta Instrução Normativa. " (NR)

"Art.7º.....

.....

§ 3º - As empresas exibidoras deverão manter, por até 3 anos a partir do término do ano base de referência, uma cópia de segurança das informações de bilheteria dos filmes exibidos. " (NR)

Art. 2º. A Instrução Normativa - IN nº. 88, de 2 de março de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º - A:

"Art. 8º-A. A obrigatoriedade de exibição de obras cinematográficas brasileiras de longa metragem será aferida de acordo com o disposto no Anexo IV.

Parágrafo Único. Na aferição da obrigação disposta no caput, serão consideradas as sessões de exibição realizadas no complexo cinematográfico a partir das 13 (treze) horas."

Art. 3º. Os anexos I e IV da Instrução Normativa nº. 88, de 2 de março de 2010, serão substituídos respectivamente pelos anexos I e II desta Instrução Normativa.

Art. 4º. Ficam revogados o § 6º do Art. 3º-A, o § 4º do Art. 5, o § 3º do Art. 6º, o § 5º do Art. 7º, o art. 8º, o art. 9º e o art. 10 da IN nº. 88, de 2 de março de 2010.

Art. 5º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor-Presidente

ANEXO I

DEFINIÇÕES DE TERMOS E EXPRESSÕES

I - Sala de Exibição: Todo espaço, local ou recinto, em ambiente aberto ou fechado, no qual se realize projeção de obras audiovisuais em tela de grande dimensão, para fruição coletiva pelos consumidores finais;

II - Exibição pública comercial: Exibição formada predominantemente por obras de longa metragem cujo intervalo entre o lançamento comercial no Brasil e a exibição no circuito não seja superior a vinte e quatro meses, e sujeita à aferição anual;

III - Complexo de Exibição ou Complexo: Unidade arquitetônica e administrativa organizadora de um conjunto articulado de serviços, estruturados a partir de uma ou mais salas de exibição;

IV - Grupo Exibidor: Associação de dois ou mais agentes econômicos exibidores nos termos do art. 1º, inciso XLII, da Instrução Normativa nº 91, de 1º de dezembro de 2010;

V - Empresa Exibidora Responsável: Empresário ou sociedade empresária responsável pela centralização e fornecimento de informações à Agência, em nome de um grupo;

VI - Grupo Exibidor: União de duas ou mais empresas exibidoras distintas que comprovarem vínculo societário mediante apresentação do respectivo ato constitutivo;

VII - Empresa Proprietária: sociedade empresária exibidora registrada na ANCINE como proprietária da sala ou complexo de exibição, aí compreendido não apenas o fundo comercial de negócio, mas também a propriedade do imóvel em que estiver situado, ou no qual for realizada a exibição, sendo a única responsável perante a Agência quanto ao cumprimento de exigências previstas em Lei;

VIII - Empresa Arrendatária: sociedade empresária exibidora, registrada na ANCINE como proprietária da sala ou complexo de exibição, quando aí compreendido só o fundo comercial de negócio;

IX - Empresa Locatária: empresário ou sociedade empresária exibidora registrada na ANCINE como responsável pela sala ou complexo de exibição, detentora do fundo comercial de negócio em caráter temporário e conforme contrato de locação;

X - Transferência de Obrigatoriedade: Mecanismo pelo qual a empresa exibidora responsável pelo cumprimento da obrigatoriedade de exibição poderá requerer a transferência parcial do número de dias a que uma sala ou complexo de exibição estiver sujeito, para outras salas e complexos de exibição de sua responsabilidade;

XI - Complexo de Origem: Conjunto de salas sujeito à obrigatoriedade original, de onde a transferência de dias de obrigatoriedade estiver sendo solicitada;

XII - Complexo de Destino ou Destinatário: Conjunto de salas para os quais estiver sendo transferida parcialmente a cota dos dias de obrigatoriedade de outro complexo;

XIII - Frequência Média Semanal: Total de espectadores registrados nos relatórios de bilheteria correspondentes às semanas do período fixado nesta Instrução Normativa, dividido pelo número de semanas cinematográficas nele contidas, independentemente da quantidade de sessões e obras exibidas ou da forma em que estiverem programadas pelas salas ou complexos de exibição;

XIV - Regime de Funcionamento: Número de dias de funcionamento por semana, combinado com o número de sessões diárias;

XV - Semana Cinematográfica: Conjunto de dias consecutivos de um mesmo programa, estabelecido pela sala ou complexo de exibição, sendo os dias contados a partir da primeira sessão do primeiro dia;

XVI - Fechamento Temporário ou Parcial: Interrupção na sequência contínua de dias de operação de uma sala ou complexo de exibição, devidamente registrados na ANCINE;

XVII - Programações Especiais: Eventos que tenham por objeto a seleção, jornada, repertório ou retrospectiva de obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem, concentrados para exibição em um período de tempo determinado.

ANEXO II

CONTABILIZAÇÃO DE SESSÕES

Número de sessões na sala por Dia	Programação	Fração de Dia
1 sessão	1 obra brasileira	1
2 sessões	1 obra brasileira	1/2
	1 obra estrangeira	
	2 obras brasileiras	1
3 sessões	1 obra brasileira	1/4
	2 obras estrangeiras	
	2 obras brasileiras	2/3
	1 obra estrangeira	
	3 obras brasileiras	1
4 sessões	1 obra brasileira	1/4
	3 obras estrangeiras	
	2 obras brasileiras	1/2
	2 obras estrangeiras	
	3 obras brasileiras	3/4
	1 obra estrangeira	
	4 obras brasileiras	1
5 sessões	1 obra brasileira	1/5
	4 obras estrangeiras	
	2 obras brasileiras	2/5
	3 obras estrangeiras	
	3 obras brasileiras	3/5
	2 obras estrangeiras	
	4 obras brasileiras	4/5
	1 obra estrangeiras	
	5 obras brasileiras	1
6 sessões	1 obra brasileira	1/6
	5 obras estrangeiras	
	2 obras brasileiras	1/3
	4 obras estrangeiras	
	3 obras brasileiras	1/2
	3 obras estrangeiras	
	4 obras brasileiras	2/3
	2 obras estrangeiras	
	5 obras brasileiras	5/6
	1 obra estrangeira	
	6 obras brasileiras	1
7 sessões	1 obra brasileira	1/7
	6 obras estrangeiras	
	2 obras brasileiras	2/7
	5 obras estrangeiras	
	3 obras brasileiras	3/7
	4 obras estrangeiras	
	4 obras brasileiras	4/7
	3 obras estrangeiras	
	5 obras brasileiras	5/7
	2 obras estrangeira	
	6 obras brasileiras	6/7
	1 obra estrangeira	
	7 obras brasileiras	1
8 sessões	1 obra brasileira	1/8
	7 obras estrangeiras	
	2 obras brasileiras	1/4
	6 obras estrangeiras	
	3 obras brasileiras	3/8
	5 obras estrangeiras	
	4 obras brasileiras	1/2
	4 obras estrangeiras	
	5 obras brasileiras	5/8
	3 obras estrangeiras	
	6 obras brasileiras	3/4
	2 obras estrangeiras	
	7 obras brasileiras	7/8
	1 obra estrangeira	
	8 obras brasileiras	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 6-E, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0611 - INTIMIDADE ENTRE ESTRANHOS

Processo: 01416.007040/2016-39

Proponente: MIGDAL PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.

Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ

CNPJ: 10.645.895/0001-75

Valor total aprovado: de R$ 3.157.894,74 para R$ 3.950.000,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 752.500,00

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 24808-8

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23842-2

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 675, realizada em 15/01/2018.

Prazo de captação: até 31/12/2019

Art. 2º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 12, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0602 - OS MIRANDAS

Processo: 01416.025936/2017-81

Proponente: PLANET POP MÍDIA E EDITORAÇÕES LIMITADA ME.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 07.988.992/0001-56

Valor total aprovado: de R$ 1.389.473,69 para R$ 1.381.600,00

Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 46682-4

Prazo de captação: até 31/12/2021.

15-0387 - FOTOGRAFAÇÃO

Processo: 01580.050543/2015-41

Proponente: CINEMATOGRÁFICA SUPERFILMES LTDA.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 52.858.982/0001-50

Valor total aprovado: R$ 996.000,00

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 646.200,00

Banco: 001- agência: 3417-7 conta corrente: 27104-7

Prazo de captação: até 31/12/2018.

15-0435 - Edifício Babilônia

Processo: 01580.056085/2015-54

Proponente: ITACA FILMS BRASIL LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 11.443.174/0001-45

Valor total aprovado: de R$ 7.263.922,59 para R$ 4.736.875,00

Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 0,00

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 500.000,00

Banco: 001- agência: 1253-x conta corrente: 39239-1

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 1.500.000,00

Banco: 001- agência: 1253-x conta corrente: 39238-3

Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 1253-x conta corrente: 40962-6

Prazo de captação: até 31/12/2018.

16-0723 - BRUSQUE 92

Processo: 01416.008764/2016-08

Proponente: CAFÉ PRETO PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA - ME

Cidade/UF: Brusque / SC

CNPJ: 24.856.310/0001-70

Valor total aprovado: de R$ 143.300,00 para R$ 155.300,00

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 136.135,00 para 147.535,00

Banco: 001- agência: 0401-4 conta corrente: 76063-3

Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

11-0424 - ARÁBIA

Processo: 01580.037326/2011-32

Proponente: FILMES DO CERRADO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.

Cidade/UF: Belo Horizonte / MG

CNPJ: 07.530.292/0001-13

Valor total aprovado: R$ 766.584,36

Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 632.513,14 para R$ 448.513,14

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 95.742,00

Art. 3º Realizar a revisão orçamentária da aprovação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0622 - INCONDICIONAL - O MITO DA MATERNIDADE

Processo: 01416.007153/2016-34

Proponente: BANANEIRA FILMES LTDA.

Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ

CNPJ: 02.140.120/0001-10

Valor total aprovado: R$ 607.918,51

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 477.522,58

Banco: 001- agência: 3519-x conta corrente: 23827-9

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 577.522,58 para R$ 100.000,00

Banco: 001- agência: 3519-x conta corrente: 119565-4

Prazo de captação: até 31/12/2019

17-0475 - A LOIRA DO BANHEIRO.

Processo: 01416.024085/2017-59

Proponente: CLUBTV PRODUÇÕES E ENTRETENIMENTO LTDA.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 07.276.440/0001-15

Valor total aprovado: de R$ 4.075.000,00 para R$ 5.800.000,00

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 420.000,00

Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 22578-9

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 22576-2

Prazo de captação: até 31/12/2019

Art. 4º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0566 - AS POLACAS

Processo: 01416.025236/2017-96

Proponente: MIGDAL PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 10.645.895/0001-75

Valor total aprovado: R$ 6.000.000,00

Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.900.000,00

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 24603-4

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.800.000,00 para R$ 0,00

Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 2.800.000,00

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 24818-5

Prazo de captação: até 31/12/2019

Art. 5º Realizar a revisão orçamentária da análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0005 - TROCA DE ESTILOS - 3ª TEMPORADA.

Processo: 01416.011232/2016-40

Proponente: ZOLA PRODUÇÕES LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 10.874.608/0001-07

Valor total aprovado: de R$ 2.965.665,43 para R$ 3,110,322.01

Valor aprovado no Art. Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 2.817.382,15 para R$ 2,954,805.90

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 30219-8

Prazo de captação: até 31/12/2020.

Art. 6º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

DESPACHO Nº 13, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/2018.

14-0566- ORLANDO-FLÓRIDA.

Processo: 01580.091310/2014-48

Proponente: MEIOS DE PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 27.920.016/0001-79

15-0356 - HISTÓRIAS DA FOME NO BRASIL.

Processo: 01580.044406/2015-78

Proponente: MEIOS DE PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 27.920.016/0001-79

13-0322 - NOVAS ESPÉCIES - EXPEDIÇÃO À SERRA DA MOCIDADE.

Processo: 01580.013602/2013-39

Proponente: FILMART PRODUÇÕES ARTÍSTICAS S/C LTDA.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 64.044.886/0001-58

Art. 2º Autorizar a substituição do título dos projetos audiovisuais relacionados abaixo

14-0140 - De "CANO CERRADO" para "CANO SERRADO".

Processo: 01580.017612/2014-24

Proponente: BSB CINEMA PRODUÇÕES LTDA - ME.

Cidade/UF: Brasília / DF

CNPJ: 00.817.115/0001-73

16-0880 - De "APARECIDA 300" para "A IMAGEM DA TOLERÂNCIA".

Processo: 01416.014319/2016-79

Proponente: DIANE PEIXOTO MAIA ME.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 07.419.227/0001-15

17-0533 - De "VIAGEM" para " UMA VIAGEM INESPERADA".

Processo: 01416.024342/2017-52

Proponente: BOULEVARD FILMES LTDA.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 12.126.484/0001-07

15-0534 - De "PANTANAL, UMA EXPLOSÃO DE VIDA" para " PANTANAL, A BOA INOCÊNCIA DE NOSSAS VIDAS".

Processo: 01580.064833/2015-72

Proponente: 3 TABELA FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 09.107.296/0001-19

12-0167 - De "ULTRAJE A RIGOR" para "ULTRAJE"

Processo: 01580.011539/2012-15

Proponente: MAMUTE FILMES LTDA-ME.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 02.028.727/0001-02

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 14, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

17-0727 O JOGO QUE MUDOU A HISTÓRIA

Processo: 01416.004934/2017-58

Proponente: ARPA AFRO REGGAE PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 03.247.208/0001-06

Valor total aprovado: R$ 12.538.962,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00

Banco: 001- agência: 0183-X conta corrente: 39151-4

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00

Banco: 001- agência: 0183-X conta corrente: 39152-2

18-0024 1 HORA E 31 MINUTOS

Processo: 01416.000038/2018-09

Proponente: TERRA BRUTA PRODUÇÕES LTDA-ME. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 16.805.615/0001-25

Valor total aprovado: R$ 281.150,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 267.092,50

Banco: 001- agência: 2975-0 conta corrente: 34175-4

18-0067 MULHER CORAGEM

Processo: 01416.000314/2018-21

Proponente: POLVO PRODUCAO DE FILMES E FOTOGRAFIA LTDA. Cidade/UF: Porto Alegre/RS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CNPJ: 15.096.957/0001-50
Valor total aprovado: R$ 569.708,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 541.222,60
Banco: 001- agência: 0597-5 conta corrente: 37773-2
18-0068 SEMANA CARLOS GOMES
Processo: 01416.029602/2017-86
Proponente: BSB SERVIÇOS CINEGROUP LTDA. Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 06.900.652/0001-69
Valor total aprovado: R$ 1.640.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.558.000,00
Banco: 001- agência: 1003-0 conta corrente: 59825-9
18-0069 JOAQUIM
Processo: 01416.000248/2018-99
Proponente: MAMO FILMES LTDA. Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 57.643.793/0001-84
Valor total aprovado: R$ 6.696.998,75
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 22811-7
18-0070 O AR QUE EU RESPIRO
Processo: 01416.000484/2018-13
Proponente: OCEAN PRODUÇÃO DE FILMES LTDA. Cidade/UF: Florianópolis/SC
CNPJ: 04.069.379/0001-47
Valor total aprovado: R$ 999.995,50
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 47045-7
18-0072 PRESIDENTE POR ACIDENTE
Processo: 01416.000153/2018-75
Proponente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A. Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: R$ 7.850.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 8258-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.472.061,00
Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 8257-0
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.527.939,00
Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 8259-7
18-0073 A SEREIA E O DUQUE
Processo: 01416.029288/2017-31
Proponente: MFA BRAZIL AUDIOVISUAL - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 19.380.838/0001-86
Valor total aprovado: R$ 1.100.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 3071-6 conta corrente: 19213-9
18-0074 MARRAIA
Processo: 01416.000576/2018-95
Proponente: GLOBAL VILLAGE CREATIVE E EXECUTIVE. Cidade/UF: Vitória/ES
CNPJ: 19.780.327/0001-51
Valor total aprovado: R$ 899.999,98
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 854.999,98
Banco: 001- agência: 3790-7 conta corrente: 38948-X
18-0075 LÍNGUA MINHA
Processo: 01416.023345/2017-79
Proponente: RJ SERVICOS CINE GROUP LTDA. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 13.021.376/0001-24
Valor total aprovado: R$ 1.200.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 840.000,00
Banco: 001- agência: 3561-0 conta corrente: 58303-0
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 120.000,00
Banco: 001- agência: 3561-0 conta corrente: 58304-9
18-0076 CAÇADORES DE VENTO
Processo: 01416.021327/2017-52
Proponente: CRISTIANO ZILLIG DE SOUZA - ME. Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 17.678.631/0001-67
Valor total aprovado: R$ 1.401.960,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.331.862,00
Banco: 001- agência: 1880-5 conta corrente: 33655-6
18-0077 O CORPO É PARA SI
Processo: 01416.000369/2018-31
Proponente: TRAVESSIA FILMES LTDA - ME. Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 09.564.870/0001-68
Valor total aprovado: R$ 287.570,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 273.191,50
Banco: 001- agência: 6805-5 conta corrente: 38582-4
18-0079 DO JEITO QUE SÃO
Processo: 01416.029658/2017-31
Proponente: GIROS PROJETOS AUDIOVISUAIS LTDA. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 04.661.796/0001-84
Valor total aprovado: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 950.000,00
Banco: 001- agência: 3519-X conta corrente: 23830-9
18-0080 DONAS DO BRASIL
Processo: 01416.000154/2018-10
Proponente: CAJU PRODUÇOES LTDA- ME. Cidade/UF: Vitória/ES
CNPJ: 04.585.783/0001-73
Valor total aprovado: R$ 468.410,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 444.989,50
Banco: 001- agência: 1802-3 conta corrente: 56350-1

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.
18-0071 CANHOTAS DE OURO
Processo: 01416.000028/2018-65
Proponente: NACH VÍDEO PRODUÇÕES LTDA. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.669.963/0001-82
Valor total aprovado: R$ 1.280.000,00
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.216.000,00
Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 49675-8
Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 15, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Estabelece as Metas Globais da Funarte e o Calendário de Eventos para o IX Ciclo das Gratificações de Desempenho de Atividade Cultural - GDAC e de Cargos Específicos - GDACE.

O Diretor-Executivo da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Presidente da Funarte, nos termos da Portaria nº. 002 de 05 de janeiro de 2017, publicada no D.O.U. de 06 de janeiro de 2017,

Considerando o disposto na Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividades Culturais - GDAC;

Considerando o disposto na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, que dispõe sobre a reestruturação do Plano Especial de cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005;

Considerando o disposto no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005;

Considerando a Portaria FUNARTE/PRESIDÊNCIA Nº 346, de 08 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 10 de dezembro de 2010, e suas alterações: Portaria FUNARTE/PRESIDÊNCIA Nº 6/2011, de 24/01/2011, publicada no D.O.U. nº 017, de 25/01/2011, Portaria FUNARTE/PRESIDÊNCIA Nº. 230/2012, de 08/08/2012, publicada no D.O.U. nº 170, de 31/08/2012 e Portaria FUNARTE/PRESIDÊNCIA Nº 14/2016, de 02/02/2016, publicada no D.O.U. nº 203, de 21/10/2016, resolve:

Art. 1º - Estabelecer as Metas Globais da Funarte, para o IX Ciclo de Avaliação, período de 01/01/2018 a 31/12/2018, conforme o Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Estabelecer que os indicadores de desempenho das metas globais sejam determinados pela percentagem calculada entre o que foi realizado e o que estava previsto.

Art. 3º - Determinar que o calendário de eventos do Oitavo Ciclo de Avaliação seja executado conforme o disposto na Portaria nº 346/2010 e suas alterações.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e será publicada no Diário Oficial da União.

REINALDO DA SILVA VERÍSSIMO

ANEXO I

RELAÇÃO DAS METAS GLOBAIS DA FUNARTE
(Art. 2º, inciso II, da Portaria FUNARTE/PRESIDÊNCIA N° 346/2010)

CÓDIGO	NOME	UNIDADE	PREVISTO
MG-01	Administração da Unidade	Hh (homem/hora)	284.592
MG-02	Fomento a Projetos em Arte e Cultura	projeto apoiado	10
MG-03	Preservação, Identificação e Inventário de Acervos Culturais	bem preservado	70.000
MG-04	Funcionamento de Espaços Culturais	público atendido	250.000

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº4, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01- Processo n°01510.900342/2017-91
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área da CGH Wiegant III
Arqueólogo Coordenador: Isaac Amorim dos Santos
Apoio Institucional: Museu Histórico e Arquivo Público de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins
Área de Abrangência: Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02- Processo n. º 01492.000030/2016-60
Projeto: Resgate Arqueológico da Área da ETC Terminal LDC Tapajós
Arqueólogo Coordenador: Manoel Fabiano da Silva Santos
Apoio Institucional: Fundação Casa da Cultura de Marabá Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Município de Rurópolis, Estado de Pará
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03- Processo n. º 01409.000392/2012-29
Projeto: Prospecção Arqueológica do Empreendimento Ouro Negro
Arqueóloga Coordenadora: Daiane Pereira
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de São Mateus, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
04- Processo n. º 01510.000963/2017-72
Projeto: Programa de Prospecção Arqueológica na área da PCH Marombas II
Arqueóloga Coordenadora: Marina da Fonseca Lopes
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Curitibanos, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
05- Processo n° 01492.000582/2013-25
Projeto: Prospecção e Resgate Arqueológico na Área do Projeto Araguaia
Arqueólogos Coordenadores: Juliano Fonseca da Silva Rezende e André Bueno Coutinho
Apoio Institucional: Fundação Casa da Cultura de Marabá - Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Municípios de Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia, Estado do Pará
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
06- Processo n°01516.000346/2017-17
Projeto: Resgate e Monitoramento Arqueológico, Educação Patrimonial e Proteção ao Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico da Obra de Implantação e Pavimentação na Rodovia BR-080/GO - Trecho 02
Arqueólogos Coordenadores: Francesco Palermo Neto e José Luiz Lopes Garcia
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos" - Prefeitura de Jataí
Área de Abrangência: Municípios de Amaralina, Mara Rosa, Alto Horizonte, Nova Iguaçu de Goiás e Uruaçu, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
07- Processo n. º 01508.900116/2017-59
Projeto: Prospecções Arqueológicas Intensivas e Educação Patrimonial da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Classe I e de Classe II, distrito de Palmeirinha
Arqueóloga Coordenadora: Tainã Salles dos Passos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Guarapuava, Estado do Paraná
Prazo de Validade: Um (01) mês
08- Processo n° 01510.001009/2010-21
Projeto: Prospecção Complementar de Salvamento Arqueológico na PCH Barra das Águas
Arqueóloga Coordenadora: Vania Leandro de Sousa
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Faxinal dos Guedes e Xavantina, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO II ren 230

01- Processo n. º 01490.002244/2015-18
Projeto: Monitoramento Arqueológico da Requalificação da Avenida Eduardo Ribeiro
Arqueóloga Coordenadora: Margaret Cerqueira de Souza
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia - Secretaria de Estado de Cultura (SEC) - Governo do Estado do Amazonas
Área de Abrangência: Município de Manaus, Estado do Amazonas
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO III ren in

01- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: KROMA Comercializadora de Energia Ltda
Empreendimento: Complexo UFV Apodi I a IV
Processo n. º 01496.000562/2016-67
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico e Programa Integrado de Educação Patrimonial na Área de Implantação do Complexo UFV Apodi I a IV
Arqueóloga Coordenadora: Rafaela Torres Simões Faustino
Arqueólogos de Campo: Luzia Maria de Souza Carvalho, Rayanny Christine Costa de Lima e Wesley Max de Azevedo
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará (Instituto Tembetá) -Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará
Área de Abrangência: Município de Quixeré, Estado do Ceará
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
Empreendimento: Loteamento SHIS QI 17
Processo n. º 01551.900010/2017-20
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da SHIS QI 17 - Lago Sul
Arqueólogo Coordenador: Edilson Teixeira de Souza
Arqueólogo de Campo: Edilson Teixeira de Souza
Apoio Institucional: Museu de Geociências - Mgeo do Instituto de Geociências - IG-Universidade de Brasília (UNB)
Área de Abrangência: Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI - Brasília, Distrito Federal
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Conquista Construções Ltda EPP
Empreendimento: Loteamento Vivere II e Loteamento Vivere IV
Processos nº 01409.000672/2016-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área dos Empreendimentos Loteamento Vivere II e Loteamento Vivere IV
Arqueóloga Coordenadora: Daiane Pereira
Arqueóloga de Campo: Daiane Pereira
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich (IPAE)
Área de Abrangência: Município de Linhares, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
03- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Voltalia Energia do Brasil LTDA.
Empreendimento: Complexo Eólico Vila Rio Grande do Norte
Processo nº 01421.000103/2017-38
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na ADA e AID do Complexo Eólico Vila Rio Grande do Norte
Arqueólogo Coordenador: Fábio Origuela de Lira
Arqueólogo de Campo: Pedro Antônio Carvalho Teixeira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande Norte - LAPH/UERN
Área de Abrangência: Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 03 (três) meses
04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Holanda Empreendimentos Imobiliários LTDA
Empreendimento: Loteamento Residencial Xanadú
Processo n. º 01419.900064/2017-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação do Loteamento Xanadú
Arqueóloga Coordenadora: Ângela Maria Araújo de Lima
Apoio Institucional: Museu Amazônico - Laboratório de Arqueologia-Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Área de Abrangência: Município de Boa Vista, Estado de Roraima
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pegasus Empreendimentos Imobiliários LTDA - ME
Empreendimento: Loteamento Residencial Vila Primavera
Processo n. º 01419.000069/2017-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação do Loteamento Residencial Vila Primavera
Arqueólogo Coordenador: Daniel dos Santos Correa
Apoio Institucional: Museu Amazônico - Laboratório de Arqueologia-Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Área de Abrangência: Município de Boa Vista, Estado de Roraima
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
06- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: WC Correa Transportes Eireli - EPP
Empreendimento: Extração de saibro e de Granito para brita, associado ao beneficiamento
Processo n. º 01506.005683/2016-39
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação de Lavra de Granito e Saibro, Depósito de Estéril e Infraestrutura Associada
Arqueóloga Coordenadora: Juliana de Souza Cardoso
Arqueólogo de Campo: João Cláudio Estaiano
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Itanhaém, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
07- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Prefeitura Municipal de Macaubal
Empreendimento: Aterro Sanitário em Valas
Processo n. º01506.005317/2017-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Aterro Sanitário em Valas
Arqueóloga Coordenadora: Neide Barrocá Faccio
Arqueólogo de Campo: Hiuri Marcel di Baco
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia do Iepê - Prefeitura de Iepê
Área de Abrangência: Município de Macaubal, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
08- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Consórcio Miracema
Empreendimento: Conjunto Habitacional Miracema
Processo n. º 01424.000358/2017-71
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Conjunto Habitacional Miracema
Arqueólogo Coordenador: Benedito Walderlino de Souza da Silva
Arqueólogo de Campo: Anastácio da Silva Penha
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA - Núcleo de Pesquisa Arqueológica - NuPArq Governo do Estado do Amapá
Área de Abrangência: Município de Macapá, Estado de Amapá
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Enerlife Energias Renováveis LTDA.
Empreendimento: Complexo Solar Fotovoltaico Mendubim
Processo n. º 01421.001019/2017-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Solar Fotovoltaico Mendubim
Arqueóloga Coordenadora: Nina Rosa Pereira Ledoux
Arqueóloga de Campo: Nina Rosa Pereira Ledoux
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Área de Abrangência: Município de Açu, Estado de Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
10- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Recel Terraplanagem e Construções LTDA
Empreendimento: Loteamento Santa Rita II
Processo n. º 01419.000027/2017-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação do Loteamento Santa Rita II
Arqueólogo Coordenador: João Luiz de Oliveira Lopes
Apoio Institucional: Museu Amazônico - Laboratório de Arqueologia-Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Área de Abrangência: Município de Boa Vista, Estado de Roraima
Prazo de Validade: 03 (três) meses
11- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Ômega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S/A
Empreendimento: Complexo Eólico Delta 4leste
Processo n. º 01494.000109/2017-51
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Complexo Eólico Delta 4 Leste
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueóloga de Campo: Vanessa Cosma da Silva Mello Iguatemy
Área de Abrangência: Municípios de Paulino Neves e Barreirinhas, Estado do Maranhão.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
12- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Carlos Alberto Franco de Almeida
Empreendimento: Loteamento Residencial Bosque da Prata
Processo n. º 01494.000365/2017-49
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras do Loteamento Residencial Bosque da Prata
Arqueóloga Coordenadora: Natália Gomes de Sousa
Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão
Prazo de validade: 05 (cinco) meses
13- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: V Barros Participações e Administração de Bens
Empreendimento: Loteamento Residencial Jardim Ecoville
Processo n. º 01506.005823/2017-50
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Residencial Jardim Ecoville
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Job Lôbo
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Itupeva, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
14- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Jundu Ltda
Empreendimento: Ampliação de lavra de areia
Processo n. º 01506.006610/2017-45
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Mineração Jundu
Arqueólogo Coordenador: Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Arqueólogo de Campo: Clayton Galdino Rosendo dos Santos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR) -Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar

Área de Abrangência: Município de Analândia, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 03 (três) meses

15- Enquadramento IN: Nível II

Empreendedor: Intelbrás S/A

Empreendimento: Galpão para Armazém

Processo n. º 01490.900049/2017-17

Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Galpão para Armazém

Arqueólogo Coordenador: Douglas de Franco Guedes

Área de Abrangência: Município de Manaus, Estado do Amazonas

Prazo de Validade: 03 (três) meses

16- Enquadramento IN: Nível II

Empreendedor: Fazenda Nativa LTDA ME

Empreendimento: Loteamento Campina Verde

Processo nº 01424.000139/2015-20

Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área do Loteamento Campina Verde, Rodovia BR-210

Arqueólogo Coordenador: Benedito Walderlino de Souza da Silva

Arqueólogo de Campo: Anastácio da Silva Penha

Área de Abrangência: Município de Macapá, Estado do Amapá

Prazo de Validade: 03 (três) meses

17- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Cris Participações e Administração de Bens Ltda

Empreendimento: CGH Ponte Caída

Processo n. º 01510.001380/2017-69

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da CGH Ponte Caída

Arqueólogo Coordenador: Eberson Martins Couto

Arqueólogo de Campo: Eberson Martins Couto

Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)

Área de Abrangência: Município de Brunópolis e Montecarlo, Estado de Santa Catarina

Prazo de Validade: 02 (dois) meses

18- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Cargill Agrícola S.A.

Empreendimento: Cargill Agrícola S.A.

Processo n. º 01410.000354/2017-41

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Terminal PVH-II

Arqueóloga Coordenadora: Sâmara dos Reis

Apoio Institucional: Museu Regional de Arqueologia de Rondônia-Prefeitura Municipal de Presidente Médici

Área de Abrangência: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

19- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Parque Bela Vista Participações LTDA

Empreendimento: Loteamento Parque da Barra 1

Processo n. º 01506.006405/2017-80

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Parque da Barra 1

Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani

Arqueóloga de Campo: Lilia Benevides Guedes Lins

Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano Prefeitura de Jahu

Área de Abrangência: Município de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

20- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Geradora de Energia Rio dos Bugres S/A

Empreendimento: CGH Rio dos Bugres

Processo nº 01510.001390/2017-02

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Rio dos Bugres

Arqueóloga Coordenadora: Marina da Fonseca Lopes

Arqueólogo de Campo: Átila Perillo Filho

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS) do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT) Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Área de Abrangência: Município de Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina

Prazo de Validade: 07 (sete) meses

21- Enquadramento IN: Nível IV

Empreendedor: Ventos do Atlântico Energia Eólica S/A

Empreendimento: LT SE Ventos do Atlântico SE Povo Novo

Processo nº 01512.002363/2017-29

Projeto: Ayaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da LT SE Ventos do Atlântico SE Povo Novo

Arqueólogo Coordenador: Fabiano Aiub Branchelli

Arqueólogo de Campo: Fabiano Aiub Branchelli

Apoio Institucional: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - CEPA-Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Área de Abrangência: Municípios de São José do Norte e Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul

Prazo de Validade: 08 (oito) meses

22- Enquadramento IN: Nível IV

Empreendedor: Rodrigo Costa Rocha

Empreendimento: LT 500 kv Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga C2

Processo n. º 01450.008156/2017-50

Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio da LT 500 kv Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga C2

Arqueólogo Coordenador: Sérgio Bruno dos Reis Almeida

Arqueóloga de Campo: Jéssica Rafaella de Oliveira

Apoio Institucional: Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA) do Departamento de Arqueologia Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL , Governo do Estado de Alagoas

Área de Abrangência: Municípios de Petrolândia e Jatobá, Estado de Pernambuco, e Município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

23-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Parque Prado Guarujá Participações Ltda

Empreendimento: Loteamento Parque Prado Guarujá

Processo n. º 01506.900617/2017-55

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Parque Prado Guarujá

Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani

Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima

Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano -Prefeitura de Jahu

Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

24- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: KROMA Comercializadora de Energia Ltda

Empreendimento: Complexo UFV Apodi I a IV

Processo n. º 01496.000562/2016-67

Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Programa Integrado de Educação Patrimonial na Área de Implantação do Complexo UFV Apodi I a IV

Arqueóloga Coordenadora: Rafaela Torres Simões Faustino

Arqueólogos de Campo: Luzia Maria de Souza Carvalho, Rayanny Christine Costa de Lima e Wesley Max de Azevedo

Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará (Instituto Tembetá) -Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará

Área de Abrangência: Município de Quixeré, Estado do Ceará

Prazo de Validade: 08 (oito) meses

25- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Mineração Itaci Ltda.

Empreendimento: Mineração Itaci Ltda.

Processo nº 01514.002708/2017-24

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Mineração Itaci

Arqueóloga Coordenadora: Virginia Barbosa Pereira

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais -Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Área de Abrangência: Município de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 03 (três) meses

26- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: EMBU S/A Engenharia e Comércio

Empreendimento: Ampliação de pedreira de granito

Processo n.º 01506.004537/2016-96

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Ampliação da Pedreira de Granito, Extração de Saibro e Depósito Estéril

Arqueóloga Coordenadora: Silvia Corrêa Marques

Arqueóloga de Campo: Maria Keiko Yamauchi

Apoio Institucional: Museu Histórico de Itapeva - Prefeitura Municipal de Itapeva

Área de Abrangência: Município de Paraibuna, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

27- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Urbanizadora Penápolis 152 SPE Ltda

Empreendimento: Loteamento Residencial Mais Solar Penápolis II

Processo n. º 01506.005446/2016-78

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Residencial Mais Solar Penápolis II

Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Ferreira de Soares

Arqueólogo de Campo: Pedro Victor Sartori Cassioti

Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano Prefeitura de Jahu

Área de Abrangência: Município de Penápolis, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

28- Enquadramento IN: Nível IV

Empreendedor: Gastrading Comercializadora de Energias S.A.

Empreendimento: Linha de Transmissão de (345 kV) SE UTE - SE Baixada Santista (CTEEP) - Projeto Verde Atlântico Energias

Processo n. º 01506.005454/2016-14

Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Linha de Transmissão (345 kV) SE UTE - SE Baixada Santista (CTEEP) - Projeto Verde Atlântico Energias

Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani

Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima

Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu

Área de Abrangência: Municípios de Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

29- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Gastrading Comercializadora de Energias S.A.

Empreendimento: Usina Termelétrica (UTE) a Gás Natural - Projeto Verde Atlântico Energias

Processo n. º 01506.005454/2016-14

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação da Usina Termelétrica (UTE) a Gás Natural - Projeto Verde Atlântico Energias

Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani

Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima

Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu

Área de Abrangência: Municípios de Peruíbe, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

30- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Gastrading Comercializadora de Energias S.A.

Empreendimento: Usina Termelétrica (UTE) a Gás Natural - Projeto Verde Atlântico Energias

Processo n. º 01506.005454/2016-14

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação dos Gasodutos do Projeto Verde Atlântico Energias

Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani

Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima

Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu

Área de Abrangência: Municípios de Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

31- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Anna de Moraes Gayotto Rolim Affonso - Jowa Participações Ltda

Empreendimento: Cidade Alpha Goiás

Processo n. º 01516.900362/2017-10

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Cidade Alpha Goiás

Arqueólogo Coordenador: Luiz Carlos Medeiros da Rocha

Arqueóloga de Campo: Samara Maria da Silva Oliveira

Apoio Institucional: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - IGPA - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO)

Área de Abrangência: Municípios de Senador Canedo e Caldazinha, Estado de Goiás

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 62, de 3 de novembro 2017, Seção 1, Anexo IV, Página 61, Autorização nº 08, publicada no DOU em 6 de novembro 2017, onde se lê: "Arqueólogos Coordenadores de Campo: Jane Pessoa Coelho, João Queiroz Rebouças e Suzanne Lima Fernandes", leia-se: "Arqueólogos de Campo: Jane Pessoa Coelho, Jose Wallaf Nascimento da Costa Castro e Suzanne Lima Fernandes".

Na Portaria nº 68, de 8 de dezembro 2017, Seção 1, Anexo I, Página 21, permissão nº 03, publicada no DOU em 11 de dezembro 2017, onde se lê: "Arqueólogo Coordenador: Julio Cezar Telles Thomaz", leia-se: "Arqueóloga Coordenadora: Fernanda Mara Borba".

Na Portaria nº 2, de 19 de janeiro 2018, Seção 1, Anexo I, Página 11, permissão nº 02, publicada no DOU em 22 de janeiro 2018, onde se lê: "Prazo de Validade: 02 (dois) meses", leia-se: "Prazo de Validade: 03 (três) meses".

SECRETARIA DA ECONOMIA DA CULTURA

DEPARTAMENTO DE DIREITOS INTELECTUAIS

DESPACHOS DE 26 DE JANEIRO DE 2018 (*)

Nº 487.886/2018. Processo nº 01400.079939/2015-41. Requerente: Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais - SICAM. Requerimento de Manutenção de Habilitação para o exercício de atividade de cobrança de direitos autorais.

Nos termos do artigo 98-A, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, observado o disposto no art. 2º, do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015 e no art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa do Ministério da Cultura nº 03, de 15 de julho de 2015, considerando o cumprimento das exigências legais e regulamentares e a viabilidade do exercício da atividade de cobrança, DEFIRO o requerimento para HABILITAR a Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais - SICAM para o exercício da atividade de cobrança dos direitos de execução pública e de reprodução de obras musicais, literomusicais e fonogramas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 487.888/2018. Processo nº 01400.080057-2015-29. Requerente: Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes/Sociedade Musical Brasileira - AMAR/SOMBRÁS. Requerimento de Manutenção de Habilitação para o exercício de atividade de cobrança de direitos autorais.

Nos termos do artigo 98-A, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, observado o disposto no art. 2º, do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015, e no art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa do Ministério da Cultura nº 03, de 15 de julho de 2015, considerando o cumprimento das exigências legais e regulamentares e a viabilidade do exercício da atividade de cobrança, DEFIRO o requerimento para HABILITAR a Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes / Sociedade Musical Brasileira - AMAR/SOMBRÁS para o exercício da atividade de cobrança dos direitos de execução pública de obras musicais, literomusicais e fonogramas.

Nº 487.891/2018. Processo nº 01400.080023/2015-34. Requerente: Associação de Intérpretes e Músicos - ASSIM. Requerimento de Manutenção de Habilitação para o exercício de atividade de cobrança de direitos autorais.

Nos termos do artigo 98-A, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, observado o disposto no art. 2º, do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015 e no art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa do Ministério da Cultura nº 03, de 15 de julho de 2015, considerando o cumprimento das exigências legais e regulamentares e a viabilidade do exercício da atividade de cobrança, DEFIRO o requerimento para HABILITAR a Associação de Intérpretes e Músicos - ASSIM para o exercício da atividade de cobrança dos direitos de execução pública de obras musicais, literomusicais e fonogramas.

Nº 487.894/2018. Processo nº 01400. 079575/2015-08. Requerente: União Brasileira de Compositores - UBC. Requerimento de Manutenção de Habilitação para o exercício de atividade de cobrança de direitos autorais.

Nos termos do artigo 98-A, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, observado o disposto no art. 2º, do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015 e no art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa do Ministério da Cultura nº 03, de 15 de julho de 2015, considerando o cumprimento das exigências legais e regulamentares e a viabilidade do exercício da atividade de cobrança, DEFIRO o requerimento para HABILITAR a União Brasileira de Compositores - UBC para o exercício da atividade de cobrança dos direitos de execução pública, reprodução e distribuição de obras musicais, literomusicais e fonogramas.

Nº 487.895/2018. Processo nº 01400.079445/2015-67. Requerente: Associação Brasileira de Música e Artes - ABRAMUS. Requerimento de Manutenção de Habilitação para o exercício de atividade de cobrança de direitos autorais.

Nos termos do artigo 98-A, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, observado o disposto no art. 2º, do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015 e no art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa do Ministério da Cultura nº 03, de 15 de julho de 2015, considerando o cumprimento das exigências legais e regulamentares e a viabilidade do exercício da atividade de cobrança, DEFIRO o requerimento para HABILITAR a Associação Brasileira de Música e Artes - ABRAMUS para o exercício da atividade de cobrança para os direitos de execução pública, de obras musicais, literomusicais e fonogramas e para os direitos de comunicação ao público de obras teatrais e dança.

Nº 487.896/2018. Processo nº 01400.080065-2015-75. Requerente: Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais - SOCINPRO. Requerimento de Manutenção de Habilitação para o exercício de atividade de cobrança de direitos autorais.

Nos termos do artigo 98-A da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, observado o disposto no art. 2º, do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015 e no art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa do Ministério da Cultura nº 03, de 15 de julho de 2015, considerando o cumprimento das exigências legais e regulamentares e a viabilidade do exercício da atividade de cobrança, DEFIRO o requerimento para HABILITAR a Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais - SOCINPRO para o exercício da atividade de cobrança dos direitos de execução pública de obras musicais, literomusicais e fonogramas.

Nº 487.903/2018. Processo nº 01400.045264/2015-37. Requerente: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD. Requerimento de Habilitação para o exercício de atividade de cobrança de direitos autorais.

Nos termos do artigo 98-A, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, observado o disposto no artigo 2º, e no artigo 21, §1º, do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015 e no art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa do Ministério da Cultura nº 03, de 15 de julho de 2015, considerando o cumprimento das exigências legais e regulamentares e a viabilidade do exercício da atividade de cobrança, DEFIRO o requerimento para HABILITAR o Escritório Central e Arrecadação e Distribuição - ECAD para o exercício da atividade de cobrança dos direitos de execução pública de obras musicais, literomusicais e fonogramas.

Nº 487.836/2018. Processo nº 01400.079942/2015-65. Requerente: Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música - SBACEM. Requerimento de Manutenção de Habilitação para o exercício de atividade de cobrança de direitos autorais.

Nos termos do artigo 98-A, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, observado o disposto no art. 2º, do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015 e no art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa do Ministério da Cultura nº 03, de 15 de julho de 2015, considerando o cumprimento das exigências legais e regulamentares e a viabilidade do exercício da atividade de cobrança, DEFIRO o requerimento para HABILITAR a Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música - SBACEM para o exercício da atividade de cobrança dos direitos de execução pública de obras musicais, literomusicais e fonogramas.

RODOLFO TSUNETAKA TAMANAHA
Diretor

(*)Republicados por terem saído indevidamente, no DOU nº 17, de 24 de janeiro de 2018, Seção 3, pág. 10, com incorreção nos originais.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 61, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
178352 - Colégio Estadual Dr. Brasílio Machado
SERVICO SOCIAL AUTONOMO PARANAEDUCACAO
CNPJ/CPF: 02.392.034/0001-02
Processo: 01400033293201718
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 8.531.529,25
Prazo de Captação: 29/01/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê restauro e qualificação do Colégio Estadual Brasílio Machado, tombado e situado no município de Antonina. A recuperação visa, além da restauração do conjunto arquitetônico, à modernização das instalações, incluindo as adaptações necessárias de acessibilidade e conforto ambiental.

PORTARIA Nº 62, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
154625 - Cultura Rural Itinera
Sustentabilidade e Cultura Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 19.541.589/0001-63
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 144.000,00
Valor total atual: R$ 801.470,00

PORTARIA N° 63, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 7676 - Movimento: Práticas de formação em dança
BOUGANVILLE PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 28.588.845/0001-69
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 0511 - Espetáculo Teatral - Bonitinha, mas ordinária
Carlos Paschoal Titanero
CNPJ/CPF: 299.935.698-60
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 10263 - PARTIMPIM - O MUSICAL
Sevenx Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 11.419.895/0001-10
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8896 - Lennon - O mundo pede paz
HIRAM FIRMINO
CNPJ/CPF: 102.038.186-87
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 3764 - Salada Mista Circulando Sertão Nordeste
João Arnaldo Rodrigues da Silva - ME
CNPJ/CPF: 13.455.799/0001-52
PE - Recife
Período de captação: 01/05/2017 a 31/12/2017
16 3348 - FLORIPA TEATRO - 23º FESTIVAL ISNARD AZEVEDO
Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
CNPJ/CPF: 80.152.051/0001-78
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7676 - Movimento: Práticas de formação em dança
BOUGANVILLE PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 28.588.845/0001-69
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9352 - Histórias de Pinda - Contos Caipiras nas Escolas
Maíra Fonseca dos Santos Lopes Niaradi
CNPJ/CPF: 369.062.038-43
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7602 - Dom Casmurro, o musical
Rafael Fernandes
CNPJ/CPF: 18.522.988/0001-14
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
15 10280 - Dia da Musica Instrumental.
Dayara Morarais dos Reis
CNPJ/CPF: 466.367.188-89
SP - Hortolândia
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 1376 - Projeto Marcel Kogos
Marcel Stabile Kogos
CNPJ/CPF: 367.021.338-47
SP - Santos
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)
17 7768 - Programa de Arte e Jovens na Periferia
Educação e Cultura Produções Ltda
CNPJ/CPF: 20.110.293/0001-77
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18, § 1º)
17 0899 - ÁLBUM MUSICAL ROUPA NOVA
MARCIO LUIZ DE SOUZA PROENCA 51206404191
CNPJ/CPF: 18.024.060/0001-00
RJ - Niterói
Período de captação: 20/03/2018 a 31/12/2018
17 8405 - A cultura e os saberes tradicionais
MARIETA SUELY CARVALHO SILVA
CNPJ/CPF: 254.075.976-91
MG - Itabira
Período de captação: 01/01/2018 a 30/05/2018
17 7862 - THIAGO MARTINS DE MELO - Bárbara Baclava (título provisório)
EDITORA DE LIVROS COBOGO LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.929.767/0001-01
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ANEXO II
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
17 7866 - Le Piece Jornal
PAULO HENRIQUE FERNANDES DA SILVA
CNPJ/CPF: 363.279.248-83
SP - Jundiaí
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 64, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 154625 - Cultura Rural Itinera, publicado na portaria nº 0184/16 de 06/04/2016, no D.O.U. de 07/04/2016.

Onde se lê: Criação e montagem de espetáculos com oficinas que serão destinadas a crianças e adolescentes de Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. Por cidade atenderemos 1000 crianças sendo 2 oficinas de 50 crianças por dia, totalizando a permanência de 2 semanas em cada cidade.

Leia-se: Criação e montagem de espetáculos com oficinas que serão destinadas a crianças e adolescentes de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Serão 15 cidades atendidas totalizando mais de 10.000 alunos atendidos. Realizaremos 2 apresentações de teatro por dia e 6 oficinas por dia.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 65, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

NOME	CPF	AREA	SEGMENTO	NÍVEL
JULIANA MARTINS DE CASTRO	06830429633	Patrimônio Cultural	Preservação de Patrimônio Material - Preservação de Patrimônio Museológico - Preservação de Acervos - Preservação de Acervos Museológicos	Nível II
FLAVIO CÉSAR NUNES DE ARAÚJO	03450080733	Música	Música Popular - Música Erudita - Música Instrumental	Nível I

PORTARIA N° 66, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o § 9º do art. 1º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo.

Art. 2º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 59 da Instrução Normativa MinC nº 05/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 59 da referida Instrução Normativa.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC
11-2636	São João de São Jorge de Garibaldi- RS-2011	Mateus Lazzari	967.659.680-91	Realizar uma apresentação do teatro da comunidade de São Jorge em Garibaldi, na festa de São João em junho no salão comunitário.	R$ 11.333,50	R$ 10.000,00	R$ 9.899,75
11-1007	Oficinas Gratuitas de Teatro - Faça Sua História	Gilda Elisa Schimanski Basso	77.506.012/0001-17	Acreditando no teatro como ferramenta de transformação social, os atores e diretos Gilda Elisa e José Basso, vem a Cascavel ofertar gratuitamente a população, oficinas de teatro com 300 vagas para crianças, adolescentes, jovens, adultos e terceira idade. A convite da Secretaria da Cultura, as oficinas acontecerão no auditório do Centro Cultural Gilberto Mayer entre os meses de maio a outubro de 2011.	R$ 135.806,40	R$ 135.000,00	R$ 134.994,83
11-0162	Gravação de CD e Show de Luan Nogueira	Luan Barreto Nogueira	104.968.276-93	O presente projeto consiste na gravação de um CD autoral do cantor e compositor Luan Nogueira, bem como na prensagem de 3 mil cópias deste, que apresenta 10 faixas musicais. Além disso, prevê a realização de um show na cidade de Belo Horizonte, para lançamento do mesmo.	R$ 76.874,75	R$ 19.600,00	R$ 14.600,00
11-2670	Histórias de um Garrafeiro - Excursão	Fernando Benevolo de Andrade Filho	737.006.227-91	Peça teatral que procura revelar o que existe atrás de uma garrafa. Desde um inocente refrigerante até o álcool. O projeto busca conscientizar os jovens sobre o perigo das drogas e a prevenção do uso.	R$ 542.570,00	R$ 250.000,00	R$ 249.989,60
10-1283	O Perfume do Pau Rosa	Luiz Gonzaga Lauschner	141.942.289-87	Aprovado pelo Programa Petrobras Cultural, o romance de Luiz Lauschner explica como é extraída a essência (Linalol) do Pau Rosa, e, o caminho que percorre ao sair da mata amazônica para chegar às bolsas das madames da alta sociedade mundial. O romance situado na selva amazônica relata as lendas, os medos, a atividade extrativa, o garimpo do ouro, a política, a participação feminina, etc., tudo na exuberância dos rios e das matas. Texto final estimado em 220 páginas, tiragem de 1.500 exemplares.	R$ 51.550,00	R$ 51.550,00	R$ 51.372,08
11-3897	Raices de América Instrumental	Marize Batista Pereira	435.567.606-49	Este projeto tem o propósito de produzir 6 espetáculos musicais instrumentais intitulado "Raíces de América Instrumental", com duração aproximada de 90 minutos, formado por músicos argentinos, chilenos e brasileiros, que vem caminhando lado a lado com o emergente interesse pela música e cultura latina americana. Raíces vem emocionando e levando ao longo de seus 30 anos uma carga significativa de cultura latino-americana ao público brasileiro e internacional.	R$ 353.606,87	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
10-12248	Memória e Foto	Loanny costa Carneiro	010.349.023-00	A preservação, através de imagens do passado, do cenário do Ceará, o que ele foi ou, ainda, o que vai resistindo ao longo do tempo e a participação da população nesse processo de mudança com a criação do acervo do fotógrafo Celso Oliveira e publicação em site específico junto com a publicação de uma revista-livro, com a finalidade de apresentar o Estado desde o ano de 1980.	R$ 237.583,88	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
10-1043	Plano anual de atividades do projeto Doutores do Riso	Daniela Dezan	070.483.798-63	O projeto Doutores do Riso existe há doze anos realizando visitas semanais a quatro Hospitais Públicos de São Paulo, uma Casa de Apoio à Criança com câncer e pediatrias de Laboratórios. Este projeto é contínuo e sendo assim,	R$ 439.150,00	R$ 110.900,00	R$ 110.900,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

				pretendemos realizar as nossas atividades mantendo a qualidade e profissionalismo.			
11-1970	O patinho da galinha	Izaura Maria Ribeiro Franco	387.459.171-91	Ilustração, revisão e edição do livro "O patinho da galinha", da escritora Izaura Maria Ribeiro Franco	R$ 17.955,00	R$ 17.955,00	R$ 17.955,00
11-0776	Ópera na Escola	Mauro Tibério	10.875.203/0001-85	O Projeto "Ópera na Escola", surgiu com a intenção de levar às crianças de todo o Brasil, um pouco da histórica cultura musical erudita. Percorrendo 10 cidades diferentes do Estado de São Paulo, crianças da rede pública, terão a oportunidade de aprender de forma lúdica, os fundamentos básicos da ópera.	R$ 2.162.460,00	R$ 1.135.978,75	R$ 1.135.978,75
10-11669	Projeto Gadjo Dilo	João Graf Schreiber Neto	008.380.019-04	O PROJETO GADJO DILO: produção de espetáculo teatral de cultura cigana. Gadjo Dilo ("estrangeiro louco" em romani-língua cigana) apresenta a temática de uma cultura importante entre as várias formadoras da nação brasileira. Trata-se de um espetáculo com diversos elementos da cultura cigana, apresentados através de teatro, música executada ao vivo e dança típica. O texto e direção geral são do paranaense Edson Bueno, figura de sensibilidade artística e notório reconhecimento.	R$ 228.600,00	R$ 92.091,42	R$ 92.091,42

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 12, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

180156 - A Energia é a Nossa Força
DANIEL BENQUERER COSTA
CNPJ/CPF: 732.230.931-68
Processo: 01400001103201884
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 698.321,25
Prazo de Captação: 29/01/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: O presente projeto consiste na produção e lançamento do documentário "A Energia é a Nossa Força", filme de 69 minutos finalizado em full HD, cor, 2:35:1., do qual vai abordar os aspectos da vida de trabalhadores comuns da área de produção de combustível como também desse mesmo processo de produção, do qual possui uma enorme relevância sociocultural no país.

180172 - A ESCOLA VAI AO CINEMA
Instituto de Cultura em Movimento
CNPJ/CPF: 04.994.930/0001-69
Processo: 01400001254201832
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 6.583.415,57
Prazo de Captação: 29/01/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: O presente projeto se destina a promover a exibição gratuita de 16 Filmes Nacionais para 1 milhão de alunos do ensino fundamental (6 a 14 anos de idade) da rede pública de ensino, as exibições serão nas salas de cinema das empresas exibidoras. O projeto realizara 10.000 sessões, (Todas as sessões apresentarão a medida de acessibilidade legenda descritiva e 10 sessões apresentarão a medida de acessibilidade audiodescrição e 10 sessões a medida de acessibilidade de Libras),em 25 Estados da Federação , 92 Municípios e240 salas de exibição.O projeto promoverá encontros e sessões pedagógicas para cerca de 1.200 participantes entre alunos e professores. O projeto realizará a capacitação dos 124 produtores locais contratados para execução do projeto. o período de execução do projeto será de 31/01/2018 a 30/12/2018.

180153 - Diapasão - Sinfonia de Atenas
Marcionilia Torres Nunes
CNPJ/CPF: 131.564.976-49
Processo: 01400001068201801
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 280.929,00
Prazo de Captação: 29/01/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: O presente projeto se trata da produção de um curta-metragem de animação,de 3 (três) minutos e que será finalizado em FullHD 1080, 30 frames por segundo (fps). Como também de um jogo eletrônico baseado no mesmo curta, dos quais vão abordar elementos do folclore brasileiro, e que será desenvolvido em C# usando o framework Unity3D para as plataformas Windows 7 ou superior (com DirectX9 ou superior instalado), para tablets e celulares iOS 10 e Android 5 ou superior.

180173 - Humor Azul
MEDIALAB CRIACAO, PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS E SOFTWARE - ME
CNPJ/CPF: 20.282.507/0001-92
Processo: 01400001257201876
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 478.021,50
Prazo de Captação: 29/01/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é produzir um filme documentário com animação, média metragem (50 minutos) com captação e finalização em vídeo digital HD, abordando o cotidiano dos autistas protagonistas de suas próprias histórias. Pretende-se apresentar os talentos dos autistas, seus potenciais, bem como mostrar as várias facetas de quem vive e convive com o transtorno.

180171 - Mostra de Curta Metragens de Presidente Prudente
EDUARDO DE STEFANO MENIN
CNPJ/CPF: 218.435.458-96
Processo: 01400001248201885
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 226.222,50
Prazo de Captação: 29/01/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "Mostra de Curtas de Presidente Prudente" visa à produção e realização de uma mostra de cinema. Serão 3 dias de Mostra, com 1 sessão diária e com apresentação de 7 curtas em cada sessão, totalizando 21 filmes.

180162 - NORDESTELAB 2018
VICENTE PAULO LINO FERREIRA - ME
CNPJ/CPF: 18.729.607/0001-72
Processo: 01400001156201803
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 414.540,00
Prazo de Captação: 29/01/2018 a 31/08/2018

Resumo do Projeto: O NordesteLAB se configura como uma plataforma de articulação voltada para fortalecimento do audiovisual nordestino, prioritariamente, e do Centro-Oeste e Norte, complementarmente. A proposta prevê três produtos principais: 1 - Publicação, com versões impressas (600 unidades) e digital, contendo dados sobre o setor audiovisual na região Nordeste e no Brasil, e também os resultados gerais do projeto; 2 - Formação de Plateia - Representado pelo espaço intitulado "teste de audiência". Serão realizadas pelo menos 03 sessões de filmes em fase de finalização, como forma de promover um primeiro espaço de interação entre obra - autores e públicos mais amplos. A escola dos filmes será feita através de seleção aberta; 3 - Oficina /Workshop/Seminário Audiovisual - Aqui estão concentradas as atividades formativas do NordesteLAB, integrando seminários, conferências e workshops realizados durante os dias 29/05 e 01/06/2018.

180157 - Século XXI: mulheres, ação!
A CALS COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 03.863.564/0001-46
Processo: 01400001105201873
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 615.619,25
Prazo de Captação: 29/01/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: Século XXI: Mulheres, Ação! é um evento cultural, de atividades múltiplas, que abordará o feminismo no Brasil. O evento é composto de mostra de cerca de 50 filmes (nacionais e internacionais), debates, performances, projeções itinerantes e oficina de vídeo. A realização terá como base a cidade do Rio de Janeiro, na Cinemateca do MAM (Aterro do Flamengo), com extensão de suas atividades na Central do Brasil, em duas favelas (Complexo da Maré e Mangueira) e no presídio feminino Tavalera Bruce . A mostra tem data prevista para 2018, com 3 sessões/dia, e terá ingressos a preços populares (R$ 10 e R$5), com entrada franca nas atividades paralelas, contribuindo para facilitar os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais.

180154 - SP MARKET
CIMA - Centro de Cultura, Informação e Meio-Ambiente
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76
Processo: 01400001069201848
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.346.035,00
Prazo de Captação: 29/01/2018 a 31/07/2018

Resumo do Projeto: Realizar o SP Market é um encontro no segmento de formação na área do audiovisual que reúne profissionais, oferece capacitação e atualização de temas relevantes e gera negócios no período de 13/03/2017 a 16/03/2017, com o objetivo de contribuir para o crescimento do segmento audiovisual.

180155 - Uma história a céu aberto
ANTONIO TEXTOR PRODUÇÕES
CNPJ/CPF: 89.321.418/0001-04
Processo: 01400001071201817
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 352.968,33
Prazo de Captação: 29/01/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto prevê a execução de audiovisual de média metragem de duração média de 35 minutos, que abordará a dimensão cultural do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, revelando os ideais e valores de importantes personalidades do Rio Grande do Sul que ali repousam. Imagens e sequências estruturam a essência do filme, apresentando sua condição de poema visual que registra a beleza e capta os profundos significados do mais antigo cemitério de Porto Alegre. O audiovisual terá como público estudantes de escolas, estudantes universitários, professores, historiadores, antropólogos, sociólogos, artistas plásticos e pesquisadores, além da comunidade em geral do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Poderá ser vinculado em outros países, visto sua inestimável importância.

180174 - Uma vez repórter, sempre repórter
Bellini Sebastião de Andrade
CNPJ/CPF: 487.449.486-20
Processo: 01400001258201811
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 443.323,00
Prazo de Captação: 29/01/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "Uma vez repórter, sempre repórter" é um documentário de cerca de 30 minutos de duração, a ser finalizado no formato Full HD, que busca mostrar a trajetória profissional do jornalista mineiro Paulo César de Oliveira, um dos mais conceituados de sua geração. O projeto pretende entrar no universo em que o jornalista se sente mais à vontade: contar estórias e também revelar um pouco mais da atividade que o transformou numa referência para além de Minas Gerais. É não só um retorno às origens deste colunista que estreou nos anos 1960, como um pouco dos bastidores e segredos de seus mais de 50 anos de jornalismo. Dos primeiros furos de reportagem ao olhar crítico sobre as demandas de sua cidade e dos mineiros e à delicada convivência com uma geração de 'raposas' da política, o que lhe assegurou a peculiar capacidade de leitura de cenários. Mais do que isso, mereceu o respeito do leitor e de exponenciais no mundo dos negócios e da área pública.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 3/MD, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 3.702, de 27 de dezembro de 2000, e tendo em vista o disposto no inciso XVIII do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2019, na forma do Anexo a esta Portaria Normativa e seus Apêndices de 1 a 7.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

ANEXO

PLANO GERAL DE CONVOCAÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR INICIAL NAS FORÇAS ARMADAS EM 2019

1. INTRODUÇÃO

1.1. Finalidade

Regular as condições de recrutamento dos brasileiros da classe de 2000 para a prestação do Serviço Militar Inicial (SMI) nas Forças Armadas no ano de 2019.

1.2. Legislação e Atos Normativos

1.2.1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;

1.2.2. Lei nº 3.282, de 10 de outubro de 1957 (Amparo do Estado aos Conscritos);

1.2.3. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar LSM);

1.2.4. Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967 (Lei de Prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários MFDV);

1.2.5. Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 (Prova documental de vida, residência, pobreza, bons antecedentes);

1.2.6. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Estabelece normas para as eleições);

1.2.7. Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007 (Lei de Mobilização Nacional);

1.2.8. Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012 (Define as Empresas Estratégicas de Defesa);

1.2.9. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar RLSM);

1.2.10. Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967 (Instruções Gerais para Inspeção de Saúde dos Conscritos nas Forças Armadas IGISC);

1.2.11. Decreto nº 63.704, de 29 de novembro de 1968 (Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários RLMFDV);

1.2.12. Decreto nº 66.949, de 23 de julho de 1970 (Instruções Gerais para a Coordenação da Conscrição nas Forças Armadas IGCCFA);

1.2.13. Decretos nº 1.294 e nº 1.295, de 26 de outubro de 1994 (Serviço Militar para mulheres);

1.2.14. Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017 (Estrutura Regimental do Ministério da Defesa);

1.2.15. Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016 (Política de Governança Digital);

1.2.16. Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016 (Compartilhamento de bases de dados);

1.2.17. Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 (Plataforma de Cidadania Digital e oferta de Serviço Público Digital);

1.2.18. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 (Simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos);

1.2.19. Portaria nº 1.628/COSEMI, de 7 de junho de 1983 (Instruções Gerais para o Serviço Militar de Brasileiros no Exterior IGSME);

1.2.20. Portaria nº 422-SC-5, de 21 de fevereiro de 1990 (Amparo do Estado ao Conscrito);

1.2.21. Portaria nº 2.681/COSEMI, de 28 de julho de 1992 (Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Alternativo RLPSA);

1.2.22. Portaria nº 983/DPE/SPEAI/MD, de 17 de outubro de 2003 (Aprova a Diretriz para o Relacionamento das Forças Armadas com as Comunidades Indígenas);

1.2.23. Portaria Normativa nº 147/MD, de 16 de fevereiro de 2004 (Regulamenta o estabelecimento de convênios para a prestação do Serviço Alternativo ao Serviço Militar, concede dispensa do Serviço Alternativo ao Serviço Militar aos atuais eximidos e dá outras providências);

1.2.24. Portaria Normativa nº 3.011, de 18 de novembro de 2014 (Dispõe sobre a gestão dos recursos do Fundo do Serviço Militar FSM);

1.2.25. Portaria Normativa nº 035/MD, de 10 de junho de 2016 (Fixa os modelos e características dos Certificados Militares previstos no Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, e na Portaria nº 2.681-COSEMI, de 28 de julho de 1966, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

1.2.26. Portaria Normativa nº 2.083/MD, de 23 de setembro de 2015 (dispõe sobre a atualização monetária da multa mínima, prevista no RLSM);

1.2.27. Portaria Normativa nº 31/MD, de 29 de agosto de 2017 (dispõe sobre a unificação do alistamento, da seleção, da distribuição e da designação de alistados para o SMI); e

1.2.28. Resolução nº 4, de 30 de setembro de 2011, da Comissão Nacional de Residência Médica (Dispõe sobre a reserva de vaga para residente médico que presta Serviço Militar).

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1. A unificação do recrutamento para as Forças Armadas foi implantada em todo o território nacional e se encontra em pleno funcionamento desde 2003.

2.2. O Ministério da Defesa (MD) utiliza, para o recrutamento militar nas Forças Armadas, o sistema informatizado denominado Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB) do Exército Brasileiro.

2.3. As Juntas de Serviço Militar (JSM) realizarão o alistamento dos conscritos para as três Forças.

2.4. A Diretoria de Serviço Militar (DSM) é o órgão técnico-normativo no âmbito do Exército e gestor do SERMILMOB.

2.5. As Regiões Militares (RM), juntamente com os Órgãos de Serviço Militar (OSM) subordinados, são os executores das atividades de Serviço Militar em suas áreas, coordenando suas sedes em ligação com os Distritos Navais (DN) e Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica (SEREP), situados em suas respectivas áreas regionais.

2.6. Os procedimentos inerentes ao recrutamento militar a adotar em âmbito regional devem ser fruto de discussão entre os OSM das três Forças, sendo comunicados à Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM), à Diretoria de Serviço Militar (DSM) e à Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) e, dessas, ao MD, para fins de conhecimento e gerência do processo, em âmbito nacional.

3. RECRUTAMENTO

3.1. Convocação

Serão convocados à prestação do SMI todos os brasileiros da classe de 2000, do sexo masculino, e os das anteriores que estejam em débito com o Serviço Militar.

3.2. Alistamento

3.2.1. O Posto de Recrutamento e Mobilização (PRM) fiscalizará e executará as atividades de recrutamento.

3.2.2. As JSM dos municípios são os órgãos executores do Alistamento Militar de todo o cidadão convocado, independentemente da Força em que desejar prestar o SMI.

3.2.3. O alistamento militar on-line, a partir de 1º de janeiro de 2018, estará implantado em todo o território nacional e no exterior, por intermédio da internet.

3.2.3.1. O cidadão convocado realizará o preenchimento do formulário de alistamento militar constante na página www.alistamento.eb.mil.br ou www.servicos.gov.br, mediante a inserção do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para convalidação dos dados junto à Receita Federal.

3.2.3.2. O cidadão que não possuir CPF poderá realizar o alistamento, presencialmente, em uma JSM ou Repartição Consular, para o cidadão brasileiro residente no exterior.

3.2.3.3. Ao dirigir-se à JSM para o alistamento, o brasileiro deverá apresentar os seguintes documentos:

- certidão de nascimento ou prova equivalente; e
- comprovante de residência ou declaração firmada pelo próprio interessado.

3.2.3.4. A identificação do declarante deverá ser verificada pela JSM a partir da apresentação de um documento oficial com fotografia (carteira de identidade; carteira de trabalho; carteira profissional; passaporte; carteira de identificação funcional; ou outro documento público que permita a identificação do alistando).

3.2.4. O cidadão alistado pelo sistema on-line poderá obter o Certificado de Alistamento Militar (CAM), gratuitamente, uma única vez, acessando a página eletrônica www.alistamento.eb.mil.br ou www.servicos.gov.br, observado o que preconiza a Portaria Normativa nº 35/MD, de 10 de junho de 2016. No caso do extravio, alteração ou inutilização do CAM deverá se dirigir à JSM para requerer a 2ª via.

3.2.5. O brasileiro residente há mais de um ano da data do início da seleção, em município não tributário (MNT), poderá, a critério dos DN, RM e SEREP, ser aceito como voluntário com a finalidade de atender as necessidades específicas das Forças Armadas.

3.2.6. Com exceção do prescrito na LSM/RLSM, nenhum cidadão poderá ser dispensado do pagamento da taxa e multas militares.

3.2.7. O alistando que tenha idade igual ou superior a 29 anos, exceto o MFDV, estará dispensado do SMI.

3.2.8. As RM deverão inserir no SERMILMOB os parâmetros definidos pelas Instruções Complementares de Convocação (ICC) para o agendamento automático dos alistados destinados à Seleção Geral, após coordenação com o DN e SEREP.

3.2.9. A 12ª RM (Manaus-AM) deverá instruir os OSM de sua área de jurisdição, sediados em municípios sem acesso à internet, no sentido de registrar a data de retorno do alistado à JSM para fins de conhecimento de sua destinação, devendo encaminhar de forma escalonada os conscritos destinados à Seleção Geral, a fim de não exceder as reais possibilidades de atendimento diário das CS e das Comissões de Seleção das Forças Armadas (CSFA).

3.2.10. Os prazos de alistamento, as situações e os destinos dos conscritos durante o processo de Alistamento Militar constam do Apêndice 2 e deverão ser detalhados nas ICC de cada Força.

3.3. Seleção Geral e Especial

3.3.1. As CS são designadas por autoridade competente e organizadas para realizar a seleção dos brasileiros da classe convocada, de voluntários, e aqueles em débito com o Serviço Militar, visando à incorporação ou matrícula nas Forças Armadas.

3.3.1.1. Nos locais onde ocorrer tributação exclusiva para a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, a CS será constituída com o pessoal da respectiva Força.

3.3.2. A CS tributária para mais de uma Força Singular denomina-se CSFA e tem como finalidade atender o processo seletivo dos residentes em municípios que possuem Organização Militar (OM) subordinadas a essas Forças.

3.3.2.1. Visando a atender ao elevado fluxo de conscritos nos grandes centros urbanos, foi criada a Comissão de Seleção Permanente das Forças Armadas (CSPFA) que atua em instalação planejada e vocacionada às atividades ligadas ao aprimoramento da seleção dos conscritos, podendo ser incluído nesse processo as Comissões de Seleção Especial (CSE) de Centro Preparatório de Oficiais da Reserva/Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva (CPOR/NPOR) e MFDV.

3.3.2.2. As Forças deverão coordenar, em âmbito regional, a composição das CS/CSE/CSFA/CSPFA, tomando por base o quadro constante do Apêndice 1, fazendo as adaptações necessárias em função das quantidades de conscritos que comparecerão àquelas Comissões.

3.3.2.3. A seleção em Município Tributário (MT) para atender a mais de uma Força será efetuada pelas CSFA/CSPFA que deverão, obrigatoriamente, ser constituídas por integrantes das Forças interessadas, sob a responsabilidade das RM, que realizarão a coordenação com os Comandos dos respectivos DN e SEREP.

3.3.3. Os DN, RM e SEREP deverão capacitar os integrantes das CS específicas de cada Força. A capacitação para as CSFA/CSPFA ficará sob a responsabilidade das respectivas RM.

3.3.3.1. As diárias e passagens necessárias para a capacitação e os trabalhos de seleção deverão ser providenciadas pela respectiva Força.

3.3.3.2. As demais despesas e os meios necessários deverão ser distribuídos pelas Forças integrantes da CS/CSFA/CSPFA, mediante entendimento entre os OSM locais.

3.3.3.3. As CS/CSFA/CSPFA deverão dispor de compartimentos individuais (divisórias) para a realização da inspeção de saúde nos conscritos.

3.3.4. Serão submetidos à Seleção Geral os alistados residentes em MT:

- pertencentes à classe de 2000, alistados até 30 de junho de 2018; e
- de classes anteriores, ainda em débito com o Serviço Militar, alistados até 30 de junho de 2018.

3.3.5. Durante a Seleção Geral, sempre que necessário, o CAM deverá ser visualizado diretamente no SERMILMOB.

3.3.5.1. Nessa fase o conscrito julgado apto à incorporação assinará um Termo de Responsabilidade e Compromisso gerado pelo sistema, no qual se compromete a acessar a página eletrônica do SERMILMOB ou a comparecer a uma JSM para verificar a sua situação referente ao Serviço Militar.

3.3.6. As CS/CSFA/CSPFA deverão orientar os conscritos que não possuam CPF para que o obtenham até a data de apresentação na Seleção Complementar, de modo que na incorporação todos possuam esse documento, necessário ao processamento do pagamento de pessoal.

3.3.7. Nos municípios tributários, afastados das sedes das OM, o processo seletivo poderá ser realizado por OM de outra Força, mais próxima e com melhor estrutura para prestar o apoio.

3.3.8. Com a finalidade de aperfeiçoar as atividades de seleção, foram adotados mecanismos da Tecnologia da Informação para realizar o agendamento, anamnese, entrevista e acompanhamento da situação dos conscritos pelo SERMILMOB.

3.3.8.1. Os dados dos conscritos apresentados na Seleção Geral deverão ser inseridos diretamente no SERMILMOB.

3.3.8.2. Nas CS/CSFA que apresentarem restrições de acesso à internet, esses dados deverão ser carregados, semanalmente, no sistema.

3.3.9. Os procedimentos para CS, CSFA, CSPFA e CSE para CPOR/NPOR são regulados em legislação específica sob a responsabilidade do Exército. Tal documentação encontra-se disponibilizada para consulta no sítio http://dsm.dgp.eb.mil.br.

3.3.10. Os candidatos matriculados em Escolas Superiores ou cursando o último ano do ensino médio, voluntários ao CPOR/NPOR, somente serão encaminhados à Seleção Especial após serem julgados aptos na Seleção Geral.

3.3.10.1. Os conscritos aptos, não aproveitados na Seleção Especial para Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva (OFOR), retornarão ao processo normal de distribuição às Organizações Militares da Ativa (OMA), por meio do SERMILMOB.

3.3.11. Os prazos, as datas e os locais de realização da Seleção Geral e Especial constam do Apêndice 2 e deverão ser detalhados nas ICC de cada Força.

3.4. Distribuição de Conscritos

3.4.1. É a fase na qual os conscritos selecionados, sem restrição na Seleção Geral, serão designados para as Forças ou incluídos no Excesso de Contingente.

3.4.1.1. Os conscritos incluídos no excesso de contingente serão direcionados à JSM para o recebimento do respectivo certificado.

3.4.2. Os parâmetros para distribuição dos conscritos selecionados na Seleção Geral serão inseridos no sistema pelas RM, após coordenação com os DN e SEREP, de acordo com a Sistemática de Avaliação de Conscritos do SERMILMOB.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.4.3. Os conscritos selecionados serão distribuídos até a 1ª quinzena de dezembro de 2018, conforme as necessidades das Forças, apresentadas no Boletim de Necessidades (Bol Nec) das OM, e de acordo com os entendimentos prévios estabelecidos por ocasião da Reunião de Coordenação da Distribuição entre os DN, as RM e os SEREP, observando-se os seguintes critérios:

- 1ª prioridade: Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva;

- 2ª prioridade: Força que incorpora o menor efetivo;

- 3ª prioridade: Força que incorpora o segundo menor efetivo; e

- 4ª prioridade: Força que incorpora o maior efetivo.

3.4.4. O conscrito tomará conhecimento da distribuição, no período de 16 de dezembro de 2018 a 15 de janeiro de 2019, por meio de consulta aos sítios www.alistamento.eb.mil.br, www.servicos.gov.br ou, presencialmente, em uma JSM.

3.4.5. Majoração.

3.4.5.1. A majoração visa a atender as substituições necessárias, em virtude de problemas identificados na Seleção Complementar.

3.4.5.2. O limite autorizado para majoração poderá atender à relação até 3 designados para 1 incorporado.

3.4.5.3. Observando o teto acima estabelecido, as Forças definirão os percentuais nas ICC respectivas, de acordo com as suas necessidades e respeitadas às peculiaridades de cada DN, RM e SEREP.

3.4.6. Distribuição para o Grupamento "A" (1ª Turma).

3.4.6.1. Conforme ICC (Quadro de Incorporação/Matrícula) Apêndice 2.

3.4.7. Distribuição para o Grupamento "B" (2ª Turma).

3.4.7.1. Os convocados, julgados aptos à distribuição, que por qualquer motivo não tiverem obtido o adiamento de incorporação e que durante a época da Seleção Geral comprovarem estar inscritos para exames de admissão à Escola Naval, à Academia da Força Aérea Brasileira, ao Colégio Naval, à Escola Preparatória de Cadetes do Exército, à Escola Preparatória de Cadetes do Ar, ao Instituto Militar de Engenharia, ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica, à Escola de Sargentos das Armas, à Escola de Especialistas da Aeronáutica, à Escola de Formação de Oficiais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, às Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante, às Escolas de Aprendizes-Marinheiros e ao Curso de Formação de Soldados do Corpo de Fuzileiros Navais deverão ser distribuídos em 2018, dentro das necessidades de cada Força, para a 2ª Turma de incorporação/Grupamento "B" em 2019, caso não tenham sido aprovados nos referidos exames.

3.4.7.2. Esses Estabelecimentos de Ensino (EE) militar informarão aos DN, às RM e aos SEREP interessados, até trinta dias após a data da matrícula, o nome dos convocados matriculados, a fim de permitir o cancelamento das respectivas designações para incorporação e demais providências necessárias. Deverão comunicar, ainda, dentro de trinta dias da ocorrência, o nome dos convocados que foram desligados ou eliminados. Todas as situações acima deverão ser atualizadas no SERMILMOB pelo EE do militar.

3.4.8. Os locais e as datas de apresentação dos designados à incorporação ou matrícula e dos incluídos no excesso de contingente, inclusive referentes aos MFDV, deverão estar regulados nas ICC de cada Força, em conformidade com o estabelecido no Apêndice 2.

3.4.9. Formalização do Conhecimento da Distribuição

3.4.9.1. O conscrito deverá comparecer na Comissão de Distribuição em data e local indicados nos sítios www.alistamento.eb.mil.br, www.servicos.gov.br ou JSM, a fim de formalizar o conhecimento da designação para incorporação/matrícula.

3.4.9.2. A Lista de Distribuição, documento hábil que atestará, de forma inconteste, o conhecimento da data e local da incorporação/matrícula (de acordo com a Súmula 7 do Superior Tribunal Militar - STM), deverá ser assinada pelo conscrito, como primeiro ato ao se apresentar na OM designada.

3.5. Seleção Complementar

3.5.1. Os conscritos designados à incorporação/matrícula serão submetidos à Seleção Complementar, a fim de confirmar as condições levantadas por ocasião da Seleção Geral.

3.5.2. A Seleção Complementar é de responsabilidade de cada Força.

3.5.2.1. As RM deverão coordenar, ouvidos os DN e os SEREP, o aproveitamento ou a liberação dos conscritos distribuídos à Marinha e à Aeronáutica não previstos para incorporação por aquelas Forças.

3.5.3. O ato de encostamento, conforme definido no art. 3º do RLSM, deverá ser publicado no Boletim Interno da Unidade. É proibida a utilização do encostado em qualquer tipo de atividade castrense no interior do aquartelamento antes da incorporação.

3.5.4. Em caso de igualdade de perfis para o preenchimento de um claro, deverão ser dispensados, em princípio, os conscritos formalmente empregados, mediante apresentação da carteira de trabalho assinada pelo empregador.

3.5.5. As OM abrangidas pelos respectivos DN, RM e SEREP deverão atualizar no SERMILMOB os dados dos dispensados ou isentos da incorporação/matrícula na Seleção Complementar.

3.5.5.1. As OM deverão, ainda, atualizar os dados dos incorporados/matriculados, inserindo no SERMILMOB as seguintes situações: prorrogação de tempo de serviço, licenciamento, anulação de incorporação/matrícula, desincorporação, exclusão a bem da disciplina, deserção, trancamento de matrícula, reforma, desaparecimento, extravio, 1º desligamento de atirador, 2º desligamento de atirador, reinclusão e/ou reabilitação, diretamente no Portal do SERMILMOB, até dez dias após cada evento. As instruções técnicas relativas ao assunto constam no Manual Técnico do Sistema, disponível no Portal do SERMILMOB - menu Manuais (Manual do SERMILMOB - Perfil: OM).

3.5.6. As OM que deixarem de atualizar os dados dos conscritos ao término do processo seletivo ficarão impossibilitadas de preencher os Bol Nec no SERMILMOB para incorporação ou matrícula em 2019.

3.5.7. O convocado, designado para a incorporação ou matrícula, que transferir sua residência, deverá se dirigir a um OSM para regularizar a sua situação militar. O OSM deverá informar ao DN, RM ou SEREP de destino, sobre a referida mudança, a fim de concorrer à Seleção Complementar em outra OMA (RLSM, art. 82, nº 1).

3.6. Situações Particulares

3.6.1. No caso de refratário.

3.6.1.1. Será considerado refratário, de acordo com o art. 24 da LSM, o brasileiro alistado que não se apresentar para a seleção durante a época de seleção do contingente de sua classe ou que, tendo-o feito, se ausentar sem a ter completado.

3.6.1.2. O conscrito selecionado e designados que não comparecer à Comissão de Distribuição será considerado refratário.

3.6.1.3. O cidadão na situação de refratário, ao se apresentar à JSM e realizar o pagamento da multa prevista no art. 176 do RLSM, será vinculado à classe convocada, sendo novamente reincluído no processo de recrutamento. Nesse caso, terá a sua situação militar regularizada, com os direitos, deveres e prerrogativas que os instrumentos legais inerentes ao Serviço Militar lhe facultam.

3.6.1.4. O refratário que regularizar a situação após 30 de junho de 2018, mas dentro do período das CS/CSFA/CSPFA, poderá, a critério dos DN, RM ou SEREP, ser encaminhado à Seleção Geral no ano corrente.

3.6.2. No caso de insubmisso.

3.6.2.1. Será considerado insubmisso, de acordo com o art. 183 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), o convocado selecionado que deixar de se apresentar à incorporação, dentro do prazo marcado, ou que, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação.

3.6.2.1.1. O conscrito designado à incorporação que se ausentar antes do ato oficial de incorporação, caracterizará o crime de insubmissão.

3.6.2.2. O Comandante, Chefe ou Diretor que receber conscrito declarado como insubmisso deverá, concomitantemente com a ordem de inspeção de saúde, determinar rigorosa investigação na documentação que relata a vida do conscrito, inclusive com consulta ao SERMILMOB, tendo em vista a possível ocorrência de erros de interpretação dos registros carimbados no CAM ou incorreção no sistema.

3.6.2.3. Nos processos de insubmissão, para efeito de aplicação da legislação especial a que se refere o art. 81 do RLSM, o insubmisso que se apresentar ou for capturado deverá ficar detido a partir da data de apresentação ou captura, tendo direito ao quartel por menagem, devendo ser mandado à inspeção de saúde, para fins de justiça e disciplina, ficando numa das seguintes situações:

3.6.2.3.1. se julgado apto, deverá ser incorporado a contar da data de apresentação ou captura; e

3.6.2.3.2. se apresentar condições de incapacidade previstas para os conscritos em geral, incluídos nos Grupos B-1, B-2 ou C, será considerado incapaz, sendo dispensado ou isento da incorporação, ficando, em consequência, dispensado do processo e da inclusão (Acórdão do STM de 8 de abril de 1983, dado na Apelação nº 43.624-5). No entanto, sua liberação somente ocorrerá após ordem judicial, que deverá ser imediatamente cumprida e informada à autoridade judiciária militar competente.

3.6.3. Entrega de Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) e de Certificado de Isenção (CI).

3.6.3.1. Os conscritos designados para incorporação ou matrícula, incluídos posteriormente no "excesso de contingente" das OM da Marinha, Exército e Aeronáutica, deverão ser encaminhados à JSM para recebimento do respectivo certificado.

3.6.3.2. O CI do conscrito julgado "Incapaz C" ou "Incapaz H", durante a época da Seleção Geral ou Complementar, deverá ser entregue de imediato ao interessado.

3.7. Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (MFDV)

3.7.1. Convocação.

3.7.1.1. A relação dos institutos de ensino formadores de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários (IEMFDV) dispensados de tributação consta do Apêndice 5.

3.7.1.2. De acordo com a Lei nº 12.336, de 26 de outubro de 2010, o cidadão que tiver sido dispensado da incorporação (portador de CDI) e concluir curso em instituto de ensino destinado à formação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários poderá ser convocado para a prestação do Serviço Militar. Neste caso, o CDI terá validade até a diplomação, quando deverá ser revalidado pela Região Militar respectiva, a qual deverá, também, inserir tal revalidação no SERMILMOB.

3.7.1.3. O estudante que tiver obtido adiamento de incorporação até o término do curso e não se apresentar à seleção ou que, tendo-o feito, se ausentar, sem a ter completado, será considerado refratário.

3.7.2. Seleção Especial.

3.7.2.1. A seleção dos estudantes dos IEMFDV e dos MFDV será realizada pelas CSE, que deverão ser constituídas de elementos das Forças interessadas, sob a responsabilidade das RM.

3.7.2.2. Serão submetidos à Seleção Especial:

a) os convocados pertencentes aos institutos de ensino não relacionados no Apêndice 5; e

b) os MFDV voluntários, inclusive as mulheres, conforme critérios estabelecidos pelas ICC de cada Força, observadas as normas para aplicação dos Decretos nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, com a redação dada pelo Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994, e nº 63.704, de 29 de novembro de 1968, com a redação dada pelo Decreto nº 1.295, de 26 de outubro de 1994, bem como as demais prescrições contidas em legislação específica de cada Força.

3.7.3. Distribuição.

Os convocados selecionados serão distribuídos de acordo com as necessidades das Forças e conforme os entendimentos prévios estabelecidos por ocasião da Reunião de Coordenação da Distribuição, a qual deverá ocorrer até 30 de novembro de 2018, entre os DN, RM e SEREP, devendo ser priorizada a Força que tiver maior necessidade de preencher claros, preferencialmente nas especialidades necessárias.

3.7.4. Particularidades.

3.7.4.1. Os Comandos do 7º DN, da 11ª RM e do SEREP/Brasília deverão, ao informar suas necessidades à CSE, incluir nos efetivos a incorporar um acréscimo para atendimento do Hospital das Forças Armadas (HFA). O HFA deverá informar à 11ª RM, até 31 de maio de 2018, os claros existentes em seu efetivo.

3.7.4.2. Todo médico convocado para servir às Forças Armadas, matriculado no primeiro ano de Programa de Residência Médica, poderá requerer a reserva da vaga em apenas um programa em todo território nacional, pelo período de um ano, conforme a Resolução nº 4, de 30 de setembro de 2011, da Comissão Nacional de Residência Médica, publicada no Diário Oficial da União nº 190, de 3 de outubro de 2011.

3.7.4.3. A concessão a qual se refere o item 3.7.4.2. será estendida aos médicos residentes, tanto homens quanto mulheres, que se alistem voluntariamente ao Serviço Militar, desde que seu alistamento tenha sido efetuado anteriormente à matrícula no Programa de Residência Médica no qual se classificou.

3.7.4.4. Os médicos não aproveitados na seleção da Marinha e da Aeronáutica serão encaminhados à RM, até dois dias antes do término da Seleção Complementar do Exército, onde poderão ser reaproveitados ou dispensados.

3.7.4.5. Considerando o que prescreve o inciso XV do art. 5º da Constituição Federal, os MFDV que ao término do curso mudarem de domicílio poderão solicitar a transferência de vinculação de RM. Neste caso, a RM de destino deverá solicitar, à RM de origem, a mudança de vinculação do cidadão, com a consequente transferência da sua Ficha Individual para fins de Serviço Militar.

4. BOLETIM DE NECESSIDADES

4.1. O Bol Nec é o documento básico para o atendimento das necessidades de incorporação/matrícula das OM e serve como parâmetro para a constituição dos Grupamentos de Distribuição (GD) pelas RM no SERMILMOB.

4.2. As OM da Marinha, do Exército e da Aeronáutica deverão preencher o Bol Nec diretamente no Portal do SERMILMOB, até 14 de setembro de 2018, para avaliação dos DN, RM e SEREP, respectivamente.

4.2.1. O acesso permitido pelo sistema para preenchimento do Bol Nec está condicionado à prévia inserção de dados referentes à incorporação da classe anterior, bem como aos distribuídos incluídos no excesso de contingente.

4.3. Os DN, as RM e os SEREP deverão validar as informações de suas OM, até 28 de setembro de 2018, bem como a necessidade de majoração.

4.4. A consolidação do Bol Nec das OM no SERMILMOB deverá ser feita pelas RM, até 15 de outubro de 2018.

4.5. As RM deverão coordenar com os DN e os SEREP a consolidação dos Bol Nec até 31 de outubro de 2018, a fim de possibilitar a formação dos GD, até 16 de novembro de 2018, levando em consideração a necessidade de majoração de cada OM.

4.6. As instruções relativas ao preenchimento do Bol Nec pelas OM/OFR constam no manual técnico do sistema, disponível no Portal do SERMILMOB, menu Manuais (Manual do SERMILMOB - Perfil: OM).

5. ELABORAÇÃO DO PLANO GERAL DE CONVOCAÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR INICIAL EM 2020 E INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES DE CONVOCAÇÃO 2019

5.1. As Forças deverão enviar ao MD, até 30 de julho de 2018, as propostas de alterações ou inclusões para o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2020 (PGC 2020).

5.2. As ICC 2019 elaboradas pelas Forças deverão ser remetidas ao MD até 31 de janeiro de 2018.

6. RELATÓRIOS DE CONSCRIÇÃO

6.1. Os relatórios previstos no Decreto nº 66.949, de 23 de julho de 1970 (IGCCFA), estão disponibilizados no SERMILMOB, devendo os OSM manter os dados atualizados.

7. PUBLICIDADE

7.1. O MD ficará encarregado da elaboração e veiculação, em âmbito nacional, das campanhas publicitárias sobre o Serviço Militar, incluindo a direcionada ao MFDV, de acordo com o previsto no Apêndice 6. Os OSM serão encarregados da veiculação regional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.1.1. O alistamento, nas RM, deverá ser divulgado na modalidade on-line.

7.2. As Forças poderão produzir material próprio para realizar tal publicidade, ficando encarregadas de realizar a divulgação do material elaborado, e arcando com os custos correspondentes.

7.3. Para que seja preservada a boa imagem do Sistema de Serviço Militar junto ao público externo, é fundamental que o jovem seja atendido de maneira correta, educada e eficiente em todas as fases de recrutamento (Alistamento, Seleção Geral, Conhecimento da Distribuição e Seleção Complementar), pois essa poderá ser a única oportunidade de contato de milhares de jovens brasileiros com as Forças Armadas.

7.4. Durante o funcionamento das CS/CSFA/CSPFA/CSE, as Forças disponibilizarão material informativo sobre assuntos de interesse geral, tais como: educação para o trânsito, higiene e primeiros socorros, etc.

7.5. Especial atenção deve ser dada aos MFDV, utilizando-se de todas as oportunidades e meios para incentivá-los à prestação do Serviço Militar em caráter voluntário, inclusive nas regiões mais carentes como a Amazônia e o Centro-Oeste, mostrando os benefícios ao próprio profissional e à sociedade.

7.6. Os DN, as RM e os SEREP, ao receberem material de publicidade do Serviço Militar, deverão envidar esforços para distribuição às JSM e divulgação nas áreas públicas.

8. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

8.1. As RM deverão orientar os OSM para que seja divulgada aos convocados, por ocasião do alistamento, sobre a possibilidade de adiamento de incorporação ou matrícula, bem como sobre o enquadramento na situação de arrimo de família e de eximidos.

8.2. No tocante à prestação do Serviço Militar por indígenas, os OSM, em igualdade de condições, deverão dar prioridade à incorporação de jovens oriundos de comunidades indígenas, desde que voluntários e aprovados no processo de seleção, de acordo com a Portaria nº 983/DPE/SPEAI/MD, de 17 de outubro de 2003, que aprova a diretriz para o relacionamento das Forças Armadas com as comunidades indígenas.

8.3. Os conscritos alistados até 30 de junho de 2018, designados para a Seleção Geral, terão, a data de 29 de dezembro de 2018, registrada no SERMILMOB e no CAM, como limite de validade inicial.

8.4. O Título de Eleitor dos conscritos incorporados não poderá ser recolhido tendo em vista o prescrito no parágrafo único do art. 91 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

8.5. Os militares detentores de Título de Eleitor deixarão de votar no ano da prestação do SMI, por estarem enquadrados na restrição prevista no § 2º do art. 14 da Constituição Federal.

8.6. Atendendo orientação da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, deverão ser encaminhadas às respectivas zonas eleitorais as relações dos conscritos detentores de Título de Eleitor, organizadas por Seção Eleitoral, no prazo máximo de trinta dias após a incorporação/matrícula e licenciamento/engajamento, contendo as seguintes informações:

CONSCRITO
INCORPORADO / MATRICULADO

CONSCRITO INCORPORADO / MATRICULADO	MILITAR LICENCIADO / ENGAJADO
Número do Título de Eleitor	Número do Título de Eleitor
Nome completo, sem abreviaturas	Nome completo, sem abreviaturas
Nome completo da mãe e do pai, sem abreviaturas	Nome completo da mãe e do pai, sem abreviaturas
Data de nascimento	Data de nascimento
Data de incorporação / matrícula	Data de desligamento / engajamento

8.7. As Forças deverão evitar sobrecarregar os OSM com missões estranhas às suas atribuições relacionadas com o Serviço Militar.

8.8. De conformidade com a Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, que dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências, presume-se como verdadeira, sob as penas da lei, a declaração destinada a fazer prova de boa conduta, bons antecedentes, de residência e de pobreza, quando firmada pelo próprio interessado ou por bastante procurador.

8.9. Todas as informações e relatórios solicitados pelo MD, não disponibilizados no SERMILMOB, deverão ser remetidos em via impressa, acompanhada de meio digital.

8.10. O conscrito de classe posterior à convocada (17 anos), voluntário, residente em MT, mesmo sendo julgado incapaz temporariamente ("B1" ou "B2"), arrimo de família, com problema social ou inapto na CS/CSFA/CSPFA por outros motivos ou que julgado apto não seja aproveitado na designação, não deverá ser incluído no excesso de contingente e, sim, encaminhado à JSM, a fim de ser vinculado a sua classe.

8.11. O voluntário para a prestação do Serviço Militar poderá ser aceito a partir dos dezessete anos de idade, com a finalidade de atender necessidades específicas das Forças Armadas, desde que, no ATO DA INCORPORAÇÃO, o conscrito tenha completado dezoito anos de idade.

8.12. A partir de 1º de janeiro do ano em que o cidadão brasileiro completar quarenta e seis anos de idade não caberá o fornecimento de nenhum Certificado Militar por estar desobrigado com o Serviço Militar (art. 170 do RLSM), em consequência, torna-se dispensável a exigência de apresentação de documento comprobatório de quitação com o SM para qualquer finalidade.

8.13. Para efeito de dispensa de incorporação, de acordo com o número 5) do art. 105, do RLSM, ficam relacionadas as Empresas Estratégicas de Defesa credenciadas de acordo com a Lei nº 12.598, de 2012, conforme lista atualizada disponível no site do MD (http://www.defesa.gov.br/arquivos/industria_defesa/cmid/lista_geral_credenciamentos_ed_e_eed.pdf).

8.14. A DSM realizará, a qualquer tempo, a liberação de acesso dos operadores do SERMILMOB, por solicitação dos respectivos órgãos integrantes do Sistema de Serviço Militar.

8.15. A fim de preservar a segurança das informações disponíveis no SERMILMOB, os DN, as RM e os SEREP deverão realizar o bloqueio dos usuários que foram movimentados e/ou deixaram de exercer funções inerentes às atividades de Serviço Militar e/ou de Mobilização de pessoal, tão logo isso ocorra.

8.16. O período destinado à entrada dos requerimentos de solicitação de adiamento de incorporação será: nas JSM de 2 de janeiro a 30 de junho de 2018; nas CS/CSFA/CSPFA durante o período de funcionamento.

8.17. Durante o alistamento e a seleção geral, os conscritos maiores de dezoito anos poderão ser esclarecidos da importância do ato voluntário de doação de sangue. A critério dos DN, RM e COMAR, as equipes volantes dos hemocentros poderão realizar a coleta voluntária de sangue nas CS/CSFA/CSPFA.

8.18. Os brasileiros residentes no exterior da classe de 2000 ou a ela vinculada estarão dispensados da prestação do SMI. Deverão apresentar comprovante de residência ou documento comprobatório de estar frequentando curso ou exercendo atividade remunerada por prazo superior a três meses. O interessado, por meio da repartição consular, para efeito da aplicação do art. 33 do RLSM, deverá requerer à DSM o certificado militar correspondente.

8.19. Cumprindo orientação dos órgãos de controle interno do MD, com vista à melhor aplicação dos recursos do FSM, as Diretorias de Serviço Militar das Forças deverão, anualmente, apresentar um Plano de Trabalho (Portaria Normativa nº 3.011/MD, de 18 de novembro de 2014) para a aplicação dos recursos do FSM no ano seguinte, discriminando: Grupo, ND, valor e detalhamento da despesa, permitindo, dessa forma, estabelecer a vinculação entre a despesa a ser realizada e os objetivos do Fundo.

8.20. As taxas e multas poderão ser recolhidas no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

APÊNDICE 1
COMPOSIÇÃO MÍNIMA DAS COMISSÕES DE SELEÇÃO
1. COMISSÃO DE SELEÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Postos/Graduações	Força Armada (a)			
	Marinha	Exército	Aeronáutica	Soma
Oficial Superior (b)	-	1	-	1
Capitão / Tenente	-	3	-	3
Oficial Médico	1	1	1	3
Oficial Dentista	1	1	1	3
SO/ST/Sgt	2	5	2	9
SO/ST/Sgt de Saúde	1	1	1	3
Cabo	1	3	1	5
Soldado/Marinheiro	2	3	2	7
Total	8	18	8	34 (c)

2. COMISSÃO DE SELEÇÃO PERMANENTE DAS FORÇAS ARMADAS
a.Curitiba/PR

Postos/Graduações	Força Armada		
	Exército	Aeronáutica	Soma
Oficial Superior (b)	1	-	1
Capitão / Tenente	10		10
Oficial Médico	1 (d)	1 (d)	1 (e)
Oficial Dentista	2 (d)	-	1 (e)
ST/Sgt	1	1	2
ST/Sgt de Saúde		1	1
Cabo	2		2
Soldado/Marinheiro	6		6
Total			24 c)

b.Campo Grande/MS

Postos/Graduações	Força Armada		
	Exército	Aeronáutica	Soma
Oficial Superior (b)	1	-	1
Capitão / Tenente	4	-	4
Oficial Médico	1	-	1
Oficial Dentista	1	-	1
SO/ST/Sgt	4	2	6
SO/ST/Sgt de Saúde	2	-	2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cabo	3	1	4
Soldado/Marinheiro	4	-	4
Total			23 (c)

c. Belém/PA

Postos/Graduações	Força Armada			
	Marinha	Exército	Aeronáutica	Soma
Oficial Superior (b)		1		1
Capitão / Tenente		4		4
Oficial Médico (c)	1 (d)	1 (d)	1 (d)	1 (e)
Oficial Dentista	1 (d)	1 (d)	1 (d)	1 (e)
SO/ST/Sgt	1	3	2	6
SO/ST/Sgt de Saúde	2 (d)	2 (d)	2 (d)	2 (e)
Cabo	1	2	1	4
Soldado/Marinheiro		4		4
Total				23 (c)

d.Salvador/BA

Postos/Graduações	Força Armada			
	Marinha	Exército	Aeronáutica	Soma
Oficial Superior (b)	-	1	-	1
Capitão / Tenente		1		1
Oficial Médico (c)	1 (d)	1 (d)	1 (d)	1 (d)
Oficial Dentista	1 (d)	1 (d)	1 (d)	1 (d)
SO/ST/Sgt	1	7	1	9
SO/ST/Sgt de Saúde		1		1
Cabo	1	2	1	4
Soldado/Marinheiro		2	1	3
Total				21 (c)

Legenda: CSFA / CSPFA
a) Constituídas por elementos das três Forças, respeitadas as peculiaridades regionais e a tributação local.
b) Presidente.
c) O efetivo pode ser acrescido: nas CSFA (a critério das RM) e nas CSPFA (a critério dos DN, RM e SEREP).
d) Mediante sistema de rodízio trimestral.
e) Computado somente 1 (um) Oficial por Força (rodízio).

APÊNDICE 2

CRONOGRAMA DOS EVENTOS

1. QUADRO DE ALISTAMENTO

1.1. Prazos para a classe de 2000:

ANO	PERÍODO DO ALISTAMENTO	SITUAÇÃO	DESTINO
2018	1º de janeiro a 30 de junho	Dentro do prazo	Encaminhar à seleção de 2018.
	1º de julho a 31de dezembro	Fora do prazo: multa prevista no nº1 do art. 176 do RLSM	Encaminhar à seleção de 2019.

1.2. Prazos para as classes anteriores (não alistados):

ANO	PERÍODO DO ALISTAMENTO	SITUAÇÃO	DESTINO
2018	1º de janeiro a 30 de junho	Fora do prazo: multa prevista no nº 1 do art. 176 do RLSM	Encaminhar à seleção de 2018.
	1º de julho a 31de dezembro		Encaminhar à seleção de 2019.

2. QUADRO DA SELEÇÃO GERAL, DA SELEÇÃO ESPECIAL, DO CONHECIMENTO DA DESIGNAÇÃO E DA SELEÇÃO COMPLEMENTAR

ANO	PROCESSO	PERÍODO	LOCAL
2018	SELEÇÃO GERAL	OMA, TG e EsIM 6 de agosto a 9 de novembro (conforme ICC)	Sede dos MT pelas CS/CSFA
		OMA 15 de fevereiro a 30 de novembro	Sede dos MT das CSPFA de Belém-PA, Salvador-BA, Curitiba-PR e Campo Grande-MS
	SELEÇÃO ESPECIAL	CPOR e NPOR 6 de agosto a 30 de novembro	Conforme ICC
		MFDV 21 de agosto a 30 de novembro	Sede dos MT pelas CSE

ANO	PROCESSO	PERÍODO	LOCAL
2018/ 2019	CONHECIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO	Gpt "A" (1ª Turma), Gpt "B" (2ª Turma), CPOR/NPOR, TG e EsIM 16 de dezembro de 2018 a 15 de janeiro de 2019	No sítio www.alistamento.eb.mil.br ou JSM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		MFDV 2 a 14 de janeiro de 2019	No mesmo local das CSE
	DESIGNAÇÃO PARA INCORPORAÇÃO / SELEÇÃO COMPLEMENTAR	Gpt "A" (1ª Turma), CPOR, NPOR, TG e EsIM 14 de janeiro a 25 de fevereiro de 2019	A critério dos DN, das RM e dos SEREP
		MFDV 2 a 31 de janeiro de 2019	
		Gpt "B" (2ª Turma) 3 de junho a 31 de julho de 2019	

OBSERVAÇÕES:
- Os DN e os SEREP, nas suas áreas de tributação exclusiva, regularão as datas de funcionamento das CS, dentro do prazo fixado, informando às RM correspondentes.
- Compete à RM regular, nos Planos Regionais de Convocação (PRC), as datas de funcionamento das CS de tributação exclusiva e das CSFA, dentro do prazo fixado.
- Compete à RM regular nos PRC as datas de funcionamento das CSE, dentro do prazo fixado. As CSE que funcionarem nas sedes de RM deverão ficar em condições de atender aos convocados até o término do prazo.
- Mediante prévio entendimento entre os DN, os SEREP e as RM, os conscritos designados para a Marinha poderão antecipar as apresentações em suas OM a partir de 02 Jan 19, e os designados para a Aeronáutica, do Gpt "A", a partir de 02 Jan 19 e os do Gpt "B", de 05 Jun 19.

3. QUADRO DE INCORPORAÇÃO/MATRÍCULA

2019			
INCORPORAÇÃO		MATRÍCULA	
DATA	LOCAL	PERÍODO	LOCAL
Gpt "A" (1ª Turma) e TG 1º de março	OM de destino	CPOR, NPOR e EsIM Conforme as ICC	
MFDV 1º de fevereiro			
Gpt "B" (2ª Turma) 1º de agosto			
STT, EIPOT e EIC Conforme as ICC			

APÊNDICE 3

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES			
Ano	Mês	Dia	Evento (Referência PGC/2019)
2018	Janeiro	até 31	Remessa das ICC item 5.2
	Maio	até 30	Informar as necessidades em MFDV à CSE/11ª RM item 3.7.4.1
			Informar os claros existentes no seu efetivo item 3.7.4.1
			Coordenação entre DN, RM e SEREP sobre constituição das CS/CSFA/CSPFA em pessoal e material item 3.3.2.2
	Julho	até 31	Proposta de alteração do PGC- item 5.1.
	Setembro	até 14	Preenchimento dos Bol Nec no Portal do SERMILMOB item 4.2
	Outubro	até 31	Consolidação dos Bol Nec pelas RM item 4.4.
	Novembro	até 30	Reunião de coordenação da distribuição de conscritos e MFDV (DN/ RM/SEREP) item 3.4.3 e 3.7.3
	Dezembro	A partir de 16	Acesso ao Conhecimento da Distribuição item 3.4.4
2018/ 2019	Janeiro a dezembro	Até 10 dias após o evento	Remessa da relação de conscritos detentores de Título de Eleitor (Incorporação/Matrícula e Licenciamento/Engajamento) item 8.5
			Informação sobre convocados e matriculados- item 3.4.8.2
			Atualização dos dados de incorporação e licenciamento e outros eventos por meio do acesso direto ao Portal do SERMILMOB item 3.5.5.1

APÊNDICE 4
MUNICÍPIOS TRIBUTÁRIOS
(art. 35 do RLSM)

1) ACRE			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Assis Brasil		X	
2.Brasiléia		X	
3.Cruzeiro do Sul		X	X
4.Mâncio Lima		X	
5.Marechal Thaumaturgo		X	
6.Plácido de Castro		X	
7.Rio Branco		X	X
8.Santa Rosa do Purus		X	
9.Tarauacá		X	

2) ALAGOAS			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Arapiraca		X	
2.Maceió	X	X	X
3.Palmeira dos Índios		X	
4.Penedo		X	
5.Rio Largo			X

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.São José da Laje		X	
7.Teotônio Vilela		X	

3) AMAPÁ			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Macapá	X	X	
2.Oiapoque		X	
3.Santana do Amapá	X	X	

4) AMAZONAS			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Atalaia do Norte		X	
2.Barcelos		X	
3.Benjamin Constant		X	
4.Eirunepé		X	X
5.Humaitá		X	
6.Lábrea		X	
7.Manaus	X	X	X
8.Manicoré		X	X
9.Novo Airão		X	
10.Paritins	X		
11.Santa Isabel do Rio Negro		X	
12.São Gabriel da Cachoeira		X	X
13.São Paulo de Olivença		X	
14.Tabatinga	X	X	X
15.Tefé	X	X	X

5) BAHIA			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Alagoinhas		X	
2.Angical		X	
3.Barreiras		X	
4.Bom Jesus da Lapa			X
5.Brumado		X	
6.Cachoeira		X	
7.Cairú		X	
8.Camaçari		X	

5) BAHIA			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
9.Cruz das Almas		X	
10.Dom Macedo Costa		X	
11.Feira de Santana		X	
12.Ilhéus		X	
13.Irecê		X	
14.Itabuna		X	
15.Itamaraju		X	
16.Itapetinga		X	
17.Jacobina		X	
18.Jaguaripe		X	
19.Jequié		X	
20.Juazeiro		X	
21.Lauro de Freitas			X
22.Luis Eduardo Magalhães		X	
23.Macarani		X	
24.Muniz Ferreira		X	
25.Muritiba		X	
26.Nazaré		X	
27.Paulo Afonso		X	
28.Poções		X	
29.Porto Seguro			X
30.Salvador	X	X	X
31.Santo Antônio de Jesus		X	
32.São Desidério		X	
33.São Félix		X	
34.Serrinha		X	
35.Valença		X	
36.Vitória da Conquista		X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6) CEARÁ			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Acaraú		X	
2.Aracati		X	
3.Camocim		X	
4.Crateús		X	
5.Crato		X	
6.Fortaleza	X	X	X
7.Itapipoca		X	
8.Juazeiro do Norte		X	
9.Limoeiro do Norte		X	
10.Maranguape		X	
11.Marco		X	
12.Quixeramobim		X	
13.Russas		X	
14.Tamboril		X	

7) DISTRITO FEDERAL			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Brasília	X	X	X

8) ESPÍRITO SANTO			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Alegre		X	
2.Bom Jesus do Norte		X	
3.Cachoeiro do Itapemirim		X	
4.Castelo		X	
5.Colatina		X	

8) ESPÍRITO SANTO			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
6.Guaçuí		X	
7.Linhares		X	
8.Santa Tereza			X
9.São Gabriel da Palha		X	
10.Vila Velha		X	
11.Vitória	X	X	

9) GOIÁS			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Anápolis		X	X
2.Aparecida de Goiânia		X	
3.Aragarças		X	
4.Catalão		X	
5.Caldas Novas		X	
6.Cristalina		X	
7.Formosa		X	
8.Goiânia		X	
9.Ipameri		X	
10.Iporá		X	
11.Itumbiara		X	
12.Jataí		X	
13.Luziânia		X	
14.Novo Gama		X	
15.Pires do Rio		X	
16.Planaltina		X	
17.Rio Verde		X	

10) MARANHÃO			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Alcântara			X
2.Caxias		X	
3.Codó		X	
4.Imperatriz	X	X	X
5.Pedreiras		X	
6.São Luís	X	X	X
7.Timon		X	

11) MATO GROSSO			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Alta Floresta		X	
2.Água Boa		X	
3.Barra do Garças		X	X
4.Cáceres	X	X	
5.Chapada dos Guimarães			X
6.Colíder		X	
7.Cuiabá	X	X	X
8.Guarantã do Norte			X
9.Juara		X	
10.Mirassol dOeste		X	
11.Primavera do Leste		X	
12.Rondonópolis		X	
13.São Félix do Araguaia	X		X
14.São José dos Quatro Marcos		X	
15.Sinop		X	X
16.Várzea Grande		X	X

12) MATO GROSSO DO SUL			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Amambai		X	
2.Anastácio		X	
3.Antônio João		X	
4.Aquidauana		X	
5.Aral Moreira		X	
6.Bela Vista		X	
7.Bodoquena		X	
8.Bonito		X	
9.Caarapó		X	
10.Campo Grande		X	X
11.Caracol		X	
12.Corumbá	X	X	X
13.Coxim		X	
14.Deodápolis		X	
15.Dois Irmãos do Buriti		X	
16.Dourados		X	
17.Eldorado		X	
18.Fátima do Sul		X	
19.Glória de Dourados		X	
20.Guia Lopes da Laguna		X	
21.Iguatemi		X	
22.Itaquiraí		X	
23.Jardim		X	
24.Ladário	X	X	X
25.Laguna Carapã		X	
26.Maracaju		X	
27.Miranda		X	

12) MATO GROSSO DO SUL			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
28.Mundo Novo		X	
29.Naviraí		X	
30.Nioaque		X	
31.Nova Andradina		X	
32.Ponta Porã		X	
33.Porto Murtinho	X	X	
34.Ribas do Rio Pardo		X	
35.Rio Brilhante		X	
36.Rio Verde de Mato Grosso		X	
37.São Gabriel do Oeste		X	
38.Sidrolândia		X	
39.Três Lagoas		X	

13) MINAS GERAIS			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Alfenas		X	
2.Andradas		X	
3.Araguari		X	
4.Araxá		X	
5.Barbacena			X
6.Barroso		X	
7.Belo Horizonte		X	X
8.Boa Esperança		X	
9.Bom Despacho		X	
10.Borda da Mata		X	
11.Brasópolis		X	
12.Cambuí		X	

13) MINAS GERAIS			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
13.Cambuquira		X	
14.Campanha		X	
15.Campo Belo		X	
16.Carangola		X	
17.Caratinga		X	
18.Cataguases		X	
19.Caxambu		X	
20.Conceição das Alagoas		X	
21.Confins			X
22.Conselheiro Lafaiete		X	
23.Contagem		X	
24.Cristina		X	
25.Curvelo		X	
26.Delfim Moreira		X	
27.Diamantina		X	
28.Divinópolis		X	
29.Formiga		X	
30.Frutal		X	
31.Governador Valadares		X	
32.Guanhães		X	
33.Guaxupé		X	
34.Itajubá		X	
35.Itaúna		X	
36.Ituiutaba		X	
37.Januária		X	
38.Jequitinhonha		X	
39.Juiz de Fora		X	

13) MINAS GERAIS			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
40.Lagoa Santa			X
41.Lavras		X	
42.Maria da Fé		X	
43.Matias Barbosa		X	
44.Matozinhos		X	
45.Montes Claros		X	
46.Muriaé		X	
47.Nanuque		X	
48.Nepomuceno		X	
49.Oliveira		X	
50.Ouro Fino		X	
51.Paracatu		X	
52.Paraisópolis		X	
53.Passos		X	
54.Patos de Minas		X	
55.Patrocínio		X	
56.Pedralva		X	
57.Piranguinho		X	
58.Pirapora	X		
59.Poços de Caldas		X	
60.Pouso Alegre		X	
61.Santa Rita do Sapucaí		X	
62.Santos Dumont		X	
63.São Gonçalo do Sapucaí		X	
64.São João Del Rei		X	
65.São João Nepomuceno		X	
66.São Lourenço		X	

13) MINAS GERAIS			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
67.São Sebastião do Paraíso		X	
68.Sete Lagoas		X	
69.Teófilo Otoni		X	
70.Tiradentes		X	
71.Três Corações		X	
72.Três Marias			X
73.Três Pontas		X	
74.Ubá		X	
75.Uberaba		X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

76.Uberlândia		X	
77.Varginha		X	
78.Vespasiano			X
79.Viçosa		X	

14) PARÁ			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Abaetetuba		X	
2.Altamira		X	
3.Ananindeua		X	
4.Belém	X	X	X
5.Bragança		X	
6.Breves		X	
7.Cametá		X	
8.Castanhal		X	
9.Conceição do Araguaia			X
10.Itaituba		X	
11.Marabá		X	

14) PARÁ			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
12.Marituba		X	
13.Santarém	X	X	X
14.Tucuruí		X	

15) PARAÍBA			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Bayeux		X	
2.Cabedelo		X	
3.Cajazeiras		X	
4.Campina Grande		X	
5.João Pessoa	X	X	
6.Patos		X	
7.Pombal		X	
8.Rio Tinto		X	
9.Santa Rita		X	

16) PARANÁ			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Ampére		X	
2.Apucarana		X	
3.Arapongas		X	
4.Assis Chateaubriand		X	
5.Balsa Nova		X	
6.Bandeirantes		X	
7.Bituruna		X	
8.Cambará		X	
9.Campo do Tenente		X	

16) PARANÁ			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
10.Campo Largo		X	
11.Campo Mourão		X	
12.Carambeí		X	
13.Cascavel		X	X
14.Castro		X	
15.Cianorte		X	
16.Clevelândia		X	
17.Colombo		X	
18.Contenda		X	
19.Corbélia		X	
20.Cornélio Procópio		X	
21.Cruz Machado		X	
22.Curitiba		X	X
23.DoisVizinhos		X	
24.Foz do Iguaçu	X	X	X
25.Francisco Beltrão		X	
26.General Carneiro		X	
27.Guaíra	X	X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28.Guarapuava		X	
29.Imbituva		X	
30.Ipiranga		X	
31.Itapejara do Oeste		X	
32.Jacarezinho		X	
33.Jandaia do Sul		X	
34.Lapa		X	
35.Loanda		X	
36.Londrina		X	

16) PARANÁ			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
37.Mallet		X	
38.Mangueirinha		X	
39.Mal. Cândido Rondon		X	
40.Maringá		X	
41.Marmeleiro		X	
42.Medianeira		X	
43.Nova Esperança		X	
44.Palmas		X	
45.Palmeira		X	
46.Palotina		X	
47.Paranaguá	X	X	
48.Paranavaí		X	
49.Pato Branco		X	
50.Paula Freitas		X	
51.Paulo Frontin		X	
52.Ponta Grossa		X	
53.Porto Amazonas		X	
54.Porto Vitória		X	
55.Quitandinha		X	
56.Renascença		X	
57.Ribeirão Claro		X	
58.Rio Negro		X	
59.Rolândia		X	
60.Sta Terezinha de Itaipu		X	
61.Sto Antônio da Platina		X	
62.São João do Triunfo		X	
63.São José dos Pinhais		X	

16) PARANÁ			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
64.São Miguel do Iguaçu		X	
65.Terra Roxa		X	
66.Telêmaco Borba		X	
67.Teixeira Soares		X	
68.Toledo		X	
69.Umuarama		X	
70.União da Vitória		X	

17) PERNAMBUCO			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Afogados da Ingazeira		X	
2.Araçoiaba		X	
3.Arcoverde		X	
4.Belo Jardim		X	
5.Camaragibe		X	
6.Catende		X	
7.Caruaru		X	
8.Garanhuns		X	
9.Fernando de Noronha			X
10.Jaboatão dos Guararapes		X	X
11.Limoeiro		X	
12.Moreno		X	
13.Nazaré da Mata		X	
14.Olinda	X	X	
15.Paulista		X	
16.Paudalho		X	
17.Pesqueira		X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17) PERNAMBUCO			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
18.Petrolina		X	X
19.Recife	X	X	X
20.São Bento do Una		X	
21.São João		X	
22.São Lourenço da Mata		X	
23.Serra Talhada		X	
24.Vitória de Santo Antão		X	

18) PIAUÍ			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Aroeira do Itaim		X	
2.Bocaina		X	
3.Campo Maior		X	
4.Dom Expedito Lopes		X	
5.Floriano		X	
6.Francisco Santos		X	
7.Inhuma		X	
8.Itainópolis		X	
9.Jaicós		X	
10.Oeiras		X	
11.Parnaíba	X	X	
12.Picos		X	
13.Piripiri		X	
14.Santana do Piauí		X	
15.Sussuapara		X	
16.Teresina		X	
17.Valença do Piauí		X	

19) RIO DE JANEIRO			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Angra dos Reis	X		
2.Barra Mansa		X	
3.Belford Roxo		X	
4.Bom Jesus do Itabapoana		X	
5.Cabo Frio		X	
6.Campos dos Goytacazes		X	
7.Duque de Caxias		X	
8.Engenheiro Paulo de Frontin		X	
9.Iguaba Grande		X	
10.Itaperuna		X	
11.Itatiaia		X	
12.Japeri		X	
13.Macaé		X	
14.Mendes		X	
15.Mesquita		X	
16.Miracema		X	
17.Natividade		X	
18.Nilópolis		X	
19.Niterói		X	
20.Nova Friburgo	X	X	
21.Nova Iguaçu		X	
22.Paracambi		X	
23.Paty do Alferes		X	
24.Petrópolis		X	X
25.Porciúncula		X	
26.Porto Real		X	
27.Quatis		X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19) RIO DE JANEIRO			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
28.Queimados		X	
29.Resende		X	
30.Rio de Janeiro	X	X	X
31.Santo Antônio de Pádua		X	
32.São Fidélis		X	
33.São Gonçalo	X	X	
34.São João de Meriti		X	
35.São Pedro da Aldeia	X		
36.Seropédica		X	
37.Teresópolis		X	
38.Valença		X	
39.Volta Redonda		X	

20) RIO GRANDE DO NORTE			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Acari		X	
2.Areia Branca	X		
3.Caicó		X	
4.Cruzeta		X	
5.Currais Novos		X	
6.Extremoz		X	
7.Jardim do Seridó		X	
8.Jurucutu		X	
9.Macaíba		X	
10.Mossoró		X	
11.Natal	X	X	X
12.Parnamirim			X

20) RIO GRANDE DO NORTE			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
13.São Fernando		X	
14.São Gonçalo do Amarante		X	
15.São João do Sabugi		X	
16.São José do Seridó		X	
17.Serra Negra do Norte		X	
18.Timbaúba dos Batistas		X	

21) RIO GRANDE DO SUL			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Agudo		X	
2.Ajuricaba		X	
3.Alecrim		X	
4.Alegrete		X	
5.Alegria		X	
6.Alpestre		X	
7.Ametista do Sul		X	
8.Arroio do Meio		X	
9.Arroio do Tigre		X	
10.Arroio dos Ratos		X	
11.Arroio Grande		X	
12.Augusto Pestana		X	
13.Bagé		X	
14.Barão de Cotegipe		X	
15.Barão do Triunfo		X	
16.Barros Cassal		X	
17.Bento Gonçalves		X	
18.Boa Vista do Buricá		X	
19.Boa Vista do Cadeado		X	

21) RIO GRANDE DO SUL			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
20.Boa Vista do Incra		X	
21.Bom Progresso		X	
22.Bom Retiro do Sul		X	
23.Bossoroca		X	
24.Bozano		X	
25.Braga		X	
26.Butiá		X	
27.Caçapava do Sul		X	
28.Cacequi		X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

29.Cachoeira do Sul		X	
30.Caiçara		X	
31.Caibaté		X	
32.Camaquã		X	
33.Camargo		X	
34.Campina das Missões		X	
35.Campo Bom		X	
36.Campo Novo		X	
37.Campos Borges		X	
38.Carlos Barbosa		X	
39.Candelária		X	
40.Candiota		X	
41.Cândido Godói		X	
42.Canguçu		X	X
43.Canoas		X	X
44.Capão do Cipó		X	
45.Capão do Leão		X	
46.Carazinho		X	

21) RIO GRANDE DO SUL			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
47.Catuípe		X	
48.Caxias do Sul		X	
49.Cerrito		X	
50.Cerro Branco		X	
51.Cerro Largo		X	
52.Chapada		X	
53.Charqueadas		X	
54.Chiapeta		X	
55.Colorado		X	
56.Condor		X	
57.Coronel Barros		X	
58.Coronel Bicaco		X	
59.Crissiumal		X	
60.Cruz Alta		X	
61.Cruzeiro do Sul		X	
62.Derrubadas		X	
63.Dezesseis de Novembro		X	
64.Dilermando de Aguiar		X	
65.Dois Irmãos		X	
66.Dona Francisca		X	
67.Dom Pedrito		X	
68.Doutor Maurício Cardoso		X	
69.Eldorado do Sul		X	
70.Encantado		X	
71.Encruzilhada do Sul		X	
72.Entre-Ijuís		X	
73.Erechim		X	

21) RIO GRANDE DO SUL			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
74.Ernestina		X	
75.Erval Seco		X	
76.Esperança do Sul		X	
77.Espumoso		X	
78.Estação		X	
79.Estância Velha		X	
80.Esteio		X	
81.Estrela		X	
82.Estrela Velha		X	
83.Eugênio de Castro		X	
84.Faxinal do Soturno		X	
85.Formigueiro		X	
86.Fortaleza dos Valos		X	
87.Frederico Westphalen		X	
88.Garibaldi		X	
89.General Câmara		X	
90.Getúlio Vargas		X	
91.Giruá		X	
92.Guaporé		X	
93.Guarani das Missões		X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

94.Herval		X	
95.Herveiras		X	
96.Horizontina		X	
97.Hulha Negra		X	
98.Humaitá		X	
99.Ibarama		X	
100.Ibirubá		X	

21) RIO GRANDE DO SUL			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
101.Ijuí		X	
102.Independência		X	
103.Itaara		X	
104.Itacurubi		X	
105.Itaqui		X	
106.Ivorá		X	
107.Ivoti		X	
108.Iraí		X	
109.Jacuizinho		X	
110.Jaguarão		X	
111.Jaguari		X	
112.Jari		X	
113.Júlio de Castilhos		X	
114.Jóia		X	
115.Lagoa Bonita do Sul		X	
116.Lagoa dos Três Cantos		X	
117.Lagoa Vermelha		X	
118.Lajeado		X	
119.Lavras do Sul		X	
120.Marau		X	
121.Maçambará		X	
122.Manoel Viana		X	
123.Mariana Pimentel		X	
124.Mata		X	
125.Mato Queimado		X	
126.Minas do Leão		X	
127.Montenegro		X	

21) RIO GRANDE DO SUL			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
128.Morro Redondo		X	
129.Muçum		X	
130.Não-Me-Toque		X	
131.Nicolau Vergueiro		X	
132.Nonoai		X	
133.Nova Bassano		X	
134.Nova Candelária		X	
135.Nova Esperança do Sul		X	
136.Nova Palma		X	
137.Nova Prata		X	
138.Nova Santa Rita		X	
139.Novo Cabrais		X	
140.Novo Hamburgo		X	
141.Novo Machado		X	
142.Osório		X	
143.Palmeira das Missões		X	
144.Palmitinho		X	
145.Panambi		X	
146.Pantano Grande		X	
147.Paraíso do Sul		X	
148.Passa Sete		X	
149.Passo Fundo		X	
150.Passo do Sobrado		X	
151.Pedro Osório		X	
152.Pejuçara		X	
153.Pelotas		X	
154.Pinhal Grande		X	

21) RIO GRANDE DO SUL			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
155.Pinheiro Machado		X	
156.Pirapó		X	
157.Piratini		X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

158.Planalto		X	X
159.Pontão		X	
160.Portão		X	
161.Porto Alegre	X	X	X
162.Porto Lucena		X	
163.Porto Mauá		X	X
164.Porto Xavier		X	
165.Quaraí		X	
166.Quevedos		X	
167.Quinze de Novembro		X	
168.Redentora		X	
169.Restinga Seca		X	
170.Rio Grande	X	X	
171.Rio Pardo		X	
172.Roca Sales		X	
173.Rolador		X	
174.Ronda Alta		X	
175.Rondinha		X	
176.Roque Gonzales		X	
177.Rosário do Sul		X	
178.Saldanha Marinho		X	
179.Salto do Jacuí		X	
180.Salvador das Missões		X	
181.Santa Bárbara do Sul		X	

21) RIO GRANDE DO SUL			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
182.Santa Cruz do Sul		X	
183.Santa Margarida do Sul		X	
184.Santa Maria		X	X
185.Santa Rosa		X	
186.Santa Vitória do Palmar		X	
187.Santana da Boa Vista		X	
188.Santana do Livramento		X	X
189.Santiago		X	X
190.Santo Ângelo		X	
191.Santo Antônio das Missões		X	
192.Santo Augusto		X	
193.Santo Cristo		X	
194.São Borja		X	
195.São Francisco de Assis		X	
196.São Gabriel		X	
197.São Jerônimo		X	
198.São João do Polesine		X	
199.São José do Norte	X	X	
200.São Leopoldo		X	
201.São Lourenço do Sul		X	
202.São Luiz Gonzaga		X	
203.São Martinho		X	
204.São Martinho da Serra		X	
205.São Miguel das Missões		X	
206.São Nicolau		X	
207.São Paulo das Missões		X	
208.São Pedro do Butiá		X	

21) RIO GRANDE DO SUL			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
209.São Pedro do Sul		X	
210.São Sepé		X	
211.Sapiranga		X	
212.Sapucaia do Sul		X	
213.Sarandi		X	
214.São Vicente do Sul		X	
215.Seberi		X	
216.Sede Nova		X	X
217.Senador Salgado Filho		X	
218.Segredo		X	
219.Selbach		X	
220.Sertão		X	
221.Silveira Martins		X	
222.Serafina Correa		X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

223.Sertão Santana		X	
224.Sete de Setembro		X	
225.Sinimbu		X	
226.Sobradinho		X	
227.Soledade		X	
228.Tapejara		X	
229.Tapera		X	
230.Taquari		X	
231.Tapes		X	
232.Tenente Portela		X	
233.Teutônia		X	
234.Tio Hugo		X	
235.Tiradentes do Sul		X	

21) RIO GRANDE DO SUL			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
236.Toropi		X	
237.Três de Maio		X	
238.Três Passos		X	
239.Trindade do Sul		X	
240.Triunfo		X	
241.Tucunduva		X	
242.Tupanciretã		X	
243.Tuparendi		X	
244.Unistalda		X	
245.Vacaria		X	
246.Uruguaiana	X	X	X
247.Vale do Sol		X	
248.Vale Verde		X	
249.Venâncio Aires		X	
250.Vera Cruz		X	
251.Vicente Cruz		X	
252.Victor Graeff		X	
253.Vila Nova do Sul		X	
254.Vitória das Missões		X	

22) RONDÔNIA			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Colorado do Oeste		X	
2.Costa Marques		X	
3.Guajará-Mirim		X	X
4.Ji-Paraná		X	
5.Nova Mamoré		X	

22) RONDÔNIA			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
6.Porto Velho	X	X	X
7.Vilhena		X	X

23) RORAIMA			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Boa Vista		X	X
2.Bonfim		X	
3.Normandia		X	
4.Pacaraíma		X	

24) SANTA CATARINA			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Biguaçu		X	X
2.Blumenau		X	
3.Bocaina do Sul		X	
4.Brusque		X	
5.Caçador		X	
6.Canoinhas		X	
7.Capivari de Baixo		X	
8.Correia Pinto		X	
9.Criciúma		X	
10.Descanso		X	
11.Florianópolis	X	X	X
12.Gaspar		X	
13.Guaraciaba		X	
14.Herval dOeste		X	
15.Içara		X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

24) SANTA CATARINA			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
16.Indaial		X	
17.Irineópolis		X	
18.Iporã do Oeste		X	
19.Itaiópolis		X	
20.Itajaí	X	X	
21.Itapiranga		X	
22.Joaçaba		X	
23.Jaraguá do Sul		X	
24.Joinville		X	
25.Lages		X	
26.Laguna	X	X	
27.Mafra		X	
28.Maravilha		X	
29.Matinhos		X	
30.Matos Costa		X	
31.Mondaí		X	
32.Otacilio Costa		X	
33.Palhoça		X	X
34.Papanduva		X	
35.Pinhalzinho		X	
36.Porto União		X	
37.Rio Negrinho		X	
38.São Bento do Sul		X	
39.São Francisco do Sul	X	X	
40.São Joaquim		X	
41.São João do Oeste		X	
42.São José		X	X

24) SANTA CATARINA			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
43.São José do Cedro		X	
44.São Miguel do Oeste		X	
45.Saudades		X	
46.Três Barras		X	
47.Tubarão		X	X
48.Urubici		X	X
49.Urupema		X	
50.Videira		X	

25) SÃO PAULO			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Adamantina		X	
2.Aguaí		X	X
3.Americana		X	
4.Amparo		X	
5.Andradina		X	
6.Aparecida		X	X
7.Araçatuba		X	
8.Araraquara		X	
9.Araras		X	
10.Assis		X	
11.Avanhandava		X	
12.Avaré		X	
13.Barra Bonita	X		
14.Barretos		X	
15.Barueri		X	
16.Batatais		X	

25) SÃO PAULO			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
17.Bauru		X	
18.Bebedouro		X	
19.Bertioga		X	
20.Birigui		X	
21.Botucatu		X	
22.Bragança Paulista		X	
23.Caçapava		X	
24.Cachoeira Paulista		X	
25.Cafelândia		X	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

26.Campinas		X	
27.Campo Limpo Paulista		X	
28.Campos do Jordão		X	
29.Capivari		X	
30.Caraguatatuba	X		
31.Carapicuíba		X	
32.Casa Branca		X	
33.Catanduva		X	
34.Cotia		X	
35.Cravinhos		X	
36.Cruzeiro		X	
37.Descalvado		X	X
38.Diadema		X	
39.Dracena		X	
40.Espírito Santo do Pinhal		X	
41.Fernandópolis		X	
42.Franca		X	
43.Garça		X	

25) SÃO PAULO			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
44.Getulina		X	
45.Guaiçara		X	
46.Guararapes		X	
47.Guaratinguetá		X	X
48.Guarujá		X	X
49.Guarulhos		X	X
50.Igarapava		X	
51.Iguaçu do Tietê	X		
52.Ilha Bela	X		
53.Indaiatuba		X	
54.Iperó	X		
55.Itapetininga		X	
56.Itapeva		X	
57.Itapevi		X	
58.Itápolis		X	
59.Itararé		X	
60.Itatiba		X	
61.Itu		X	
62.Ituverava		X	
63.Jaboticabal		X	
64.Jacareí		X	
65.Jandira		X	
66.Jaú		X	
67.José Bonifácio		X	
68.Jundiaí		X	
69.Leme		X	X
70.Limeira		X	

25) SÃO PAULO			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
71.Lins		X	
72.Lorena		X	X
73.Marília		X	
74.Mirassol		X	
75.Mococa		X	
76.Mogi das Cruzes		X	
77.Mogi Guaçu		X	
78.Mogi Mirim		X	
79.Olímpia		X	
80.Osasco		X	
81.Osvaldo Cruz		X	
82.Ourinhos		X	
83.Paraguaçu Paulista		X	
84.Penápolis		X	
85.Peruíbe		X	
86.Pindamonhangaba		X	
87.Piquete		X	
88.Piracicaba		X	
89.Pirajuí		X	
90.Pirassununga		X	X

91.Porto Ferreira		X	X
92.Potim		X	
93.Praia Grande		X	X
94.Presidente Epitácio	X		
95.Presidente Prudente		X	
96.Presidente Venceslau		X	
97.Promissão		X	

25) SÃO PAULO			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
98.Ribeirão Preto		X	
99.Rio Claro		X	
100.Salto		X	
101.Santa Cruz das Palmeiras		X	X
102.Sta Cruz do Rio Pardo		X	
103.Sta Rita do Passa Quatro		X	
104.Santana do Parnaíba		X	
105.Santo André		X	
106.Santos	X	X	X
107.São Bernardo do Campo		X	
108.São Caetano do Sul		X	
109.São Carlos		X	
110.São João da Boa Vista		X	
111.São Joaquim da Barra		X	
112.São José do Rio Pardo		X	
113.São José do Rio Preto		X	
114.São José dos Campos		X	X
115.São Manuel		X	
116.São Paulo	X	X	X
117.São Pedro		X	
118.São Sebastião	X		
119.São Vicente		X	X
120.Sertãozinho		X	
121.Sorocaba		X	
122.Suzano		X	
123.Taboão da Serra		X	
124.Tambaú		X	X

25) SÃO PAULO			Continuação
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
125.Tanabi			X
126.Taquaritinga		X	
127.Tatuí		X	
128.Taubaté		X	
129.Tremembé		X	
130.Tupã		X	
131.Várzea Paulista		X	
132.Votuporanga		X	

26) SERGIPE			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Aracaju	X	X	
2.Barra dos Coqueiros		X	
3.Estância		X	
4.Lagarto		X	
5.Nossa Sra do Socorro		X	

27) TOCANTINS			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1.Araguaína	X	X	
2.Miracema do Tocantins		X	
3.Palmas	X	X	
4.Pedro Afonso		X	
5.Porto Nacional		X	
6.Tocantínia		X	

QUADRO GERAL

Estados	Municípios Tributários	MB	EB	FAB	MB/ EB	MB/ FAB	EB/ FAB	MB/EB/ FAB
AC	09		07				02	
AL	07		05	01				01
AP	03		01		02			
AM	15	01	08				03	03
BA	36		32	03				01

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	14		13					01
DF	01							01
ES	11		09	01	01			
GO	17		16				01	
MA	07		04	01				02
MT	16		08	02	01	01	03	01
MS	39		35		01		01	02
MG	79	01	72	05			01	
PA	14		11	01				02
PB	09		08		01			
PR	70		65		02		02	01
PE	24		19	01	01		02	01
PI	17		16		01			
RJ	39	02	33		02		01	01
RN	18	01	15	01				01
RS	254		242		02		08	02
RO	07		04				02	01
RR	04		03				01	
SC	50		41		03		05	01
SP	132	07	107	01			15	02
SE	05		04		01			
TO	06		04		02			
Total	903	12	782	17	20	01	47	24

APÊNDICE 5
RELAÇÃO DOS INSTITUTOS DE ENSINO PARA MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS (IEMFDV) DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO
(art. 13 do RLMFDV)

1ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre FAFIA	Alegre	ES
2.Centro Universitário do Espírito Santo UNESC	Colatina	
3.Faculdade Pitágoras Campus	Linhares	
4.Escola Superior São Francisco de Assis ESFA	Santa Teresa	
5.Centro Universitário São Camilo	São Camilo	
6.Faculdade Pitágoras - Campus	Guarapari	
7.Centro Universitário de Vila Velha - UVV	Vila Velha	
8.Faculdade Brasileira 9.Faculdade Salesiana de Vitória UNISALES 10.Faculdades Integradas São Pedro FAESA 11. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Vitória	
12.Centro Universitário de Barra Mansa UBM	Barra Mansa	RJ
13.Centro Universitário UNIABEU - UNIABEU	Belfort Roxo	
14.Faculdade de Medicina de Campos FMC 15.Universidade Estácio de Sá UNESA	Campos dos Goytacazes	
16.Universidade do Grande Rio "Professor José de Souza Herdy" UNIGRANRIO	Duque de Caxias	
17.Universidade Iguaçu UNIG 18.Centro Universitário São José de Itaperuna	Itaperuna	
19.Centro Universitário Plínio Leite UNIPLI 20.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO 21.Universidade Federal Fluminense - UFF	Niterói	
22.Universidade Estácio de Sá - UNESA	Nova Friburgo	
23.Universidade Iguaçu UNIG	Nova Iguaçu	
24.Universidade Estácio de Sá - UNESA	Petrópolis	
25.Centro Universitário Augusto Motta UNISUAM 26. Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO 27. Centro Universitário Celso Lisboa - UCL 28.Faculdade Bezerra de Araújo FABA 29.Universidade Estácio de Sá UNESA 30. Universidade do Grande Rio "Professor José de Souza Herdy" UNIGRANRIO	Rio de Janeiro	
31.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO	São Gonçalo	
32. Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO	Teresópolis	
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Faculdades Integradas São Pedro FAESA 2.Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Vitória	ES
3.Escola Superior São Francisco de Assis - ESFA	Santa Teresa	
4.Centro Universitário Vila Velha - UVV	Vila Velha	
5. Centro Universitário Fluminense UNIFLU	Campos dos Goytacazes	RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
6.UNIGRANRIO Universidade do Grande Rio	Duque de Caxias	RJ
7.Universidade Iguaçu - UNIG Campus Itaperuna	Itaperuna	
8.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO 9. Escola Superior de Ensino Helena Antipoff ESEHA	Niterói	
10.Universidade Iguaçu UNIG	Nova Iguaçu	
11. Universidade Estácio de Sá 12. Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ 13. Universidade Veiga de Almeida UVA 14. Faculdades São José FSJ	Rio de Janeiro	
15. Centro Universitário Serra dos Órgãos UNIFESO	Teresópolis	
16. Centro de Ensino Superior de Valença CESVA	Valença	
17.Universidade Severino Sombra USS	Vassouras	
18. Centro Universitário de Volta Redonda UNIFOA	Volta Redonda	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Universidade Federal do Espírito Santo UFES	Alegre	ES
2.Faculdade de Castelo FACASTELO	Castelo	
3.Centro Universitario do Espírito Santo UNESC	Colatina	
4.Escola Superior São Francisco de Assis ESFA	Santa Teresa	
5.Centro Universitário Vila Velha UVV	Vila Velha	
6.Centro Universitário de Barra Mansa UBM	Barra Mansa	RJ
7.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO	Campos dos Goytacazes	
8.Universidade do Grande Rio "Professor José de Souza Herdy" UNIGRANRIO	Duque de Caxias	
9.Centro Universitário Plínio Leite UNIPLI	Itaboraí	
10.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO	Niterói	
11.Universidade Iguaçu UNIG	Nova Iguaçu	
12.Universidade Castelo Branco UCB 13.Universidade Estácio de Sá UNESA	Rio de Janeiro	
14.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO	São Gonçalo	
15.Centro Universitário Serra dos Órgãos UNIFESO	Teresópolis	
16.Centro de Ensino Superior de Valença CESVA	Valença	
17.Universidade Severino Sombra USS	Vassouras	
18. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ	Seropédica	

2ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Faculdade Campo Limpo Paulista FACCAMP	Campo Limpo Paulista	SP
2.Universidade Federal de São Paulo UNIFESP	Diadema	
3.Faculdade de Ciências de Guarulhos FACIG 4.Universidade de Guarulhos UNG 5.Faculdades Integradas Torricelli FIT	Guarulhos	

2ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
6.Faculdades Integradas Maria Imaculada FIMI	Mogi-Guaçu	SP
7.Universidade de Mogi das Cruzes UMC 8.Universidade Braz Cubas UBC	Mogi das Cruzes	
9.Faculdade de Farmácia da UNIBAN 10.Centro Universitário FIEO UNIFIEO	Osasco	
11.Faculdade de Pindamonhangaba FAPI	Pindamo-nhangaba	
12.Faculdades Integradas do Vale do Ribeira FIVR	Registro	
13.Universidade do Grande ABC UniABC	Santo André	
14.Universidade Metodista de São Paulo UMESP 15.Universidade Bandeirante de São Paulo UNIBAN	São Bernardo do Campo	
16.Universidade Municipal de São Caetano do Sul USCS	São Caetano do Sul	
17.Universidade do Vale do Paraíba UNIVAP 18.Universidade Paulista UNIP	São José dos Campos	
19.Universidade Católica de Santos UNISANTOS 20.Universidade Paulista UNIP 21.Universidade Santa Cecília UNISANTA	Santos	
22.Universidade Paulista UNIP	Santana do Parnaíba	
23.Centro Univers. das Faculdades Metropolitanas Unidas FMU 24.Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo Estácio UNIRADIAL 25.Centro Universitário São Camilo SÃO CAMILO 26.Faculdade de Farmácia Oswaldo Cruz FOC	São Paulo	
27.Universidade Anhembi Morumbi UAM 28.Universidade Bandeirante de São Paulo UNIBAN 29.Universidade Camilo Castelo Branco UNICASTELO 30.Universidade Cruzeiro do Sul UNICSUL 31.Universidade de Mogi das Cruzes UMC		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

32.Universidade Nove de Julho UNINOVE 33.Universidade Santo Amaro UNISA 34.Universidade de São Paulo USP/SP 35.Universidade Paulista UNIP/SP 36.Universidade Presbiteriana Mackenzie 37.Universidade São Judas Tadeu USJT 38.Universidade de São Marcos USM		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Universidade de Guarulhos UNG 2.Faculdade de Ciências de Guarulhos FACIG	Guarulhos	SP
3.Universidade Mogi das Cruzes UMC 4.Universidade Braz Cubas UBC	Mogi das Cruzes	
5.Faculdade de Pindamonhangaba FAPI	Pindamonhan-gaba	

2ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
6.Universidade Metodista de São Paulo UMESP	São Bernardo do Campo	SP
7.Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP 8.Universidade do Vale do Paraíba UNIVAP	São José dos Campos	
9.Universidade Santa Cecília UNISANTANA 10.Universidade Metropolitana de Santos UNIMES	Santos	
11.Centro Univers. de Faculdades Metropolitanas Unidas FMU 12.Universidade Bandeirante de São Paulo UNIBAN 13.Universidade Camilo Castelo Branco UNICASTELO 14.Universidade Cidade de São Paulo UNICID	São Paulo	
15.Universidade Cruzeiro do Sul UNICSUL 16.Universidade de Santo Amaro UNISA 17.Universidade de São Paulo USP 18.Universidade Ibirapuera UNIB 19.Universidade Nove de Julho UNINOVE 20.Universidade Paulista UNIP	São Paulo	
21.Universidade de Taubaté UNITAU	Taubaté	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Universidade de Guarulhos UNG	Guarulhos	SP
2.Universidade Bandeirantes Anhanguera UNIBAN 3.Universidade Metodista de São Paulo UMESP	São Bernardo do Campo	
4.Universidade do Grande ABC UNIABC	Santo André	
5.Universidade Metropolitana de Santos UNIMES 6.Centro Universitário Monte Serrat UNIMONTE	Santos	
7.Universidade Paulista UNIP	São José dos Campos	
8.Centro Univers. Faculdades Metropolitanas Unidas FMU 9.Universidade Anhembi Morumbi UAM 10.Universidade Cruzeiro do Sul UNICSUL 11.Universidade de Santo Amaro UNISA 12.Universidade de São Paulo USP/SP 13.Universidade Paulista UNIP	São Paulo	
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP 2.Universidade Paulista UNIP 3.Centro Universitário de Araraquara UNIARA	Araraquara	SP
4.Centro Educac. da Fundação Educac. de Barretos UNIFEB	Barretos	
5.Faculdades Integradas de Fernandópolis FIFE	Fernandópolis	
6.Universidade de Franca UNIFRAN	Franca	
7.Centro Universitário de Jales UNIJALES	Jales	
8.Universidade de Ribeirão Preto UNAERP 9.Centro Universitário Barão de Mauá CBM 10.Universidade Paulista UNIP 11.Universidade de São Paulo USP/RP	Ribeirão Preto	
12.Centro Universitário Central Paulista UNICEP	São Carlos	

2ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
13.Centro Universitário de Rio Preto UNIRP 14.Centro Universitário do Norte Paulista UNORP 15.Universidade Paulista UNIP 16.União das Faculdades dos Grandes Lagos UNILAGO	São José do Rio Preto	SP
17.Faculdade de Taquaritinga FSG	Taquaritinga	
18.Centro Universitário de Votuporanga UNIFEV	Votuporanga	
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Centro Universitário de Araraquara UNIARA 2.Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP	Araraquara	SP
3.Centro Univers. da Fundação Educac. de Barretos UNIFEB	Barretos	
4.Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva IMES	Catanduva	
5 Universidade Camilo Castelo Branco UNICASTELO	Fernandópolis	
6.Universidade de Franca UNIFRAN	Franca	
7.Universidade de Ribeirão Preto UNAERP 8.Universidade de São Paulo USP/RP	Ribeirão Preto	
9.Faculdade Integrada de Santa Fé do Sul FUNEC	Santa Fé do Sul	
10.Centro Universitário de Rio Preto UNIRP 11.Centro Universitário do Norte Paulista UNORP	São José do Rio Preto	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Universidade de Franca UNIFRAN	Franca	SP
2.Faculdade Doutor Francisco Maeda FAFRAM	Ituverava	
3.Univers. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP	Jaboticabal	
4.Universidade de São Paulo USP	Pirassununga	
5.Centro Universitário Barão de Mauá CBM 6.Centro Universitário Moura Lacerda CUML	Ribeirão Preto	
7.Centro Universitário de Rio Preto UNIRP 8.Centro Universitário do Norte Paulista UNORP	São José do Rio Preto	
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Faculdades Adamantinenses Integradas FAI	Adamantina	SP
2.Universidade Paulista UNIP 3.Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium UNISALESIANO	Araçatuba	
4.Universidade Paulista UNIP	Assis	
5.Faculdade Sudoeste Paulista FSP	Avaré	
6.Universidade Paulista UNIP 7.Universidade Sagrado Coração USC	Bauru	
8.Universidade de Marília UNIMAR	Marília	
9.Faculdade Integrada de Ourinhos FIO	Ourinhos	
10.Universidade do Oeste Paulista UNOESTE	Presidente Prudente	
11.Universidade Paulista UNIP	São José do Rio Pardo	

2ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Faculdades Adamantinenses Integradas FAI	Adamantina	SP
2.Univers. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP	Araçatuba	
3.Universidade de São Paulo USP/Bauru 4.Universidade Sagrado Coração USC	Bauru	
5.Universidade Metodista de Piracicaba UNIMEP	Lins	
6.Universidade de Marília UNIMAR	Marília	
7.Universidade do Oeste Paulista UNOESTE	Presidente Prudente	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Faculdades Adamantinenses Integradas FAI	Adamantina	SP
2.Faculdade de Ciências Agrárias de Andradina FCAA	Andradina	
3.Univers. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP 4.Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium UNISALESIANO	Araçatuba	
5.Universidade Paulista UNIP	Bauru	
6.Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia FAMED	Garça	
7.Universidade de Marília UNIMAR	Marília	
8.Faculdades Integradas de Ourinhos FIO	Ourinhos	
9.Universidade do Oeste Paulista UNOESTE	Presidente Prudente	
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Faculdade Americana FAM	Americana	SP
2.Centro Univ. Hermínio Ometto de Araras UNIARARAS	Araras	
3.Universidade São Francisco USF	Bragança Paulista	
4.Universidade Estadual de Campinas UNICAMP 5.Universidade Paulista UNIP 6.Universidade São Francisco USF 7.Pontifícia Universidade Católica de Campinas PUC	Campinas	

8.Centro Regional Universitário Espírito Santo do Pinhal UNIPINHAL	Espírito Santo do Pinhal	
9.Fac. de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva FAIT	Itapeva	
10.Centro Univers. Nossa Senhora do Patrocínio CEUNSP	Itu	
11.Centro Universitário Padre Anchieta UNIANCHIETA 12.Faculdade Pitágoras de Jundiaí PIT Jundiaí 13.Universidade Paulista UNIP	Jundiaí	
14.Universidade Paulista UNIP	Limeira	
15.Universidade Metodista de Piracicaba UNIMEP	Piracicaba	
16.Universidade de Sorocaba UNISO 17.Universidade Paulista UNIP	Sorocaba	

2ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.C. Univers. Hermínio Ormetto de Araras UNIARARAS	Araras	SP
2.Universidade São Francisco USF	Bragança Paulista	
3.Pontifícia Univers. Católica de Campinas PUCCAMP 4.Universidade Paulista UNIP 5.Fac. de Odontologia S. Leopoldo Mandic SLMANDIC	Campinas	
6.Universidade Estadual de Campinas UNICAMP	Piracicaba	
7.Universidade Paulista UNIP	Sorocaba	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Faculdade Sudoeste Paulista FSP	Avaré	SP
2.Univers. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP	Botucatu	
3.Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista FESB	Bragança Paulista	
4.Universidade Paulista UNIP 5.Faculdade Anhanguera de Campinas FAC	Campinas	
6.Universidade Camilo Castelo Branco UNICASTELO	Descalvado	
7.C. Reg. Univers do Espírito Santo do Pinhal UNIPINHAL	Espírito Santo do Pinhal	
8.Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva FAIT	Itapeva	
9.Universidade Camilo Castelo Branco UNICASTELO	Fernandópolis	
10.Faculdade Max Planck FMP	Indaiatuba	
11.Faculdade de Jaguariúna FAJ	Jaguariúna	
12.Centro Universitário Anhanguera UNIFIAM	Leme	
13.Centro Univers. Fund. de Ensino Octávio Bastos UNIFEOB	São João da Boa Vista	
14.Universidade de Sorocaba UNISO	Sorocaba	

3ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Fundação Univers. Federal do Pampa UNIPAMPA 2.Faculdade de Farmácia da URCAMP	Bagé	RS
3.Faculdade de Farmácia da UCS	Caxias do Sul	
4.Centro Universitário UNIVATES	Lajeado	
5.Faculdade de Farmácia da FEEVALE	Novo Hamburgo	
6.Universidade Católica de Pelotas UCPEL 7.Universidade Federal de Pelotas UFPEL	Pelotas	
8.Faculdade de Farmácia da UFRGS 9.Universidade Luterana do Brasil ULBRA 10.Pontifícia Univers. Católica do Rio Grande do Sul 11.Fundação Univers.de Federal de Ciências da Saúde PA	Porto Alegre	
12.Universidade de Santa Cruz do Sul UNISC	Santa Cruz do Sul	
13.Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS	São Leopoldo	

3ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Universidade Luterana do Brasil ULBRA 2.Universidade Federal do Rio do Sul UFRGS 3.Faculdade de Odontologia da PUC/RS	Porto Alegre	RS
4.Faculdade de Odontologia da UNISC	Santa Cruz do Sul	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Faculdade de Veterinária da URCAMP 2.Fundação Universidade do Pampa UNIPAMPA	Bagé	RS
3.Pontifícia Univers. Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS 4.Universidade Federal do Rio do Sul UFRGS 5.Universidade Luterana do Brasil ULBRA	Porto Alegre	
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Faculdade de Farmácia da UNICRUZ	Cruz Alta	RS
2.Faculdade de Farmácia da UNIJUÍ	Ijuí	
3.Faculdade de Farmácia da UPF	Passo Fundo	
4.Centro Universitário Franciscano UNIFRA 5.Centro Universitário Metodista IPA 6.Universidade Federal de Santa Maria UFSM	Santa Maria	
7.Faculdade de Farmácia da URI	Santo Ângelo	
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Faculdade de Odontologia da UPF 2.Faculdade Especializada na Área de Saúde do RS - FASURGS 3.Faculdade Meridional IMED	Passo Fundo	RS
4.Universidade Federal de Pelotas UFPEL	Pelotas	
5.Centro Universitário Franciscano UNIFRA 6.Universidade Federal de Santa Maria UFSM	Santa Maria	
7.Faculdade de Odontologia da URI	Santo Ângelo	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Faculdade de Veterinária da UNICRUZ	Cruz Alta	RS
2.Univers.de Regional do Noroeste do Estado do RS UNIJUÍ	Ijuí	
3.Faculdade de Veterinária da UPF	Passo Fundo	
4.Faculdade de Veterinária da UFPEL	Pelotas	
5.Universidade Federal de Santa Maria UFSM	Santa Maria	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Centro Universitário Newton Paiva Newton Paiva 2.Centro Universitário Una UNA 3.Universidade José do Rosário Vellano UNIFENAS 4.Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte FPAS 5.Faculdade de Minas BH FAMINAS-BH 6.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO	Belo Horizonte	MG
7.Faculdade Pitágoras	Betim	
8.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Bom Despacho	Bom Despacho	
9.Nova Faculdade NF	Contagem	
4ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
10.Univers. Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM	Diamantina	MG
11.Universidade José do Rosario Vellano UNIFENAS 12.Universidade Federal de São João Del Rei UFSJ 13.Faculdade Pitágoras de Divinópolis FPD	Divinópolis	
14.Centro Univer. do Leste de Minas Gerais UNILESTEMG 15.Faculdade Pitágoras de Ipatinga FPI 16.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ipatinga	Ipatinga	
17.Faculdade de Ciências Adm. e Contábeis de Itabira FACCI	Itabira	
18.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito	Itabirito	
19.Universidade de Itaúna UI	Itaúna	
20.Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco FASF	Luz	
21.Faculdade do Futuro FAF	Manhuaçu	
22.Faculdade do Vértice	Matipó	
23.Fac. de Saúde e Desenv. Humano Santo Agostinho FS 24.Faculdade de Saúde Ibituruna FASI 25.Faculdades Integradas Pitágoras FIP MOC 26.Faculdades Integradas do Norte de Minas FUNORTE	Montes Claros	
27.Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto	Ouro Preto	
28.Faculdade Atenas 29.Faculdade Tecsoma FATEC	Paracatu	
30.Faculdade Cidade de Patos de Minas FPM 31.Centro Universitário de Patos de Minas UNIPAM	Patos de Minas	
32.Faculdade da Cidade de Santa Luzia FACSAL	Santa Luzia	
33.Faculdade de Ciências da Vida FCV	Sete Lagoas	
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Faculdade de Odontologia da PUC 2.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO 3.Fac. de Estudos Administrativos de Minas Gerais FEAD-MG 4.Universidade Vale do Rio Verde UNINCOR 5.Centro Universitário Newton Paiva NEWTON PAIVA 6.Univers. Estadual de Montes Claros UNIMONTES	Belo Horizonte	MG
7. Univers. Federal dos Vales do Jequitinhonha e MucuriUFVJM	Diamantina	
8. Faculdade de Odontologia de Itaúna	Itaúna	
9.Instituto de Ciências da Saúde ICS	Montes Claros	
10.Faculdade Cidade de Patos de Minas FPM	Patos de Minas	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO 2.Fac.de de Estudos Superiores de Minas Gerais FEAD	Belo Horizonte	MG
3.Pontifícia Univ. Católica de Minas Gerais PUC MINAS	Betim	
4.Fac. Integradas do Norte de Minas FUNORTE	Montes Claros	
5.Fac.de Presidente Antônio Carlos de Bom Despacho	Bom Despacho	
6.Faculdade Vértice	Matipó	
7.Centro Universitário de Patos de Minas UNIPAM	Patos de Minas	
8.Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí	Unaí	
4ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Fac.de Presidente Antônio Carlos de Aimorés FUNEC	Aimorés	MG
2.Universidade Presidente Antônio Carlos UNIPAC	Barbacena	
3.Centro Universitário de Caratinga UNEC	Caratinga	
4.Faculdade Santa Rita FASAR	Conselheiro Lafaiete	
5.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Governador Valadares 6.Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF 7.Universidade Vale do Rio Doce UNIVALE	Governador Valadares	
8.Fac. de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora-FCMS/JF 9.Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF 10.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO	Juiz de Fora	
11.Faculdade de Minas FAMINAS	Muriaé	
12.Centro Universitário de Caratinga UNEC	Nanuque	
13.Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga	Ponte Nova	
14.Fac.de Pres. Antônio Carlos de Teófilo Otoni FUNEES 15.Centro Universitário de Caratinga UNEC	Teófilo Otoni	
16.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá	Ubá	
17.Fac. de Ciências Biológicas e da Saúde FACISA	Viçosa	
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Faculdade de Odontologia de Governador Valadares	Gov. Valadares	MG
2.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO 3.Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora FESJF 4.Fac. de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora-FCMS/JF	Juiz de Fora	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Universidade Federal de Viçosa 2.Fac. de Ciências Biológicas e da Saúde FACISA	Viçosa	MG
3.Universidade Presidente Antônio Carlos UNIPAC 4.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO	Juiz de Fora	
5.Fac.de Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Lafaiete	
6.Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	Salinas	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FARMÁCIA	Município	Estado
1.Escola de Farm. de Alfenas/Univ. Fed.de Alfenas UNIFAL 2.Universidade José do Rosário Vellano UNIFENAS	Alfenas	MG
3.Universidade Vale do Rio Verde UNINCOR 4.Universidade José do Rosário Vellano UNIFENAS	Três Corações	
5.Universidade José do Rosário Vellano UNIFENAS	Varginha	
6.Centro Universitário de Itajubá FEPI	Itajubá	
7.Centro Universitário de Lavras UNILAVRAS	Lavras	
8.Faculdade Pitágoras de Poços de Caldas 9.Universidade José do Rosário Vellano UNIFENAS 10.Universidade da Vale do Sapucaí UNIVÁS	Poços de Caldas	
11.Faculdade de Ciências e Tecnologia	Campos Gerais	
12.Universidade do Vale do Sapucaí UNIVÁS	Pouso Alegre	
13.Faculdade de Almenara ALFA	Almenara	

4ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Escola de Odont.de Alfenas/Univ. Fed. de Alfenas UNIFAL 2.Escola de Odontologia de Alfenas UNIFENAS	Alfenas	MG
3.Centro Universitário de Lavras UNILAVRAS	Lavras	
4. Faculdade de Odontologia da Universidade do Vale do Rio Verde UNINCOR	Três Corações	
5. Escola de Odontologia de Alfenas UNIFENAS	Varginha	
6.Instituto Nacional de Ensino Superior e Pós-Graduação Padre Gervásio INAPÓS	Pouso Alegre	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Escola de Medicina-Veterinária de Alfenas UNIFENAS	Alfenas	MG
2.Universidade Vale do Rio Verde UNINCOR	Três Corações	
3.Pontifícia Univers. Católica de Minas Gerais PUC MINAS	Poços de Caldas	
4.Universidade Federal de Lavras UFLA	Lavras	
5.Centro Universitário de Itajubá FEPI	Itajubá	
6.Centro Universitário de Formiga UNIFORMG	Formiga	

5ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Fac. de Farmácia das Faculdades Integradas de Campo Mourão	Campo Mourão	PR
2.Fac. de Farmácia da Univers. do Oeste do Paraná	Cascavel	
3.Faculdade de Ensino Superior DOM BOSCO	Cornélio Procópio	
4.Fac. de Farmácia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC-PR	Curitiba	
5.Fac. de Farmácia da Universidade de Tuiuti do Paraná 6.Fac. de Farmácia do Inst. de Ensino Superior Pequeno Príncipe 7.Fac. de Farmácia das Faculdades Integradas do Brasil 8.Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Paraná		
9.Fac. de Farmácia do Centro de Ens. Superior de Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	
10.Fac. de Farmácia da Univers. Estadual do Centro-Oeste	Guarapuava	
11.Fac. de Farmácia da Univers. Paranaense Londrina 12.Fac. de Farmácia do Centro Universitário Filadélfia 13.Fac. de Farmácia da Univers. Estadual de Londrina	Londrina	
14.Fac. de Farmácia da Univers. Estadual de Maringá 15.Faculdade de Farmácia das Faculdades Ingá 16.Fac. de Farmácia do Centro Universitário Maringá	Maringá	
17.Faculdade de Farmácia do Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná	Palmas	
18.Faculdade de Farmácia da Universidade Paranaense	Paranavaí	
19.Fac. de Farmácia da Univers. Estadual de Ponta Grossa 20.Fac. de Farmácia das Fac. Integradas dos Campos Gerais	Ponta Grossa	
21.Faculdade de Farmácia da Universidade Paranaense	Toledo	
22.Faculdade de Farmácia da Universidade Paranaense	Umuarama	
23.Fac. de Farmácia da União de Ensino Superior Vale do Iguaçu	União da Vitória	

5ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Faculdade de Odontologia da Univers. do Oeste do Paraná 2.Faculdade de Odontologia da Universidade Paranaense	Cascavel	PR
3.Faculdade de Odontologia da PUC-PR 4.Faculdade de Odontologia da Univers. Tuiutí do Paraná 5.Faculdade de Odontologia da Univers. Federal do Paraná 6.Faculdade de Odontologia da Univers. Positivo	Curitiba	
7.Faculdade de Odontologia da Univers. Estadual de Londrina 8.Faculdade de Odontologia da Univers. do Norte do Paraná	Londrina	
9.Faculdade de Odontologia da Universidade Paranaense	Umuarama	
10.Faculdade de Odontologia da Univers. Estadual de Maringá 11.Faculdade de Odontologia UNINGA 12.Faculadade de Odontologia das Faculdades Integradas Maringá CESUMAR	Maringá	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.Fac. de Odontologia da Univers. Estadual Ponta Grossa 14.Faculdade de Odontologia dos Campos Gerais	Ponta Grossa	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Fac. de Veterinária da Faculdade Integrado de Campo Mourão	Campo Mourão	PR
2.Faculdadede de Veterinária da Univers. do Oeste do Paraná 3.Faculdade de Veterinária da Univers. Paranaense UNIPAR 4.Faculdade de Veterinária da Faculdade Assis Gurgaz	Cascavel	
5.Faculdade de Veterinária da PUC-PR 6.Faculdade de Veterinária da Univers. Tuiutí do Paraná 7.Faculdade de Veterinária da Faculdade Evangélica do Paraná 8.Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Paraná	Curitiba	
9.Faculdade de Veterinária da Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO	Guarapuava	
10.Faculdade de Veterinária da Univers. Estadual Londrina	Londrina	
11.Faculdade de Veterinária da Univers. Fed. Paraná/Palotina	Palotina	
12.Fac. de Veterinária das Fac. Integradas do Vale do Iguaçu	União da Vitória	
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Faculdade de Farmácia da Univers. Regional Blumenau	Blumenau	SC
2.Faculdade de Farmácia da Universidade de Canoinhas	Canoinhas	
3.Faculdade de Farmácia do Extremo Sul Catarinense UNESC 4.Faculdade de Farmácia da Univers. Estadual Sta Catarina 5.Faculdade de Farmácia da Univers. do Sul de Sta Catarina	Criciúma	
6.Faculdade de Farmácia da Univers. Fed. de Santa Catarina	Florianópolis	
7.Faculdade Estadual de Ciências Químico-Farmacêuticas da Universidade do Vale do Itajaí	Itajaí	
8.Faculdade de Farmácia da Univers. da Região de Joinville	Joinville	
9.Faculdade de Farmácia da Univers. do Sul de Sta Catarina	Tubarão	
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Faculdade de Odontologia Univers. Regional Blumenau	Blumenau	SC
2.Faculdade de Odontologia da Univers. Sul de Sta Catarina	Criciúma	
3.Faculdade de Odontologia da Univers. Federal de Sta Catarina	Florianópolis	
4.Faculdade de Odontologia da Univers. do Vale do Itajaí	Itajaí	
5.Fac. de de Odontologia da Univers. do Oeste de Sta Catarina	Joaçaba	

5ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
6.Faculdade de Odontologia da Univers. da Região Joinville	Joinville	SC
7.Faculdade de Odontologia da Universidade do Planalto de Santa Catarina UNIPLAC	Lages	
8.Faculdade de Odontologia da Univers. Sul de Sta Catarina	Tubarão	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Faculdade de Medicina Veterinária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Araquari	Araquari	SC
2.Faculdade de Veterinária da Universidade de Canoinhas	Canoinhas	
3.Faculdade de Medicina Veterinária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Concórdia	Concórdia	
4.Faculdade de Veterinária da Faculdade de Itapiranga	Itapiranga	
5.Faculdade de Veterinária da Univers. Est. Santa Catarina 6.Faculdade de Medicina Veterinária do Centro de Ciências Agroveterinárias UDESC	Lages	
7.Fac. de Veterinária das Faculdades Integradas FACVEST	Lages	
8.Fac. de Medicina Veterinária do Centro Univ. Barriga Verde	Orleans	
9.Faculdade de Veterinária da Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL	Tubarão	
10.Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC	Xanxerê	

6ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Faculdade de Dom Pedro II FDPII 2.Faculdade Delta FACDELTA 3.Centro Universitário da Bahia FIB 4.Universidade do Estado da Bahia UNEB 5.Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO 6.Universidade Federal da Bahia UFBA	Salvador	BA
7.Faculdade de Ciência Agrária e da Saúde FAZ	Lauro de Freitas	
8.Faculdade Maria Milza FAMAM	Cruz das Almas	
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Universidade Federal da Bahia UFBA	Salvador	BA
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Univer. União Metropolitana de Educação e Cultura UNIME	Itabuna	BA
2. Faculdade de Guanambi	Guanambi	
3.Faculdade Independente do Nordeste FAINOR 4.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB 5.Universidade Federal da Bahia UFBA	Vitória da Conquista	
6.Faculdade Pitágoras	Teixeira de Freitas	
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Univ. União Metropolitana de Educação e Cultura UNIME	Itabuna	BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Centro de Estudo Superiores de Maceió CESMAC 2.Universidade Federal de Alagoas UFAL	Maceió	AL
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Centro de Estudo Superiores de Maceió CESMAC	Maceió	AL
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Associação Caruaruense de Ensino Superior ASCES	Caruaru	PE
2.Faculdade Maurício de Nassau FMN	Recife	
3.Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão	Vitória de Santo Antão	
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Associação Caruaruense de Ensino Superior ASCES	Caruaru	PE
2.Faculdade de Odontologia do Recife FOR	Recife	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE	Garanhuns	PE
2.Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF	Petrolina	
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Universidade Estadual da Paraíba UEPB	Campina Grande	PB
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Universidade Estadual da Paraíba UEPB	Campina Grande	PB
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Faculdade de Veterinária da UFCG	Patos	PB
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Universidade Potiguar UnP	Natal	RN
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN	Caicó	RN
2.Universidade Potiguar UnP	Natal	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Mossoró	RN

8ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Centro Universitário do Maranhão CEUMA	São Luís	MA
2.Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Araguaína	Araguaina	TO
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Centro Universitário do Maranhão CEUMA 2.Universidade Federal do Maranhão UFMA	São Luís	MA
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Universidade Estadual do Maranhão UEMA	São Luís	MA
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Centro Universitário do Estado do Pará CESUPA 2.Universidade Federal do Pará UFPA	Belém	PA

8ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Centro Universitário do Estado do Pará CESUPA 2.Universidade Federal do Pará UFPA	Belém	PA
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Universidade Federal Rural da amazônia UFRA 2.Universidade Federal do Pará UFPA	Belém	PA

9ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Fac Farmácia da Univ. Federal de Mato Grosso do Sul UFMS 2.Fac. de Farmácia da Univers. para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal UNIDERP/ ANHANGUERA 3.Fac. de Farmácia da Univ. Católica Dom Bosco UCDB 4.Fac. de Farmácia da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ	Campo Grande	MS
5.Faculdade Farmácia da Universidade de Cuiabá UNIC	Cuiabá	MT
6.Fac. Farmácia Centro Univers. Grande Dourados UNIGRAN	Dourados	MS
7.Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Mato Grosso Campus Univers. Pontal do Araguaia UFMT	Pontal do Araguaia	MT
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Fac. de Odontologia da Univers. para Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal UNIDERP/ANHANGUERA 2.Fac. de Odontologia da Univers. Federal de Mato Grosso do Sul 3.Fac. de Odontologia da Univers. Católica Dom Bosco UCDB 4.Faculdade de Odontologia da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ	Campo Grande	MS
5.Faculdade de Odontologia da Univers. de Cuiabá UNIC	Cuiabá	MT
6.Faculdade Odontologia da Univ. de Várzea Grande UNIVAG	Várzea Grande	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Fac. Med. Vet. Univ. Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS 2.Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade para Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal UNIDERP/ANHANGUERA 3.Fac. de Med. Veterinária Univers. Católica Dom Bosco UCDB 4.Faculdade de Medicina Veterinária da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ	Campo Grande	MS
5.Fac. Medicina Veterinária Centro Univ. de Cuiabá UNIC 6.Fac. Medicina Veterinária da Univ.Fed. de Cuiabá UFMT	Cuiabá	MT
7.Fac. Med. Vet. Centro Univ. Grande Dourados UNIGRAN	Dourados	MS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará 2.Universidade de Fortaleza UNIFOR	Fortaleza	CE
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará 2.Universidade de Fortaleza UNIFOR	Fortaleza	CE
3.Faculdade Católica Rainha do Sertão	Quixadá	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Fac.de Medicina Veterinária da Univ. Estadual do Ceará	Fortaleza	CE
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Curso de Farmácia da Universidade Federal do Piauí	Teresina	PI
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Curso de Odontologia da Universidade Federal do Piauí	Teresina	PI
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Curso de Med. Veterinária da Universidade Federal do Piauí	Teresina	PI

11ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
FARMÁCIA	Município	Estado
1.Centro de Ensino Unificado de Brasília CESUBRA 2.Faculdade de Farmácia do Plano Central FARMPLAC 3.Universidade de Brasília UNB 4.Faculdade de Farmácia da Universidade Paulista UNIP	Brasília	DF
5.Centro Universitário de Anápolis UNIEVANGÉLICA 6.Universidade do Estado de Goiás UEG	Anápolis	GO
7.Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo IUESO 8.Universidade Federal de Goiás UFG 9. Universidade Paulista UNIP	Goiânia	
9.Escola Superior de Ciências da Saúde de Rio Verde ESCISA	Rio Verde	
10.Universidade Uberaba UNIUBE	Uberaba	MG
11.Centro Universitário do Triângulo UNITRI	Uberlândia	
12.Centro Universitário Luterano de Palmas CEULP	Palmas	TO
13.Faculdade Integradas de Ensino Superior de Porto Nacional	Porto Nacional	
ODONTOLOGIA	Município	Estado
1.Centro de Ensino Unificado de Brasília CESUBRA 2.Faculdade de Odontologia do Plano Central FOPLAC 3.Universidade Católica de Brasília UCB 4.Universidade Paulista UNIP 5.Universidade de Brasília UNB	Brasília	DF
6.Centro Universitário de Anápolis UNIEVANGÉLICA	Anápolis	GO
7.Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo IUESO 8.Universidade Federal de Goiás UFG 9.Universidade Paulista UNIP	Goiânia	
10.Esc. Superior de Ciências da Saúde de Rio Verde ESCISA	Rio Verde	

11ª REGIÃO MILITAR		
INSTITUTOS DE ENSINO DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO		
ODONTOLOGIA	Município	Estado
11.Universidade Uberaba UNIUBE	Uberaba	MG
12.Universidade Federal de Uberlândia UFU 13.Centro Universitário do Triângulo UNITRI	Uberlândia	
14.Fac. de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi FAFICH	Gurupi	TO
15.Faculdades Integradas de Ensino Superior de Porto Nacional	Porto Nacional	
VETERINÁRIA	Município	Estado
1.Centro de Ensino Unificado de Brasílçia CESUBRA 2.Fac. Integradas da União Pioneira Integração Social UPIS 3.Universidade de Brasília UNB 4.Fac. de Ciências Agrárias do Planalto Central AGROPLAC	Brasília	DF
5.Faculdade Latino-Americana FLA	Anápolis	GO
6.Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo IUESO 7.Universidade Federal de Goiás UFG	Goiânia	
8.Universidade Federal de Goiás UFG	Jataí	
9.Fac. Integradas do Plano Central FIPLAC	Luziânia	
10.Esc. Superior de Ciências da Saúde de Rio Verde ESCISA	Rio Verde	
11.Universidade Uberaba UNIUBE	Uberaba	MG
12.Universidade Federal de Uberlândia UFU	Uberlândia	
13.Fac. Integradas de Ensino Superior de Porto Nacional	Porto Nacional	TO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

APÊNDICE 6
PUBLICIDADE DO SERVIÇO MILITAR EM 2018 E 2019

Eventos	Produtos	Metas qualitativas	Metas quantitativas	Veiculação
Alistamento ON-LINE	Vídeo Spot rádio Internet Cartaz	Informar as condições do Alistamento ao jovem em idade de prestação do Serviço Militar.	1.750.000 jovens em condições de alistamento	14 Dez 17 a 30 Jun 18
Seleção Geral	Vídeo Spot rádio Internet Cartaz	Informar aos jovens as condições de realização da Seleção para o Serviço Militar.	600.000 jovens concorrentes à seleção	01 Jul 18 a 28 Out 18
Seleção Especial MFDV	Vídeo Spot rádio Internet Cartaz	Contribuir para o recrutamento de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários (MFDV) necessários à assistência de saúde aos militares da ativa, inativos, pensionistas e respectivos dependentes das Forças Armadas, bem como às comunidades carentes do interior do País.	10.000 MFDV concorrentes à seleção	19 Ago 18 a 28 Nov 18
EXAR EXARNET Exercício de Apresentação da Reserva	Vídeo Spot rádio Internet Cartaz	Sensibilizar o público interno e reservistas acerca da necessidade de aprimorar o comparecimento ao EXAR, a fim de atualizar dados cadastrais da reserva em disponibilidade, apta a ser convocada em casos de emergência e de defesa nacional.	350.000 reservistas licenciados nos últimos cinco anos	18 Nov 18 a 30 Jan 19

APÊNDICE 7

ABREVIATURAS	
Bol Nec	Boletim de Necessidades
CAM	Certificado de Alistamento Militar
CDI	Certificado de Dispensa de Incorporação
CHELOG	Chefia de Logística e Mobilização
CI	Certificado de Isenção
COMGEP	Comando-Geral do Pessoal
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CS	Comissão de Seleção
CSFA	Comissão de Seleção das Forças Armadas
CSPFA	Comissão de Seleção Permanente das Forças Armadas
CSE	Comissão de Seleção Especial
Del SM	Delegacia de Serviço Militar
DGP	Departamento-Geral do Pessoal
DGPM	Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha
DIRAP	Diretoria de Administração do Pessoal
DN	Distrito Naval
DPMM	Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
DSM	Diretoria de Serviço Militar
EE	Estabelecimento de Ensino
EMA	Estado-Maior da Armada
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EME	Estado-Maior do Exército
FSM	Fundo do Serviço Militar
GD	Grupamentos de Distribuição
HFA	Hospital das Forças Armadas
ICC	Instruções Complementares de Convocação
IEMFDV	Instituto de Ensino destinado à formação de MFDV
IGCCFA	Instruções Gerais para a Coordenação da Conscrição nas Forças Armadas

ABREVIATURAS	
IGISC	Instruções Gerais para Inspeção de Saúde de Conscritos
IGSME	Instruções Gerais sobre o Serviço Militar de Brasileiros no Exterior
JSM	Junta de Serviço Militar
LSM	Lei do Serviço Militar
MD	Ministério da Defesa
MFDV	Médico, Farmacêutico, Dentista e Veterinário
MNT	Município Não Tributário
MT	Município Tributário
NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
OFOR	Órgão de Formação de Oficiais da Reserva
OFRN	Órgão de Formação de Reservista Naval
OM	Organização Militar
OMA	Organização Militar da Ativa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OSM	Órgão de Serviço Militar
PGC	Plano Geral de Convocação
PRM	Posto de Recrutamento e Mobilização
RLMFDV	Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Militar pelos estudantes de medicina, farmácia, odontologia e veterinária, e pelos MFDV
RLPSA	Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório
RLSM	Regulamento da Lei do Serviço Militar
RM	Região Militar
SEREP	Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica
SERMILMOB	Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização
SESMIL	Seção de Serviço Militar
SMI	Serviço Militar Inicial
SMOB	Seção de Mobilização
STM	Superior Tribunal Militar
SUBMOB	Subchefia de Mobilização
TG	Tiro de Guerra

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 33/DPC, 25 DE JANEIRO DE 2018

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto - NORMAM-01/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lesta), resolve:

Art. 1o Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto" (NORMAM-01/DPC), aprovada pela Portaria no 45/DPC, de 11 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de junho de 2005; alterada pela Portaria no 88/DPC, de 25 de outubro de 2005, publicada no DOU de 7 de novembro de 2005 (Mod 1); pela Portaria no 29/DPC, de 17 de março de 2006, publicada no DOU de 27 de março de 2006 (Mod 2); pela Portaria no 33/DPC, de 28 de março de 2006, publicada no DOU de 30 de março de 2006 (Mod 3); pela Portaria no 54/DPC, de 22 de maio de 2006, publicada no DOU de 24 de maio de 2006 (Mod 4); pela Portaria no 113/DPC, de 30 de novembro de 2006, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2006 (Mod 5); pela Portaria no 8/DPC, de 6 de fevereiro de 2007, publicada no DOU de 9 de fevereiro de 2007 (Mod 6); pela Portaria no 43/DPC, de 27 de março de 2007, publicada no DOU de 29 de março de 2007 (Mod 7); pela Portaria no 28/DPC, de 17 de março de 2008, publicada no DOU de 19 de março de 2008 (Mod 8); pela Portaria no 39/DPC, de 16 de abril de 2008, publicada no DOU de 17 de abril de 2008 (Mod 9); pela Portaria no 65/DPC, de 2 de junho de 2008, publicada no DOU de 3 de junho de 2008 (Mod 10); pela Portaria no 111/DPC, de 20 de outubro de 2008, publicada no DOU de 22 de outubro de 2008 (Mod 11); pela Portaria no 134/DPC, de 8 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 10 de dezembro de 2008 (Mod 12); pela Portaria no 72/DPC, de 9 de julho de 2009, publicada no DOU de 14 de julho de 2009 (Mod 13); pela Portaria no 84/DPC de 22 de julho de 2009, publicada no DOU de 24 de julho de 2009 (Mod 14); pela Portaria no 105 de 31 de agosto de 2009, publicada no DOU de 9 de setembro de 2009 (Mod 15); pela Portaria no 119/DPC, de 18 de setembro de 2009, publicada no DOU de 21 de setembro de 2009 (Mod 16); pela Portaria no 214/DPC, de 8 de outubro de 2010, publicada no DOU de 20 de outubro de 2010 (Mod 17), pela Portaria no 279/DPC, de 22 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 (Mod 18), pela Portaria no 67/DPC, de 6 de abril de 2011, publicada no DOU de 8 de abril de 2011 (Mod 19), pela Portaria no 117/DPC, de 21 de junho de 2011, publicada no DOU de 24 de junho de 2011 (Mod 20), pela Portaria no 156/DPC, de 27 de julho de 2011, publicada no DOU de 27 de julho de 2011 (Mod 21) e pela Portaria no 172/DPC, de 8 de agosto de 2011, publicada no DOU de 12 de agosto de 2011 (Mod 22), pela Portaria no 184/DPC, de 26 de agosto de 2011, publicada no DOU de 02 de setembro de 2011 (Mod 23), pela Portaria no 259/DPC, de 21 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 6 de janeiro de 2012 (Mod 24), pela Portaria no 44/DPC, de 27 de março de 2012, publicada no DOU de 29 de março de 2012 (Mod 25), pela Portaria no 31/DPC, de 22 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2013 (Mod 26), pela Portaria no 127 de 26 de maio de 2014, publicada no DOU de 28 de maio de 2014 (Mod 27), pela Portaria no 311 de 19 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 09 de janeiro de 2015 (Mod 28), pela Portaria no 315, de 19 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015 (Mod 29), pela Portaria no 357, de 18 de novembro de 2015, publicada no DOU de 19 de novembro de 2015 (Mod 30), pela Portaria no 21, de 28 de janeiro de 2016 (Mod 31), pela Portaria no 193, de 23 de junho de 2016, publicada no DOU de 23 de junho de 2016 (Mod 32), pela Portaria nº 287, de 23 de setembro de 2016, publicada no DOU de 27 de setembro de 2016 (Mod 33), pela Portaria nº 382, de 28 de novembro de 2016 (Mod 34), publicada no DOU de 30 de novembro de 2016 (Mod 34), pela Portaria nº 217, de 31 de julho de 2017, publicada no DOU de 2 de agosto de 2017 (Mod 35), pela Portaria nº 253, de 31 de agosto de 2017, publicada no DOU de 1o de setembro de 2017 (Mod 36). Esta modificação é denominada Mod 37.

I - No Capítulo 1 - "ESTABELECIMENTO DAS TRIPULAÇÕES DE SEGURANÇA DAS EMBARCAÇÕES", item 0104 - "LAUDO PERICIAL PARA EMISSÃO DO CTS", os incisos 1) a 3) da alínea h) passam a ter a seguinte redação:

"1) a classe 1, 2 ou 3 do equipamento da embarcação DP, de acordo com o declarado no Certificado de Classe da embarcação ou no Documento de Verificação e Aceitação de Navios com Posicionamento Dinâmico (Anexo 4-A-15 da NORMAM-06/DPC), para possibilitar o estabelecimento da qualificação do operador do sistema de posicionamento dinâmico;

2) que o tripulante operador do sistema de posicionamento dinâmico possua a Qualificação e Certificação de Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico (DPO) conforme previsto no Capítulo 1 da NORMAM-13/DPC;

3) que a operação do Sistema de Posicionamento Dinâmico de embarcações DP deverá ser exercida por tripulante empregado, exclusivamente, nesta função, salvo quando o acúmulo de outras funções não resultar em prejuízo para a segurança da embarcação, das pessoas a bordo ou não acarretar em excesso de funções para o operador de DP.";

II - No Capítulo 4 - MATERIAL DE SEGURANÇA PARA EMBARCAÇÕES, item 0420 - PUBLICAÇÕES, passa a ter a seguinte redação:

"a) Embarcações SOLAS

Deverão dotar, em local acessível e apropriado, marcadas com o nome da embarcação, as publicações listadas abaixo:

1) Roteiros para os locais de navegação pretendida, emitidos pela DHN (última edição, sendo aceito arquivo digital conforme detalhado na alínea "c");

2) Lista de Faróis (última edição, sendo aceito arquivo digital conforme detalhado na alínea "c");

3) Lista de Auxílios-Rádio (última edição, sendo aceito arquivo digital conforme detalhado na alínea "c");

4) Tábua das Marés (última edição, sendo aceito arquivo digital conforme detalhado na alínea "c");

5) Código Internacional de Sinais (última edição);

6) Folheto "Ação do Rebocado";

7) Folheto "Ação do Encalhado";

8) Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos/Fluviais (NPCP/NPCF) onde a embarcação for operar (última edição, sendo aceito arquivo em meio digital conforme disponível na página da DPC na internet);

9) Manual de Busca e Salvamento (IAMSAR Vol. III);

10) Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM-1972) e suas emendas;

11) Cartas náuticas nacionais ou internacionais atualizadas relativas às áreas de operação da embarcação;

12) International Maritime Dangerous Goods Code (IMDG Code) edição atualizada e suplemento (para embarcações que transportem mercadorias perigosas embaladas);

13) MFAG - Medical First Aid Guide for Use in Accidents Involving Dangerous Goods (IMO - ILO - WHO) para embarcações que transportem cargas perigosas. (dispensado se possuírem o suplemento do IMDG, que inclui o MFAG);

14) Código IGC (para navios construídos após 01 de julho de 1986 que transportam gases liqüefeitos a granel);

15) Código IBC/BCH (para navios químicos construídos após 01 de julho de 1986);

16) Livro de Registro de Cronômetros;

17) Livro de Azimutes;

18) Almanaque Náutico (última edição);

19) Tábua para navegação (Norie HO-214, ou similar) ou máquina calculadora homologada para emprego em navegação astronômica, ou computador dotado de programa de navegação astronômica homologado;

20) Diário de navegação (aceito meio eletrônico);

21) Diário de radiocomunicações (aceito meio eletrônico);

22) Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar SOLAS/74 e suas emendas, edição atualizada (aceito em meio eletrônico);

23) Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 73/78) e suas emendas, edição atualizada (aceito em meio eletrônico);

24) Guia Médico Internacional para Navios (aceito em meio eletrônico);

25) Vocabulário padrão de navegação marítima (Standard Maritime Comunication Phrases - SMCP) (aceito em meio eletrônico) ;

26) Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto1995 (STCW/95 e suas emendas), edição atualizada (aceito em meio eletrônico).

b) Demais embarcações

Deverão dotar, em local acessível e apropriado, marcados com o nome da embarcação, as publicações listadas abaixo:

1) Roteiros para os locais de navegação pretendida, emitidos pela DHN (última edição, sendo aceito arquivo digital conforme detalhado na alínea "c");

2) Lista de Faróis (última edição, sendo aceito arquivo digital conforme detalhado na alínea "c");

3) Tábua das Marés (última edição, sendo aceito arquivo digital conforme detalhado na alínea "c");

4) Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM-1972) e suas emendas; e

5) Cartas náuticas nacionais atualizadas relativas às áreas de operação da embarcação.

As embarcações com arqueação bruta (AB) menor ou igual a 50 estão dispensadas de manter a bordo as publicações listadas acima, exceto a da subalínea 4).

c) Publicações em meio digital

1) Para as publicações listadas nos incisos 1 a 4 da alínea a) e incisos 1 a 3 da alínea b), deste item, está autorizada a utilização em formato digital ou cópia impressa dos arquivos disponíveis no sítio da DHN na internet (https://www.mar.mil.br/dhn/bhmn/publica.htmal).

2) A substituição de publicação da IMO impressa, por publicação em formato digital, listada na alínea a) ou na alínea b) deste item, está autorizada desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

I - o arquivo com a publicação em meio eletrônico deve ser original da IMO;e

II - o arquivo que contém a publicação em meio eletrônico original da IMO deve ser inserido no ISM do navio, dentro dos procedimentos de controle de documentos, inclusive os procedimentos para a sua atualização contínua.";e

- No item 0441 - REGRAS PARA A EPIRB, substituir o texto das alíneas a), b) e e) por:

"b) Aprovação da EPIRB

Toda EPIRB instalada em embarcações deve ser do tipo aprovado. Para se obter informações, pode ser efetuada consulta à lista de EPIRB aprovadas na página www.cospas-sarsat.org.

c) Freqüência de Operação

As EPIRB deverão ser capazes de transmitir um sinal de socorro por meio de satélite, em órbita polar, na faixa de 406 MHz. Desde fevereiro de 2009 o sistema COSPAS-SARSAT não processa mais a freqüência de 121,5 MHz.

e) Registro da EPIRB

As EPIRB devem ser registradas no Centro Brasileiro de Controle de Missão (BRMCC), por meio da página infosar.decea.gov.br, correio eletrônico registro406@cindacta1.aer.mil.br."

III - No Anexo 9 E - PLATAFORMAS FIXAS HABITADAS, item I), subitem B) 8)a), substituir "Um painel retangular, pintado na cor alaranjada.." por "Painéis retangulares na cor amarela, iluminados no período noturno, em cada uma das faces ou no seu entorno..."

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 34/DPC, 25 DE JANEIRO DE 2018

Divulga procedimentos para eliminação de documentos que estejam sem providências pelos interessados por mais de 360 dias nas Capitanias, Delegacias e Agências.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156 do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997, considerando a necessidade de racionalização do uso dos espaços nas Capitanias, Delegacias e Agências resolve

Art. 1o Divulgar orientações a respeito de documentações referentes aos diversos processos relativos às NORMAM 01, 02 e 03, além de Carteiras de Habilitação de Amador (CHA), Cadernetas de Inscrição e Registro (CIR) e etiquetas de CIR que tenham sido protocoladas nas Capitanias, Delegacias e Agências (CP/DL/AG), num período superior a 360 dias após a última informação emitida pelo Sistema de Atendimento ao Público (SISAP), enquadradas em uma das seguintes situações:

§ 1º - não tenha sido possível prosseguir com o processo, por falta de interesse, de providências ou de manifestação por parte dos requerentes; ou

§ 2º - o processo tenha sido concluído, com os respectivos documentos emitidos, porém não retirados pelo interessado.

Art. 2º As Capitanias e suas Organizações Militares subordinadas deverão adotar as seguintes providências:

§ 1º - emitir portaria de designação de uma Comissão de Eliminação de Documentos, conforme modelo que a esta acompanha;

§ 2º - realizar levantamento dos processos que estejam enquadrados nas situações citadas no Artigo 1o por intermédio da Comissão de Eliminação de Documentos e emitir um Termo de Destruição de Documentos;

§ 3º - as Capitanias deverão elaborar um Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, que englobe os processos existentes nas suas Delegacias e Agências subordinadas, que se enquadrem em uma das situações mencionadas no Art. 1o. O Edital, conforme modelo que a esta acompanha, deverá ser publicado no Diário Oficial da União e na respectiva página na internet. As Capitanias, Delegacias e Agências deverão promover ampla divulgação dos processos passíveis de eliminação. Organizações tais como marinas, iate clubes, entidades náuticas, escolas náuticas cadastradas e colônias de pesca, deverão ser informadas do Edital referente aos processos em lide, para proverem disseminação local. Adicionalmente nas CP/DL/AG, os Editais deverão ser fixados em locais visíveis, de fácil acesso ao público externo;

§ 4º - findo o prazo estabelecido, emitir o Termo de Eliminação de Documentos, conforme o modelo que a esta acompanha.

Art. 3º - Os interessados legitimados, no prazo acima estabelecido, poderão requerer às suas expensas e mediante petição dirigida à Comissão de Eliminação de Documentos a retirada dos processos ou documentos avulsos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OBS: O Anexo que acompanha esta Portaria encontra-se disponível na página da internet da Diretoria de Portos e Costas.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

PORTARIA Nº 318/SEPESD/MD, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso XIV, Capítulo III, Seção IV, do art. 41, do Decreto no 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa Desportivo Militar para o ano de 2018.

Art. 2º A participação nas competições e a realização dos eventos constantes do Programa Desportivo Militar para o ano de 2018, bem como em outros não programados, mediante convites oficiais, ocorrerão de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

PROGRAMA DESPORTIVO MILITAR PARA O ANO 2018

INTERNACIONAL

EVENTOS INSTITUCIONAIS

EVENTO	PAÍS	CIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
13ª Reunião dos Presidentes dos Comitês de Esporte do CISM	França	Nice	17/02/18	21/02/18
1ª Reunião do Corpo de Diretores do CISM 2018	França	Nice	14/02/18	20/02/18
Reunião Continental do CISM	Equador	Quito	12/03/18	17/03/18
Corrida para a PAZ - CISM	Brasil	Brasília	18/02/18	
73ª Assembleia Geral e 2ª Reunião do Corpo de Diretores do CISM	República Dominicana	Punta Cana	16/04/18	23/04/18
Apoio científico de pesquisadores no Campeonato Mundial de Pentatlo Militar	Áustria	Wiener Neustadt	06/07/18	15/07/18
3ª Reunião do Corpo de Diretores do CISM	Bélgica	Bruxelas	NOV/18	NOV/18
Reunião Anual da Comissão de Ciência do Esporte do CISM	A Definir	A Definir	A Definir	A Definir
Participação de membros do Corpo de Diretores do CISM em Campeonatos Mundiais Militares	A Definir	A Definir	A Definir	A Definir

CAMPEONATOS MUNDIAIS MILITARES DO CISM

EVENTO	PAÍS	CIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
54º Campeonato Mundial Militar de Ski	Áustria	Hochfilzen	03/04/18	08/04/18
3º Jogos Mundiais de Cadetes	Indonésia	Magelang & Yogyakarta	28/04/18	06/05/18
30º Campeonato Mundial Militar de Ciclismo MTB	Eslovênia	Kamnik	11/05/18	14/05/18
11º Campeonato Mundial Militar de Futebol Feminino	Estados Unidos	Fort Bliss	19/05/18	06/06/18
19º Campeonato Mundial Militar de Voleibol - Feminino	Canadá	Edmonton	26/05/18	09/06/18
36º Campeonato Mundial Militar de Voleibol - Masculino	Canadá	Edmonton	26/05/18	09/06/18
50º Campeonato Mundial Militar de Tiro	Suíça	Thun	29/05/18	06/06/18
20º Campeonato Mundial Militar de Triatlo	Suécia	Lidkoping	13/06/18	18/06/18
50º Campeonato Mundial Militar de Vela	Finlândia	Helsinki	14/06/18	21/06/18
31º Campeonato Mundial Militar de Ciclismo Estrada	Holanda	Chaamm/Woensdrecht	28/07/18	03/08/18
42º Campeonato Mundial Militar de Paraquedismo	Hungria	Szolnok	10/08/18	21/08/18
50º Campeonato Mundial Militar de Natação	Rússia	Samara	16/08/18	22/08/18
12º Campeonato Mundial Militar de Golfe	Alemanha	Warendorf	26/08/18	02/09/18
46º Campeonato Mundial Militar de Pentatlo Moderno	Hungria	Budapeste	25/09/18	30/09/18
Visita técnica de reconhecimento da CDMB aos 7º Jogos Mundiais Militares	China	Wuhan	29/09/18	14/10/18
50º Campeonato Mundial Militar de Maratona	Líbano	Beirute	18/10/18	23/10/18
38º Campeonato Mundial Militar de Judô	Brasil	Rio de Janeiro	06/11/18	11/11/18
58º Campeonato Mundial Militar de Cross Country	Angola	Luanda	08/11/18	13/11/18
Campeonato Mundial Militar de Escalada	Rússia	Moscou	10/11/18	15/11/18
24º Campeonato Mundial Militar de Taekwondo	Brasil	Rio de Janeiro	27/11/18	04/12/18
51º Campeonato Mundial Militar de Orientação	Equador	Ambato	A Definir	A Definir
32º Campeonato Mundial Militar de Wrestling	Rússia	Moscou	A Definir	A Definir
58º Campeonato Mundial de Pentatlo Aeronáutico	Equador	Quito/Salinas	A Definir	A Definir
65º Campeonato Mundial de Pentatlo Militar	Áustria	A Definir	A Definir	A Definir
Visita técnica de reconhecimento dos Presidentes de Comitês de Esportes do CISM às sedes dos Campeonatos Mundiais Militares	A Definir	A Definir	A Definir	A Definir

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAMPEONATOS REGIONAIS MILITARES DO CISM

EVENTO	PAÍS	CIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
Competição Internacional do CISM de Pentatlo Militar	Itália	Lecce	18/05/18	27/05/18
Campeonato Regional Militar de Tiro	Suíça	Zurich	02/06/18	07/06/18
Campeonato Nórdico de Pentatlo Aeronáutico	Suécia	Oslo	09/06/18	16/06/18
34º Campeonato Aberto de Pentatlo Naval	Finlândia	Uppiniegui	10/06/18	20/06/18
5ª Copa Europeia Aberta do CISM - Pentatlo Naval	Alemanha	Eckernförde	07/07/18	16/07/18
Campeonato Aberto de Pentatlo Aeronáutico	Lituânia	Kaunas	17/08/18	25/08/18
Competição Internacional do CISM de Pentatlo Militar	Rússia	Moscou	01/10/18	14/10/18

CAMPEONATO SULAMERICANO MILITAR DA UDMSA

EVENTO	PAÍS	CIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
24º Campeonato Sul-americano de Pentatlo Militar	A Definir	A Definir	A Definir	A Definir
22º Festival Sul-americano de Cadetes	A Definir	A Definir	A Definir	A Definir

CAMPEONATOS E TREINAMENTOS

EVENTO	PAÍS	CIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
Premier League etapa Paris - KARATE	França	Paris	14/01/18	21/01/18
Miami Sailing World Cup - VELA	Estados Unidos	Miami	20/01/18	29/01/18
Torneio Gramma - Cerro - WRESTLING	Cuba	Havana	07/02/18	11/02/18
Training Camp - BOXE	Argentina	Mendonza	11/02/18	24/02/18
Copa do Mundo por Aparelho - GINÁSTICA ARTÍSTICA	Austrália	Melbourne	13/02/18	20/02/18
Aberto Panamericano de Santiago - JUDÔ	Chile	Santiago	14/03/18	19/03/18
Campeonato Aberto da Argentina - TAEKWONDO	Argentina	Buenos Aires	15/03/18	20/03/18
Copa do Mundo Individual Geral - GINÁSTICA ARTÍSTICA	Alemanha	Stuttgart	16/03/18	19/03/18
Campeonato Panamaericano Aberto - TAEKWONDO	México	Querétaro	19/03/18	28/03/18
Peru Challenge - BADMINTON	Peru	Lima	17/04/18	24/04/18
Maratona de Milão	Itália	Milão	20/04/18	23/04/18
Hyeres Sailing Cup - VELA	França	Hyeres	21/04/18	30/04/18
Copa do Mundo de Tiro da ISSF Fort Benning	Estados Unidos	Fort Benning	06/05/18	16/05/18
Campeonato Panamericano de Clubes - HANDEBOL	Argentina	Buenos Aires	09/05/18	21/05/18
Campeonato Pan-americano - WRESTLING	Canadá	Toronto	10/05/18	14/05/18
Training Camp para o Campeonato Nórdico de Pentatlo Aeronáutico	Suécia	Oslo	03/06/18	10/06/18
Campeonato Sul-Americano - WRESTLING	Paraguai	Assunção	07/06/18	11/06/18
Training Camp para o Mundial Militar de Ciclismo - Estrada	França	Paris	05/07/18	18/07/18
Training Camping internacional - BASQUETE FEMININO	Estados Unidos	San Diego	08/07/18	20/07/18
Archery World Cup - TIRO COM ARCO	Alemanha	Berlim	13/07/18	23/07/18
Ibero Americano de Atletismo	Peru	Lima	19/07/18	23/07/18
Mundial das Classes Olímpicas - VELA	Dinamarca	Aarhus	29/07/18	13/08/18
Training Camp para o Campeonato Aberto de Pentatlo Aeronáutico	Lituânia	Kaunas	11/08/18	18/08/18
Camping Training internacional - BASQUETE MASCULINO	Argentina	Buenos Aires	24/08/18	06/09/18
World Archery Championships - TIRO COM ARCO	Itália	Cortina	01/09/18	11/09/18
Seletiva Militar das Américas - FUTEBOL MASCULINO	Estados Unidos	Houston	06/09/18	18/09/18
Training Camp para o Mundial Militar de Ciclismo - Mountain Bike	Eslovênia	Planica	11/09/18	26/09/18
Campeonato Mundial de Clubes - Super Globe - HANDEBOL	Catar	Doha	12/09/18	24/09/18
Campeonato Aberto da Espanha - TAEKWONDO	Espanha	Madri	12/09/18	19/09/18
Training Camp para o Campeonato Mundial de Pentatlo Aeronáutico- CISM	Equador	Quito	16/09/18	23/09/18
IV Copa de Adestramento Militar Internacional - HIPISMO	Chile	Santiago	30/09/18	11/10/18
Reunião de Coordenação Final da Copa de Adestramento Militar Internacional - HIPISMO	Argentina	Buenos Aires	10/10/18	16/10/18
Campeonato Mundial de Karate	Espanha	Madri	19/10/18	26/10/18
Grand Slam Abu Dhabi - JUDÔ	Emirados Árabes Unidos	Abu Dhabi	22/10/18	31/10/18
Campeonato Mundial - GINÁSTICA ARTÍSTICA	Catar	Doha	23/10/18	05/11/18
Camp Training/Aclimatação - ORIENTAÇÃO	Equador	Quito	25/10/18	11/11/18
Campeonato Mundial de Cavalos Novos da FEI - HIPISMO	Argentina	Buenos Aires	06/11/18	14/11/18
27th Internationaler Deutschlandpokal - SALVAMENTO AQUÁTICO	Alemanha	Warendorf	15/11/18	20/11/18
Campeonato Sulamericano de Orientação (SAOC)	Uruguai	Montevideo	20/11/18	27/11/18
Campeonato Mundial Piscina Curta - NATAÇÃO	China	Hangzou	01/12/18	10/12/18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NACIONAL

EVENTOS INSTITUCIONAIS

EVENTO	ESTADO	CIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
Reuniões preparatórias e finais para os 3º Jogos Mundiais de Cadetes do CISM	RJ	Rio de Janeiro	29/01/18	31/01/18
			26/03/18	28/03/18
Seletivas para os 3º Jogos Mundiais de Cadetes do CISM	RJ	Rio de Janeiro	02/02/18	04/02/18
	RJ	Rio de Janeiro	16/02/18	19/02/18
	SP	São Paulo	23/02/18	25/02/18
Cerimônia de entrega da Medalha do Mérito Desportivo Militar	RJ	Rio de Janeiro	02/03/17	02/03/18
Reuniões da Alta Direção do Desporto Militar	RJ	Rio de Janeiro	04/04/18	05/04/18
			04/07/18	05/07/18
			21/11/18	22/11/18
5º Workshop do Desporto Militar	RJ	Rio de Janeiro	13/05/18	19/05/18
1º Jogos Brasileiros das Instituições de Segurança Pública	SC	Florianópolis	30/09/18	11/10/18
2ª e 3ª Reuniões preparatórias da 50º NAE	SP	Campinas	18/04/18	
			16/08/18	
2ª e 3ª Reuniões preparatórias da 52ª NAVAMAER	RJ	Resende	28/03/18	
			25/07/18	
2ª e 3ª Reuniões preparatórias da 23ª MAREXAER	RJ	Rio de Janeiro	11/04/18	
			08/08/18	
1ª Reunião preparatória das competições escolares (ano 2019)	RJ	Rio de Janeiro	21/11/18	
Reunião mensal do Conselho Nacional do Esporte	A Definir	A Definir	A Definir	A Definir
Curso Avançado de Gestão do Esporte - CAGE/COB	RJ	Rio de Janeiro	A Definir	A Definir
Reuniões dos Vice-Presidentes das Comissões de Desportos	RJ	Rio de Janeiro	A Definir	A Definir

COMPETIÇÕES ESCOLARES DAS FORÇAS ARMADAS

EVENTO	ESTADO	CIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
12º Jogos da Amizade	SP	Campinas	30/06/18	08/07/18
52ª NAVAMER	RJ	Resende	24/08/18	31/08/18
23ª MAREXAER	RJ	Rio de Janeiro	22/09/18	28/09/18
50ª NAE	SP	Campinas	14/09/18	21/09/18

CAMPEONATOS BRASILEIROS, TORNEIO ABERTO E SELETIVA DAS FORÇAS ARMADAS

EVENTO	ESTADO	CIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
Campeonato Militar de Orientação das Forças Armadas - (CAMORFA)	RS	Santa Maria	A Definir	A Definir
3ª Olímpiadas das Escolas de Aprendizes-Marinheiros	CE	Fortaleza	01/06/18	15/06/18

CAMPEONATOS E TORNEIOS NO BRASIL

EVENTO	ESTADO	CIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
1º Training Camp Badminton para os Cadetes	SP	Pirassununga	07/01/18	14/01/18
2º Training Camp Badminton para os Cadetes	SP	Pirassununga	20/01/18	27/01/18
Training Camp Equipe de Pentatlo Aeronáutico	SP	Guaratinguetá	15/02/18	26/02/18
3º Training Camp Badminton para os Cadetes	SP	Pirassununga	17/02/18	24/02/18
Training Camp - TAEKWONDO	RJ	Rio de Janeiro	18/02/18	24/02/18
I Workshop de Handebol	SP	Taubaté	11/03/18	18/03/18
4º Training Camp Badminton para os Cadetes	SP	Pirassununga	16/03/18	23/03/18
Training Camp Equipe de Pentatlo Aeronáutico	SP	Pirassununga	30/03/18	08/04/18
Seletiva de Pentatlo Aeronáutico na Academia da Força Aérea (INTERAFA)	SP	Pirassununga	07/04/18	16/04/18
Campeonato Brasileiro - WRESTLING	BA	Salvador	12/04/18	16/04/18
5º Training Camp Badminton para os Cadetes	SP	Pirassununga	13/04/18	20/04/18
Training Camp Nacional - JUDÔ	SP	Pindamonhangaba	14/04/18	22/04/18
Troféu Maria Lenk - NATAÇÃO	RJ	Rio de Janeiro	01/05/18	07/05/18
Concurso de Saltos Internacional Cidade de Porto Alegre - HIPISMO	RJ	Rio de Janeiro	02/05/18	09/05/18
Campeonato Militar de Orientação das Forças Armadas - (CAMORFA)	RS	Santa Maria	04/05/18	13/05/18
Seletiva das Forças Armadas para o 51º Campeonato Mundial Militar de Orientação	RS	Santa Maria	A Definir	A Definir
Campeonato Nacional de Triathlon da CBTri	PB	João Pessoa	10/05/18	15/05/18
Campeonato Brasileiro de Adestramento - HIPISMO	SP	São Paulo	04/06/18	13/06/18
2ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Orientação e Camp Training	DF	Brasília	06/06/18	23/06/18
II Workshop de Handebol	SP	Taubaté	11/06/18	17/06/18
Troféu Brasil Caixa de Atletismo	SP	São Bernardo do Campo	14/06/18	18/06/18
Torneio 4 Nações - HANDEBOL	SP	São Bernardo do Campo	16/06/18	24/06/18
Training Camping nacional - BASQUETE FEMININO	SP	Americana	18/06/18	09/07/18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Campeonato Brasileiro de Adestramento de Cavalos Novos	SP	São Paulo	25/06/18	04/07/18
II INTERALA	RJ	Rio de Janeiro	22/07/18	28/07/18
Campeonato Brasileiro de FQL - PARAQUEDISMO	SP	Boituva	23/07/18	30/07/18
Campeonato Brasileiro de Ginástica Artística Adulto por Equipe e Individual Geral	SP	São Paulo	31/07/18	07/08/18
Grande Prêmio Brasil Caixa de Atletismo	PA	Belém	02/08/18	06/08/18
Training Camp Equipe de Pentatlo Aeronáutico	RJ	Rio de Janeiro	02/08/18	11/08/18
Seletiva Masculina Fortaleza - BASQUETE	CE	Fortaleza	04/08/18	29/08/18
Training Camp Nacional - JUDÔ	SP	Pindamonhangaba	04/08/18	12/08/18
Curso Nacional de Técnicos de Judô da CBJ - 1ª fase	BA	Lauro de Freitas	07/08/18	14/08/18
Troféu José Finkel - NATAÇÃO	SP	Santos	07/08/18	13/08/18
Camp Training - ORIENTAÇÃO	PR	Guarapuava	15/08/18	01/09/18
Curso Nacional de Técnicos de Triathlon da CBTri - Nível I	RJ	Rio de Janeiro	16/08/18	20/08/18
Campeonato Brasileiro de Amador de Salto - HIPISMO	DF	Brasília	29/08/18	05/09/18
Treinamento Centralizado de Esgrima	RJ	Rio de Janeiro	31/08/18	16/09/18
Curso Nacional de Técnicos de Judô da CBJ - 2ª fase	BA	Lauro de Freitas	11/09/18	18/09/18
Grande Prêmio Brasil Caixa de Atletismo	SP	São Bernardo do Campo	13/09/18	17/09/18
Curso Nacional de Árbitros de Triathlon da CBTri - Nível I	RJ	Rio de Janeiro	20/09/18	24/09/18
Camp Training - ORIENTAÇÃO	MS	Rio Negro	23/09/18	06/10/18
Campeonato Brasileiro de Ginástica Artística - Categoria Adulto por Aparelho	RJ	Rio de Janeiro	30/09/18	06/10/18
Seletiva Militar Brasileira - TAEKWONDO	RJ	Rio de Janeiro	01/10/18	05/10/18
Curso Nacional de Técnicos de Judô da CBJ - 3ª fase	BA	Lauro de Freitas	02/10/18	09/10/18
Curso de Capacitação para Treinadores - PENTATLO MODERNO	SP	São Paulo	02/10/18	09/10/18
Treinamento de Campo da Seleção Brasileira de Judô	SP	Pindamonhangaba	14/10/18	22/10/18
Campeonato Brasileiro de Inverno - PENTATLO MODERNO	SP	Santos	14/10/18	22/10/18
III Workshop de Handebol	SP	Taubaté	14/10/18	21/10/18
V Mercosul Internacional - BADMINTON	PR	Curitiba	16/10/18	23/10/18
Training Camp da Equipe de Pentatlo Aeronáutico	DF	Brasília	18/10/18	25/10/18
Training Camp - TAEKWONDO	RJ	Rio de Janeiro	22/10/18	28/10/18
Treinamento de Campo Nacional - FUTEBOL MASCULINO	RJ	Rio de Janeiro	23/10/18	26/10/18
Liga Nacional CBHb - Etapa I	SP	São Paulo	23/10/18	28/10/18
Etapa do Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia - OPEN NACIONAL - Temporada 2017 / 2018	MG	Uberlândia	24/10/18	30/10/18
Liga Nacional CBHb - Etapa II - HANDEBOL	SP	São Bernardo do Campo	30/10/18	04/11/18
Campeonato Aberto do Brasil de Pentatlo Aeronáutico	RJ	Rio de Janeiro	02/11/18	11/11/18
Curso Nacional de Técnicos de Judô da CBJ - 4ª fase	BA	Lauro de Freitas	06/11/18	13/11/18
Concurso Completo Internacional - HIPISMO	SP	São Paulo	06/11/18	14/11/18
Copa Brasil Internacional	SP	São Paulo	08/11/18	12/11/18
XVIII Campeonato Brasileiro de Salvamento Aquático	RJ	Rio de Janeiro	08/11/18	13/11/18
Campeonato Brasileiro de Precisão de Aterragem - PARAQUEDISMO	SP	Boituva	12/11/18	19/11/18
XIII Campeonato Brasileiro de Pentatlo Aeronáutico	RJ	Rio de janeiro	15/11/18	21/11/18
Grand Prix Nacional Interclubes de Judô - Masculino	BA	Lauro de Freitas	16/11/18	20/11/18
Grand Prix Nacional Interclubes de Judô - Masculino	BA	Lauro de Freitas	16/11/18	20/11/18
IV Workshop de Handebol	SP	Taubaté	18/11/18	23/11/18
Grand Prix Nacional Interclubes de Judô - Feminino	BA	Lauro de Freitas	22/11/18	26/11/18
Campeonato Brasileiro de CCE - HIPISMO	SP	Barretos	27/11/18	05/12/18
Liga Nacional CBHb - Etapa III - HANDEBOL	SP	Taubaté	27/11/18	02/12/18
Open de natação	RJ	Rio de Janeiro	05/12/18	10/12/18
Campeonato Brasileiro de Verão - PENTATLO MODERNO	SP	Santos	07/12/18	14/12/18
Curso de Capacitação para Treinadores - FUTEBOL Masculino	RJ	Teresópolis	07/12/18	14/12/18
Liga Nacional CBHb - Etapa IV - HANDEBOL	SP	Aparecida do Norte	11/12/18	16/12/18

Legenda: CISM - Conselho Internacional do Esporte Militar
UDMSA - União Desportiva Militar Sul-Americana
CBHb - Confederação Brasileira de Handebol
CBTri - Confederação Brasileira de Triathlon
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MACHADO VIEIRA SECRETÁRIO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

A Portaria nº 50, de 23 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 17, de 24 de janeiro de 2018, Seção 1, página 8, passa a vigorar conforme segue, permanecendo inalteradas as demais disposições:

Onde se lê: "PORTARIA Nº 50, DE 23 DE JANEIRO DE 2017".

Leia-se: "PORTARIA Nº 50, DE 23 DE JANEIRO DE 2018".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 205, 24 DE JANEIRO DE 2018

Homologa o resultado final do Concurso Público para provimento de cargo no Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

A Reitora da Universidade Federal do Maranhão, na qualidade de PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais; considerando o disposto no Edital PRH 1/2017, de 10 de agosto de 2017, publicado no DOU de 11 de agosto de 2017; considerando o que consta do Processo nº 743/2018-25; resolve ad referendum deste Conselho:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para provimento dos cargos de Auxiliar em Administração, Assistente de Laboratório, Assistente em Administração, Técnico em Higiene Dental, Técnico de Laboratório Área: Química, Engenheiro Área: Alimentos e Técnico em Assuntos Educacionais, conforme consta no Anexo Único parte constitutiva desta Resolução.

NAIR PORTELA SILVA COUTINHO

ANEXO ÚNICO

CARGO: Assistente de Laboratório - São Luís - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	CAROLINE RIBEIRO TUNES	467367	12,00	8,00	65,00	85,00	21/07/1990	S
2	CAROLINA ROCHA E SILVA	828556	9,00	6,00	67,50	82,50	24/03/1986	A
3	JOAO GABRIEL GOMES ARAUJO	476871	15,00	5,00	62,50	82,50	14/11/1989	A
4	GABRIELA ALVES BERNARDINO	479251	13,50	6,00	62,50	82,00	05/12/1995	A

CARGO: Auxiliar em Administração - Bacabal - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	JHONANTAN DA COSTA PEREIRA	832006	13,50	8,00	62,50	84,00	23/02/1991	S
2	ROSY KELLY NASCIMENTO FERREIRA	822795	15,00	6,00	62,50	83,50	14/01/1999	A
3	LUANNA LIMA VIEIRA	392162	10,50	8,00	62,50	81,00	19/07/1993	A
4	LUAN SILVA RODRIGUES*	479268	12,00	9,00	60,00	81,00	27/09/1990	A

(*) Em conformidade com o item 9.12 do Edital PRH nº 1/2017 "Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados, de acordo com o Art. 16 §3º do Decreto Nº 6.944 de 21 de Agosto de 2009".

CARGO: Auxiliar em Administração - Chapadinha - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	THAYSI NAYANI SANTOS PEREIRA	955264	13,50	9,00	60,00	82,50	11/08/1992	S
2	DOMINGOS SOUSA DO NASCIMENTO	909823	15,00	7,00	60,00	82,00	24/11/1991	A
3	PAULLO DHOGNER COSTA SILVA	336939	13,50	6,00	60,00	79,50	07/01/1995	A
4	CLEUDIANE RODRIGUES SANTANA DOS SANTOS	421162	12,00	6,00	60,00	78,00	12/11/1981	A

CARGO: Auxiliar em Administração - São Luís - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	BRUNA SOUSA MENDES SILVA	963151	15,00	9,00	70,00	94,00	22/10/1993	S
2	ROBERTO SOUZA DE CARVALHO	877697	15,00	8,00	70,00	93,00	13/01/1989	S
3	BRUNO DIAS MORAES	338681	12,00	10,00	70,00	92,00	23/01/1987	S
4	ROBERT DINIZ DE ABREU VIANA	445401	15,00	6,00	67,50	88,50	17/02/1979	A
5	CARLOS ADRIANO SANTANA SILVA	460826	13,50	6,00	67,50	87,00	09/01/1991	A
6	WILLIAM RUBENS FRAZAO DE MORAES	821632	10,50	9,00	65,00	84,50	26/06/1992	A
7	CAIO WILLI CORREA BRAGA	902210	13,50	6,00	65,00	84,50	11/05/1995	A
8	ANIELLY BELFORT AIRES	840262	12,00	10,00	62,50	84,50	07/09/1982	A
9	RAISSA ALESSANDRA DA CUNHA MACHADO	943101	12,00	7,00	65,00	84,00	21/06/1993	A
10	MILENA GARCIA PRAZERES	428231	13,50	7,00	62,50	83,00	10/01/1988	A
11	MAURICIO JOSE DOS PASSOS SA	850641	9,00	6,00	67,50	82,50	06/11/1977	A
12	JOCELLI CAROLINE MACHADO ARAUJO	889148	13,50	6,00	62,50	82,00	28/09/1990	A
13	FLAVIO DA SILVA FRANCO	353051	15,00	7,00	60,00	82,00	23/11/1995	A
14	KELLE JESSICA SILVA DE SOUSA	488739	10,50	6,00	65,00	81,50	01/10/1992	A
15	BENEDITO VIEIRA DE SOUSA FILHO	365361	12,00	4,00	65,00	81,00	12/07/1990	A
16	ADAO THIAGO SOARES PEDROSA	839205	15,00	8,00	57,50	80,50	19/07/1990	A

CARGO: Assistente em Administração - Chapadinha - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	EDUARDO DE SOUSA LOPES	933414	10,50	7,00	60,00	77,50	23/11/1993	S
2	KAROLINA LIMA MONTELES	980412	10,50	8,00	55,00	73,50	05/12/1994	S
3	LOURDEANNY KAROLINNY CARVALHO DE ARAUJO	581887	12,00	9,00	52,50	73,50	12/03/1991	A
4	LAIS JESSICA DE OLIVEIRA VELOSO	987531	12,00	6,00	55,00	73,00	07/09/1989	A
5	ANTONIO JARDSON DOS SANTOS LIMA	521906	9,00	6,00	55,00	70,00	16/01/1984	A
6	ANTONIO MARCOS DE SOUSA SANTOS	389552	12,00	7,00	50,00	69,00	26/02/1987	A

CARGO: Assistente em Administração - Codó - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	JOSEANE MARTINS RIBEIRO	407089	13,50	7,00	55,00	75,50	18/05/1992	S
2	JADIELSON OLIVEIRA DE ALMEIDA	875147	10,50	4,00	60,00	74,50	27/05/1993	S
3	JORGE HELSON PEREIRA BRAGA	524931	9,00	4,00	60,00	73,00	14/07/1987	A
4	WALBELICE MARQUES DOS SANTOS	391492	9,00	6,00	55,00	70,00	27/02/1985	A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5	EDFRANKLIN MESQUITA DA SILVA	325971	9,00	5,00	55,00	69,00	26/04/1986	A
6	MATHEUS DOS SANTOS OLIVEIRA	579467	12,00	9,00	47,50	68,50	30/03/1992	A
7	RAIMUNDO NONATO BATISTA SALAZAR	408115	9,00	5,00	52,50	66,50	31/08/1983	A

CARGO: Assistente em Administração - Imperatriz - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	ANTONIO COSTA MENDES	406864	12,00	6,00	55,00	73,00	18/11/1992	S
2	RAFAEL MARINHO SOUSA	999301	9,00	6,00	57,50	72,50	04/01/1991	A
3	AECIO RUBEM SILVA DE JESUS	547808	9,00	6,00	55,00	70,00	17/08/1989	A

CARGO: Assistente em Administração - Pinheiro - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	ROMULO JOSE PEREIRA LIMA	373729	12,00	6,00	57,50	75,50	03/07/1993	S
2	ORZETE DA NATIVIDADE AMORIM TERCEIRO	932515	13,50	7,00	55,00	75,50	09/02/1986	S
3	LARISSA BRITO MARTINS	476293	13,50	6,00	55,00	74,50	31/08/1988	S
4	MANOEL BRUNO DE SOUSA BARROS	981931	12,00	4,00	55,00	71,00	20/09/1994	S
5	ANDRE LUIZ DE MORAES CORREIA	563943	9,00	4,00	57,50	70,50	26/09/1988	A
6	LUIS ANTONIO AMORIM ARAUJO	962988	6,00	6,00	57,50	69,50	08/06/1990	A
7	MARIANA AGUIAR DE SOUZA	523011	12,00	7,00	50,00	69,00	27/12/1985	A
8	ANA CAROLINE NUNES DE NAZARETH	414921	6,00	5,00	57,50	68,50	11/03/1992	A
9	RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS NETTO	898775	9,00	7,00	52,50	68,50	22/01/1975	A
10	RAFAEL DE SOUZA MOTA	378763	9,00	7,00	52,50	68,50	11/02/1998	A
11	BRUNO FONTENELE BARBOSA	456411	6,00	7,00	55,00	68,00	12/11/1994	A
12	BRUNO GUSTAVO DE JESUS ROSA SOEIRO	832774	10,50	5,00	52,50	68,00	10/09/1986	A
13	SEDNO HENRIQUE BEZERRA SA FILHO	391131	10,50	5,00	52,50	68,00	15/01/1995	A
14	DAIANE DE SOUSA RODRIGUES	485501	9,00	6,00	52,50	67,50	26/09/1991	A
15	WELLINGTON ALVES SA	915301	7,50	7,00	52,50	67,00	31/05/1989	A
16	MELINA BATISTA LEAL	419133	12,00	5,00	50,00	67,00	07/11/1984	A
17	ELIANA ROSE CALISTO CUNHA	372285	13,50	6,00	47,50	67,00	02/11/1980	A
18	ELSON ALVES MONTEIRO	401651	7,50	6,00	52,50	66,00	04/11/1989	A

CARGO: Assistente em Administração - São Luís - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	VIRGINIA CUNHA BARROS OSSOVSKI	370088	12,00	8,00	65,00	85,00	08/02/1990	S
2	VALDIR DE OLIVEIRA JUNIOR	349781	12,00	6,00	62,50	80,50	30/05/1991	S
3	ANDREW CARLOS BATISTA VIEIRA	352021	12,00	6,00	62,50	80,50	15/08/1992	S
4	EMME BENEDICTA CALDAS PEREIRA	462691	12,00	8,00	60,00	80,00	29/12/1990	S
5	LAUDNEI LEITE AMORIM	520111	9,00	7,00	62,50	78,50	09/10/1987	S
6	EDIR CARLOS CUNHA PEREIRA	360856	12,00	6,00	60,00	78,00	29/01/1993	S
7	LEANDRO SAMPAIO MATEUS	357898	9,00	8,00	60,00	77,00	23/10/1992	S
8	GUILHERME MACIEL SALOMAO	368351	12,00	5,00	60,00	77,00	11/09/1993	S
9	RENATA CRISTINE DINIZ DE SOUSA	930301	12,00	7,00	57,50	76,50	18/05/1987	S
10	CELSO MACHADO DOS SANTOS JUNIOR	100023	7,50	6,00	62,50	76,00	31/08/1974	S
11	JOSE CARLOS CORREA BALDEZ JUNIOR	918059	9,00	9,00	57,50	75,50	10/05/1995	S
12	JESSICA MILLA BEZERRA DE SOUSA	996671	12,00	8,00	55,00	75,00	08/02/1994	A
13	WENDERSON RICARDO SANTOS DOS SANTOS	333591	12,00	5,00	57,50	74,50	17/09/1988	A
14	WANDERSON MARTINS LICAR DA SILVA	932868	9,00	8,00	57,50	74,50	10/11/1991	A
15	MARCELO SANTOS SILVA BRANDAO	916706	12,00	5,00	57,50	74,50	19/11/1995	A
16	MAILSON LIMA TEIXEIRA	403474	10,50	6,00	57,50	74,00	18/05/1988	A
17	MARCOS MULLER FERREIRA MATOS	913065	10,50	6,00	57,50	74,00	18/10/1992	A
18	RENATA MENDES COSTA	987077	12,00	7,00	55,00	74,00	18/03/1983	A
19	LIBANIO CARVALHO VIEIRA	423017	12,00	7,00	55,00	74,00	20/05/1994	A
20	LUCAS HENRIQUE SILVA CORREIA	434981	7,50	6,00	60,00	73,50	31/01/1993	A
21	DANIELLE CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA	376027	9,00	7,00	57,50	73,50	02/07/1985	A
22	LEIDIANE DE JESUS MELO LIMA	991597	10,50	8,00	55,00	73,50	26/08/1987	A
23	ANALYA SILVA LIMA	890189	10,50	8,00	55,00	73,50	28/04/1991	A
24	DEBORAH SUELLEN COSTA AVELLAR	441007	10,50	8,00	55,00	73,50	08/02/1992	A
25	ALLYSON IGOR PEREIRA RAMOS	474061	12,00	9,00	52,50	73,50	17/04/1995	A
26	AIRTON RENER PESTANA DO NASCIMENTO	369217	10,50	5,00	57,50	73,00	26/12/1991	A
27	PEDRO VICTOR CHAGAS FERREIRA	853411	7,50	8,00	57,50	73,00	01/06/1993	A
28	BRUNA ANTONIA FERREIRA DE ANDRADE	372293	12,00	6,00	55,00	73,00	21/05/1994	A
29	MATHEUS ALEXANDER SANTOS FERREIRA	898104	12,00	6,00	55,00	73,00	06/05/1996	A
30	VINICIUS SOUSA ABREU	323063	13,50	7,00	52,50	73,00	29/05/1991	A
31	ANDRE LUIS ALVES SERRA	462845	9,00	6,00	57,50	72,50	18/09/1990	A
32	ADRIANA SILVA PASSOS	464007	10,50	7,00	55,00	72,50	17/08/1981	A
33	SUELEN MELO DE SOUSA	883001	10,50	7,00	55,00	72,50	14/02/1991	A
34	JOSE CICERO LIMA NETO	838624	10,50	7,00	55,00	72,50	25/05/1999	A
35	JOSE LEONARDO MARTINS FERREIRA	840807	12,00	8,00	52,50	72,50	08/10/1987	A
36	JESSICA LINHARES SANTOS*	352276	12,00	8,00	52,50	72,50	12/11/1991	A
37	DENIS VINICIUS NASCIMENTO RODRIGUES*	937101	15,00	5,00	52,50	72,50	30/04/1997	A

(*) Em conformidade com o item 9.12 do Edital PRH nº 1/2017 "Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados, de acordo com o Art. 16 §3º do Decreto Nº 6.944 de 21 de Agosto de 2009".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CARGO: Técnico de Laboratório - Química - Bacabal - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	BRUNA DE SOUZA LOPES	511439	12,00	6,00	60,00	78,00	17/08/1991	S
2	ISMAEL CARLOS BRAGA ALVES	868213	9,00	6,00	62,50	77,50	21/04/1994	A
3	MATEUS SOARES DA SILVA	856215	6,00	6,00	60,00	72,00	29/08/1992	A
4	CESARIO JORGE FAHD JUNIOR	344605	9,00	7,00	47,50	63,50	23/11/1994	A

CARGO: Técnico de Laboratório - Química - Balsas - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	ADRIANO DE ULHOA TORRES	442879	6,00	6,00	62,50	74,50	05/05/1990	S
2	TAIS LIMA SOUSA	971065	6,00	10,00	52,50	68,50	26/09/1995	A
3	MAURO ROMERO ABREU SOUSA JUNIOR	952664	7,50	7,00	52,50	67,00	16/11/1994	A
4	JULIANA DE SOUSA FIGUEREDO	843831	10,50	6,00	47,50	64,00	25/11/1993	A
5	REGINEIDE DE OLIVEIRA LIMA	439011	10,50	4,00	47,50	62,00	27/06/1984	A

CARGO: Técnico de Laboratório - Química - São Luís - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	ADRIANY SERRA DO NASCIMENTO	361291	9,00	6,00	52,50	67,50	14/11/1986	S
2	DANIELLI REIS MENDES	455891	10,50	6,00	50,00	66,50	30/06/1982	A
3	IAGO DE JESUS ABRANTES BANDEIRA	960039	9,00	4,00	52,50	65,50	26/12/1997	A
4	ADRIANI FIGUEIREDO MOREIRA	916676	7,50	8,00	47,50	63,00	07/02/1988	A

CARGO: Técnico em Higiene Dental - São Luís - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	EDNA LUISA OLIVEIRA MONTEIRO	969648	9,00	5,00	57,50	71,50	18/09/1993	S
2	DANTAS SOUSA BRAGA	888427	7,50	4,00	55,00	66,50	03/09/1993	A
3	LIS HELENA MENDES DA SILVA	840033	9,00	5,00	52,50	66,50	05/05/1973	A
4	ILDERLENE DA SILVA LOPES	376388	7,50	4,00	50,00	61,50	20/05/1984	A

CARGO: Engenheiro - Área: Alimentos - Imperatriz - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	DJANY SOUZA SILVA	339105	13,50	4,00	67,50	85,00	07/12/1988	S
2	RAFAEL MACHADO FERREIRA DE SOUZA	346781	13,50	5,00	60,00	78,50	06/08/1990	A
3	CINTHIA REGINA DA SILVA REBOUCAS	931421	13,50	5,00	57,50	76,00	31/10/1984	A
4	LAZARO SATIRO DE JESUS	882895	13,50	5,00	57,50	76,00	08/09/1988	A
5	ELIS MARINA FONSECA ALMEIDA	444741	13,50	7,00	52,50	73,00	17/10/1988	A

CARGO: Técnico em Assuntos Educacionais - São Luís - Ampla Concorrência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	TADEU LUIS MACIEL RODRIGUES	943266	10,50	5,00	70,00	85,50	04/07/1991	S
2	GISELE PEREIRA SOUSA	429571	15,00	8,00	52,50	75,50	01/02/1989	A
3	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MESQUITA COSTA	494445	15,00	6,00	52,50	73,50	19/05/1979	A
4	PATRICIA ROSA SANTANA GUZMAN*	475181	12,00	9,00	52,50	73,50	18/04/1983	A

(*) Em conformidade com o item 9.12 do Edital PRH nº 1/2017 "Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados, de acordo com o Art. 16 § 3º do Decreto Nº 6.944 de 21 de Agosto de 2009".
CARGO: Auxiliar em Administração - Bacabal - P. com Deficiência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	JOSE BARONNY CARDOSO CASTRO	937843	9,00	6,00	52,50	67,50	27/12/1995	A

CARGO: Auxiliar em Administração - São Luís - P. com Deficiência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	THIAGO CARDOSO SOUSA	334952	12,00	5,00	62,50	79,50	31/08/1997	S
2	MARCOS VINICIUS DE CARVALHO NORONHA	435589	10,50	5,00	52,50	68,00	29/03/1990	A

CARGO: Assistente em Administração - Chapadinha - P. com Deficiência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	RONALDO MACEDO DE FRACA LIMA	364241	9,00	7,00	47,50	63,50	17/02/1983	A

CARGO: Assistente em Administração - Imperatriz - P. com Deficiência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	ALEX ARAUJO PINHEIRO	331562	10,50	9,00	50,00	69,50	11/01/1987	A

CARGO: Assistente em Administração - Pinheiro - P. com Deficiência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	FRANCISCO RANGEL GONCALVES SIRQUEIRA	886335	7,50	6,00	45,00	58,50	02/09/1987	S
2	CARLA BIANCA MELO	837296	9,00	6,00	42,50	57,50	18/12/1986	A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CARGO: Assistente em Administração - São Luís - P. com Deficiência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	JESSICA DE JESUS MARQUES	343153	9,00	6,00	50,00	65,00	07/04/1992	S
2	MARIA APARECIDA BIZERRA COSTA	937721	10,50	6,00	47,50	64,00	08/05/1990	A
3	LUDENBERG MARQUES BRITO REIS	517161	9,00	7,00	45,00	61,00	20/08/1983	A

CARGO: Técnico em Assuntos Educacionais - São Luís - P. com Deficiência

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	DEROCY DIAS REIS	450201	12,00	4,00	52,50	68,50	01/04/1988	A

CARGO: Assistente de Laboratório - São Luís - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	NATAN ANTONIO BATISTA DE SOUSA	878626	9,00	8,00	60,00	77,00	30/03/1991	A

CARGO: Auxiliar em Administração - Bacabal - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	RAMIRA QUEIROZ LIMA	439207	10,50	5,00	50,00	65,50	12/10/1993	A

CARGO: Auxiliar em Administração - Chapadinha - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	LEONARDO ROCHA RODRIGUES	531448	10,50	4,00	55,00	69,50	25/01/1996	A

CARGO: Auxiliar em Administração - São Luís - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	HERBERTE SANTOS OLIVEIRA	863858	13,50	5,00	67,50	86,00	26/02/1988	S
2	ISRAEL COSTA DA SILVA	824161	12,00	8,00	60,00	80,00	28/02/1988	A
3	PAULO RICARDO COIMBRA SOUSA	912719	9,00	5,00	65,00	79,00	11/04/1992	A
4	ALISSON RODRIGUES GONCALVES	878839	12,00	4,00	62,50	78,50	22/08/1983	A

CARGO: Assistente em Administração - Chapadinha - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	FRANCISCO ALVES DA SILVA	504701	7,50	8,00	52,50	68,00	20/10/1987	A
2	JEFFERSON FERREIRA DA SILVA LEITE	961426	7,50	7,00	47,50	62,00	27/06/1991	A

CARGO: Assistente em Administração - Codó - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	KELITON ARAUJO SANTOS	369276	7,50	6,00	52,50	66,00	27/08/1995	A
2	ANDERSON AUGUSTO SOARES DA PENHA	455806	7,50	4,00	50,00	61,50	02/09/1989	A

CARGO: Assistente em Administração - Imperatriz - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	LEANDRO SILVA DE SOUSA	878571	12,00	4,00	47,50	63,50	05/03/1987	A

CARGO: Assistente em Administração - Pinheiro - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	MARCELO AUGUSTO NUNES SOARES	884065	12,00	6,00	52,50	70,50	06/05/1995	S
2	ANA FERNANDA DE SOUSA DO ESPIRITO SANTO	545007	9,00	5,00	50,00	64,00	29/03/1975	A
3	JOSE RAIMUNDO COSTA NUNES	909041	9,00	5,00	47,50	61,50	18/03/1978	A
4	LILIANE VALPORTO CASTRO	828751	12,00	4,00	42,50	58,50	09/03/1987	A
5	LISIANE VIEIRA ALVES	519006	12,00	5,00	40,00	57,00	16/02/1988	A

CARGO: Assistente em Administração - São Luís - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	ADRIANO PEREIRA COUTINHO	829307	7,50	6,00	60,00	73,50	01/10/1989	S
2	JESSICA LEOCADIO COSTA	408662	10,50	7,00	55,00	72,50	25/01/1992	S
3	JONAS SILVA NETO	830747	12,00	8,00	52,50	72,50	30/11/1991	S
4	GEYLSON FERNANDO LEITE DE OLIVEIRA	908710	9,00	8,00	55,00	72,00	07/11/1987	A
5	MARCOS MOURA SILVA	390119	12,00	6,00	52,50	70,50	10/07/1987	A
6	IARA NADJA OLIVEIRA SANTOS	400701	12,00	6,00	52,50	70,50	02/07/1991	A
7	LILIAN RAQUEL ALVES DE MACEDO	316733	9,00	9,00	52,50	70,50	20/06/1993	A
8	JOAO PEDRO ALVES DOS SANTOS	519693	6,00	6,00	57,50	69,50	22/06/1997	A
9	GEORGE BRUNO CARDOZO SANTOS	899747	10,50	4,00	55,00	69,50	11/06/1991	A
10	DIEGO DE ARAUJO SANTOS	420646	9,00	8,00	52,50	69,50	11/08/1989	A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CARGO: Técnico de Laboratório - Química - Bacabal - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	FRANCISCO DHIEGO SILVEIRA FIGUEIREDO	432431	12,00	7,00	30,00	49,00	02/08/1989	A

CARGO: Técnico de Laboratório - Química - São Luís - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	JAQUELINE DANIELE SANTOS BARROS	905540	10,50	5,00	40,00	55,50	05/09/1999	A

CARGO: Técnico em Higiene Dental - São Luís - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	JAILSON DOS SANTOS OLIVEIRA	869295	7,50	5,00	42,50	55,00	19/10/1982	A

CARGO: Técnico em Assuntos Educacionais - São Luís - Negro

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NT1	NT2	NT3	TOTAL	DT NASC	SIT
1	ADAO JOSE MARTINS	493121	15,00	7,00	50,00	72,00	10/04/1989	A

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 38, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto em exercício, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.00000382/2018-04; resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 008/2018, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Ciência da Computação / Programação de Computadores, Algoritmos e Estrutura de Dados e Sistemas Distribuídos, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Carla Rodrigues Figueiredo Lara, Fabianni Roberto Teles e Renato Avilez Vilarinho. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

JOSÉ DA SILVA GOMES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS

PORTARIA Nº 5, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DO CAMPUS "PROFª CINOBELINA ELVAS", no uso de suas atribuições legais e, considerando: -O Processo Nº 23111.024348/2017-97;- O Edital nº 03/2017, CPCE/UFPI, de 13/11/2017, publicado no DOU de 17/11/2017; -As Leis nº 8.745/93, 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93, 27.10.93 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, com lotação no Campus Profª. Cinobelina Elvas, na cidade de Bom Jesus-PI, da forma como segue:

1. História-Professor Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral-TI-40 (quarenta) horas semanais-Habilitando e classificando para contratação o candidato: Francisco Helton de Araújo Oliveira (1º colocado).

STÉLIO BEZERRA PINHEIRO DE LIMA

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre as atribuições dos agentes financeiros do Fundeb, a movimentação financeira e a divulgação das informações sobre transferências e utilização dos recursos do Fundo, consoante as disposições do art. 8º, § 1º, II e III, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, do art. 2º e 3º do Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, e do art. 7º, § 3º, III e IV do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro 2007, e o PRESIDENTE SUBSTITUTO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 278, de 06 de março de 2017, da Casa Civil, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 15 do Decreto n° 9.007, de 20 de março de 2017.

Considerando a necessidade de disciplinar os mecanismos e formas de garantia, aos entes governamentais, do direito de escolha do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, para manutenção e movimentação das contas únicas e específicas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, na forma do disposto nos arts. 16 e 17 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

Considerando a necessidade de disciplinar as atribuições dos agentes financeiros do Fundeb, em relação à distribuição dos recursos e manutenção das contas únicas e específicas desse Fundo;

Considerando a necessidade de operacionalizar a divulgação das informações sobre transferências e utilização dos recursos do Fundeb, consoante às disposições do art. 8º, § 1º, II e III, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, do art. 2º e 3º do Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, e do art. 7º, § 3º, III e IV do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

Considerando a necessidade de se estabelecer procedimentos inerentes ao levantamento de dados e informações necessárias à realização do ajuste de contas anual do Fundeb, de que tratam o art. 6º, § 2º e art. 15, parágrafo único, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, resolvem:

Art. 1º A disponibilização de recursos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb será realizada pelas unidades transferidoras a que se refere o art. 16 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, por intermédio do Banco do Brasil S.A., que manterá sistema operacional destinado a processar e distribuir os valores devidos a cada ente governamental beneficiário, em conta bancária única e específica, instituída para essa finalidade.

Art. 2º As contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinadas à movimentação dos recursos do Fundo, serão abertas e mantidas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, a critério do Secretário de Educação ou do dirigente de órgão equivalente gestor dos recursos na respectiva esfera governamental, ou destes em conjunto com o Chefe do Poder Executivo, mediante formalização à instituição financeira escolhida, que ficará responsável pelos seguintes procedimentos:

I - comunicar a escolha à agência da instituição financeira detentora do domicílio bancário do Fundeb mediante apresentação do documento de formalização da opção até o dia 20 (vinte) de cada mês, de forma a possibilitar o redirecionamento dos créditos para a nova conta, a partir do primeiro repasse financeiro do mês seguinte;

II - assegurar que eventuais custos para manutenção e movimentação das contas correntes do Fundeb não recaiam sobre os recursos do Fundo, em face da sua vinculação exclusiva às ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica;

III - disponibilizar aos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, de forma regular e periódica, os extratos bancários das contas do Fundeb e das respectivas aplicações financeiras;

IV - disponibilizar, quando solicitados, aos representantes do Poder Legislativo, dos Tribunais de Contas, dos órgãos de controle interno dos poderes executivos, do Ministério Público e das Polícias Federal e Civil, os extratos das contas bancárias do Fundo e das respectivas aplicações financeiras;

§ 1° Em atenção ao disposto no art. 69, § 5°, da Lei 9.394 de 1996 c/c Decreto n° 6.253, de 13 de novembro de 2007, as contas específicas do Fundeb serão abertas, obrigatoriamente, no CNPJ do órgão responsável pela Educação, no âmbito dos respectivos entes governamentais.

§ 2° A alteração da conta específica do Fundeb deverá respeitar a periodicidade mínima de 1 (um) ano.

Art. 3º A movimentação dos recursos creditados na conta a que se refere este artigo será realizada, exclusivamente, de forma eletrônica, por meio de sistema específico disponibilizado pelas Instituições Financeiras, que identifique a finalidade dos gastos de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério da Educação, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, devidamente identificados, ficando expressamente vedada a movimentação financeira dos recursos por meios diversos do previsto neste artigo.

Art. 4º O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal divulgarão na internet e disponibilizarão em meio eletrônico ao FNDE demonstrativo mensal dos valores executados pelo ente governamental beneficiado com repasses do Fundo, por data, CPF ou CNPJ do destinatário do pagamento ou transferência realizada e por finalidade, de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério da Educação, adotando-se, como referência, os lançamentos financeiros ocorridos no último dia útil do mês anterior.

Art. 5º O Banco do Brasil divulgará na internet:

I - demonstrativo mensal e anual dos valores efetivamente depositados à conta do Fundo pelas unidades transferidoras, especificando:

a) a origem dos recursos, a Unidade Federada Estadual e a unidade transferidora;

b) os valores disponibilizados para distribuição ao Fundeb, com identificação dos depósitos realizados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

II - demonstrativo dos valores distribuídos à conta de cada ente governamental beneficiário do Fundo, por data e fonte de receita.

§ 1º Os demonstrativos referidos nos incisos I e II deste artigo ficarão disponíveis para consulta pública na internet pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados do mês ou do ano de competência dos documentos.

§ 2º O Banco do Brasil encaminhará à Secretaria do Tesouro Nacional, até o 2º dia útil de fevereiro do exercício seguinte ao de competência da distribuição, demonstrativo anual contendo os seguintes dados:

a) os valores efetivamente creditados à conta do Fundeb pelas unidades transferidoras, com identificação dos depósitos realizados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, destacando-se os valores creditados na primeira semana de janeiro referentes à arrecadação da última semana do mês de dezembro do exercício anterior ao de competência.

b) os valores creditados à conta do Fundo na primeira semana de janeiro do exercício seguinte ao de competência, referentes à arrecadação de impostos ocorrida na última semana do mês de dezembro do ano de competência.

Art. 6º Até o segundo dia útil de cada semana, os Estados e o Distrito Federal deverão depositar à conta Fundeb o valor referente ao produto da arrecadação dos impostos estaduais ocorrida na semana imediatamente anterior, conforme disposições do artigo 5º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990.

§ 1º Os valores relativos à arrecadação de impostos, ocorrida na última semana do mês de dezembro e depositada à conta do Fundeb na primeira semana de janeiro do ano seguinte, deverão ser informados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) pelos governos estaduais e do Distrito Federal, para efeito de fechamento do valor anual do Fundo e do ajuste anual a que se refere o art. 6º, § 2º, da Lei nº 11.494/2007, como recursos do Fundo do ano em que tenha se efetivado a correspondente arrecadação.

§ 2º O ajuste a que se refere § 1º deste artigo tomará como base:

I - os valores da arrecadação informados à STN pelos governos estaduais e do Distrito Federal até o dia 31 de janeiro do exercício seguinte ao de competência, na forma prevista no art. 15, parágrafo único, da Lei nº 11.494/2007;

II - os valores anuais depositados à conta do Fundeb pelos governos estaduais e do Distrito Federal, informados pelo Banco do Brasil à STN na forma e prazo estabelecidos no § 2º , do inciso II, do art. 5º.

§ 3º Eventuais diferenças financeiras apuradas por ocasião do ajuste a que se refere o parágrafo anterior, nas situações em que o valor anual depositado à conta do Fundo mostrar-se inferior ao valor anual da arrecadação efetivada, deverão ser depositadas pelos Estados e Distrito Federal no Banco do Brasil para distribuição à conta do Fundo em até 30 dias contados da data da publicação do ajuste.

§ 4º Quando do depósito das eventuais diferenças apuradas na forma do parágrafo anterior, os Estados e o Distrito Federal devem informar ao Banco do Brasil o exercício a que refere o depósito, de forma a garantir a aplicação dos coeficientes de distribuição vigentes no ano de competência da diferença e efetuar a sua dedução dos montantes devidos ao Fundeb no exercício em que se der a distribuição da diferença.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º Os depósitos de que trata o § 1º deste artigo deverão ser efetuados pelos governos estaduais e do Distrito Federal mediante a utilização de documento de transferência específico para tal finalidade e os respectivos comprovantes deverão ser enviados à STN juntamente com as informações a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo.

§ 6º Os depósitos de que trata o § 3º deste artigo deverão ser efetuados pelos governos estaduais e do Distrito Federal mediante a utilização de documento de transferência específico para tal finalidade e os respectivos comprovantes deverão ser enviados ao FNDE.

Art. 7º No mesmo prazo a que se refere o caput do art. 6º desta Portaria, o Banco do Brasil deverá efetuar a distribuição dos recursos do Fundeb aos Estados, Distrito Federal e Municípios beneficiários do Fundo.

Art. 8º O Banco do Brasil deverá realizar as transferências financeiras dos valores líquidos creditados aos entes federados que mantêm a conta do Fundeb na Caixa Econômica Federal nas mesmas datas em que ocorrer a distribuição dos recursos do Fundo.

Art. 9º O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal adotarão as providências para a implementação dos procedimentos previstos nesta Portaria, devendo estabelecer entendimentos na perspectiva de definição de rotinas e mecanismos operacionais eventualmente necessários que compreendam atuação integrada, observadas as respectivas participações e competências na distribuição dos montantes financeiros disponibilizados pelas unidades transferidoras e na movimentação e manutenção das contas correntes específicas do Fundo.

Art. 10. Sem prejuízo dos atos do Governo Federal publicados até a data de edição desta Portaria, para efeito de regularidade da entrega dos recursos ao Fundeb, desde o início da sua vigência, poderão ser utilizados como parâmetro de verificação os critérios estabelecidos nesta Portaria.

Art. 11. No prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Portaria, deverão os entes governamentais proceder à confirmação ou alteração da instituição financeira escolhida para manutenção das contas específicas do Fundo, adequar o CNPJ de titularidade da conta em conformidade com o disposto no § 1°, do art. 2°, desta Portaria e adotar as providências afetas à movimentação financeira dos recursos exclusivamente por meio eletrônico.

Art. 12. As informações afetas à conta bancária específica do Fundeb deverão ser declaradas no prazo previsto no art. 8º desta Portaria e atualizados sempre que houver alterações no cadastro dos Conselhos de que trata o art. 24 da Lei 11.494 de 2007, no âmbito do sistema informatizado CACS-FUNDEB.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria Conjunta STN/FNDE nº 03, de 12 de dezembro de 2012.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária do Tesouro Nacional

ROGÉRIO FERNANDO LOT
Presidente do FNDE
Substituto

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 45, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n°9.235, de 15 de dezembro de 2017, bem como a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.036766/2017-84, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBÉRIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201712732	Faculdade Nacional (1443)	Faculdade Nacional (1443)	Avenida Saturnino Rangel Mauro nº 1401, Bairro Jardim da Penha - Vitória/ES	Colégio Nacional Ltda (954) CNPJ nº 39.388.848/0001-75	Centro Educacional NSF - Nossa Senhora de Fátima Ltda - EPP (16934) CNPJ nº 27.109.060/0001-01

PORTARIA Nº 46, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n°9.235, de 15 de dezembro de 2017, bem como a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.002317/2015-71, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBÉRIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201359390	Faculdade Santa Cecília (652)	Faculdade Santa Cecília - FASC (652)	Praça Barão do Rio Branco nº 59, Bairro Centro - Pindamonhangaba/SP	Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba (426) CNPJ nº 45.226.263/0001-51	Vale Educação S.A (16027) CNPJ nº 18.320.856/0001-00

PORTARIA Nº 47, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n°9.235, de 15 de dezembro de 2017, bem como a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.041574/2017-90, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBÉRIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201711229	Faculdade Sogipa de Educação Física (5107)	Faculdade Sogipa de Educação Física - FacSogipa(5107)	Rua Barão de Cotegipe nº 415, Bairro São João - Porto Alegre/RS	Fundação Sogipa de Comunicações (3267) CNPJ nº 92.247.097/0001-50	Faculdades Integradas de Foz do Iguaçu Ltda - ME (16750) CNPJ nº 25.115.814/0001-00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 48 DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n°9.235, de 15 de dezembro de 2017, bem como a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.048637/2017-39

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBÉRIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201711002	Faculdade Kurios (2098)	Faculdade Excelência - FAEX (2098	Avenida Dr. Argeu Gurgel B, Herbest nº 960, Bairro Centro - Maranguape/CE	Comunidade Evangélica Batista Kurios (1380) CNPJ nº 03.581.388/0001-50	Instituto Cristão de Desenvolvimento Humano Ltda (15455) CNPJ nº 12.813.052/0001-66

PORTARIA Nº 49 DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n°9.235, de 15 de dezembro de 2017, bem como a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.048852/2017-30

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBÉRIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201713986	Faculdade de Tecnologia ITEPA (13865)	Faculdade Sistema de Ensino Gaúcho - FASEG (13865)	Rua General Vitorino nº 229 - Térreo, Bairro Centro - Porto Alegre/RS	ITEPA - Instituto Técnico de Educação Porto Alegre Ltda - EPP (12793) CNPJ nº 07.880.325/0001-55	RPL Educacional EIRELI - ME (16949) CNPJ nº 16.990.543/0001-33

PORTARIA Nº 50, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBÉRIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201102052	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES	INSTITUTO AFROBRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR	AVENIDA SANTOS DUMONT, 843, PONTE PEQUENA, SÃO PAULO/SP
2.	201208884	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE ITAITUBA	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA LTDA - ME	AVENIDA FERNANDO GUILHON, 895, 4ª RUA, JARDIM DAS ARARAS, ITAITUBA/PA
3.	201303355	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES	INSTITUTO AFROBRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR	AVENIDA SANTOS DUMONT, 843, PONTE PEQUENA, SÃO PAULO/SP
4.	201400966	JORNALISMO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU ARACAJU	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA DE SERGIPE LTDA - SESPS	RUA DELMIRO GOUVEIA, 800, COROA DO MEIO, ARACAJU/SE
5.	201403813	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
6.	201404082	GEOGRAFIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	AVENIDA CRUZEIRO DO SUL, 400, CANINDÉ, SÃO PAULO/SP
7.	201413367	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ICESP DE BRASÍLIA	UNICA EDUCACIONAL LTDA	QS 5 - RUA 300 - LOTE, 01, BLOCOS I E II, ÁGUAS CLARAS-TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
8.	201413681	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE AGUDOS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE AGUDOS	AVENIDA MARGINAL VEREADOR DELFINO TENDOLO, D 1200, DISTRITO INDUSTRIAL, AGUDOS/SP
9.	201414057	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RADIO E TELEVISÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FUNVIC - FACULDADE DE PINDAMONHANGABA	FUNDACAO UNIVERSITARIA VIDA CRISTA	ESTRADA RADIALISTA PERCY LACERDA, 1.000, KM 99 SP - RJ, PINHÃO DO BORDA, PINDAMONHANGABA/SP
10.	201414321	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CIDADE DE PATOS DE MINAS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS - AEPM	RUA MAJOR GOTE, 1901, CÔNEGO GETÚLIO, PATOS DE MINAS/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11.	201415379	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE CONSELHEIRO LAFAIETE	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	R 482,KM 03, S/N, GIGANTE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
12.	201504984	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA TIBÚRCIO PEDRO FERREIRA, 55, CENTRO, PONTA GROSSA/PR
13.	201603407	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS DE TIMBAÚBA	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR SANTA TEREZINHA	AV ANTONIO XAVIER DE MORAIS, 3, SAPUCAIA, TIMBAÚBA/PE
14.	201603778	ENFERMAGEM (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SÃO LUÍS DE FRANÇA	SOCIEDADE EDUCACIONAL E CULTURAL SERGIPE DEL REY LTDA	RUA LARANJEIRAS, 1.838, GETÚLIO VARGAS, ARACAJU/SE
15.	201607304	QUÍMICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA SANTA MÔNICA, 450, - ATÉ 701/702, FRANCA, LONDRINA/PR
16.	201607306	QUÍMICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA SANTA MÔNICA, 450, - ATÉ 701/702, FRANCA, LONDRINA/PR
17.	201607650	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DAS AMÉRICAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA	RUA BORGES DE FIGUEIREDO, 510, - ATÉ 599/600, MOOCA, SÃO PAULO/SP
18.	201607652	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DAS AMÉRICAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA	RUA BORGES DE FIGUEIREDO, 510, - ATÉ 599/600, MOOCA, SÃO PAULO/SP
19.	201607807	DESIGN (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FTEC	SOCIEDADE EDUCACIONAL RIOGRANDENSE LTDA.	RUA COMENDADOR MANUEL PEREIRA, 249, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
20.	201608177	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	RUA GUSTAVO LEONARDO, 1.127, SÃO JACINTO, TEÓFILO OTONI/MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LOGÍSTICA

ATO Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Processo 23086.000542/2018-12.

O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 2468 de 31 de agosto de 2017, resolve: Expedir autorização de pagamento da Taxa de Anuidade, Exercício 2018, em favor do FAUBAI - Associação de Assessorias de Instituições de Ensino Superior Brasileiras para Assuntos Internacionais, no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais).

JOSÉ GERALDO DAS GRAÇAS

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 33, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no art. 31 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de janeiro de 2018, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de dezembro de 2017;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,003300 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de dezembro de 2017 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de dezembro de 2017; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,002600.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de janeiro de 2018, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,002600.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio http://www.previdencia.gov.br, página "Legislação".

Art. 6º O Ministério da Fazenda, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

PORTARIA Nº 34, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209/MPS, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de dezembro de 2017, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 1.200,20 (um mil e duzentos reais e vinte centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.626, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de janeiro de 2018, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, resolveu:

Art. 1º Os arts. 21, 47 e 53 da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. .....

I - cotas de fundos de investimento exclusivamente destinados a investidores qualificados constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;

.....

VI - cotas de fundos de investimento exclusivamente destinados a investidores qualificados constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da legislação estabelecida pela CVM.

§ 1º .....

I - os ativos emitidos no exterior com risco de crédito que componham a carteira dos fundos de investimento constituídos no Brasil de que trata o inciso VI do caput deste artigo sejam classificados como grau de investimento por agência de classificação de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia;

.....

III - os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US$5.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento; e

IV - os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses.

.....

§ 4º Os fundos de investimento constituídos no Brasil de que trata o inciso I do caput somente poderão adquirir ativos emitidos no exterior mediante a aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, incluídas as cotas de fundos de índice.

§ 5º A exigência de grau de investimento de que trata o inciso I do § 1º deste artigo não dispensa a necessária avaliação de risco pela EFPC, conforme estabelecido no § 1º do art. 30 desta Resolução." (NR)

"Art. 47. .....

Parágrafo único. .....

.....

III - os fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas e os fundos de índice do exterior cujas cotas sejam admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil;

.....

V - fundos de investimento cujas cotas sejam admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, na forma regulamentada pela CVM, cujas carteiras visem refletir as variações e a rentabilidade de índice de referência de renda fixa (Fundo de Índice de Renda Fixa), conforme regulamentação estabelecida pela CVM; e

VI - os fundos de investimento exclusivamente destinados a investidores qualificados, constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior"." (NR)

"Art. 53. .....

.....

§ 1º .....

.....

III - aos fundos de investimento e fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações;

IV - aos fundos de investimento em empresas emergentes; e

V - aos fundos de investimento constituídos no exterior.

.....

§ 6º As vedações estabelecidas nos incisos VII, X e XI do caput deste artigo não se aplicam aos fundos de investimento exclusivamente destinados a investidores qualificados constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior"." (NR)

Art. 2º A Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, fica acrescida do art. 42-A, com a seguinte redação:

"Art. 42-A. A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de até (15%) quinze por cento do patrimônio líquido do fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso I do caput do art. 21." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados o inciso II do § 1º do art. 21 e o inciso VI do art. 42 da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.627, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Inclui o item 4-A na Seção 15 (Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar - PGPAF) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de janeiro de 2018, com base no disposto nos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964; 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965; na Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; e no Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, resolveu:

Art. 1º A Seção 15 (Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar - PGPAF) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR) fica acrescida do seguinte item 4-A:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"4-A - Aplica-se o MCR 10-15-4 para o reembolso dos custos dos bônus de descontos de garantia de preços relativos às operações do Pronaf formalizadas com recursos do OGU, das exigibilidades de aplicação em crédito rural ou equalizados pelo TN, concedidos na vigência da Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012, e solicitado o ressarcimento à STN após a publicação da Resolução nº 4.609, de 30 de novembro de 2017, nos casos em que não havia contrato assinado ou vigente entre a instituição financeira solicitante e a STN." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.628, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Regulamenta o inciso II do art. 5º-C da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, de que trata o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), com a finalidade de estabelecer a forma de definição da taxa de juros real igual a zero.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de janeiro de 2018, com base no art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964 e no art. 5º-C, inciso II, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, resolveu:

Art. 1º Para os contratos de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de que trata o art. 5º-C da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, celebrados a partir da data de publicação desta Resolução, a taxa efetiva de juros será equivalente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e terá capitalização anual.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.629, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Resolução nº 4.433, de 23 de julho de 2015, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de componente organizacional de ouvidoria.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de janeiro de 2018, com base no art. 4º, inciso VIII, da referida Lei, resolveu:

Art. 1º Os arts. 8º, 14 e 15 da Resolução nº 4.433, de 23 de julho de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

I - dar ampla divulgação sobre a existência da ouvidoria, suas atribuições e forma de acesso, inclusive nos canais de comunicação utilizados para difundir os produtos e serviços;

II - .....

.....

c) registrado e mantido permanentemente atualizado em sistema de informações, na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil; e

III - implementar instrumento de avaliação direta da qualidade do atendimento prestado pela ouvidoria a clientes e usuários.

Parágrafo único. O disposto no inciso III do caput aplica-se somente aos bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, caixas econômicas e sociedades de crédito, financiamento e investimento." (NR)

"Art. 14. As instituições devem divulgar semestralmente, nos respectivos sítios eletrônicos na internet, as informações relativas às atividades desenvolvidas pela ouvidoria, inclusive os dados relativos à avaliação direta da qualidade do atendimento de que trata o inciso III do art. 8º." (NR)

"Art. 15. O Banco Central do Brasil poderá estabelecer o conteúdo, a forma, a periodicidade e o prazo de remessa de dados e de informações relativos às atividades da ouvidoria." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 2 de julho de 2018.

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 4.433, de 23 de julho de 2015.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.630, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Resolução nº 4.480, de 25 de abril de 2016, que dispõe sobre a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de janeiro de 2018, com base no disposto no art. 4º, inciso VIII, da referida Lei, resolveu:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 4.480, de 25 de abril de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º podem realizar a abertura de contas de depósitos por meio eletrônico para pessoas naturais e microempreendedores individuais (MEIs), observadas as disposições das Resoluções ns. 2.025, de 24 de novembro de 1993, e 3.211, de 30 de junho de 2004.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

PORTARIA Nº 96.825, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Divulga alterações no Regimento Interno do Banco Central do Brasil.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições, tendo em conta a decisão adotada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 25 de janeiro de 2018, com base no art. 4º, inciso XXVII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e o disposto no art. 135 do Regimento Interno, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. .....

.....

VI - .....

g) (revogado)

.....NR)

"Art. 12. .....

.....

XXVI - assinar os balanços do Banco Central;

....." (NR)

"Art. 15. .....

.....

XII - .....

.....

b) decidir sobre assuntos que não envolvam desembolso financeiro pelo Banco Central;

c) submeter à Diretoria Colegiada propostas de exercício de voto e de informações sobre discussões, propostas e decisões não elencadas no inciso XI, alínea "e", deste artigo, sempre que necessário;

XIII - articular o relacionamento do Banco Central com as agências de classificação de risco." (NR)

"Art. 23. .....

I - .....

.....

d) o atestado de conformidade referente às demonstrações financeiras do Banco Central e dos fundos e programas por ele administrados, vedada a delegação;

.....

V - .....

.....

c) (revogado)

.....

f) (revogado)

g) (revogado)

.....

i) os níveis de acesso aos dados contábeis e financeiros do Banco Central, no âmbito de sua atuação;

.....

XXII - (revogado)

....." (NR)

"Art. 25. .....

.....

XVIII - instaurar processos administrativos sancionadores, ressalvada a competência de comitês estabelecida pela Diretoria Colegiada;

XIX - decidir, na forma da legislação vigente, sobre a aplicação de medida coercitiva e de multa cominatória, quando associadas, e sobre a impugnação dessa última; e

XX - comunicar ao Deafi a ocorrência de erros de períodos anteriores, observado o disposto no Manual de Serviços de Contabilidade e Execução Financeira (MSF)." (NR)

"Art. 28. .....

I - participar das reuniões da Diretoria Colegiada, da Comoc e do CMN, sem direito a voto;

....." (NR)

"Art. 36-A. .....

.....

II - participar das reuniões da Comoc, sem direito a voto." (NR)

"Art. 47. .....

I - gerenciar a contabilidade do Banco Central e dos fundos e programas por ele administrados; e

II - gerenciar a execução financeira, contemplando os pagamentos e recebimentos em moeda local." (NR)

"Art. 48. .....

.....

II - (revogado)

....." (NR)

"Art. 51. .....

.....

XI - adotar as medidas necessárias à realização de concursos públicos, conforme aprovado pela autoridade competente;

XII - submeter ao Diretor da área as propostas de alterações regulamentares ou estatutárias apresentadas pela Centrus; e

XIII - assinar, em conjunto com o Chefe do Deafi, os balanços e balancetes do Fundo de Assistência ao Pessoal (Faspe)." (NR)

"Art. 57. .....

I - .....

a) (revogado)

.....

II - .....

.....

c) o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro do Banco Central, em conjunto com o Chefe do Deafi;

....." (NR)

"Art. 107. (Revogado)" (NR)

"Art. 113. .....

I - (revogado)

....." (NR)

"Art. 129. .....

I - .....

.....

h) assinar o atestado de conformidade referente às demonstrações financeiras do Banco Central;

....." (NR)

Art. 2º Cabe ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão (Depog) adotar as providências necessárias para a consolidação das alterações no Regimento Interno e para a sua divulgação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ILAN GOLDFAJN

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM NºRJ2014/13353

Acusado: Cristiano Jacó Renner
Edson Queiroz Barcelos Junior
José Maria de Cesarino Henriques Soares
Michael Lenn Ceitlin
Paulo Roberto Leke
Zhepar Participações Ltda.
Ya Global Investments BR, LLC.

Ementa: Práticas não equitativas no mercado de valores mobiliários - Absolvições, multas pecuniárias, inabilitação e proibição temporárias.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

1. Com fundamento no inciso VIII do art. 11 da Lei nº 6.385/76, APLICAR à YA Global Investments BR LLC a penalidade de proibição temporária por cinco anos para atuar, direta, ou indiretamente, em qualquer modalidade de operação no mercado de valores mobiliários, pela prática não equitativa no mercado de valores mobiliários, em infração ao disposto no item I da Instrução CVM nº 08/79;

2. Com fundamento no inciso IV do art. 11 da Lei nº 6.385/76, aplicar ao acusado Michael Lenn Ceitlin a penalidade de inabilitação temporária por dois anos para o exercício de cargo de administrador em companhia aberta, pela prática não equitativa no mercado de valores mobiliários, em infração ao disposto no item I da Instrução CVM nº 08/79;

3. Com fundamento no inciso II do art. 11 da Lei nº 6.404/76, aplicar à Zephar Participações Ltda. a penalidade de multa pecuniária de R$300.000,00, por ter concorrido para a prática não equitativa no mercado de valores mobiliários, em infração ao disposto no item I da Instrução CVM nº 08/79;

4. ABSOLVER Michael Lenn Ceitlin da acusação de infração ao disposto no art. 24, §3º, II, da Instrução CVM nº 480/2009; e

5. ABSOLVER os acusados Paulo Roberto Leke, Cristiano Jacó Renner, Edson Queiroz Barcelos Junior e José Maria de Cesarino Henriques Soares da imputação de prática não equitativa no mercado de valores mobiliários, vedada pelo item I da Instrução CVM nº 08/79.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05 de março de 2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Por força do disposto no Decreto nº 8.652/2016, as decisões absolutórias transitam em julgado na 1ª Instância, sem a interposição de recurso de ofício por parte da CVM e, com a entrada em vigor da Lei nº

Lei nº 13.506/17, o Colegiado deliberou a concessão aos apenados do prazo de dez dias, contados da data da ciência da decisão para, caso queiram, requerer à CVM o efeito suspensivo da decisão de proibição e de inabilitação temporárias.

Presentes os advogados Danilo Knijnik, Leonardo Vesoloski e Marcelo Pereira.

Presente o Procurador-federal Leonardo Montanholi dos Santos, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo Renteria, Relator, Gustavo Borba, Gustavo Machado Gonzalez e o Presidente da CVM, Marcelo Santos Barbosa, que presidiu a Sessão.

Ausente o Diretor Henrique Balduino Machado Moreira.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2017.
PABLO RENTERIA
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 24 DE JANEIRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/4780
(SEI 19957.009514/2017-14)
HOLIDAY INN BELO HORIZONTE
Objeto: Apurar a responsabilidade da Patrimar Engenharia S.A., da Intercontinental Hotels Group do Brasil Ltda., do Sr. Sr. Alexandre Araujo Elias Veiga e do Sr. Francisco Cesar Garcia Diez por realização de oferta de valores mobiliários referentes a empreendimento hoteleiro, sem a obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/03 e sem a dispensa prevista no inciso I, do § 5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/03, nos termos do art. 56-B da mesma Instrução.
Assunto: PedidoS de devolução de prazo para apresentação de defesas

Acusados	Advogados
Alexandre Araujo Elias Veiga	Não constituiu advogado
Francisco Cesar Garcia Diez	Não constituiu advogado
Intercontinental Hotels Group do Brasil Ltda.	José Paulo Marzagão OAB/SP 153.014
Patrimar Engenharia S.A.	Paulo Cezar Aragão OAB/SP 102.836-A

Trata-se de pedidos de devolução de prazo para apresentação de defesa, formulado por Patrimar Engenharia S.A. e Alexandre Araujo Elias Veiga acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro os pedidos e fixo nova data para apresentação de defesas em 19/02/2018 para todos os acusados no processo.

DOV RAWET
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 23 DE JANEIRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016-8905 - SEI 19957.009222/2016-92
INTIMAÇÃO Nº 46/2018-CVM/SPS/CCP

Acusados	Advogados
JOÃO SILVEIRA NETO	Não constituiu Advogado

Assunto: Rito Simplificado - abertura de prazo para vista e manifestação dos acusados

Conforme determinado pelo Diretor-Relator Gustavo Borba, tendo em vista que as infrações imputadas aos acusados são consideradas de menor complexidade, o processo em referência foi enquadrado para tramitação via Rito Simplificado. Sendo assim, nos termos do art. 38-B, §1º da Deliberação CVM nº 538/08, INTIMO os acusados no processo em referência a tomarem ciência e, querendo, apresentarem manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial da União, acerca do Relatório nº 3/2018-CVM/SNC, elaborado em conformidade com o art. 38-B, também da Deliberação CVM nº 538/08.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

DESPACHO DE 23 DE JANEIRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/8902- 19957.009227/2016-15
INTIMAÇÃO Nº 47/2018-CVM/SPS/CCP

Acusados	Advogados
ANTONIO GOMES MARTINS	Não constituiu Advogado

Assunto: Rito Simplificado - abertura de prazo para vista e manifestação dos acusados

Conforme determinado pelo Diretor-Relator Gustavo Borba, tendo em vista que as infrações imputadas aos acusados são consideradas de menor complexidade, o processo em referência foi enquadrado para tramitação via Rito Simplificado. Sendo assim, nos termos do art. 38-B, §1º da Deliberação CVM nº 538/08, INTIMO os acusados no processo em referência a tomarem ciência e, querendo, apresentarem manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial da União, acerca do Relatório nº 2/2018-CVM/SNC, elaborado em conformidade com o

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

DESPACHO DE 23 DE JANEIRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/8903 - 19957.009225/2016-26
INTIMAÇÃO Nº 48/2018-CVM/SPS/CCP

Acusados	Advogados
JSW AUDITORES INDEPENDENTES S/S	Não constituiu Advogado

Assunto: Rito Simplificado - abertura de prazo para vista e manifestação dos acusados

Conforme determinado pelo Diretor-Relator Pablo Renteria, tendo em vista que as infrações imputadas aos acusados são consideradas de menor complexidade, o processo em referência foi enquadrado para tramitação via Rito Simplificado. Sendo assim, nos termos do art. 38-B, §1º da Deliberação CVM nº 538/08, INTIMO os acusados no processo em referência a tomarem ciência e, querendo, apresentarem manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial da União, acerca do Relatório nº 1/2018-CVM/SNC, elaborado em conformidade com o art. 38-B, também da Deliberação CVM nº 538/08.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 16, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Publica Protocolo firmado no âmbito da COTEPE/ICMS.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar o seguinte Protocolo ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados indicadas em seu texto:

PROTOCOLO ICMS 05/18, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre as operações com insumos e aves, promovidas entre estabelecimentos abatedores e produtores que entre si mantêm contrato de integração e parceria, estabelecidos nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Os Estados do Paraná e de Santa Catarina, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado da Fazenda, considerando o disposto nos artigos 102 e 199 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no artigo 9º da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira Acordam os signatários em estabelecer o presente regime especial para as operações com insumos e aves, promovidas entre os estabelecimentos da empresa VIBRA AGROINDUSTRIAL S.A, situados no Estado do Paraná e a seguir indicados, e produtores estabelecidos no Estado de Santa Catarina, que entre si mantêm contrato de integração e parceria, doravante denominados, respectivamente, ABATEDOR e PRODUTOR:

I - estabelecimentos situados no município de Pato Branco - PR:

a) inscrito no CNPJ sob nº 93.586.303/0017-86 e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob nº 90675195-04;

b) inscrito no CNPJ sob nº 93.586.303/0018-67 e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob nº 90675216-65;

c) inscrito no CNPJ sob nº 93.586.303/0019-48 e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob nº 90675219-08;

II - estabelecimentos situados no município de Itapejara D'Oeste - PR:

a) inscrito no CNPJ sob nº 93.586.303/0015-14 e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob nº 90581093-60;

b) inscrito no CNPJ sob nº 93.586.303/0016-03 e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob nº 90581098-75;

III - estabelecimentos situados no município de Guarapuava - PR:

a) inscrito no CNPJ sob nº 93.586.303/0009-76 e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob nº 90352607-62;

b) inscrito no CNPJ sob nº 93.586.303/0010-00 e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob nº 90352615-72.

IV - estabelecimento situado no município de Coronel Vivida - PR, inscrito no CNPJ sob nº 93.586.303/0020-81 e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob nº 90702256-00.

Cláusula segunda Fica suspenso o ICMS devido nas operações interestaduais com insumos e aves promovidas entre os estabelecimentos ABATEDOR e PRODUTOR, ressalvado o disposto na cláusula quinta.

Cláusula terceira Nas remessas dos insumos destinados a PRODUTOR, o estabelecimento ABATEDOR deverá emitir nota fiscal, sem destaque do imposto, na qual deverá constar, além dos demais requisitos exigidos, no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES", a expressão "ICMS suspenso - Protocolo ICMS 05/18".

Cláusula quarta Nas saídas de aves destinadas ao estabelecimento ABATEDOR remetente dos insumos, o PRODUTOR deverá emitir nota fiscal, sem destaque do imposto, na qual deverá constar, além dos demais requisitos exigidos, as seguintes indicações:

I - no campo "QUANTIDADE", a quantidade de mercadorias por extenso;

II - nos campos "VALOR UNITÁRIO", "VALOR TOTAL", "BASE DE CÁLCULO DO ICMS", "VALOR DO ICMS", "VALOR TOTAL DOS PRODUTOS" e "TOTAL DA NOTA", a expressão "a rendimento";

III - no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES":

a) o número, série e data da nota fiscal de remessa dos insumos emitida pelo ABATEDOR;

b) a expressão "ICMS a ser pago nos termos do Protocolo ICMS 05/18".

Cláusula quinta No momento do recebimento das mercadorias mencionadas na cláusula anterior, o estabelecimento ABATEDOR deverá emitir:

I - nota fiscal relativa ao retorno simbólico dos insumos anteriormente encaminhados para o produtor, sem destaque do imposto, na qual deverá constar, além dos demais requisitos exigidos, no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES", a expressão "Protocolo ICMS 05/18 - Retorno simbólico de insumos referente nota fiscal nº ....., de .../.../...";

II - nota fiscal relativa à entrada em nome do produtor, contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) no campo "BASE DE CÁLCULO DO ICMS", o valor da remuneração cobrada pelo PRODUTOR pelo trato e engorda das aves e dos suínos entregues;

b) no campo "VALOR DO ICMS", o destaque do imposto calculado pela aplicação da alíquota interestadual sobre o valor constante no campo "BASE DE CÁLCULO DO ICMS";

c) no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES".

1. o número, série e data da nota fiscal que acompanhou as mercadorias remetidas pelo PRODUTOR;

2. a expressão "Protocolo ICMS 05/18".

Parágrafo único. A nota fiscal emitida nos termos do inciso II do caput servirá como prova do efetivo destino dos produtos (contranota) e deverá ser juntada à 2ª via da nota fiscal emitida nos termos da cláusula quarta, para fins de controle pelas Secretarias da Fazenda.

Cláusula sexta O estabelecimento ABATEDOR deverá recolher o ICMS devido pelo PRODUTOR, destacado nas notas fiscais emitidas nos termos da cláusula quinta, através de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, uma para cada PRODUTOR, até o 10º (décimo) dia do mês subseqüente ao do recebimento das mercadorias.

§ 1º A GNRE deverá conter o número das notas fiscais a que se referir o pagamento e deverão ser entregues, ao PRODUTOR, cópias reprográficas em quantidade igual ao número de notas fiscais relacionadas na GNRE, para que seja juntada uma cópia a cada nota fiscal correspondente.

§ 2º A responsabilidade do PRODUTOR pelo pagamento do imposto não será elidida na hipótese de o ABATEDOR deixar de efetuar o recolhimento de que trata esta cláusula.

Cláusula sétima As Secretarias de Fazenda das unidades federadas signatárias prestarão assistência mútua para a fiscalização das operações abrangidas por este Protocolo, podendo, também, mediante acordo prévio, designar funcionários para que exerçam atividades de interesse da unidade da Federação junto às repartições da outra.

Cláusula oitava Este protocolo produz efeitos até 31 de março de 2019, podendo ser denunciado a qualquer momento, em conjunto ou isoladamente, pelos signatários.

Parágrafo único. As disposições contidas neste protocolo não eximem os beneficiários do cumprimento das regras de ordem sanitária.

Cláusula nona Ficam convalidados os procedimentos praticados no período de 1º de janeiro de 2017 e a data de produção de efeitos deste protocolo, desde que observadas as disposições prescritas neste protocolo.

Cláusula décima Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Prorroga o prazo para a conclusão das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SPREV nº 08 de 30/08/2017 (DOU de 1/09/2017).

A SECRETÁRIA DE PREVIDÊNCIA - SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 72 do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, e considerando o disposto no art. 4º da Portaria SPREV nº 8, de 30 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 01 de setembro de 2017, c/c a Portaria SPREV/MF nº 11, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 02 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 31 de janeiro de 2018, o prazo para a conclusão das atividades do Grupo de Trabalho - GT instituído com o objetivo de avaliar as normas relativas aos procedimentos de gestão atuarial aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e elaborar proposta para o seu aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CINARA WAGNER FREDO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RETIFICAÇÕES

Na Instrução Normativa nº 1785 de 24 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 26/01/2018, seção 1, página 21 no Art.1º, " Art. 14....., inciso VIII:

Onde se lê:

"aprovação no exame de qualificação técnica de que tratam os arts. 4º ao 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011; ou

aprovação no curso de aperfeiçoamento profissional de Despachante Aduaneiro realizado com base no Convênio celebrado entre a União, por intermédio da RFB, e a Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros, publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 16 de outubro de 2017; e"

Leia-se:

"a) aprovação no exame de qualificação técnica de que tratam os arts. 4º ao 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011; ou

b) aprovação no curso de aperfeiçoamento profissional de Despachante Aduaneiro realizado com base no Convênio celebrado entre a União, por intermédio da RFB, e a Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros, publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 16 de outubro de 2017; e"

e

Onde se lê:Art. 3º , item 1, IV

Leia-se: Art.3º, item 1, III

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721992/2017-65 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca BMW, modelo X1 SDRIVE1.8I, ano 2011, cor prata, chassi WBAVL3101CVS05375, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 11/2306421-2 de 06/12/2011, pela Alfândega no Porto de Santos-SP, de propriedade da Embaixada da Federação da Rússia, CNPJ nº 03.754.286/0001-99.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVOB Nº 13, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720033/2018-11 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Hyundai, modelo AZERA 3.0 V6, ano 2012, cor preta, chassi KMHFH41HBDA134191, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 12/0652703-1, de 10/04/2012, pela Alfândega no Porto de Vitória-ES, de propriedade da Embaixada da República da Coreia, CNPJ nº 04.097.108/0001-03,

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

Declara a baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A DELEGADA-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 29, IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no e-processo nº 10183.720651/2018-18, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO, por motivo de registro cancelado, a inscrição no CNPJ sob o nº 09.206.432/0001-28 em nome de Dinâmica Serviços de Cobrança Ltda, desde a data de abertura ocorrida em 14 de novembro de 2007.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Declara O Cancelamento Da Certidão Negativa De Débitos Relativos Às Contribuições Previdenciárias E Às De Terceiros.

A DelegadA-ADJUNTA da Receita Federal do Brasil EM CUIABÁ-MT, No Uso De Suas Atribuições, Em Face Do Disposto No Art. 14 Da Portaria Conjunta Pgfn/Rfb Nº 1751, De 02 De Outubro De 2014, resolve:

Art.1º - Declarar Cancelada A Certidão Negativa De Débitos Relativos Aos Tributos Federais E À Dívida Ativa Da União De Número 79a3.B61c.8717.63cd, Emitida Indevidamente Em 22/01/2018, Em Favor Do Contribuinte J F Ferramentas Ltda, Cnpj 24.978.454/0001-08.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

Declara baixado de ofício o CNPJ 07.417.613/0001-78.

A DELEGADA-ADJUNTA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, inciso VIII do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 430, de 9 de outubro de 2017, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o que consta no processo nº 10010.019869/0118-49, declara:

Art. 1º A BAIXA DA INSCRIÇÃO, de ofício, do CNPJ 07.417.613/0001-78 em nome da empresa Frank Lucas dos Santos - ME, com endereço na Avenida Gabriel Ferreira, 141, Quadra 2, Lote 24, Jardim Cuiabá/MT, Barra do Garças/MT,CEP 78.600-000.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 72, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Compartilha competências entre Subunidades da Alfândega do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (ALF/AEG).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições previstas no inciso IV do art. 335 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Compartilhar, até 31 de dezembro de 2018, entre a Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros (Sapea) e a Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros (Sarad) da ALF/AEG, o exercício das seguintes competências, previstas nos arts. 299 e 303 do Regimento Interno da RFB:

I - gerir e executar as atividades relativas às ações de combate à fraude no curso do despacho aduaneiro; e

II - gerir e executar as atividades relativas à gestão de riscos para o controle aduaneiro e à análise de habilitação e monitoramento de intervenientes para o comércio exterior.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à vigência desta Portaria, na forma compartilhada de que trata este artigo.

Art. 2º Compartilhar, até 31 de dezembro de 2018, entre a Seção de Conferência de Bagagem (Sabag) e a Seção de Vigilância Aduaneira (Savig) da ALF/AEG, o exercício das seguintes competências, previstas nos arts. 296 e 301 do Regimento Interno da RFB:

I - gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro de bens de viajantes, exceto bagagem desacompanhada; e

II - gerir e executar as atividades relativas ao combate ao contrabando, ao descaminho e a outros ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive:

a) à gestão de risco para a vigilância e repressão;

b) às atividades de vigilância; e

c) às operações de repressão, sob coordenação da Direp da SRRF.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à vigência desta Portaria, na forma compartilhada de que trata este artigo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MOACYR MONDARDO JUNIOR

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Habilita a empresa que menciona ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM , no uso da atribuição que lhe confere os inciso(s) incisos III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:

Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica TODAYTEC INDÚSTRIA DE FITAS PARA CÓDIGOS DE BARRA LTDA, CNPJ nº 21.309.396/0001-23, Processo nº 12266.722023/2017-93, nos termos do artigo 13 da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §2º do art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Inscreve estabelecimento no Registro Especial de Bebidas como Engarrafador nos termos da Instrução Normativa RFB nº1.432, de 2013. RE nº 03201/002

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS/MA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.432, de 2013, e considerando o que consta no dossiê digital nº 10010.011881/1216-76, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de Bebidas, sob o nº RE- 03201/002, como ENGARRAFADOR (inciso II do § 1º do art. 2º da Instrução Normativa RFB 1.432, de 26/12/2013) o estabelecimento BEBIDAS FORTES EIRELI-ME, CNPJ nº 22.218.615/0001-21, localizado à Fazenda Baixinha, Povoado Penteado, Vargem Grande - MA, CEP 65430-000, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

Art. 2º A referida empresa exerce a atividade de produtora de cachaça, do código 22.08.40.00 da TIPI, das marcas comerciais "CAPOTIRA PRATA", "CAPOTIRA OURO" e "CATIROBA".

Art. 3º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa da Receita Federal Nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, com as respectivas alterações supervenientes, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO PEREIRA FRANÇA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do Refis.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, tendo em vista a delegação de competência prevista na Resolução do Comitê Gestor (CG) do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) nº 37/2011, publicada no Diário Oficial da União em 05/09/2011, tendo em vista o disposto na Resolução CG/Refis nº 9/2001, com redação alterada pelas Resoluções CG/Refis nºs. 20/2001 e 37/2011, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo nº 13411.000395/97-75, resolve:

Art. 1º Excluir do Refis, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º-II da Lei nº 9.964/2000, a pessoa jurídica relacionada abaixo, com efeitos a partir de 1º de Fevereiro de 2018, nos termos do art. 5º-§ 2º da Lei retrocitada:

NOME EMPRESARIAL	CNPJ
Ozanan Clementino & Cia Ltda - ME	70.209.705/0001-07

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

PORTARIA Nº 8, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso XI do artigo 5º da Lei 9.964/2000 - "Suspensão de suas atividades", a pessoa jurídica STA ENGENHARIA FLORESTAL LTDA., CNPJ: 25.575.929/0001-70, conforme registrado no processo administriativo n° 10695.00140702017-20, a partir de 01/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON TORRES
Delegado Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 26 JANEIRO DE 2018

Declara a concessão de habilitação para a empresa exercer procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo em área marítima situada em águas jurisdicionais brasileiras.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, pelo artigo 6º da Portaria nº 231, de 5 de abril de 2016, da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal, bem como conforme o que consta nos autos dos Dossiês Digitais nº 10010.036005/0617-31, 10010.019802/1216-75 e 10010.050174/0717-46, tendo em vista o disposto no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, declara:

Art. 1º - Fica a empresa Shell Brasil Petróleo LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 10.456.016/0001-67, situada na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 5, 1º andar, Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, habilitada a utilizar os procedimentos simplificados relacionados com o despacho aduaneiro de exportação de petróleo em área alfandegada localizada no Terminal T-OIL do Porto do Açu, na modalidade de embarque prevista no inciso II do art. 7o. da Instrução Normativa RFB no. 1.381, de 31 de julho de 2013, discriminada pelas seguintes coordenadas:

Latitude: - 21, 810323° S

Longitude: - 40, 983090° W

Art. 2º. - Estão autorizados por este Ato como estabelecimentos comerciais que realizarão as referidas exportações de petróleo, nos termos do artigo 3.º, § 2.º, inciso II da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013:

1. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0026-15

Endereço: Avenida República do Chile, nº 330, Torre 2, 24º andar - Parte, Centro, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

2. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0027-04

Endereço: Rua Teixeira de Gouveia, nº 989, Sala 302 - Parte - Pavimento 3, Centro, no Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro

3. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0028-87

Endereço: Avenida República do Chile, nº 330, Torre 2, 23º andar - Parte, Centro, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

4. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0029-68

Endereço: Avenida República do Chile, nº 330, Torre 2, 25º andar, Sala 2509 - Parte, Centro, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

5. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0030-00

Endereço: Avenida República do Chile, nº 330, Torre 2, 25º andar, Sala 2510 - Parte, Centro, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

6. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 1010.456.016/0031-82

Endereço: Avenida República do Chile, nº 330, Torre 2, 25º andar, Sala 2513 - Parte, Centro, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

7. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0032-63

Endereço: Avenida República do Chile, nº 330, Torre 2, 25º andar, Sala 2517 - Parte, Centro, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

8. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0036-97

Endereço: Rua Piauí, nº 100, Sala nº 02 - Parte, Piso Superior, Barra Velha, no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo

9. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0037-78

Endereço: Rua Piauí, nº 100, Sala nº 01 - Parte, Piso Superior, Barra Velha, no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo

10. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0038-59

Endereço: Rua Piauí, nº 100, Sala nº 05 - Parte, Piso Superior, Barra Velha, no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo

11. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0039-30

Endereço: Av. das Américas, nº 4.200, 25º andar, Bloco 6, Sala 101 - Parte, Barra da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro/RJ

12. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0003-29

Endereço: Avenida da Américas, nº 4.200, bloco 6, 5º andar, 501, Barra da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro

13. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 10.456.016/0006-71

Endereço: Rodovia Darly Santos, nº 5.295, Jockey de Itaparica, Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo;

Art. 3º - O petróleo destinado à exportação será extraído das seguintes unidades de produção/estocagem:

1. "FPSO - Angra dos Reis", CNPJ: 10.456.016/0026-15

Localização geográfica: Campo Lula - Área Marítima: Bloco BM-S-11

Latitude/Longitude: 25°32'34.760" (S) e 42°50'29.012" (W)

2. "FPSO - Cidade de Paraty", CNPJ: 10.456.016/0027-04

Localização geográfica: Campo Lula - Área Marítima: Bloco BM-S-11

Latitude/Longitude: 25°23'30.745" (S) e 42°45'42.401" (W)

3. "FPSO - Cidade de Mangaratiba", CNPJ: 10.456.016/0028-87

Localização geográfica: Campo Lula - Área Marítima: Bloco BM-S-11

Latitude/Longitude: 25°12'14.369" (S) e 42°52'42.859" (W)

4. "FPSO - Cidade de Itaguaí", CNPJ: 10.456.016/0029-68

Localização geográfica: Campo Lula - Área Marítima: Bloco BM-S-11

Latitude/Longitude: 25°08'28.13" (S) e 42°56'39.34" (W)

5. "FPSO - Cidade de Maricá", CNPJ: 10.456.016/0030-00

Localização geográfica: Campo Lula - Área Marítima: Bloco BM-S-11

Latitude/Longitude: 25°26'55.85" (S) e 42°45'11.06" (W)

6. "FPSO - Cidade de Saquarema", CNPJ: 1010.456.016/0031-82

Localização geográfica: Campo Lula - Área Marítima: Bloco BM-S-11

Latitude/Longitude: 25°29'28.5" (S) e 42°46'56.56.5" (W)

7. "FPSO - P-66", CNPJ: 10.456.016/0032-63

Localização geográfica: Campo Lula - Área Marítima: Bloco BM-S-11

Latitude/Longitude: 25°36'10.147" (S) e 42°49'14.367" (W)

8. "FPSO - Cidade de Caraguatatuba", CNPJ: 10.456.016/0036-97

Localização geográfica: Campo Lapa - Área Marítima: Bloco BM-S-09

Latitude/Longitude: 25°31'7.41" (S) e 43°27'59.57" (W)

9. "FPSO - Cidade de Ilhabela", CNPJ: 10.456.016/0037-78

Localização geográfica: Campo Sapinhoá - Área Marítima: Bloco BM-S-09

Latitude/Longitude: 25°40'21.776" (S) e 43°12'22.319" (W)

10. "FPSO - Cidade de São Paulo", CNPJ: 10.456.016/0038-59

Localização geográfica: Campo Sapinhoá - Área Marítima: Bloco BM-S-09

Latitude/Longitude: 25°32'25" (S) e 42°50'28" (W)

11. "FPSO-Pioneiro de Libra", CNPJ: 10.456.016/0039-30

Localização geográfica: Campo Libra - Área Marítima: Bloco Libra

Latitude: 24º38'53'.79"S; e Longitude: - 42°13'56,285"(W)

12. "FPSO-Fluminense", CNPJ: 10.456.016/0003-29

Localização geográfica: Campo de Bijupirá-Salema - Área Marítima: Bijupirá-Salema

Latitude - 22°38'23"(S) e Longitude - 40°38'45"(W)

13. "FPSO-Espírito Santo", CNPJ: 10.456.016/0006-71

Localização geográfica: Campo de Ostra - Área Marítima: Bloco BC-10

Latitude - 21°12'24,63"(S) e Longitude - 39°44'38.13"(W)

Art. 4º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme disposto no art. 5º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 5º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar os referidos procedimentos simplificados tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de

31 de julho de 2013.

Art. 6º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

QUÉOPS MONTEIRO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITAGUAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a BAIXA DE CNPJ COM REGISTRO CANCELADO.

O CHEFE DA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL EM ITAGUAÍ, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 8º, inciso VI da Portaria DRF/NIU Nº 68, de 05 de Setembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica BAIXADO POR REGISTRO CANCELADO EM JUNTA COMERCIAL, a Pessoa Jurídica abaixo identificada, conforme Art. 33 da IN RFB 1634/2016:

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

Nome: COSTA VERDE MOVEIS LTDA. - ME

CNPJ: 29.085.479/0001-98

Responsável: 099.279.647-49 RUBEM LOPES PEIXOTO

AFONSO LUIZ NIETO RAMOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 25 JANEIRO DE 2018 (*)

Inscreve empresa no Registro Especial para Engarrafador de Aguardente de Cana na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA-RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e com base no processo administrativo nº 10100.005145/0917-46, declara:

Art. 1º - Inscrita no REGISTRO ESPECIAL sob o nº 07105/0036 a empresa COMERCIO, INDUSTRIA, EXPORTACAO ALAMBIQUE VIEIRA E CASTRO LTDA, CNPJ: 23.631.411/0001-80, , estabelecida na EST FAZENDA UNIAO 4477, BAIRRO/DISTRITO: ABARRACAMENTO, MUNICIPIO: RIO DAS FLORES, RJ, CEP.: 27670-000, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa que exerça a atividade de engarrafador de aguardente de cana. Serão comercializadas as marcas comerciais classificadas no TIPI: 2208.40.00, abaixo discriminadas:

PRODUTOS/MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE
CACHAÇA OURO/ VIEIRA & CASTRO	700ml
CACHAÇA PRATA/ VIEIRA & CASTRO	700ml

Art. 2º - O estabelecimento acima deverá cumprir as obrigações estabelecidas na RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

(*)Republicado por ter saído no D.O.U. de 26/01/2018, seção 1, página 23, com incorreção do original.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 2, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.720.121/2018-36, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 3.840 (três mil oitocentos e quarenta) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY BLENDED SCOTCH GRANTS FAMILY RESERVE	Caixa com 12 garrafas de 1000 ml	320	3.840

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 3, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.720.122/2018-81, DECLARA:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 18.936 (dezoito mil, novecentos e trinta e seis) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY BLENDED SCOTCH GRANTS FAMILY RESERVE	Caixa com 12 garrafas de 1000 ml	1200	14.400
WHISKY GLENFIDDICH SINGLE MALTE 12 ANOS	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	250	3000
WHISKY GLENFIDDICH SINGLE MALTE 18 ANOS	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	28	336
WHISKY GLENFIDDICH SINGLE MALTE 15 ANOS	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	100	1200

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.720.155/2018-21, DECLARA:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 28.800 (vinte e oito mil e oitocentos) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY BLENDED SCOTCH GRANTS FAMILY RESERVE	Caixa com 12 garrafas de 1000 ml	2.400	28.800

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 5, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.720.156/2018-75, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 9.000 (nove mil) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY GLENFIDDICH SINGLE MALTE 12 ANOS	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	700	8.400
WHISKY GLENFIDDICH SINGLE MALTE 15 ANOS	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	50	600

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 6, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.720.157/2018-10, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.432 (doze mil quatrocentos e trinta e dois) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY BLENDED SCOTCH GRANTS FAMILY RESERVE	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	1.036	12.432

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Cancela Registro Especial que trata a IN RFB nº 1.432/2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando o disposto no artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na forma do despacho exarado no processo 10010.043798/0617-44, declara:

1. CANCELADO de ofício, o Registro Especial de Engarrafador n° 08110/0012 de produtos que trata a Instrução Normativa nº 1.432/2013, concedido ao estabelecimento da empresa REFRISO REFRIGERANTES SOROCABA LTDA, CNPJ Nº 04.204.987/0001-17, com endereço na avenida Coronel Nogueira Padilha nº 2628, vila Artura, Sorocaba-SP.

2. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo n° 32, de 15 de outubro de 2008.

3. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 100, DE 24 DE JANEIRO DE 2018 (*)

Delega competências aos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas pelos arts. 335, 340 e 341 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no D.O.U. de 11/10/2017, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25/02/1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06/09/1979, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal para praticarem os atos relacionados no caput e nos incisos I e II do Art. 335 do Anexo I da Portaria MF nº 430/2017 (Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil), conforme abaixo:

I - decidir sobre pedidos relativos a regimes fiscais especiais e regimes especiais para emissão de escrituração de documentos e livros fiscais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência; e

II - decidir sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios de servidores em exercício nas unidades e subunidades localizadas na 9ª Região Fiscal.

Art. 2º Delegar competência aos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal para praticarem os atos relacionados nos incisos III a XIV do Art. 340 do Anexo I da Portaria MF nº 430/2017, conforme abaixo:

I - providenciar a publicação de atos, avisos, editais e despachos nos órgãos oficiais e na imprensa privada;

II - coordenar as atividades desenvolvidas pelas unidades jurisdicionadas;

III - instituir equipes de trabalho voltadas a ações especiais relativas ao desenvolvimento de trabalhos de abrangência regional ou local;

IV - autorizar a instauração de perícias;

V - autorizar a realização de procedimentos fiscais relativos a tributos e períodos anteriormente auditados;

VI - expedir súmulas e publicar atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas físicas e jurídicas;

VII - gerenciar a programação e execução orçamentária e financeira e as mercadorias apreendidas;

VIII - executar a programação e execução orçamentária e financeira, além de administrar os recursos patrimoniais; e

IX - aprovar os planos de trabalho relativos à prestação de serviços a serem contratados, aprovar os projetos básicos e termos de referências, autorizar a realização de licitações, designar pregoeiros, equipe de apoio e membros de comissões de licitações, ratificar os atos de dispensa e os de reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação, bem como aprovar e controlar contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados na Superintendência;

X - conceder diárias e ajudas de custo ao pessoal da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal (SRRF09) e das unidades administrativas a ela vinculadas conforme o Anexo XXI da Portaria MF nº 430/2017, e diárias a colaboradores eventuais; e

XI - aplicar a legislação de pessoal aos servidores subordinados diretamente à SRRF09 ou a qualquer das unidades administrativas a ela vinculadas conforme o Anexo XXI da Portaria MF nº 430/2017, dar-lhes posse e exercício, inclusive em decorrência de nomeação para cargo em comissão e designação para função de confiança, além de localizá-los nas unidades da respectiva jurisdição.

§ 1º A prática de atos relacionados aos incisos VII, VIII, IX e X deverá estar fundamentada por parecer conclusivo da Divisão de Programação e Logística - DIPOL - desta Superintendência, quando couber.

§ 2º A prática do ato mencionado no inciso XI deverá estar fundamentada por parecer conclusivo da Divisão de Gestão de Pessoas - DIGEP - desta Superintendência, quando couber.

§ 3º O disposto no inciso XI se aplica também em relação aos servidores das unidades administrativas pertencentes às Unidades Centrais localizadas no município de Curitiba, em consonância com o disposto no § 3º do art. 340 do Anexo I da Portaria MF nº 430/2017.

Art. 3º Estabelecer que os Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal incumbe exercer conjuntamente com o Superintendente o gerenciamento das ações da Superintendência, competência prevista no inciso I do Art. 340 do Anexo I da Portaria MF nº 430/2017.

Parágrafo único. Incumbe também aos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal atuar conjuntamente com o Superintendente no exercício das competências previstas nos incisos I a III do Art. 341 do Anexo I da Portaria MF nº 430/2017, conforme abaixo:

I - acompanhar e avaliar o fiel cumprimento da missão institucional da RFB;

II - promover a integração e a articulação interna e externa com outros órgãos afins; e

III - planejar e executar políticas e adotar ações para a promoção dos valores morais e éticos na RFB.

Art. 4º Delegar competência aos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal para praticarem os atos de gestão de pessoal a seguir:

I - conceder licença capacitação, conforme o artigo 9º da Portaria RFB nº 1.804, de 30/12/2016, publicada no Boletim de Serviço da Receita Federal do Brasil de 02/01/2017, e observando as regras definidas pela referida Portaria e suas alterações posteriores;

II - declarar a necessidade de serviço e autorizar a interrupção de férias de servidores da 9ª Região Fiscal;

III - autorizar a participação ativa de servidores em exercício na SRRF09 nos casos previstos no art. 1º da Portaria SRF nº 695, de 21 de julho de 1999 com a redação da Portaria RFB nº 66, de 16 de janeiro de 2018.

Art. 5º Delegar competência aos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal para praticarem os seguintes atos de gestão orçamentária, financeira e de logística:

I - assinar como ordenador de despesas os atos de gestão orçamentária e financeira referentes aos recursos ordinários, bem como do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF;

II - homologar, no portal Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), os pregões presenciais e eletrônicos realizados pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, nos termos do artigo 8º, inciso VI, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, publicado no D.O.U. de 01/06/2005;

III - aprovar a movimentação, alienação ou outras formas de desfazimento de materiais geridos pelas unidades da RFB, conforme artigo 3º da Portaria RFB nº 1.943, de 26/07/2012, publicada no D.O.U. de 30/07/2012; e

IV - decidir, diante da necessidade de serviço, quanto à disponibilização de serviços de comunicação de voz, por meio de telefonia móvel, e de dados, por meio dos dispositivos do tipo celular, tablet ou modem, conforme art. 4º da Portaria RFB nº 1.712, de 08/12/2015, publicada no Boletim de Serviço da Receita Federal do Brasil de 09/12/2015.

Art. 6º Subdelegar competência aos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal para praticarem os seguintes atos de gestão de pessoal:

I - conceder horário especial de estudante, nos termos do artigo 98 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e conforme o artigo 1º da Portaria SRF nº 1.235, de 11/12/2006, publicada no D.O.U. de 12/12/2006; e

II - autorizar a dispensa de ponto de servidores em exercício na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal e demais Unidades da SRRF09 para participação em eventos promovidos pelas respectivas entidades representativas de classe, conforme artigo 6º da Portaria RFB nº 631 de 20/05/2013, publicada no Boletim de Pessoal nº 21, de 24/05/2013;

III - declarar a necessidade de serviço e autorizar a interrupção de férias de servidores da 9ª região fiscal em conformidade com o art. 80 da lei nº 8112/90 e no art. 10 da Portaria RFB nº 268, de 06/03/2012, alterada pela Portaria RFB nº 1.473, de 29/09/2016.

Art. 7º Subdelegar competência aos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal para autorizarem a aquisição de assinatura de jornais, revistas, livros e demais publicações de natureza técnica utilizadas no âmbito da SRRF09 ou das unidades administrativas a ela vinculadas conforme o Anexo XXI da Portaria MF nº 430/2017, nos termos da Portaria RFB nº 2.328, de 03/09/2009, publicada no D.O.U. de 24/09/2009.

Art. 8º Subdelegar competência ao Superintendente-Adjunto Reinaldo Cesar Moscato, para assinar os ADMs de destinação de mercadorias cuja competência é do SRRF09.

Art. 9º Determinar que a autoridade delegante poderá avocar, a qualquer tempo e a seu critério, a decisão do assunto objeto de delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total deste ato.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 11 Ficam revogadas, a partir de 1º de janeiro de 2018, a Portaria SRRF09 nº 550, de 05/08/2014, publicada no D.O.U. de 08/08/2014; a Portaria SRRF09 nº 627, de 17/10/2016, publicada no BS nº 167, de 20/10/2016; e a Portaria SRRF09 nº 669, de 10/11/2016, publicada no BS nº 185 de 18/11/2016.

LUIZ BERNARDI

(*)Republicado por ter saído no D.O.U. de 26/01/2018, seção 1, página 23 e 24, com incorreção do original.

PORTARIA Nº 87, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

Transfere Temporariamente Competências

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, designado pela Portaria RFB n° 1882/2014, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 15, e pelo inciso IV do artigo 335 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Transferir da Divisão de Fiscalização (Difis) para a Divisão de Tributação (Disit) da 9ª Região Fiscal a competência para manifestar-se sobre pedidos relativos a regimes fiscais especiais e regimes especiais para emissão de escrituração de documentos e livros fiscais previstos na legislação tributária específica e de competência da SRRF, definida no artigo 241, do anexo I do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 9 de outubro de 2017.

Art. 2º Em todos os atos praticados em função da competência ora transferida deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 3º. Ficam convalidados os atos praticados a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até 31 de dezembro de 2019.

REINALDO CESAR MOSCATO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/CTA nº 110 de 04 de dezembro de 2017, publicado no D O U nº 233 de 06 de dezembro de 2017, Seção 1, página 19, em relação aos dispositivos legais referentes às atribuições do Delegado da Receita Federal do Brasil em Curitiba: Onde se lê: "que lhe conferem o artigo 270 e incisos III e VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 ". Leia-se: "que lhe conferem os incisos III do artigo 224, III e IX do artigo 302 e VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012 publicada no DOU de 17 de maio de 2012".

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 78, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.009242/2017-61 e Documento SEI nº 0093484, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano PlenoPrev, CNPB nº 2011.0017-65, administrado pela Sociedade de Previdência Complementar Sul Previdência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 765, DE 26 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta do processo Susep 15414.623182/2017-53, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 15.138.043/0001-05, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 11 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 766, DE 26 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007 e o que consta do processo Susep 15414.601025/2018-78, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de AUSTRAL RESSEGURADORA S.A., CNPJ n. 11.536.561/0001-26, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2017:

I - Aumento do capital social em R$ 14.289.447,06, elevando-o para R$ 234.467.989,63, dividido em 222.441.240 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 52, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Lauro Muller/SC, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Lauro Muller/SC, no valor de R$ 750.765,34 (setecentos e cinquenta mil setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000224/2017-03.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000409, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 53, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de São Ludgero/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Ludgero/SC, no valor de R$ 569.911,56 (quinhentos e sessenta e nove mil novecentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59502.000058/2017-00.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000324, Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4° A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 54, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Alegria/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Alegria/RS, no valor de R$ 700.581,51 (setecentos mil quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e um centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59007.000004/2017-27.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000346, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 21, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
SC	Blumenau	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	11618	17/01/18	59051.004938/2018-83

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 94, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.005455/2017-92. Requerentes: Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Organização Médica Cruzeiro do Sul S.A., Crusam - Cruzeiro do Sul Serviço de Assistência Médica S.A. e Laboratório de Análises Clínicas Cruzeiro do Sul Ltda. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur e Marcos Pajolla Garrido. Acolho o Parecer Técnico nº 1/2018/CGAA2/SGA1/SG, de 26 de janeiro de 2018 e, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões a esta decisão, inclusive quanto a sua motivação. Assim, decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral Adjunto

DESPACHOS DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Nº 96 - Ato de Concentração nº 08700.008131/2017-14. Requerentes: 3G Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia e Odebrecht Properties Parcerias S.A. Advogados: Luiz Eduardo Ribeiro Salles, Ingrid Bandeira Santos e Maria Cecília Andrade. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 97 - Ato de Concentração nº 08700.008131/2017-14. Requerentes: 3G Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia e Odebrecht Properties Parcerias S.A. Advogados: Luiz Eduardo Ribeiro Salles, Ingrid Bandeira Santos e Maria Cecília Andrade. Decido pela aprovação, sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 139, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/94892 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa METROPOLITANO ADMINISTRADORA LTDA, CNPJ nº 17.799.741/0002-68, para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 175, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101278 - DPF/ANS/GO, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa OESTE LOG TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA-ME, CNPJ nº 15.271.310/0001-18, para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 312, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104595 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAX SEGURANÇA MAXIMA LTDA, CNPJ nº 03.007.660/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2824/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 316, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/106872 - DPF/FIG/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOPAO VIGILANCIA E SEGURANÇA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 86.780.871/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 3/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 330, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/492 - DPF/DVS/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OSMAR FRANÇA SHOWS E PROMOÇÕES LTDA, CNPJ nº 20.880.969/0001-01 para atuar em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 331, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/716 - DPF/SJK/SP, resolve:

AUTORIZAR a empresa ENGESEG EMPRESA ESPECIALIZADA NA FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELE, CNPJ Nº 65.053.365/0001-20, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser ENGESEG EMPRESA ESPECIALIZADA NA FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 332, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/1000 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SERVIMOVEL SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 09.493.391/0001-06, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9 (nove) Revólveres calibre 38
162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 336, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/1288 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LABORATÓRIO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 84.684.620/0001-87 para atuar em Santa Catarina.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 350, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3035 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VIT-SEG SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 27.477.849/0001-07, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente SCORPION SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 03.260.209/0001-82:
3 (três) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
54 (cinquenta e quatro) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 358, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3436 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROATIVA FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 11.271.838/0002-17, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
2 (duas) Pistolas calibre .380
5 (cinco) Revólveres calibre 38
688 (seiscentas e oitenta e oito) Munições calibre 12
14936 (quatorze mil e novecentas e trinta e seis) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Estojos calibre 38
4196 (quatro mil e cento e noventa e seis) Gramas de pólvora
14936 (quatorze mil e novecentos e trinta e seis) Projéteis calibre 38
1302 (uma mil e trezentas e duas) Espoletas calibre .380
1302 (um mil e trezentos e dois) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 363, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3792 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONCEDER autorização à empresa VIGDEL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 28.323.972/0001-36, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

20 (vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 364, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3756 - DPF/FIG/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VIGFOZ VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA ME, CNPJ nº 27.259.485/0001-99, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

75 (setenta e cinco) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 368, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95551 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NORTOX S/A, CNPJ nº 75.263.400/0001-99 para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 132/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 392, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2199 - DPF/PGZ/PR, resolve:

AUTORIZAR a empresa CENTROSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ Nº 04.563.093/0001-13, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser CENTROSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 407, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104253 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEFIX EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.277.344/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 21/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 13, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: MINHA FAMÍLIA É LOUCA (WE ARE FAMILY, Rússia - 2014)
Produtor(es): Renat Davletyarov/Aleksandr Kotelesvsky
Diretor(es): Renat Davletyarov
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.008346/2016-33
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CHARLIE E A HISTÓRIA DE UM BRINQUEDO (CHARLIE - A TOY STORY, Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Garry A Brown
Diretor(es): Garry A Brown
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda./South Star Film, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.026240/2015-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Novela: APOCALIPSE (Brasil - 2017)
Produtor(es): Casablanca
Diretor(es): Edson Spinello
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.067027/2017-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Programa: ESPECIAL DE NATAL EDU GUEDES (Brasil - 2017)
Produtor(es): TV Ômega Ltda
Diretor(es): Denis de Euzébio Sales
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Culinária
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001596/2017-44
Requerente: TV OMEGA LTDA

Filme: PETI & POÁ 2 (Brasil - 2017)
Episódio(s): 01 a 13
Produtor(es): Caju Blue Produções Ltda
Diretor(es): Fernanda Nunes de Souza
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000031/2018-21
Requerente: CAJU BLUE PRODUÇÕES LTDA.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 14, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: TOTAL WAR: ARENA (2017)
Produtor(es): WARGAMING GROUP LTD
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: Estratégia
Plataforma: Computador
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000068/2018-59
Requerente: WARGAMING GROUP LIMITED

Título: RAGNAROK JOURNEY (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): GRAVITY INTERACTIE INC
Distribuidor(es): LEVEL UP! INTERACTIVE LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: MMORPG
Plataforma: Computador PC
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.001074/2017-42
Requerente: LEVEL UP! INTERACTIVE LTDA.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 15 DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: CONTINUE ASSISTINDO (KEEP WATCHING, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Alex Heineman/Andrew Rona/Nicolas Chartier/Craig Flores
Diretor(es): Sean Carter
Distribuidor(es): SONY PICTURES HE DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência Extrema e Drogas Ilícitas
Processo: 08000.000334/2018-22
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: HONRA AO MÉRITO (+ ADICIONAIS) (THANK YOU FOR YOUR SERVICE, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Jason Hall
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES HE DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.000696/2018-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: SEM AMOR (LOVELESS (AKA: NELYUBOV), França / Rússia - 2017)
Produtor(es): Gleb Fetisov/Sergey Melkumov/Alexander Rodnyansky
Diretor(es): Andrey Zvyagintsev
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.001370/2018-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CONSTRUINDO PONTES (Brasil - 2017)
Produtor(es): Maquina Filmes Ltda - ME
Diretor(es): Heloisa Passos
Distribuidor(es): CIRCUITO CINEARTE LTDA./ESPAÇO FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.001754/2018-26
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: MARROWBONE (Espanha - 2017)
Produtor(es): Belén Atienza/Álvaro Augustin
Diretor(es): Sergio G. Sánchez
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.002117/2018-77
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: THE COMMUTER (Estados Unidos da América / Reino Unido - 2017)
Produtor(es): Alex Heineman/Andrew Rona
Diretor(es): Jaume Collet-Serra
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama/Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.002118/2018-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: THE CRUCIFIXION (Estados Unidos da América / Romênia / Reino Unido - 2017)
Produtor(es): Leon Clarance/Peter Safran
Diretor(es): Xavier Gens
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Suspense/Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.002120/2018-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: NADA A PERDER - PARTE 1 (Brasil - 2017)
Produtor(es): Douglas Tavolaro/Marília Toledo/Marcio Fraccaroli/André Fraccaroli
Diretor(es): Alexandre Avancini
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.002333/2018-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O DESMONTE DO MONTE (Brasil - 2017)
Produtor(es): Mercúrio Produções
Diretor(es): Sinai Sganzerla
Distribuidor(es): MERCÚRIO PRODUÇÕES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000033/2018-10
Requerente: MERCÚRIO PRODUÇÕES LTDA. ME

Filme: CONTRASTES - IMPRESSÕES DE ISRAEL (Brasil - 2018)
Produtor(es): Jackson Abacatu
Diretor(es): Jackson Abacatu
Distribuidor(es): Jackson Abacatu
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Documentário/Cultura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000034/2018-64
Requerente: Jackson Farias Teixeira

Trailer: A LUTA DO SÉCULO (Brasil - 2016)
Produtor(es): Diana Gurgel/Eliane Ferreira/Tânia Rocha/Joana Mariani/Lázaro Ramos
Diretor(es): Sérgio Machado
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000064/2018-71
Requerente: VITRINE FILMES

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHOS DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo do art. 14, inciso X, do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 37 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social ASSOCIAÇÃO DE RIO BRANCO DO IVAI, com sede em Rio Branco do Ivai - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 19.125.419/0001-06, em razão do enquadramento no art. 2º V e do descumprimento do dispostos nos arts. 4º, I, II, IV, V VI e VII, 5º, III e 18 da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.000113/2018-54.

Nº 38 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social INSTITUTO MARCELO DEDA, com sede em Aracaju - SE, inscrita no CNPJ sob o nº 20.719.929/0001-82, em razão do descumprimento do disposto no art. 5, III da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.000438/2018-37.

Nº 40 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social ASSOCIAÇÃO THOURAO DE TAEKWONDO, com sede em Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 26.474.171/0001-46, em razão do descumprimento do disposto nos arts. 1º, IV e VI do Decreto nº 3.100/99 e no art. 4º, IV, V e VII, "c" da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.000470/2018-12.

Nº 46 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social SOCIEDADE GLOBAL, com sede em Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 14.080.024/0001-02, em razão do descumprimento do disposto no art. 1º, III, IV e VI do Decreto nº 3.100/99 e do art. 4º, II da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.000711/2018-23.

Nº 48 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social INSTITUTO FLAMBOYANT NADIR DE ANDRADE LOUZA, com sede em Goiana - GO, inscrita no CNPJ sob o nº 07.137.989/0001-29, em razão do descumprimento do disposto no art. 5º, III da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.000809/2018-81.

Nº 51 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E MORADORES DO BAIRRO BAIXAO, com sede em Arapiraca - AL, inscrita no CNPJ sob o nº 12.842.480/0001-17, em razão do enquadramento no art. 2º, V e do descumprimento dos arts. 5º, III e 18 da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.001555/2018-18.

Nº 52 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social INSTITUTO UNIMUNDO, com sede em São Bernardo do Campo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.852.469/0001-51. Processo SEI/MJ nº 08000.069204/2017-23.

Nº 55 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades sociais:

- CENTRO ELOIM DE EQUOTERAPIA E HIPISMO - CEEQ, CNPJ nº 08.698.577/0001-20;
- INSTITUTO CRESCE CAMPINA, CNPJ nº 16.682.014/0001-72;
- INSTITUTO SERVIÇO BRASILEIRO DE AGENTES DA CIDADANIA - SEBAC, CNPJ nº 06.030.467/0001-60; e
- INSTITUTO CREDAÇÃO, CNPJ nº 03.378.220/0001-41.

Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se às entidades o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Quanto ao acervo patrimonial disponível, as entidades deverão cumprir o disposto no art. 4º, V da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08001.005563/2017-42.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA
Diretor

DESPACHOS DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Nº 61 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade social INSTITUTO NACIONAL DE QUALIDADE JUDICIÁRIA, CNPJ nº 06.006.518/0001-19.

Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se às entidades o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Quanto ao acervo patrimonial disponível, as entidades deverão cumprir o disposto no art. 4º, V da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08071.000026/2017-82.

Nº 62 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade social INSTITUTO ATLÂNTICO, CNPJ nº 10.896.544/0001-37.

Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se às entidades o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Quanto ao acervo patrimonial disponível, as entidades deverão cumprir o disposto no art. 4º, V da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08071.000044/2017-64

Nº 63 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade social INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO - IBS, CNPJ nº 07.032.700/0001-07.

Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se às entidades o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Quanto ao acervo patrimonial disponível, as entidades deverão cumprir o disposto no art. 4º, V da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08071.000032/2017-30.

Nº 73 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA, com sede em Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob o nº 21.590.044/0001-99, em razão do descumprimento do art. 5º, III da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.002301/2018-17

Nº 75 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social MILALA - A LIBERDADE DE IR E VIR, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 19.695.025/0001-85, em razão do descumprimento do art. 5º, III da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.002346/2018-91.

Nº 77 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social INSTITUTO PORTAL DA SOLIDARIEDADE, com sede em Imperatriz - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 69.557.205/0001-79. Processo SEI/MJ nº 08000.065170/2017-06.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA
Diretor

DESPACHO Nº 14, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Processo MJ nº: 08000.069956/2017-94
Filme: "O NATAL DE RITA"
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A.
Emissora: Rede Globo

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "O NATAL DE RITA" com autoclassificação "livre", conforme requerimento protocolado em 07 de dezembro de 2017 .

CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "O NATAL DE RITA" e classificá-la como "não recomendado para menores de dez anos" por conter violência e drogas lícitas, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 189, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Altera a habilitação do Hospital de Clínicas de Uberlândia, para Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON com Serviços de Radioterapia, Hematologia e Oncologia Pediátrica, habilita o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro como Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Uberlândia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Resolução CIB-SUS nº 1054/2015, de 18 de dezembro de 2015; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterada a habilitação do Hospital de Clínicas de Uberlândia, para Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON com Serviços de Radioterapia, Hematologia e Oncologia Pediátrica (Códigos 17.07, 17.08 e 17.09) e fica habilitado o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro como Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar (código 17.14), conforme descrito a seguir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Estabelecimento - Município/UF	CNES	Habilitação	CNPJ
Hospital de Clínicas de Uberlândia - Uberlândia/MG	2146355	UNACON com Serviços Radioterapia, Hematologia e Oncologia Pediátrica	25.648.387/0001-18
Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro	6601804	Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar	18.431.312/0013-59

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.714.436,70 (dois milhões, setecentos e quatorze mil quatrocentos e trinta e seis reais e setenta centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Uberlândia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Uberlândia/MG, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 2ª (segunda) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CONSULTA PÚBLICA N° 461, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 44, VIII, aliado ao art. 53, III, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de monografia de Sestamibi (99m Tc), solução injetável, para inclusão na Farmacopeia Brasileira, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=36396

§ 1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§ 2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§ 3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenação da Farmacopeia - COFAR, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§ 4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.909305/2017-86
Assunto: Proposta de monografia de Sestamibi (99m Tc), solução injetável, para inclusão na Farmacopeia Brasileira
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema nº 12.1
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR
Relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

CONSULTA PÚBLICA N° 462, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 44, VIII, aliado ao art. 53, III, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de monografia de Fludesoxiglicose (18 F), solução injetável, para inclusão na Farmacopeia Brasileira, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=36395

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenação da Farmacopeia - COFAR, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.911482/2017-22
Assunto: Proposta de monografia Fludesoxiglicose (18 F), solução injetável, para inclusão na Farmacopeia Brasileira
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema nº 12.1
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR
Relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 200, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

Dispõe sobre os critérios para a concessão e renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 12 de dezembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para a concessão e renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
Seção I
Objetivo

Art. 2º Esta Resolução possui o objetivo de estabelecer os critérios e a documentação mínima necessária para a concessão e renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares, visando garantir a qualidade, segurança e eficácia destes medicamentos.

Seção II
Abrangência

Art. 3º Este Regulamento se aplica a todos os medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares, com exceção dos regidos por legislação específica vigente.

Seção III
Definições

Art. 4º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - acessório - complemento destinado a dosar, conduzir ou executar a administração da forma farmacêutica ao paciente, comercializado dentro da embalagem secundária, junto com o medicamento e sem o contato direto com a forma farmacêutica (Resolução RDC nº 31, de 11/08/2010);

II - biodisponibilidade - indica a velocidade e a extensão de absorção de um princípio ativo proveniente de uma forma farmacêutica, a partir de sua curva concentração/tempo na circulação sistêmica ou sua excreção na urina, medida com base no pico de exposição e na magnitude de exposição ou exposição parcial;

III - biodisponibilidade relativa - comparação da biodisponibilidade de dois produtos sob um mesmo desenho experimental;

IV - bioequivalência - consiste na demonstração de biodisponibilidades equivalentes entre produtos, quando estudados sob um mesmo desenho experimental;

V - biolote - lote utilizado para comprovação de equivalência farmacêutica e bioequivalência;

VI - Certificado de boas práticas de fabricação (CBPF) - documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação dispostas na legislação sanitária em vigor (Resolução RDC nº 39, de 14/08/2013);

VII - Código ATC (Anatomical Therapeutic Chemical) - sigla utilizada para a classificação Anatômica Terapêutica Química dos fármacos em diferentes grupos e subgrupos, de acordo com o órgão ou sistema sobre o qual atuam e segundo as suas propriedades químicas, farmacológicas e terapêuticas (OMS, 2013);

VIII - controle de qualidade - conjunto de medidas destinadas a garantir, a qualquer momento, a produção de lotes de medicamentos que satisfaçam às normas de atividade, pureza, eficácia e inocuidade;

IX - Denominação Comum Brasileira (DCB) - nomenclatura genérica atribuída aos insumos farmacêuticos, de acordo com a relação estabelecida pela Farmacopéia Brasileira;

X - embalagem - invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, destinada a cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter, especificamente ou não, medicamentos (Lei nº 6.360, de 23/09/1976, e Resolução RDC nº 71, de 22/12/2009);

XI - embalagem primária - embalagem que mantém contato direto com o medicamento (Resolução RDC nº 71, de 22/12/2009);

XII - embalagem secundária - embalagem externa do produto, que está em contato com a embalagem primária ou envoltório intermediário, podendo conter uma ou mais embalagens primárias (Resolução RDC nº 71, de 22/12/2009);

XIII - embalagem secundária funcional - aquela que oferece proteção adicional ou serve para liberar a dose do produto;

XIV - envoltório intermediário - embalagem opcional que está em contato com a embalagem primária e constitui um envoltório ou qualquer outra forma de proteção removível, podendo conter uma ou mais embalagens primárias, conforme aprovação da Anvisa (Resolução RDC nº 71, de 22/12/2009);

XV - Estudo de Equivalência Farmacêutica - conjunto de ensaios físico-químicos e, quando aplicáveis, microbiológicos e biológicos, que comprovam que dois medicamentos são equivalentes farmacêuticos (Resolução RDC nº 31, de 11/08/2010);

XVI - equivalentes farmacêuticos - medicamentos que possuem mesma forma farmacêutica, mesma via de administração e mesma quantidade da mesma substância ativa, isto é, mesmo sal ou éster da molécula terapêutica, podendo ou não conter excipientes idênticos, desde que bem estabelecidos para a função destinada; Devem cumprir com os mesmos requisitos da monografia individual da Farmacopeia Brasileira, preferencialmente, ou com os de outros compêndios oficiais, normas ou regulamentos específicos aprovados/referendados pela Anvisa ou, na ausência desses, com outros padrões de qualidade e desempenho. Formas farmacêuticas de liberação modificada que requerem reservatório ou excesso podem conter ou não a mesma quantidade da substância ativa, desde que liberem quantidades idênticas da mesma substância ativa em um mesmo intervalo posológico (Resolução RDC nº 31, de 11/08/2010);

XVII - formulações proporcionais - formulações de medicamentos em que todos os componentes da formulação estão exatamente na mesma proporção em todas as diferentes dosagens ou a razão entre os excipientes e o peso total da formulação estiver dentro dos limites para alteração moderada de excipientes, estabelecidos na legislação específica vigente para o pós-registro de medicamentos;

XVIII - inovação radical - desenvolvimento de nova molécula não registrada no país;

XIX - inovação incremental - desenvolvimento de melhorias em relação a um medicamento já registrado no país;

XX - insumo farmacêutico ativo (IFA) - qualquer substância introduzida na formulação de uma forma farmacêutica que, quando administrada em um paciente, atua como ingrediente ativo. Tais substâncias podem exercer atividade farmacológica ou outro efeito direto no diagnóstico, cura, tratamento ou prevenção de uma doença, podendo ainda afetar a estrutura e funcionamento do organismo humano; (Resolução RDC nº 17, de 16/04/2010 e Resolução RDC nº 45, de 09/08/2012);

XXI - lote - quantidade definida de matéria-prima, material de embalagem ou produto processado em um ou mais processos, cuja característica essencial é a homogeneidade. Às vezes pode ser necessário dividir um lote em sub-lotes, que serão depois agrupados para formar um lote final homogêneo. Em fabricação contínua, o lote deve corresponder a uma fração definida da produção, caracterizada pela homogeneidade (Resolução RDC nº 17, de 16/04/2010);

XXII - lote piloto - lote de produto farmacêutico produzido por um processo representativo e reprodutivo de um lote de produção em escala industrial (Instrução Normativa IN nº 02, de 30/03/2009);

XXIII - matérias-primas - substâncias ativas ou inativas que se empregam na fabricação de medicamentos, tanto as que permanecem inalteradas quanto as passíveis de sofrer modificações (Lei nº 6.360, de 23/09/1976);

XXIV - medicamento - produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico (Lei nº 5.991, de 17/12/1973);

XXV - medicamento de referência - produto inovador registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e comercializado no País, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto ao órgão federal competente, por ocasião do registro (Lei nº 9.787, de 10/02/1999);

XXVI - medicamento genérico - medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela DCB ou, na sua ausência, pela DCI (Lei nº 9.787, de 10/02/1999);

XXVII - medicamento similar - aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca; (Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001);

XXVIII - medicamento novo - medicamento com Insumo Farmacêutico Ativo - IFA novo no país;

XXIX - medicamento inovador - medicamento com inovação incremental, com desenvolvimento de melhorias em relação a um medicamento já registrado no país, incluindo novos sais, isômeros ou mistura de isômeros, ésteres ou éteres de moléculas anteriormente registradas;

XXX - nome de medicamento - é a designação do produto farmacêutico tecnicamente elaborado, para distingui-lo de outros, ainda que do mesmo detentor do registro;

XXXI - número do lote - designação impressa na etiqueta de um medicamento e de produtos abrangidos pela Lei nº 6.360, de 23/09/1976, que permita identificar o lote ou a partida a que pertençam e, em caso de necessidade, localizar e rever todas as operações de fabricação e inspeção praticadas durante a produção (Lei nº 6.360, de 23/09/1976);

XXXII - produto a granel - qualquer produto que tenha passado por todas as etapas de produção, sem incluir o processo de embalagem. Os produtos estéreis em sua embalagem primária são considerados produto a granel (Resolução RDC nº 17, de 16/04/2010);

XXXIII - produto terminado - produto que tenha passado por todas as etapas de produção, incluindo rotulagem e embalagem final (Resolução RDC nº 17, de 16/04/2010);

XXXIV - produto intermediário - produto parcialmente processado contendo o IFA e que deve ser submetido a etapas subsequentes de fabricação antes de se tornar um produto a granel (Adaptado da Resolução RDC nº 17, de 16/04/2010).

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Todos os documentos deverão ser encaminhados por via impressa numerada e rubricada em todas as folhas.

§ 1º A documentação deverá ser apresentada de acordo com a ordem disposta nesta Resolução, acompanhada de índice com numeração das respectivas páginas das documentações.

§ 2º O solicitante do registro deverá adicionar à documentação impressa, mídia eletrônica contendo arquivo em formato PDF, que permita a realização de busca textual e cópia, com todos os requisitos do caput deste artigo.

§ 3º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de submissão em meio eletrônico.

Art. 6º Os documentos oficiais em idioma estrangeiro usados para fins de registro, expedidos pelas autoridades sanitárias, deverão ser acompanhados de tradução juramentada na forma da lei.

Art. 7º Para efeito do disposto neste Regulamento, existindo legislação ou guias específicos, estes deverão ser atendidos e as respectivas provas deverão ser apresentadas.

Parágrafo único. A Anvisa poderá requerer, a seu critério e mediante justificativa técnica, testes e documentos que deverão ser apresentados nos casos não previstos nesta Resolução, ou que não satisfaçam a algum dos quesitos especificados.

Art. 8º O tamanho de lote a ser registrado será referente ao lote utilizado para a comprovação de segurança e eficácia demonstradas através de equivalência farmacêutica, bioequivalência e estudos clínicos, conforme o caso.

§ 1º O tamanho de lote a ser considerado para aprovação do registro dos medicamentos genéricos e similares deverá ter como referência o tamanho de lote utilizado para comprovação de equivalência farmacêutica e bioequivalência. Será permitida a aprovação de uma faixa para tamanho de lote industrial, desde que toda a documentação e provas exigidas sejam apresentadas conforme legislação específica vigente de alterações pós-registro.

§ 2º O tamanho de lote a ser considerado para aprovação do registro de medicamento novo deverá ser aquele referente ao tamanho de lote utilizado para comprovação de segurança e eficácia. A Anvisa poderá considerar, para aprovação do registro, um tamanho de lote diferente do descrito no caput deste artigo, desde que seja apresentado o histórico de alterações de formulações, processos produtivos, tamanhos de lotes e locais de fabricação realizadas ao longo do desenvolvimento clínico e os resultados dos estudos de comparabilidade realizados com o medicamento que se pretende registrar.

Art. 9º Caso a empresa solicite concomitantemente ao registro a inclusão de mais de um local de fabricação do medicamento ou mais de um local de fabricação do insumo farmacêutico ativo (IFA), deverá apresentar toda a documentação e provas adicionais exigidas na legislação específica vigente de alterações pós-registro.

Parágrafo único. Para os casos em que a legislação específica vigente de alterações pós-registro solicitar a apresentação de protocolo de estudos de estabilidade, para o registro deverá ser apresentado o estudo acelerado completo e o de longa duração em andamento.

Art. 10. Os medicamentos novos e similares deverão adotar obrigatoriamente nome de medicamento, conforme legislação específica vigente.

Art. 11. As apresentações do medicamento a serem registradas deverão estar de acordo com o regime posológico e a indicação terapêutica do medicamento.

Art. 12. A Anvisa poderá, a seu critério e mediante justificativa técnica, exigir provas adicionais de qualidade de medicamentos e requerer novos estudos para comprovação de qualidade, segurança e eficácia.

§ 1º A Anvisa poderá solicitar à empresa os dados brutos dos ensaios clínicos e não clínicos, assim como os dados de qualidade do medicamento.

§ 2º A exigência de provas adicionais poderá ocorrer mesmo após a concessão do registro.

Art. 13. Nos casos dispostos na norma em que for solicitada a apresentação de Plano ou Relatório de Farmacovigilância, ou Plano de Minimização de Risco, ou o Sumário Executivo referente ao período de cinco anos do Relatório Periódico de Farmacovigilância, a documentação deverá ser protocolada por meio de expediente direcionado à área da Anvisa responsável pela farmacovigilância de medicamentos, após o peticionamento da solicitação de registro ou renovação.

Art. 14. O relatório de ensaios clínicos, quando solicitado, deverá conter, além do disposto nos requisitos específicos, as seguintes informações:

I - referências bibliográficas, quando disponíveis;

II - todas as informações clínicas disponíveis, favoráveis e desfavoráveis ao medicamento em estudo.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS GERAIS PARA O REGISTRO

Seção I

Das Medidas Antecedentes ao Registro de Medicamento Novo

Art 15. Todos os estudos clínicos conduzidos em território nacional para fins de registro devem seguir a legislação específica vigente para pesquisa clínica.

Parágrafo único. A aprovação prévia do desenvolvimento clínico conduzido em território nacional é obrigatória para a utilização dos resultados para fins de registro.

Art. 16. O solicitante do registro deverá solicitar para a Farmacopéia Brasileira a inclusão do IFA e excipiente na lista da Denominação Comum Brasileira (DCB) caso esse ainda não esteja presente na lista.

Seção II

Das Medidas Antecedentes ao Registro de Medicamento Inovador

Art 17. Todos os estudos clínicos conduzidos em território nacional para fins de registro devem seguir a legislação específica vigente para pesquisa clínica.

Parágrafo único. A aprovação prévia do desenvolvimento clínico conduzido em território nacional é obrigatória para a utilização dos resultados para fins de registro.

Art. 18. Todos os registros a serem peticionados por meio das categorias descritas na Seção VII e VIII do Capítulo V deverão encaminhar o Protocolo contendo o Racional Clínico para Provas de Segurança e Eficácia para avaliação prévia da Anvisa.

Seção III

Das Medidas Antecedentes ao Registro de Medicamento Genérico e Similar

Art. 19. O solicitante do registro deverá consultar a lista de medicamentos de referência disponível no portal da Anvisa, para verificar se há medicamento de referência eleito na concentração e forma farmacêutica para o medicamento que se pretende registrar.

Parágrafo único. Na ausência de medicamento de referência eleito, deve ser protocolada junto à Anvisa solicitação de eleição de medicamento de referência, conforme legislação específica vigente.

Art. 20. Não serão admitidos para fins de registro como medicamento genérico ou similar:

I - produtos biológicos, imunoterápicos, derivados do plasma e sangue humano;

II - medicamentos fitoterápicos;

III - medicamentos específicos;

IV - medicamentos dinamizados;

V - medicamentos de notificação simplificada;

VI - antissépticos de uso hospitalar;

VII - produtos com fins diagnósticos e contrastes radiológicos;

VIII- radiofármacos;

IX - gases medicinais; e

X - outras classes de medicamentos que venham a possuir legislação específica para seu registro.

Seção IV

Da Documentação Administrativa

Art. 21. O pedido de registro de medicamento nos termos desta Resolução deverá ser individualizado por forma farmacêutica. Parágrafo único. Para os medicamentos genéricos e similares em que as diferentes concentrações para a mesma forma farmacêutica tiverem diferentes medicamentos de referência eleitos o processo deverá ser o mesmo.

Art. 22. Todas as petições protocoladas deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

I - formulários de petição, FP1 e FP2, devidamente preenchidos e assinados;

II - comprovante de pagamento da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - TFVS e respectiva Guia de Recolhimento da União-GRU, ou isenção, quando for o caso;

III - modelo de texto de bula;

IV - layout das embalagens primária e secundária de cada apresentação do medicamento, referente a cada local de fabricação;

V - cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido emitido pela Anvisa, para a linha de produção na qual o medicamento, objeto de registro, será fabricado, ou ainda, cópia do protocolo de solicitação de inspeção para fins de emissão do certificado de BPFC; e

§ 1º No caso de existir mais de um local de fabricação ou de etapas de produção, deverá ser apresentado a documentação descrita no inciso V para cada empresa envolvida na cadeia produtiva do medicamento.

§ 2º Para os casos em que a Anvisa e a autoridade reguladora competente do país fabricante do medicamento em questão concluírem pela equivalência das medidas e controles aplicados para a comprovação de boas práticas de fabricação, poderá ser apresentado documento de comprovação de boas práticas emitido pelo órgão responsável pela Vigilância Sanitária do país fabricante.

§ 3º Para os produtos intermediários poderá ser apresentado documento de comprovação de boas práticas de fabricação emitido pelo órgão responsável pela Vigilância Sanitária do país fabricante.

§ 4º No caso de produtos importados a cópia do protocolo de solicitação de inspeção para fins de emissão do certificado de BPFC deverá ser acompanhada de cópia de documento de comprovação de boas práticas de fabricação de produtos farmacêuticos por linha de produção válido, emitido pelo órgão responsável pela Vigilância Sanitária do país fabricante.

§ 5º A falta do CBPF válido não impedirá a submissão do pedido de registro, mas impedirá sua aprovação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 23. Além do rol de documentos contidos no art. 22, para os medicamentos importados, deverá ser informada a fase do medicamento a importar como produto terminado, produto a granel ou na embalagem primária.

Parágrafo único. Para medicamento novo, deverão ser apresentadas, quando disponíveis, as informações sobre eventuais compromissos assumidos junto a outras agências quanto à realização de estudos complementares de segurança clínica, eficácia clínica, farmacologia clínica ou toxicologia não-clínica. A não apresentação destas informações não impedirá a submissão do pedido de registro.

Seção V

Da Documentação Técnica da Qualidade

Art. 24. No ato do protocolo de pedido de registro de um medicamento, o solicitante do registro deverá apresentar relatório técnico contendo as seguintes informações:

I - sobre o insumo farmacêutico ativo (IFA):

a) nomenclatura: Denominação Comum Brasileira (DCB);

b) estrutura: fórmula estrutural, incluindo estereoquímica relativa e absoluta, fórmula molecular, e massa molecular relativa;

c) propriedades físico-químicas: forma física, relação estequiométrica entre a forma química de apresentação do IFA e seu componente farmacodinamicamente ativo, ponto de fusão, solubilidade, tamanho de partícula e pKa;

d) nome do(s) fabricante(s) do(s) IFA(s) com os respectivo(s) endereço(s) e documento do órgão oficial sanitário do país de origem comprovando autorização para a atividade de fabricar IFA;

e) descrição do processo de síntese: fluxograma do processo de síntese, incluindo fórmula molecular, estruturas químicas dos materiais de partida, intermediários e respectivas nomenclaturas, solventes, catalisadores, reagentes e o IFA, contemplando a estereoquímica;

f) elucidação da estrutura e outras características e impurezas: confirmação da estrutura com base na rota de síntese e em análise espectral, contemplando o espectro de infravermelho da molécula e outras análises necessárias à correta identificação e quantificação da(s) molécula(s), e informação sobre potencial isomerismo estrutural e geométrico, rotação óptica específica, índice de refração, quiralidade, potencial de formar polimorfos, discriminando as suas características e de outros polimorfos relacionados ao IFA, e informações sobre impurezas;

g) controle de qualidade: especificações, justificativa das especificações para IFA não farmacopeico, métodos analíticos utilizados e validação e laudo de análise de um lote emitido pelo fabricante do IFA; e

h) estabilidade: um resumo sobre os tipos de estudos conduzidos e os resultados, conforme legislação específica vigente, incluindo os resultados de estudos de degradação forçada e condições de stress e respectivos procedimentos analíticos, bem como as conclusões sobre o prazo de validade ou data de reteste e material de embalagem.

II - sobre o desenvolvimento da formulação:

a) resumo sobre o desenvolvimento da formulação, levando em consideração a via de administração e utilização, assim como o sistema de embalagem;

b) informações sobre a compatibilidade do IFA com os excipientes, características fisico-químicas principais do IFA que possam influenciar na performance do produto terminado;

c) documentos com os detalhes de fabricação, caracterização, e controles com referência bibliográfica para suportar os dados de segurança para excipientes usados pela primeira vez em um medicamento ou em uma nova via de administração;

d) dados e discussão sobre a avaliação de eficácia do sistema conservante utilizado(s) na formulação; e

e) justificativa no caso de excesso de ativo.

III - sobre o produto terminado:

a) descrição detalhada sobre a fórmula completa, designando os componentes conforme a Denominação Comum Brasileira (DCB);

b) informação sobre a quantidade de cada componente da fórmula e suas respectivas funções, incluindo os componentes da cápsula, e indicação das respectivas referências de especificações de qualidade descritas na Farmacopéia Brasileira ou em outros códigos oficiais autorizados pela legislação específica vigente;

c) descrição detalhada sobre a proporção qualitativa e quantitativa dos produtos intermediários utilizados na fórmula do produto terminado; e

d) justificativa quanto à presença de sulco no comprimido com os devidos testes.

IV - sobre a produção do produto terminado:

a) dossiê de produção referente a 1 (um) lote;

b) nome e responsabilidade de cada fabricante incluindo terceirizados e cada local de fabricação proposto envolvido na produção e nos testes a serem realizados, incluindo controle de qualidade e estudos de estabilidade acelerado e de longa duração;

c) fluxograma com as etapas do processo de fabricação mostrando onde os materiais entram no processo, identificando os pontos críticos do processo e os pontos de controle, testes intermediários e controle do produto final;

d) informação sobre tamanhos de lotes do produto terminado, descrição das etapas do processo de fabricação, incluindo todos os parâmetros utilizados, do controle em processo e dos produtos intermediários;

e) lista dos equipamentos envolvidos na produção, identificados por princípio de funcionamento (classe) e desenho (subclasse) com suas respectivas capacidades;

f) controle das etapas críticas com a informação sobre os testes e critérios de aceitação realizados nos pontos críticos identificados no processo de fabricação, além dos controles em processo; e

g) relatório sumário da validação do processo de fabricação, incluindo lotes, definição das etapas críticas de fabricação com as respectivas justificativas, parâmetros avaliados, e indicação dos resultados obtidos e conclusão.

V - sobre o controle de qualidade das matérias-primas:

a) especificações, métodos analíticos e laudo analítico para os excipientes, acompanhados de referência bibliográfica, feitos pelo fabricante do medicamento;

b) informações adicionais para os excipientes de origem animal de acordo com a legislação específica vigente sobre controle da Encefalopatia Espongiforme Transmissível; e

c) especificações, métodos analíticos e laudo analítico para o insumo farmacêutico ativo, acompanhados de referência bibliográfica, realizados pelo fabricante do medicamento.

VI - sobre o controle de qualidade do produto terminado:

a) especificações, métodos analíticos e laudo de análise, acompanhados de referência bibliográfica, incluindo relatórios de validação de método analítico; e

b) gráfico do perfil de dissolução, quando aplicável.

VII - sobre a embalagem primária e embalagem secundária funcional;

a) descrição do material de embalagem; e

b) relatório com especificações, método analítico e resultados do controle de qualidade de embalagem.

VIII - sobre o envoltório intermediário: descrição do material de constituição do envoltório intermediário e suas especificações;

IX - sobre os acessórios que acompanham o medicamento em sua embalagem comercial: descrição do material de constituição do acessório e suas especificações; e

X - sobre os estudos de estabilidade do produto terminado:

a) relatório com os resultados dos estudos de estabilidade acelerada e de longa duração conduzidos com 3 (três) lotes, protocolos usados, incluindo conclusões com relação aos cuidados de conservação e prazo de validade;

b) resultados de estudos de estabilidade para medicamentos que, após abertos ou preparados, possam sofrer alteração no seu prazo de validade original ou cuidado de conservação original; e

c) resultados do estudo de fotoestabilidade ou justificativa técnica para a isenção do estudo;

§ 1º As informações explicitadas no inciso I e suas alíneas devem demonstrar autenticidade de origem do(s) IFA(s), sendo facultado ao(s) fabricante(s) deste(s) enviar à ANVISA, no prazo de 30 (trinta) dias após o protocolo do registro, a referida documentação, devidamente identificada com o número do processo a que se relaciona.

§ 2º Em cumprimento ao inciso I, devem ser apresentados para IFA registrado na ANVISA o número de processo de registro e o número de registro do IFA, em substituição aos documentos das alíneas b, e, f e h.

§ 3º Em cumprimento à alínea g do inciso I, devem ser enviadas justificativas das especificações para IFA não farmacopeico.

§ 4º Em cumprimento à alínea b do inciso II, na hipótese de associações, deve-se apresentar discussão sobre a compatibilidade entre os ativos e entre estes e os excipientes.

§ 5º Em cumprimento ao inciso II, para os medicamentos genéricos e similares deve ser enviado o relatório de desenvolvimento do método de dissolução, conforme legislação específica vigente.

§ 6º Em cumprimento à alínea a) do inciso III na ausência da DCB para algum excipiente utilizado na formulação apresentar o protocolo de solicitação de inclusão na lista da DCB ou a justificativa de ausência emitida pela Farmacopeia Brasileira.

§ 7º As informações explicitadas nos incisos III e IV e suas alíneas devem ser apresentadas conforme disposto no Anexo I.

§ 8º Em cumprimento à alínea a) do inciso IV, nos casos em que a solicitação de registro se referir a mais de uma concentração, o dossiê de produção deverá ser apresentado para a maior e menor concentração, desde que as formulações sejam qualitativamente iguais, sejam proporcionais e sejam fabricadas no mesmo local e com mesmo processo produtivo.

§ 9º Em cumprimento à alínea c do inciso V, deve ser enviada justificativa das especificações e dos métodos analíticos com as respectivas validações para IFA não farmacopeico.

§ 10. Em cumprimento ao inciso VI, além dos dispositivos anteriores, as empresas que pretendam importar medicamentos terão que apresentar metodologia e laudo analítico de controle de qualidade físico-química, química, microbiológica e biológica e respectivas validações, realizados pelo importador, de acordo com a forma farmacêutica do produto acabado, granel ou na embalagem primária.

§ 11. Em cumprimento ao inciso IX, deve ser apresentado o respectivo número de registro para solução diluente/reconstituinte que acompanhar o medicamento a ser registrado.

§ 12. Em cumprimento ao inciso IX, na hipótese de a solução diluente/reconstituinte não ter sido registrada na Anvisa, a empresa deverá apresentar documentação conforme legislação específica vigente.

§ 13. Em cumprimento ao inciso IX o acessório deverá obrigatoriamente estar em quantidade e graduação adequadas considerando sua posologia, quando aplicável.

§ 14. Com relação ao prazo de validade disposto na alínea a do inciso X, no caso do produto a granel importado, o prazo deverá ser contado a partir da data de sua fabricação no exterior e não da data de embalagem aqui no Brasil, respeitando-se o prazo de validade registrado na Anvisa.

CAPÍTULO IV

DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO

Seção I

Do Registro de Medicamento Novo

Art. 25. Esta seção se refere ao registro de medicamento com Insumo Farmacêutica Ativo novo - IFA.

Art. 26. A petição de registro descrita nesta seção, além da documentação citada nas Seções IV e V do Capítulo III, deverá estar acompanhada de:

I - relatório de segurança e eficácia de acordo com guia específico, contendo:

a) relatório de ensaios não-clínicos; e

b) relatório de ensaios clínicos fase I, II e III.

II - plano de Farmacovigilância, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 1º Em situações específicas relacionadas à segurança, um Plano de Minimização de Risco poderá ser exigido de forma adicional ao Plano de Farmacovigilância disposto no inciso II.

§ 2º No caso de medicamentos comercializados em outros países, deverá ser apresentado junto ao pedido de registro o Relatório de Farmacovigilância atualizado do medicamento.

Art. 27. A empresa poderá apresentar, excepcionalmente, o relatório de ensaios clínicos contendo estudos de fase II concluídos e estudos de fase III iniciados com vistas a requerer o registro de medicamento novo destinado à prevenção ou tratamento de doenças de grave ameaça à vida ou altamente debilitantes, desde que seja demonstrada para ambos os casos como necessidade médica não atendida

Parágrafo único. Em casos específicos nos quais os estudos de fase III não sejam aplicáveis e os estudos de fase II sejam suficientes para comprovação da eficácia e segurança do medicamento, a empresa poderá submeter o pedido de registro após a conclusão dos estudos de fase II.

CAPÍTULO V

DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O REGISTRO DE MEDICAMENTO INOVADOR

Seção I

Do Registro de Nova Associação

Art. 28. Esta seção se refere ao registro de medicamento composto por uma nova combinação de dois ou mais IFAs já registrados no país em:

I - uma razão fixa de doses em uma mesma unidade farmacotécnica doravante denominada associação em dose fixa; ou

II - uma razão fixa de doses em diferentes unidades farmacotécnicas em uma mesma embalagem, para uso concomitante ou sequencial, doravante denominada kit.

Parágrafo único. Nos casos em que um ou mais IFAs, ou novos sais, isômeros ou mistura de isômeros, ésteres, éteres, complexos ou derivados deste(s) IFA(s) que compõem a associação não for(em) registrada(s) no país, a petição de registro dessa associação deverá cumprir os mesmos requisitos previstos para o registro de medicamento novo.

Art. 29. O registro de novas associações na forma de kit será permitido apenas quando:

I - for farmacotecnicamente justificada a impossibilidade de se registrar uma associação em dose fixa em qualquer forma farmacêutica e houver claro benefício do kit para saúde pública ou

II - for farmacotecnicamente justificada a impossibilidade de se registrar uma associação em dose fixa em qualquer forma farmacêutica e o kit demonstre aumento de adesão ao tratamento e a relevância clínica desse aumento tenha sido adequadamente investigada e comprovada para a população alvo.

Seção II

Do Registro de Nova Associação em Dose Fixa

Art. 30. A petição de registro descrita nesta seção, além da documentação citada nas Seções IV e V do Capítulo III, deverá estar acompanhada de:

I - justificativa técnica da racionalidade da associação; e

II - relatório de segurança e eficácia de acordo com guia específico, contendo:

a) ensaios não-clínicos, quando aplicável;

b) ensaios clínicos de fase I e II, quando aplicável, e estudos de fase III para cada indicação terapêutica, provando que:

1. associações com as mesmas doses dos IFAs tenham um efeito aditivo ou sinérgico sem aumento dos riscos quando comparados com cada IFA isoladamente ou com combinações entre eles com um número menor de IFAs; ou

2. a associação com dose menor de pelo menos um dos IFAs obtenha o mesmo benefício com riscos iguais ou menores quando comparados com uma associação com doses conhecidas.

III - Plano de Farmacovigilância adequado à nova associação em dose fixa, de acordo com a legislação específica vigente.

§1º O relatório de eficácia e segurança deve incluir informações acerca das interações farmacocinéticas e farmacodinâmicas entre os IFAs que compõem a associação.

§ 2º Em situações específicas relacionadas à segurança, um Plano de Minimização de Risco poderá ser exigido de forma adicional ao Plano de Farmacovigilância disposto no inciso III.

§ 3º No caso de medicamentos comercializados em outros países, deverá ser apresentado Relatório de Farmacovigilância atualizado do medicamento.

Seção III

Do Registro de Nova Forma Farmacêutica

Art. 31. Esta seção se refere ao registro de nova forma farmacêutica no país, para um medicamento já registrado.

Art. 32. A petição de registro descrita nesta seção, além da documentação citada nas Seções IV e V do Capítulo III, deverá estar acompanhada de:

I - justificativa técnica;

II - relatório de segurança e eficácia de acordo com guia específico, contendo os resultados de estudos clínicos de fase III e fase I e II, se aplicável; e

III - plano de Farmacovigilância adequado à nova forma farmacêutica, de acordo com a legislação específica vigente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Em cumprimento ao inciso II, os estudos clínicos de fase II e III podem ser substituídos por prova de biodisponibilidade relativa quando o medicamento proposto estiver dentro da faixa terapêutica aprovada.

§ 2º Em situações específicas relacionadas à segurança, um Plano de Minimização de Risco poderá ser exigido de forma adicional ao Plano de Farmacovigilância.

§ 3º No caso de medicamentos comercializados em outros países, deverá ser apresentado junto ao pedido de registro o Relatório de Farmacovigilância atualizado do medicamento.

Seção IV

Do Registro de Nova Concentração

Art 33. Esta seção se refere ao registro de nova concentração no país para um medicamento registrado na mesma forma farmacêutica.

Art. 34. A petição de registro descrita nesta seção, além da documentação citada nas Seções IV e V do Capítulo III, deverá estar acompanhada de:

I - justificativa técnica;

II - relatório de segurança e eficácia de acordo com guia específico, contendo os resultados de estudos clínicos de fase III e fase I e II, se aplicável; e

III - plano de Farmacovigilância adequado à nova concentração, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 1º Em cumprimento ao inciso II, os estudos clínicos de fase II e III podem ser substituídos por prova de biodisponibilidade relativa quando o medicamento proposto estiver dentro da faixa terapêutica aprovada.

§ 2º Em situações específicas relacionadas à segurança, um Plano de Minimização de Risco poderá ser exigido de forma adicional ao Plano de Farmacovigilância.

§ 3º No caso de medicamentos comercializados em outros países, deverá ser apresentado junto ao pedido de registro o Relatório de Farmacovigilância atualizado do medicamento.

Seção V

Do Registro de Nova Via de Administração

Art. 35. Esta seção se refere ao registro de nova via de administração no país para um medicamento já registrado na mesma forma farmacêutica, mesma concentração e mesma indicação terapêutica.

Art. 36. A petição de registro descrita nesta seção, além da documentação citada nas Seções IV e V do Capítulo III, deverá estar acompanhada de:

I - justificativa técnica;

II - relatório de segurança e eficácia de acordo com guia específico, contendo os resultados de estudos clínicos de fase III e fase I e II, se aplicável; e.

III - plano de Farmacovigilância adequado à nova via de administração, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 1º Em cumprimento ao inciso II, os estudos clínicos de fase II e III podem ser substituídos por prova de biodisponibilidade relativa quando o medicamento proposto estiver dentro da faixa terapêutica aprovada.

§ 2º Em situações específicas relacionadas à segurança, um Plano de Minimização de Risco poderá ser exigido de forma adicional ao Plano de Farmacovigilância.

§ 3º No caso de medicamentos comercializados em outros países, deverá ser apresentado junto ao pedido de registro o Relatório de Farmacovigilância atualizado do medicamento.

Seção VI

Do registro de Nova Indicação Terapêutica

Art. 37. Esta seção se refere ao registro de nova indicação terapêutica no país, para um medicamento já registrado na mesma forma farmacêutica e mesma concentração.

Art. 38. A petição de registro descrita nesta seção, além da documentação citada na Seção IV do Capítulo III, deverá estar acompanhada de:

I - justificativa técnica;

II - relatório de segurança e eficácia de acordo com o guia específico, contendo os resultados de estudos clínicos de fase III e fase I e II, se aplicável; e.

III - plano de Farmacovigilância adequado à nova indicação terapêutica, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 1º Em situações específicas relacionadas à segurança, um Plano de Minimização de Risco poderá ser exigido de forma adicional ao Plano de Farmacovigilância.

§ 2º No caso de medicamentos comercializados em outros países, deverá ser apresentado junto ao pedido de registro o Relatório de Farmacovigilância atualizado do medicamento.

Seção VII

Do Registro de Medicamento com Mesmo(s) IFA(s) de Medicamento Novo já Registrado

Art. 39. Esta seção se refere ao registro de um medicamento no caso em que já exista medicamento novo registrado com o(s) mesmo(s) IFA(s).

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos medicamentos enquadrados como genéricos e similares para os quais haja viabilidade técnica para a realização de equivalência farmacêutica e estudo de biodisponibilidade relativa (bioequivalência) para comprovação de eficácia e segurança do medicamento.

Art. 40. A petição de registro descrita nesta seção, além da documentação citada nas Seções IV e V do Capítulo III, deverá estar acompanhada de:

I - justificativa técnica;

II - racional clínico do desenvolvimento do medicamento;

III - relatório de Segurança e Eficácia de acordo com guia específico, contendo:

a) dados de literatura científica obtidos de revistas internacionais indexadas com apresentação do artigo completo, se aplicável;

b) relatório de ensaios não-clínicos, se aplicável; e

c) relatório de ensaios clínicos de fase I, II e III, se aplicável.

IV - plano de Farmacovigilância, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 1º Em situações específicas relacionadas à segurança, um Plano de Minimização de Risco poderá ser exigido de forma adicional ao Plano de Farmacovigilância.

§ 2º No caso de medicamentos comercializados em outros países, Relatório de Farmacovigilância atualizado do medicamento.

Seção VIII

Do Registro de Medicamento com Inovação Diversa

Art. 41. Esta seção se refere ao registro de um medicamento no caso em que há uma inovação no medicamento já registrado no país que não se correlacione a nenhuma das categorias de registro anteriormente propostas.

Art. 42. A petição de registro descrita nesta seção, além da documentação citada nas Seções IV e V do Capítulo III, deverá estar acompanhada de:

I - justificativa técnica;

II - racional clínico do desenvolvimento do medicamento;

III - relatório de Segurança e Eficácia de acordo com guia específico, contendo:

a) dados de literatura científica obtidos de revistas internacionais indexadas com apresentação do artigo completo, se aplicável;

b) relatório de ensaios não-clínicos, se aplicável; e

c) relatório de ensaios clínicos de fase I, II e III, se aplicável.

IV - plano de Farmacovigilância, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 1º Em situações específicas relacionadas à segurança, um Plano de Minimização de Risco poderá ser exigido de forma adicional ao Plano de Farmacovigilância.

§ 2º No caso de medicamentos comercializados em outros países, Relatório de Farmacovigilância atualizado do medicamento.

Seção IX

Dos Estudos de Biodisponibilidade Relativa

Art. 43. Para a petição de medicamento novo ou inovador para a qual for necessária a apresentação dos estudos de biodisponibilidade relativa nos termos desta Resolução deverão ser protocolados os estudos de acordo com as orientações disponíveis na página eletrônica da ANVISA.

CAPÍTULO V

DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O REGISTRO DE MEDICAMENTO GENÉRICO E SIMILAR

Seção I

Dos Estudos de Equivalência Farmacêutica e Perfil de Dissolução

Art. 44. A petição de solicitação de registro de medicamentos similares e genéricos, além da documentação citada nas Seções IV e V do Capítulo III, deverá estar acompanhada de certificado de equivalência farmacêutica e certificado de perfil de dissolução e relatório de desenvolvimento do método de dissolução, conforme legislação específica vigente.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica caso a fabricação do medicamento genérico ou similar e do medicamento de referência for realizada em um mesmo local de fabricação, com formulação, processo de produção e equipamentos idênticos.

Seção II

Dos Estudos de Bioequivalência

Art. 45. Para a petição de solicitação de registro de medicamentos similares e genéricos, além da documentação citada nas Seções IV e V do Capítulo III, deverão ser protocolados os estudos de bioequivalência de acordo com as orientações disponíveis na página eletrônica da ANVISA.

Art. 46. O estudo de bioequivalência ou testes para a bioisenção deverão ser realizados, obrigatoriamente, com o mesmo lote utilizado no estudo de equivalência farmacêutica.

CAPÍTULO VI

DA RENOVAÇÃO DE REGISTRO

Art. 47. Para efeito de renovação do registro do medicamento na Anvisa, todas as empresas, no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade do registro já concedido, deverão apresentar:

I - formulários de petição, FP1 e FP2, devidamente preenchidos e assinados;

II - comprovante de pagamento da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária-TFVS e respectiva Guia de Recolhimento da União-GRU, ou isenção, quando for o caso;

III - sumário executivo em português referente ao período de cinco anos do Relatório Periódico de Farmacovigilância do mesmo período; e

IV - documento comprobatório de venda no último quinquênio de vigência do registro, contendo os números das notas fiscais emitidas no Brasil e a relação de estabelecimentos compradores em um mínimo de 1 (uma) nota fiscal emitida no País, por forma farmacêutica e concentração.

Parágrafo único. No caso de laboratórios oficiais, deverá ser apresentada justificativa de não comercialização quando não houver a produção do medicamento no período referido no inciso IV.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48. A empresa detentora ou fabricante do medicamento poderá ser inspecionada para verificação in loco de dados e informações da petição de concessão e renovação do registro, a critério da Anvisa.

Art. 49. Será divulgada informação na página eletrônica da Anvisa com a decisão final da análise técnica da solicitação do registro do medicamento.

Art. 50. A Anvisa poderá emitir orientação técnica sobre a aplicabilidade desta Resolução para os casos específicos de registro de medicamento, tal como a apresentação de dados para a comprovação de segurança e eficácia para as inovações incrementais, nas hipóteses que se fizerem necessárias.

Art. 51. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei n 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativas e penal cabíveis.

Art. 52. Ficam revogadas a Resolução RDC nº 60, de 10 de outubro de 2014, e a Resolução RDC nº 20, de 13 de maio de 2015.

Art. 53. As petições de concessão de registro de medicamentos novos, genéricos e similares protocoladas antes da data de vigência desta Resolução, ou que já se encontram em análise na Gerência-Geral de Medicamentos, serão analisadas conforme as Resoluções vigentes à época do protocolo.

Art. 53-A. Para as petições de concessão de registro de medicamentos novos, genéricos e similares protocoladas após a data de vigência desta Resolução e com lotes fabricados antes de 12/01/2015 em substituição ao relatório sumário de validação poderá ser apresentado:

I - a avaliação das etapas críticas do processo produtivo; e

II - justificativa técnica da ausência das demais informações constantes no relatório sumário de validação de processo.

Art. 54. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO I

RELATÓRIO DE PRODUÇÃO

Cabeçalho	
Princípio Ativo (DCB)	
Nome de medicamento	
Complemento diferencial	
Forma Farmacêutica	
Concentração	
Classe Terapêutica e código ATC	
Nome e endereço da empresa fabricante do IFA	

Fórmula Mestra					
Substância	Número DCB	Quantidade	% p/p da forma farmacêutica	Função na Fórmula	Referências de especificação do controle de qualidade

Informações do lote	
Tamanho do lote piloto/biolote	
Tamanho de lote industrial [1]	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Números dos lotes pilotos ou industriais fabricados [1]	Lote 1 (Biolote)	Lote 2	Lote 3
Número de lote do IFA utilizado na produção dos lotes			

Dossiê de produção 2

Processo produtivo	
Nome e Endereço completo (incluindo cidade, país e CNPJ) [3]	
Lista de equipamentos (incluindo identificação por tipo, automação, capacidade de trabalho, desenho e princípio de funcionamento)	
Descrição do processo farmacotécnico [4]	
Metodologias de controle em processo (incluindo referência bibliográfica - Validação)	

Fluxograma de produção					
Etapa [5]	Substância [6]	Operação Unitária	Parâmetros da operação unitária [7]	Equipamento	Controle em processo [8]

1. Tamanho de lote industrial a ser aprovado no registro, conforme Parágrafos do Art. 8º.

2. Enviar uma cópia do dossiê produção referente ao lote/biolote. E para os outros dois lotes enviar apenas as cópias dos laudos de análise do controle de qualidade do medicamento, das fichas de pesagens e das fichas de cálculo de rendimento das etapas de manipulação, embalagem e final.

3. Nome e responsabilidade de cada fabricante, incluindo terceirizados e cada local de fabricação proposto envolvido na produção, incluindo o controle de qualidade.

4. Descrever o processo na forma de tópicos numerando cada uma das etapas.

5. De acordo com a numeração da descrição do processo farmacotécnico.

6. Indicar a ordem de adição das substâncias na etapa em que esta ocorrer.

7. Informações referentes a velocidade, temperatura, tempo, etc. Valores numéricos associados podem ser apresentados como faixas esperadas. Faixas numéricas para etapas críticas devem ser justificadas. Em certos casos, condições ambientais (ex.: baixa umidade para produtos efervescentes) devem ser listadas.

8. Informar quais os testes que serão realizados e em qual etapa ocorrerão.

Republicada por ter saído no DOU nº 248, de 28-12-2017, Seção 1, pág. 84, com incorreção no original.

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 170, DE 19 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 209, de 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 224, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 209, de 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 225, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 209, de 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 181, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 182, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 217, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento de registro a pedido dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 218, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 219, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 220, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 221, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria No- 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as solicitações de registros sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução em virtude da ausência de solicitação de desarquivamento, nos termos do art. 5º da RDC n° 206, de 2005.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 222, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar a caducidade e publicar o cancelamento de registro dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 1.864, de 13 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 135 de 17 de julho de 2017, Seção 1 Pág. 42 e Suplemento Pág. 18, referente ao processo 25000.013354/94-44:

Onde se lê:

BAXTER HOSPITALAR LTDA 49351786000180

MANITOL

MANITOL BAXTER 25000.013354/94-44 04/2019

1661 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

2660042/16-1

1.0683.0090.003-6 12 Meses

200 MG/ML SOL INJ IV CX BOLS PLAS (168 X 98 MM) TRANS

PVC SIST FECH X 250 ML

1.0683.0090.004-4 12 Meses

200 MG/ML SOL INJ IV CX 50 BOLS PLAS (168 X 98 MM)

TRANS PVC SIST FECH X 250 ML

Leia-se:

BAXTER HOSPITALAR LTDA 49351786000180

MANITOL

MANITOL BAXTER 25000.013354/94-44 04/2019

1661 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

2660042/16-1

1.0683.0090.003-6 12 Meses

200 MG/ML SOL INJ IV CX BOLS PLAS TRANS

PVC SIST FECH X 250 ML

1.0683.0090.004-4 12 Meses

200 MG/ML SOL INJ IV CX 50 BOLS PLAS

TRANS PVC SIST FECH X 250 ML

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 2.520, de 21 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 184, de 25 de setembro de 2017, Seção 1 Pág. 71 e Suplemento Pág. 23, referente ao processo 25351.446425/2017-69.

Onde se lê:

Arese Pharma Ltda 07670111000154

JOFIX 25351.446425/2017-69 04/2021

11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE

DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)

1657394/17-3

1.1861.0281.001-9 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 10

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.002-7 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 100

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.003-5 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 10

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.004-3 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 100

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.005-1 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 60 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.006-1 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 120 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.007-8 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 240 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.008-6 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 480 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.009-4 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 60 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.010-8 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 120 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.011-6 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 240 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.012-4 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 480 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.013-2 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT STR AL X 10

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO

1.1861.0281.014-0 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT STR AL X 100

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO

1.1861.0281.015-9 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT STR AL X 10

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO

1.1861.0281.016-7 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT STR AL X 100

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO

1.1861.0281.017-5 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT STR AL X 8

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.1861.0281.018-3 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT STR AL X 8

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

Leia-se:

Arese Pharma Ltda 07670111000154

JOFIX 25351.446425/2017-69 04/2021

11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE

DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)

1657394/17-3

1.5819.0018.001-7 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 10

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.002-5 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 100

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.003-3 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 10

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.004-124 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 100

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.005-1 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 60 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.006-8 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 120 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.007-6 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 240 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.008-4 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 480 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.009-2 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 60 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.010-6 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 120 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.011-4 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 240 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.012-2 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 480 (EMB.

FRAC.)

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.013-0 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT STR AL X 10

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO

1.5819.0018.014-9 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT STR AL X 100

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO

1.5819.0018.015-7 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT STR AL X 10

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO

1.5819.0018.016-5 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT STR AL X 100

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO

1.5819.0018.017-3 24 Meses

4 MG COM ORODISP CT STR AL X 8

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

1.5819.0018.018-1 24 Meses

8 MG COM ORODISP CT STR AL X 8

CLORIDRATO DE ONDANSETRONA

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 4.222, de 24 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº. 207, de 27 de outubro de 2014, Seção 1 pág. 32 e Suplemento pág. 12, referente ao processo 25351.371097/2014-97.

Onde se lê:

PENTOXIFILINA

VASODILATADORES

Referência - TRENTAL/TRENTAL VERT 25351.371097/2014-97

10/2019

COMERCIAL 1.1039.0190.001-6 24 Meses

400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 20

Não informado

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE

(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-

6 - 25351.024341/00-68)

COMERCIAL 1.1039.0190.002-4 24 Meses

400 MG COM REV LIB PROL CT STRIP X 20

Não informado

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE

(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-

6 - 25351.024341/00-68)

COMERCIAL 1.1039.0190.003-2 24 Meses

400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 500 (EMB

HOSP)

Não informado

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE

(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-

6 - 25351.024341/00-68)

COMERCIAL 1.1039.0190.004-0 24 Meses

400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 30

Não informado

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE

(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-

6 - 25351.024341/00-68)

COMERCIAL 1.1039.0190.005-9 24 Meses

400 MG COM REV LIB PROL CT STR X 90 (EMB FRAC)

Não informado

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE

(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-

6 - 25351.024341/00-68)

COMERCIAL 1.1039.0190.006-7 24 Meses

400 MG COM REV LIB PROL CT STR X 60 (EMB FRAC)

Não informado

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE

(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-

6 - 25351.024341/00-68)

COMERCIAL 1.1039.0190.007-5 24 Meses

400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 90 (EMB

FRAC)

Não informado

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE

(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-

6 - 25351.024341/00-68)

COMERCIAL 1.1039.0190.008-3 24 Meses

400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 60 (EMB

FRAC)

Não informado

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE

(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-

6 - 25351.024341/00-68)

COMERCIAL 1.1039.0190.009-1 24 Meses

400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS LEIT X 20

Não informado

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE

(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-

6 - 25351.024341/00-68)

COMERCIAL 1.1039.0190.010-5 24 Meses

400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS LEIT X 30

Não informado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
COMERCIAL 1.1039.0190.011-3 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS LEIT X 60 (EMB
FRAC)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
COMERCIAL 1.1039.0190.012-1 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS LEIT X 90 (EMB
FRAC)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
COMERCIAL 1.1039.0190.013-1 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS LEIT X 500
(EMB HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
Leia-se:
PENTOXIFILINA
VASODILATADORES
Referência - TRENTAL/TRENTAL VERT 25351.371097/2014-97
10/2019
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.001-6 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.002-4 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT STRIP X 20
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.003-2 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 500 (EMB
HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.004-0 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.005-9 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT STR X 90 (EMB FRAC)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.006-7 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT STR X 60 (EMB FRAC)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.007-5 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 90 (EMB
FRAC)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.008-3 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 60 (EMB
FRAC)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.009-1 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS LEIT X 20
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.010-5 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS LEIT X 30
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.011-3 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS LEIT X 60 (EMB
FRAC)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.012-1 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS LEIT X 90 (EMB
FRAC)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.013-1 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS LEIT X 500
(EMB HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)
INSTITUCIONAL 1.1039.0190.014-8 24 Meses
400 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 450
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 093841/00-
6 - 25351.024341/00-68)

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 175, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 176, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 177, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 178, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa, em atendimento à decisão da ação ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 179, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou cadastro de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de processos/números de registro/cadastro constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 205, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 206, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 190, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 191, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 192, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 193, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 194, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 195, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 196, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 197, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 198, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 199, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 200, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização Especial das Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 201, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 202, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 203, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 207, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 208, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 209, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 210, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 211, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 212, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art.53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa Venusa de México, S.A de C.V, solicitada pela empresa K.C.I. Brasil Importadora e Distribuidora de Produtos para Saude Ltda, CNPJ n. º 10.918.419/0001-80, publicada pela Resolução RE n° 72, de 11 de janeiro de 2018, no Diário Oficial da União nº. 10, de 15 de janeiro de 2018, Seção I, pág. 41e suplemento da Seção I, págs. 107 e 108, devido a duplicidade de publicação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

RESOLUÇÃO-RE Nº 226, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Seqirus Vaccines Limited, publicada pela Resolução RE n° 3.084, de 23 de novembro de 2017, no Diário Oficial da União n° 226, de 27 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 113, e em suplemento da Seção 1, págs. 69 e 70, DE Novartis Biociências S.A., CNPJ n° 56.994.502/0001-30, Autorização de Funcionamento: 1.00.068-5, PARA Medstar Importação e Exportação Ltda., CNPJ n° 03.580.620/0001-35, Autorização de Funcionamento: 1.09.517-3, conforme expedientes n° 0293852/17-9 e 2246189/17-2.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

RESOLUÇÃO-RE Nº 227, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir o insumo infliximabe na certificação da empresa Boehringer Ingelheim Pharma GmbH & Co. KG, solicitada pela empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 61.072.393/0001-33, publicada pela Resolução RE nº 829, de 24 de março de 2017, no Diário Oficial da União nº. 59, de 27 de março de 2017, Seção 1, pág. 90, e em suplemento da Seção 1, pág. 62, conforme expedientes nº 2328645/16-8 e 1705325/17-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

RESOLUÇÃO-RE Nº 228, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa Centrale Afdeling Voor Fractionering Van Het Rode Kruis CVBA - CAF para Plasma Industries Belgium CVBA na certificação solicitada pela empresa CNPJ n.º 58.430.828/0001-60, publicada pela Resolução RE nº 1.695, de 30 de junho de 2016, no Diário Oficial da União nº 126, de 04 de julho de 2016, Seção 1, pág. 78, e em suplemento da Seção 1, págs. 25 e 26, conforme expedientes nº 1162118/16-4 e 1912072/17-9.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE n° 275, de 02 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 26, de 06 de fevereiro de 2017, Seção 1, pág. 61, e em suplemento da Seção 1, pág. 49, retificar, a pedido, a certificação da empresa Biocon Limited, solicitada pela empresa Aspen Pharma Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.433.631/0001-20, conforme expedientes 1223394/16-3 e 2237263/17-6.

Onde se lê: Plot nº 2-4, Phase IV, Bommasandra-Jigani Link Road, Bommasandra Post, Bangalore 560 099

Leia-se: Plot nº 2-5, Phase IV, Bommasandra-Jigani Link Road, Bommasandra Post, Bangalore 560099

Na Resolução RE nº 2.120, de 10 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 155, de 14 de agosto de 2017, Seção 1, pág. 109 e em suplemento da Seção 1, pág. 59, retificar a pedido, a certificação da empresa Amgen Technology (Ireland) Unlimited Company, solicitada pela Amgen Biotecnologia do Brasil Ltda., CNPJ nº 18.774.815/0001-93, conforme expedientes nº 0133905/17-2 e 1878231/17-1.

Onde se lê: Amgem Technology (Ireland) Unlimited Company

Leia-se: Amgen Technology (Ireland) Unlimited Company

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 189, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 215, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 216, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA EM SERVIÇOS DE SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 180, DE 25 DE JANEIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Publicar a desistência a pedido dos expedientes de produtos para a saúde sob o número de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 3.001 de 9 de novembro de 2017, publicada em DOU nº 217 de 13 de novembro de 2017, Seção 1, página 55 e em suplemento, página 29.

Onde se lê:

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA 1.03413-5

CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA PERIFÉRICA 25351.186500/2011-29

CATETER DE DILATAÇÃO POR BALÃO STERLING MONORAIL

FABRICANTE: BOSTON SCIENTIFIC CORPORATION - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

H74939031603010, H74939031604080, H74939031604010, H74939031606010, H74939031651580, H74939031652080, H74939031652010, H74939031653080, H74939031653010, H74939031654080, H74939031654010, H74939031701080, H74939031701580, H74939031702080, H74939031702010, H74939031703080, H74939031703010, H74939031704080, H74939031704010, H74939031706010, H74939031801080, H74939031801580, H74939031802080, H74939031802010, H74939031803080, H74939031803010, H74939031804080, H74939031804010, H74939031806010. H74939031454080, H74939031454010, H74939031501080, H74939031501580, H74939031502080, H74939031502010, H74939031503080, H74939031503010, H74939031504080, H74939031504010, H74939031506010, H74939031551580, H74939031552080, H74939031552010, H74939031553080, H74939031553010, H74939031554080, H74939031554010, H74939031601080, H74939031601580, H74939031602080, H74939031602010, H74939031603080. SterlingTM Monorail :H74939031302010, H74939031303010, H74939031304010, H74939031306010, H74939031352010, H74939031353010, H74939031354010, H74939031401080, H74939031401580, H74939031402080, H74939031402010, H74939031403080, H74939031403010, H74939031404080, H74939031404010, H74939031406010, H74939031451580, H74939031452080, H74939031452010, H74939031453080, H74939031453010.

CLASSE : IV 10341350627

8046 - MATERIAL - Inclusão/Alteração de fabricante em registro

Leia-se:

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA 1.03413-5

CATETER BALÃO PARA ANGIOPLASTIA PERIFÉRICA 25351.186500/2011-29

CATETER DE DILATAÇÃO POR BALÃO STERLING MONORAIL

FABRICANTE : BOSTON SCIENTIFIC CORPORATION - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

H74939031603010, H74939031604080, H74939031604010, H74939031606010, H74939031651580, H74939031652080, H74939031652010, H74939031653080, H74939031653010, H74939031654080, H74939031654010, H74939031701080, H74939031701580, H74939031702080, H74939031702010, H74939031703080, H74939031703010, H74939031704080, H74939031704010, H74939031706010, H74939031801080, H74939031801580, H74939031802080, H74939031802010, H74939031803080, H74939031803010, H74939031804080, H74939031804010, H74939031806010. H74939031454080, H74939031454010, H74939031501080, H74939031501580, H74939031502080, H74939031502010, H74939031503080, H74939031503010, H74939031504080, H74939031504010, H74939031506010, H74939031551580, H74939031552080, H74939031552010, H74939031553080, H74939031553010, H74939031554080, H74939031554010, H74939031601080, H74939031601580, H74939031602080, H74939031602010, H74939031603080. SterlingTM Monorail :H74939031302010, H74939031303010, H74939031304010, H74939031306010, H74939031352010, H74939031353010, H74939031354010, H74939031401080, H74939031401580, H74939031402080, H74939031402010, H74939031403080, H74939031403010, H74939031404080, H74939031404010, H74939031406010, H74939031451580, H74939031452080, H74939031452010, H74939031453080, H74939031453010.

CLASSE : IV 10341350627

8042 - MATERIAL - Alteração da apresentação comercial em registro

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 14, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Desabilita estabelecimentos de saúde para realização de procedimentos como Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia e como Centro de Referência de Alta Complexidade em Neurologia/Neurocirurgia e exclui a habilitação de estabelecimentos como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 756/SAS/MS, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta e define as Redes Estaduais e/ou Regionais de Assistência ao Paciente Neurológico na Alta Complexidade;

Considerando a Portaria 290/SAS/MS, de 16 de maio de 2008, que habilita os estabelecimentos Anexo desta Portaria como centros de referência de alta complexidade em neurologia;

Considerando a Portaria nº 646/SAS/MS, de 10 de novembro de 2008, que trata dos atributos dos procedimentos relacionados à neurocirurgia na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS e da habilitação dos estabelecimentos nas Redes de Assistência ao Paciente Neurológico;

Considerando a Portaria nº 90/SAS/MS, de 27 de março de 2009, que define as atribuições e as normas para credenciamento dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia;

Considerando o Anexo XXXIV, Capítulo IV, Título IV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia;

Considerando a reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação que subsidia o Ministério da Saúde na supervisão do Contrato de Gestão com a Rede Sarah, que ocorreu em 27 de setembro de 2017, e que houve a deliberação de desabilitar leitos de UTI e Serviços de Alta Complexidade para adequação do Plano de Trabalho Anual, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os estabelecimentos a seguir, da realização de procedimentos como Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia e como Centro de Referência de Alta Complexidade em Neurologia/Neurocirurgia com os seguintes códigos de serviço/classificação:

ESTABELECIMENTO	CNPJ	CNES	CÓDIGO DE SERVIÇO/CLASSIFICAÇÃO
Sarah Salvador	37.113.180/0011-08	2497751	105/001, 105/002, 105/003, 105/004, 105/005.
Centro de Neurorreabilitacao Sarah	37.113.180/0015-23	2373971	105/001, 105/002, 105/003, 105/004, 105/005, 105/106, 105/107 e 105/108.
Sarah São Luís	37.113.180/0008-02	2307006	105/001, 105/002, 105/003, 105/004, 105/005.
Sarah Belo Horizonte	37.113.180/0002-09	3004791	105/001, 105/002, 105/003, 105/004, 105/005.

Art. 2º Ficam excluídas as habilitações dos estabelecimentos a seguir descritos como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, código de habilitação 2501:

MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	CNPJ	SERVIÇO / CLASSIFICAÇÃO	
Salvador	2497751	Associação das Pioneiras Sociais/SARAH	37.113.180/0011-08	155/002	Serviço de Traumatologia Pediátrica (até 21 anos de idade)
São Luís	2307006	Associação das Pioneiras Sociais/SARAH	37.113.180/0008-02	155/001	Serviço de Traumatologia e Ortopedia
				155/002	Serviço de Traumatologia Pediátrica (até 21 anos de idade)
Belo Horizonte	3004791	Associação das Pioneiras Sociais/SARAH	37.113.180/0002-09	155/002	Serviço de Traumatologia Pediátrica (até 21 anos de idade)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 54, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Habilita o Hospital Memorial Guararapes - Recife (PE), como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em GAR - Tipo 2.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 889/SAS/MS, de 08 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos às Redes no SCNES;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui os princípios e diretrizes para a organização da Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco e define os critérios para a implantação e habilitação dos serviços de referência à Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco, incluída a Casa de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), em conformidade com a Rede Cegonha;

Considerando o Título I do Anexo II da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede Cegonha no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Plano de Ação Regional da Rede Cegonha do respectivo Estado, aprovado pela Resolução CIB/PE Nº1872, de 26 de março de 2012; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres - CGSMu/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de Saúde a seguir descrito como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em GAR - Tipo 2:

Município	Recife/PE
Estabelecimento de Saúde	Hospital Memorial Guararapes
CNES	2319454
Nível de Referência	Tipo 2
Código de Habilitação	14.14

Parágrafo único. A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, terão suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Esta Portaria tem efeito de atualização da habilitação a contar de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 79, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Habilita o Hospital Estadual de Sapopemba, no município de São Paulo - SP, como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em GAR - Tipo 2.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições;

Considerando a Portaria nº 889/SAS/MS, de 08 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos às Redes no SCNES;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui os princípios e diretrizes para a organização da Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco e define os critérios para a implantação e habilitação dos serviços de referência à Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco, incluída a Casa de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), em conformidade com a Rede Cegonha;

Considerando Anexo II, Título I da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede Cegonha no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Plano de Ação Regional da Rede Cegonha do respectivo Estado, aprovado pela Deliberação da CIB/SP n° 03, de 15 de fevereiro de 2014; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres - CGSMU/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir descrito como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em GAR - Tipo 2.

Nº Proposta SAIPS	17021
Município	São Paulo/SP
Estabelecimento de Saúde	Hospital Estadual de Sapopemba
CNES	2091585
Nível de Referência	Tipo 2
Código de Habilitação	14.14

Parágrafo único. A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas portarias, terão suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 93, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Fartura, com sede em Fartura (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 38/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.445616/2017-93, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Fartura, CNPJ nº 47.795.448/0001-02, com sede em Fartura (SP).

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 02 de abril de 2018 a 1º de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 94, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

Indefere a Adesão ao PROSUS da Irmandade de Misericórdia de Campinas, com sede em Campinas (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando o Parecer Técnico nº 2/2018-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.040059/2016-37, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Adesão ao PROSUS da Irmandade de Misericórdia de Campinas, CNPJ nº 46.045.290/0001-90, com sede em Campinas (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 99, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital de Caridade Brasilina Terra, com sede em Tupancireta (RS)

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 36/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.468632/2017-54, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade Brasilina Terra, CNPJ nº 98.314.099/0001-09, com sede em Tupancireta (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 06 de novembro de 2017 à 05 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 101, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Hospitalar Beneficente Maria Vitória, com sede em São Lourenço da Mata (PE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 49/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.019970/2017-66, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Hospitalar Beneficente Maria Vitória, CNPJ nº 09.107.623/0001-32, com sede em São Lourenço da Mata (PE).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 104, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de Sergipe, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado de Sergipe, por meio do Ofício nº 1077/17, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado de Sergipe, com base na Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite nº 211/2017, de 15 de dezembro de 2017.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de Sergipe fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	283.413.822,94
Fundos Municipais de Saúde	193.642.162,77
TOTAL	483.393.019,96

§2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 2ª (segunda) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 105, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Habilita o Hospital Estadual de Diadema - SP como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco - Tipo 2.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 889/SAS/MS, de 08 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos às Redes no SCNES;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui os princípios e diretrizes para a organização da Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco e define os critérios para a implantação e habilitação dos serviços de referência à Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco, incluída a Casa de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), em conformidade com a Rede Cegonha;

Considerando Anexo II, Título I - Rede Cegonha - da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Capítulo II do Título IV do Anexo II - classificação habilitação de leitos de Unidades Neonatal - da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.017/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, que aprova Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado do São Paulo e aloca recursos financeiros para sua implementação; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres - CGSMu/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir descrito como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco - Tipo 2 (Cod. Habilitação 14.14):

Município	Diadema/SP
Estabelecimento de Saúde	Hospital Estadual de Diadema
CNES	2084163
Nível de Referência	Tipo 2
Código da Habilitação	14.14

Parágrafo único. O Estabelecimento de Saúde está sujeito à avaliação, por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos mencionados nesta Portaria, poderá ter suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 106, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de São João Nepomuceno, com sede em São João Nepomuceno (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 200 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 17/2018-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.197102/2016-35, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de São João Nepomuceno, CNPJ nº 19.776.731/0001-51, com sede em São João Nepomuceno (MG).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.646/SAS/MS, de 20 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 210, de 1º de novembro de 2017, seção 1, página 58.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 107, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, com sede em Jundiaí (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 47/2018-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.488771/2017-02, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, CNPJ nº 50.944.198/0001-30, com sede em Jundiaí (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 108, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de Goiás, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado de Goiás, por meio do Ofício nº 013/17, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado de Goiás, com base nas Deliberações da Comissão Intergestores Bipartite nº 152, 153 , 159 e 160/2017, de 19 de dezembro de 2017.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de Goiás fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	86.842.123,38
Fundos Municipais de Saúde	1.103.195.204,15
TOTAL	1.232.249.537,97

§2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 2ª (segunda) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 111, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação - Associação Reabilitar, com sede em Teresina (PI).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 26/2018-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.186025/2016-98, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação - Associação Reabilitar, CNPJ nº 07.995.466/0001-13, com sede em Teresina (PI).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de agosto de 2017 a 13 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.315/SAS/MS, de 3 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 153, de10 de agosto de 2017, seção 1, página 56.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 112, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de Mato Grosso, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado do Mato Grosso, por meio do Oficio nº 15/2017, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado do Mato Grosso, com base na Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite nº 86, de 07 de dezembro de 2017.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Mato Grosso fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	R$ 175.201.976,70
Fundos Municipais de Saúde	R$ 446.393.156,88
TOTAL	R$ 632.884.348,71

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 2ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 113, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Paraná, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Comissão Intergestore Bipartite do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº 64/2017, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado do Paraná, com base nas Deliberações da Comissão Intergestores Bipartite nº 235 , de 25 de setembro de 2017, nº 324 e nº 325, de 20 de dezembro de 2017, nº 298 e nº 328, de 20 de dezembro de 2017.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Paraná fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	R$ 1.019.474.848,90
Fundos Municipais de Saúde	R$ 1.561.963.604,03
TOTAL	R$ 2.650.514.858,36

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 2ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Ref.: Processo n.º 25000.425789/2017-95
Interessado: DROGARIA ASFRO LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria GM/MS nº 111/2016, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA ASFRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.928.656/0001-20, localizada no Município de RIO DE JANEIRO/RJ, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.490613/2017-12
Interessado: HOMEOPATHICA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria GM/MS nº 111/2016, DEFERE o descredenciamento da empresa HOMEOPATHICA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.970.045/0001-42, localizada no Município de MONTENEGRO/RS, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

DESPACHOS DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Ref.: Processo n.º 25018.401142/2017-89
Interessado: DROGARIA BEM ESTAR LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº GM/MS 111/2016, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA BEM ESTAR LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.549.233/0001-40, localizada no Município de DOM CAVATI/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25004.400602/2017-19
Interessado: ROGERIO DIAS RODRIGUES - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria GM/MS nº 111/2016, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa ROGERIO DIAS RODRIGUES - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.984.632/0001-53, localizada no Município de ITAQUAQUECETUBA /SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25025.002279/2017-65
Interessado: RUDIMAR ADILIO DA SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº GM/MS 111/2016, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa RUDIMAR ADILIO DA SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.694.652/0001-12, localizada no Município de ERECHIM/RS, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25023.001206/2017-76
Interessado: ZENAIDE SIQUEIRA FIRMO - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº GM/MS 111/2016, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa ZENAIDE SIQUEIRA FIRMO - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.442.032/0001-40, localizada no Município de IVAIPORA/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.135228/2006-44
Interessado: FARMACIA ESPERANCA DIVINA LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº GM/MS 111/2016, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa FARMACIA ESPERANCA DIVINA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.624.211/0001-19, localizada no Município de FORTALEZA/CE, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.217233/2008-36
Interessado: DROGARIA 2 M FAJARDO LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria GM/MS nº 111/2016, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA 2 M FAJARDO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.116.335/0001-44, localizada no Município de SAO JOSE DO RIO PRETO/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25005.001125/2017-94
Interessado: DROGARIA ALEYNA LTDA - EPP
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº GM/MS 111/2016, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA ALEYNA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.190.578/0001-10, localizada no Município de TRINDADE /GO, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25005.000848/2017-76
Interessado: COUTO E SARAYVA MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria nº GM/MS 111/2016, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa COUTO E SARAYVA MEDICAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.269.745/0001-04, localizada no Município de APARECIDA DE GOIANIA /GO, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SGTES/MS nº 32, de 22 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro de 2018, Seção 1, páginas 21 a 24:
Onde se lê:

UF	MUNICÍPIO	CNPJ	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	CÓDIGO SIGRESIDÊNCIAS	PROTOCOLO CNRMS	BOLSAS APROVADAS
PR	MARINGA	02.464.418/0001-85	CENTRO UNIVERSITARIO DE MARINGA	GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	8792	2015-0240	2

Leia-se:

UF	MUNICÍPIO	CNPJ	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	CÓDIGO SIGRESIDÊNCIAS	PROTOCOLO CNRMS	BOLSAS APROVADAS
PR	MARINGA	02.464.418/0001-85	CENTRO UNIVERSITARIO DE MARINGA	GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	8792	2015-0240	0

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SGTES/MS nº 33, de 22 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro. Seção 1. páginas 24-25:
Onde se lê:

UF	MUNICÍPIO	CNPJ	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	CÓDIGO SIGRESIDÊNCIAS	PROTOCOLO CNRMS	BOLSAS APROVADAS
PB	CAMPINA GRANDE	08.778.268/0038-52	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE-SES	CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL	8963	2017-2445	3
PB	CAMPINA GRANDE	08.778.268/0038-52	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE-SES	CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL	8933	2017-2445	3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	VILHENA	05.706.023/0002-10	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDONIA	REABILITAÇÃO	8741	2017-2493	15
RO	VILHENA	05.706.023/0002-10	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDONIA	URGÊNCIA/TRAUMA	8747	2014-1773	5

Leia-se:

UF	MUNICÍPIO	CNPJ	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	CÓDIGO SIGRESIDÊNCIAS	PROTOCOLO CNRMS	BOLSAS APROVADAS
PB	CAMPINA GRANDE	08.778.268/0038-52	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE-SES	CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL	8963	2017-2445	2
PB	CAMPINA GRANDE	08.778.268/0038-52	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE-SES	CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL	8933	2017-2445	0
RO	VILHENA	05.706.023/0002-10	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDONIA	REABILITAÇÃO	8741	2017-2493	8
RO	VILHENA	05.706.023/0002-10	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDONIA	URGÊNCIA/TRAUMA	8747	2014-1773	0

PORTARIA Nº 42, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito a Portaria nº 28/SGTES/MS, de 11 de janeiro de 2018, publicada no DOU nº 9, de 12 de janeiro de 2018, seção 1, página 45.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

PORTARIA Nº 43, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Divulga o resultado dos recursos interpostos ao resultado publicado na Portaria SGTES/MS nº 33, de 22 de janeiro de 2018, nos termos do item 9 do Edital SGTES/MS nº 11, de 27 de novembro de 2017, para fins de concessão de bolsas para Programas de Residência em Área Profissional da Saúde em 2018

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. art.56, do Anexo I do Decreto º 8.901, de 10 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Divulgar, no anexo desta Portaria, o resultado dos recursos interpostos ao resultado da seleção do Edital SGTES/MS nº 11, de 27 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro de 2018, Seção 1, páginas 24 e 25, por meio da Portaria SGTES/MS nº 33, de 22 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	CNPJ	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	CÓDIGO SIGRESIDÊNCIAS	PROTOCOLO DO PROCESSO CNRMS	BOLSAS FINANCIADAS	DECISÃO
CE	FORTALEZA	NÃO CADASTRADO NO SIGRESIDÊNCIAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	ENFERMAGEM OBSTÉTRICA	NÃO CADASTRADO NO SIGRESIDÊNCIAS	2017-2535	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	NÃO CADASTRADO NO SIGRESIDÊNCIAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	MEDICINA VETERINÁRIA	NÃO CADASTRADO NO SIGRESIDÊNCIAS	2017-2537	0	INDEFERIDO
DF	BRASÍLIA	33.781.055/0009-92	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	SAÚDE COLETIVA	8662	2017-2499	0	INDEFERIDO
RN	NATAL	08.428.765/0001-39	LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CANCER	ATENÇÃO AO CÂNCER	9034	2017-2315	3	DEFERIDO
SP	CAMPINAS	46.068.425/0001-33	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAL	8879	2017-2500	2	DEFERIDO
TO	PALMAS	20.184.893/0001-80	FUNDACAO ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DE PALMAS	MEDICINA VETERINÁRIA	NÃO CADASTRADO NO SIGRESIDÊNCIAS	2017- 2379	0	INDEFERIDO
TO	PALMAS	20.184.893/0001-81	FUNDACAO ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DE PALMAS	RESIDÊNCIA UNIPROFISSIONAL EM CLÍNICA INTEGRADA EM ADULTOS	NÃO CADASTRADO NO SIGRESIDÊNCIAS	2017-2381	0	INDEFERIDO

PORTARIA Nº 44, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Divulga o resultado dos recursos interpostos ao resultado publicado na Portaria SGTES/MS nº 32, de 22 de janeiro de 2018, nos termos do item 9 do Edital SGTES/MS nº 10, de 27 de novembro de 2017, para fins de concessão de bolsas para Programas de Residência Médica em 2018

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. art.56, do Anexo I do Decreto º 8.901, de 10 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Divulgar, no anexo desta Portaria, o resultado dos recursos interpostos ao resultado da seleção do Edital SGTES/MS nº 10, de 27 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro de 2018, Seção 1, páginas 21 a 24, por meio da Portaria SGTES/MS nº 32, de 22 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	CNPJ	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	CÓDIGO SIGRESIDÊNCIAS	PROTOCOLO DO PROCESSO CNRMS	BOLSAS FINANCIADAS	DECISÃO
CE	FORTALEZA	00.655.250/0001-60	FUNDACAO CEN DE EST E APER DO HOSP GER DE FORTALEZA	OTORRINOLARINGOLOGIA	9050	2017-0172	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	00.655.250/0001-61	FUNDACAO CEN DE EST E APER DO HOSP GER DE FORTALEZA	RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM	9053	2017-1412	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	00.655.250/0001-62	FUNDACAO CEN DE EST E APER DO HOSP GER DE FORTALEZA	CLINICA MEDICA	9049	2016-1270	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	00.655.250/0001-63	FUNDACAO CEN DE EST E APER DO HOSP GER DE FORTALEZA	NEUROLOGIA	9051	2017-1370	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	00.655.250/0001-64	FUNDACAO CEN DE EST E APER DO HOSP GER DE FORTALEZA	OFTALMOLOGIA	9052	2017-1409	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	00.655.250/0001-65	FUNDACAO CEN DE EST E APER DO HOSP GER DE FORTALEZA	CIRURGIA GERAL	9055	2017-1379	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	00.655.250/0001-66	FUNDACAO CEN DE EST E APER DO HOSP GER DE FORTALEZA	PEDIATRIA	9048	2016-0910	0	INDEFERIDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	FORTALEZA	00.655.250/0001-67	FUNDACAO CEN DE EST E APER DO HOSP GER DE FORTALEZA	CLINICA MEDICA	9056	2017-1373	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	07.835.044/0001-80	INSTITUTO DR JOSE FROTA	MEDICINA DE EMERGENCIA	8735	2016-1164	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	73.695.868/0001-27	ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DO CEARA	CIRURGIA GERAL	8954	2015-1470	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	73.695.868/0001-28	ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DO CEARA	GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	8935	2015-1529	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	73.695.868/0001-29	ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DO CEARA	PSIQUIATRIA	8938	2017-1432	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	73.695.868/0001-30	ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DO CEARA	MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	8952	2015-1149	0	INDEFERIDO
CE	FORTALEZA	73.695.868/0001-31	ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DO CEARA	MEDICINA DE EMERGENCIA	8961	2015-1490	0	INDEFERIDO
MG	MURIAE	22.780.498/0001-95	CASA DE CARIDADE DE MURIAE - HOSPITAL SAO PAULO	CLINICA MEDICA	9092	2015-1185	0	INDEFERIDO
MS	CAMPO GRANDE	03.272.689/0001-00	ASSOCIACAO DE AMPARO A MATERNIDADE E A INFANCIA	GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	8840	2017-0673	0	INDEFERIDO
MT	SINOP	15.024.003/0001-32	MUNICIPIO DE SINOP	MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	8696	2016-0149	0	INDEFERIDO
PR	CURITIBA	76.416.866/0050-28	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	9000	2017-1299	0	INDEFERIDO
PR	CURITIBA	76.416.866/0050-28	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	NEONATOLOGIA	9032	2017-1357	0	INDEFERIDO
PR	LONDRINA	07.194.341/0001-94	HOFTALON CENTRO DE ESTUDO E PESQUISA DA VISAO	OFTALMOLOGIA	8794	2017-0556	0	INDEFERIDO
PR	PONTA GROSSA	76.416.866/0046-41	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	NEUROLOGIA	8653	2015-0312	0	INDEFERIDO
PR	PONTA GROSSA	76.416.866/0046-42	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	OTORRINOLARINGOLOGIA	8937	2017-0501	0	INDEFERIDO
PR	UMUARAMA	05.866.492/0001-16	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SAUDE DO NOROESTE DO PARANA	CIRURGIA GERAL	8693	2015-1773	0	INDEFERIDO
PR	UMUARAMA	05.866.492/0001-16	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SAUDE DO NOROESTE DO PARANA	CLINICA MEDICA	9035	2017-0232	0	INDEFERIDO
RN	NATAL	08.428.765/0001-39	LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CANCER	PATOLOGIA	9023	2015-1516	0	INDEFERIDO
SP	ADAMANTINA	03.061.303/0001-02	CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA - UNIFAI	MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	8798	2017-1246	0	INDEFERIDO
TO	PALMAS	11.320.420/0001-71	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	OFTALMOLOGIA	8910	2017-1506	0	INDEFERIDO
TO	PALMAS	11.320.420/0001-71	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	PSIQUIATRIA	8914	2016-1030	0	INDEFERIDO
TO	PALMAS	11.320.420/0001-72	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	PATOLOGIA	8913	2017-1007	0	INDEFERIDO

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 20, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.024333/2017-10, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, da licença de funcionamento à pessoa jurídica CAMORIM INSPEÇÃO VEICULAR EIRELI - ME, CNPJ nº 27.985.232/0001-00, situada no Município de Rio de Janeiro- RJ, Estrada dos Bandeirantes, nº 7574, Lote 5 Pal 19916 Quadra C, Jacarepaguá, CEP: 22.780-084 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 22, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.126741/2016-24, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, licença de funcionamento à pessoa jurídica AFD INSPEÇÕES VEICULARES EIRELI - ME, CNPJ nº 24.525.716/0001-70, situada no Município de Curitiba - PR, Rua Doutor Libanio Estanislau Cardoso, nº 226, Cidade Industrial, CEP: 81.460-065 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.803, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000828/2002-52. Interessado: Elétrica Jacuí S.A. Objeto: Revoga a autorização, objeto da Resolução nº 69, de 6 de fevereiro de 2002, outorgada à empresa Elétrica Jacuí S.A., por meio da Resolução Autorizativa nº 163, de 25 de abril de 2005, para implantar a central geradora termelétrica denominada Jacuí, com 350.200 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Charqueadas, Estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.805, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006325/2000-92. Interessado: Vicunha Rayon Ltda. Objeto: Revoga a Resolução nº 478/2000, que autoriza a Interessada, sob o regime de Autoprodução de Energia, a implantar e explorar a UTE CTE Fibra, localizada no município de Americana, estado da São Paulo. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.806, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001040/2004-99. Interessado: Hidrelétrica Embaúba S.A Objeto: Revoga a Resolução nº 3.395/2012, que autoriza a Interessada, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, a implantar e explorar a PCH Embaúba, localizada no município de Jaciara, estado de Mato Grosso. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.807, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001041/2004-51. Interessado: Hidrelétrica Cambará S.A Objeto: Revoga a Resolução nº 3.394/2012, que autoriza a Interessada, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, a implantar e explorar a PCH Cambará, localizada no município de Jaciara, estado de Mato Grosso. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.809, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005437/2001-61. Interessado: Ematex Industrial e Comercial Têxtil Ltda. Objeto: Extinção da concessão referente à PCH João de Deus, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MG.001252-1.01, localizada no município de Bom Despacho, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.810, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000298/2007-75. Interessados: Baguari Energia S.A. e Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, em favor de Baguari Energia S.A. e Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., integrantes do Consórcio UHE Baguari, áreas necessárias à operação da UHE Baguari, cadastrada sob o CEG UHE.PH.MG.029453-5.01. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.822, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006507/2017-19. Interessada: BJL SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área com faixa de 60 metros de largura necessária à passagem da Linha de Transmissão Bom Jesus da Lapa II - Gentio do Ouro II, com tensão

nominal de operação de 500kV, Circuito Simples, 260 km de extensão, início na instalação Bom Jesus da Lapa II e término na instalação Gentio do Ouro II, localizada nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Boquira, Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Ipupiara, Gentio do Ouro, estado da Bahia. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.813, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006478/2017-95. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, a área de terra necessária à ampliação da Subestação Maniçoba 13,8 kV, localizada no município de Juazeiro, estado da Bahia. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.815, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004516/2017-75. Interessada: Usina de Energia Eólica Jangada S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Transmissão Rede Coletora EOL Jangada, circuito duplo, 34,5 kV, 13,29 km de extensão de rede aérea e 6,82 km de rede subterrânea, 10 metros de largura, interligando a barra dos aerogeradores à Subestação Cutia, localizada no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.816, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004668/2017-78. Interessada: Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel-GT. Objeto: declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Transmissão EOL São Miguel II, com tensão nominal de operação de 34,5 kV, circuito duplo, 15 km de extensão, 10 metros de largura, interligando a instalação Cutia ao Aerogerador SMII-03, no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.818, DE 23 JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006196/2017-98. Interessada: Interligação Elétrica Itaúnas S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Transmissão Viana 2 - João Neiva 2, com tensão nominal de operação de 345 kV, primeiro circuito, circuito simples, 77 km de extensão, 48 metros de largura, interligando a instalação Viana 2 à instalação João Neiva 2, localizada nos municípios de Viana, Cariacica, Santa Leopoldina, Fundão, Ibiraçu, João Neiva, estado do Espírito Santo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.819, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006197/2017-32. Interessada: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.. Objeto: declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Distribuição 138 kV Canarana RB - Canarana EMT. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.820, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006220/2017-99. Interessada: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para instituir servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição Coxipó - Barro Duro, com tensão nominal de operação de 138 kV, trecho em circuito simples e em circuito duplo, 9,32 km extensão, faixa de servidão de 6 m de largura para o trecho de 1,89 km de extensão e de 15 m para os 7,43 km restantes, interligando a instalação SE Coxipó à instalação SE Barro Duro, localizada no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.821, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006230/2017-24. Interessada: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para instituir servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição SE Dourados Industrial - SE Coamo, com tensão nominal de operação de 138kV, circuito simples, 9,58 km de extensão, faixa de servidão de 6m de largura em perímetro urbano (2,17 km) e de 18m em perímetro rural (7,41 km), localizada no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.824, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001937/2017-44. Interessada: Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. Objeto: (i) alterar o Anexo da Resolução Autorizativa nº 6.298, de 18 de abril de 2017, que declara de utilidade pública,, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Itabira 5 500/230 kV - 1500 MVA. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.366, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.0006495/2017-22. Interessados: Permissionárias de Distribuição, Consumidores e Agentes do Setor. Objeto: Homologa os postos tarifários das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 150, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002436/2017-85, decide por conhecer das Representações interpostas pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP e pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA, ambas em face do Comunicado Relevante nº 3, de 7 de dezembro de 2017, editado pela Comissão Especial de Licitação - CEL no âmbito do Leilão de Transmissão nº 2/2017-ANEEL, para declarar extinto os processos, sem julgamento do mérito, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, em face da perda de objeto.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 151, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004697/2016-59, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Thyssenkrupp - Companhia Siderúrgica do Atlântico - CSA, para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE calcule o ressarcimento associado ao contrato celebrado no Leilão ANEEL de 2006 referente à Usina Termelétrica Do Atlântico, desde a data de entrada em operação comercial da usina, com base na indisponibilidade apurada de acordo com a média móvel de 60 meses, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão do Despacho nº 2.671, de 5 de outubro de 2016.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 152, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000162/2015-28, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE, contra o Auto de Infração nº 28/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa e advertência, em decorrência de falhas na prestação de serviço adequado quanto à qualidade do atendimento comercial, conforme a Resolução Normativa nº 414, de 2010, e outros normativos e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para acatar o juízo de reconsideração elaborado pela SFE e alterar a multa para R$ 752.242,56 (setecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), a serem recolhidos conforme a legislação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 153, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004238/2015-94, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte, contra o Auto de Infração nº 29/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa e advertência, em decorrência do não cumprimento aos prazos de atendimento às recomendações constantes dos Relatórios de Análise de Perturbação, no Sistema de Transmissão de Corrente Contínua e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a advertência e a multa de R$ 407.132,96 (quatrocentos e sete mil, cento e trinta e dois reais e noventa e seis centavos), a serem recolhidos conforme a legislação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 154, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002484/2015-10, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética do Piauí - Cepisa, contra o Auto de Infração nº 47/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa e advertência, por descumprimento a dispositivos legais, regulamentos, Contrato de Concessão e normas técnicas, referentes à qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica e, no mérito, negar-lhe provimento, para, de ofício, alterar a multa, em decorrência de correção de erro material no cálculo da dosimetria, para R$ 1.215.170,98 (um milhão, duzentos e quinze mil, cento e setenta reais e noventa e oito centavos), a serem recolhidos conforme a legislação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 155, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004982/2012-46, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba contra o Auto de Infração nº 1.004/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, por descumprimento às regras de contabilização do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para, diante do juízo de reconsideração e da aplicação de fator atenuante coerente com Processo análogo, reduzir a multa para R$ 1.970.264,40 (um milhão, novecentos e setenta mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos), a ser recolhido conforme a legislação

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 157, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002309/2016-03, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Elektro Eletricidade e Serviços S.A., contra o Auto de Infração nº 12, de 2015, lavrado pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo - ARSESP, que aplicou multa e advertência, pelo descumprimento ao Plano de Manutenção de Redes de 2014, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para alterar a multa para R$ 1.554.468,92 (um milhão, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos), decorrente do agrupamento das infrações cometidas e do ajuste na dosimetria das penalidades.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO N° 158, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005818/2016-80, decide pelo não conhecimento do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética do Piauí - CEPISA em face do Despacho nº 318/2017, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, relativo à cobrança das perdas máximas atribuídas aos reatores do sistema de iluminação pública da Prefeitura de Teresina, pela ausência de interesse de agir e perda superveniente de objeto, consoante o disposto nos incisos VII e VIII do art. 43 da Resolução Normativa no 273, de 10 de julho de 2007.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 161, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.003814/2013-14, 48500.001446/2013-70, 48500.001468/2013-30, 48500.002427/2013-61, 48500.003904/2013-13, 48500.003900/2013-27, 48500.001471/2013-53, 48500.001470/2013-17 e 48500.001440/2013-01, decide conhecer do Requerimento Administrativo, interposto pelas Centrais Eólicas Abil S.A., Centrais Eólicas Acácia S.A., Centrais Eólicas Angico S.A., Centrais Eólicas Folha da Serra S.A., Centrais Eólicas Jabuticaba S.A., Centrais Eólicas Jacarandá do Cerrado S.A., Centrais Eólicas Taboquinha S.A., Centrais Eólicas Tábua S.A. e Centrais Eólicas Vaqueta S.A., para, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 163, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000142/2016-38, decide conhecer dos Requerimentos Administrativos interpostos pela Associação Brasileira de Energia Limpa - Abragel, pela Central Elétrica Anhanguera S.A., pela Hidrelétrica Malagone S.A. e pela Santa Helena Energia S.A., em recuperação judicial, e, no mérito, negar-lhes provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 165, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005942/2017-26, decide conhecer do Requerimento Administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Energética Fazenda Velha S.A., e, no mérito, (i) afastar a aplicação do § 4º-A do art. 10 da Resolução Normativa nº 552, de 14 de outubro de 2002, no que tange aos débitos da Interessada acumulados no MCP referentes à medida judicial liminar relativa ao Ajuste do MRE (GSF), extinta em razão da repactuação do risco hidrológico; (ii) autorizar a cobrança dos débitos em até 6 parcelas, a partir da liquidação do mês de referência janeiro de 2018, em parcelas iguais e sucessivas, com a atualização do saldo devedor pelo IGP-M e juros de 1% ao mês, pro rata-die, podendo ser utilizados eventuais créditos no MCP para acelerar a amortização da dívida, e (iii) declarar prejudicado o pedido de medida cautelar em face do julgamento do mérito.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

DESPACHO Nº 209, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 4.722, de 12 de setembro de 2017, considerando o que consta do Processo nº 48500.003818/2017-26, decide pela habilitação da seguinte proponente vencedora do Leilão nº 05/2017-ANEEL (A-6 de 2017), sem prejuízo da análise dos documentos de habilitação das demais vencedoras do certame:

Proponente Vencedora	CNPJ	Empreendimento	Tipo
Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	26.136.557/0001-48	Delta 5 I	EOL
		Delta 5 IV	EOL
		Delta 5 V	EOL
		Delta 5 X	EOL

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Superintendente Adjunta

DESPACHO Nº 208, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/atosdodia.

Despacho nº 208/2018 Processo nº 48500.003740/2017- 40. Decisão: I - Indeferir o pleito de suspensão da operação comercial da UTE São Borja. Usina: UTE São Borja. Unidade Geradora: UG1 com potência instalada de 12.500 kW. Localização: Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Superintendente Adjunta

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 204, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 48500.000292/2018-11. Interessado: Usina Cerradão Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Cerradão 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.AI.MG.038336-8.01, com 40.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Frutal, no estado de Minas Gerais. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 27 de Janeiro de 2018.

Nº 206 Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessados: Central Geradora Hidrelétrica Dona Amélia Ltda. Usina: CGH Dona Amélia. Unidades Geradoras: UG1, de 160 kW de capacidade instalada, para fins de contabilização de sua energia, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Tangará, estado de Santa Catarina.

Nº 207 Processo nº 48500.004376/2014-93. Interessados: Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A. Usina: União dos Ventos 13. Unidades Geradoras: UG4 e UG7, de 2.100 kW cada, totalizando 4.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Pedra Grande, estado do Rio Grande do Norte.

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO N° 134, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 48500.004385/2017-26 Interessados: Copel e Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR. Decisão: Dar provimento à reclamação da Prefeitura. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 211, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000946/2015-56, decide conhecer e, no mérito, dar parcial provimento ao requerimento administrativo formulado pela Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AME GT de modo a: (i) autorizar a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a ressarcir à AME GT os custos com a operação em teste das unidades geradoras das usinas termelétricas UTE São José (código CEG UTE.PE.AM.028922-1.01), UTE Iranduba (código CEG UTE.PE.AM.030274-0.01 e UTE Flores (código CEG UTE.PE.AM.029192-7.01) referentes: (i.i) ao montante líquido de energia entregue ao Sistema Interligado Nacional - SIN valorado à diferença entre o Custo Variável Unitário - CVU da respectiva usina termelétrica e o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD em cada período de comercialização; (i.ii) aos custos fixos no período entre o início de operação em teste e a efetiva entrada em operação comercial das unidades geradoras das usinas termelétricas, proporcionalmente à quantidade de dias desse interstício; e (i.iii) aos custos operacionais para gerir os contratos objeto da Portaria MME nº 179/2016, no montante de R$ 2.452.614,64 a serem considerados na data base de dezembro de 2017; (ii) determinar que os valores de CVU a que se refere o subitem (i.i) correspondem àqueles constantes dos Despachos SRG nº 151, de 17/01/2017, nº 523, de 20/02/2017, e nº 1.919, de 3/07/2017, a serem considerados a partir do início da operação teste das unidades geradoras; (iii) definir que o valor do ressarcimento autorizado no item (i) deverá ser apurado pela CCEE via Mecanismo Auxiliar de Cálculo com atualização monetária e inserido no resultado da contabilização do primeiro mês subsequente à publicação deste despacho; (iv) estabelecer que o pagamento ao ressarcimento autorizado no item (i) deverá se dar pelo critério de rateio entre os agentes pagadores idêntico ao do Encargo de Serviços do Sistema - ESS por restrição de operação a ser alocado no SIN; e (v) negar o ressarcimento dos custos com Encargos de Uso do Sistema de Distribuição - EUSD das referidas Usinas Termelétricas.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 201, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Processos nº 48500.000455/2018-58. Interessados: Vendedores do 19º Leilão de Energia Nova - LEN, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia Elétrica, atribua valor ao acrônimo ENF_DTQ, para as usinas vencedoras do 19º LEN, cujo 1º quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2017, em razão da rescisão contratual no âmbito do MCSD A4+. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

DESPACHO Nº 202, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Processos nº 48500.000220/2017-85. Interessados: Vendedores do 17º Leilão de Energia Nova - LEN, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia Elétrica, atribua valor ao acrônimo ENF_DTQ, para as usinas vencedoras do 17º LEN, cujo 1º quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2017, em razão da rescisão contratual no âmbito do MCSD A4+. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

DESPACHO Nº 203, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Processos nº 48500.000468/2018-27. Interessados: Vendedores do 15º Leilão de Energia Nova - LEN, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia Elétrica, atribua valor ao acrônimo ENF_DTQ, para as usinas vencedoras do 15º LEN, cujo 1º quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2017, em razão da rescisão contratual no âmbito do MCSD A4+. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 52, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014971/2012-27, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da RAÍZEN ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.070.508/0125-08, com capacidade de produção de 350 m³/dia de etanol hidratado e 80 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda da Serra, área 1, Zona Rural, Ibaté - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 309, de 18/03/2013, publicada no DOU de 19/03/2013, retificada no DOU de 11/04/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO Nº 108, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.200125/2018-13, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA
AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 04.272.637/0001-98	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0047-93
AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 04.272.637/0001-98	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0016-97
AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0016-97
AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0050-99
AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 04.272.637/0001-98	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0050-99
AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 04.272.637/0001-98	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0009-68
AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0009-68
AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 04.272.637/0001-98	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0020-73
STOLTHAVEN SANTOS LTDA. 51.979.359/0001-93	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0020-73
AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0020-73
AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 04.272.637/0001-98	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0053-31
AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0053-31
AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 04.272.637/0001-98	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0012-63
AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0012-63
AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 04.272.637/0001-98	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0178-75
AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0178-75
AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0047-93
STOLTHAVEN SANTOS LTDA. 51.979.359/0001-93	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0009-68
STOLTHAVEN SANTOS LTDA. 51.979.359/0001-93	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0047-93
STOLTHAVEN SANTOS LTDA. 51.979.359/0001-93	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0053-31
STOLTHAVEN SANTOS LTDA. 51.979.359/0001-93	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0016-97
CPA ARMAZÉNS GERAIS LTDA. 03.836.990/0003-52	IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. 33.337.122/0101-90
T. LIQ LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA. 19.924.788/0001-50	STOCK DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA. 14.546.191/0001-04
PETRÓLEO SABBÁ S.A. 04.169.215/0036-11	PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0324-89
COPAPE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. 01.428.174/0002-01	ASTER PETROLEO LTDA. 02.377.759/0016-08
ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0020-73	RUFF C.J. DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA. 00.756.149/0015-09
ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0016-97	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0307-88
ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0049-55	IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. 33.337.122/00098-50
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0040-00	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. 33.337.122/0145-00
RM PETRÓLEO S.A. 04.414.127/0001-08	REDEPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 03.980.754/0002-24
TEQUIMAR - TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S.A. 14.688.220/0017-21	DISLUB COMBUSTÍVEIS LTDA. 41.080.722/0010-71

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO Nº 111, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base no Inciso II do Art. 8º da Resolução ANP n° 52, de 29 de setembro de 2011 e, tendo em vista o constante do Processo ANP n° 48610.000648/2012-76, considerando a incorporação da sociedade BG E&P Brasil Ltda. pela sociedade Shell Brasil Petróleo Ltda. e a sua posterior extinção, resolve:

Revogar a autorização ANP nº 149, de 02 de abril de 2012, em nome da empresa BG E&P Brasil Ltda. para a atividade de comercialização de gás natural e cancelar o respectivo registro de agente vendedor nº 03.33.06.02681185.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 49, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.013803/2017-29, autoriza a filial da empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ n.º 33.337.122/0108-66, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 50, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 18 de junho de 2009 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.009897/2016-51, autoriza a empresa SIGLA-OIL INDÚSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP, CNPJ n.º 14.993.396/0001-20, a exercer a atividade de produtor de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial.

Fica revogada a Autorização ANP nº 283, publicada no Diário Oficial da União em 26/07/2014.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 51, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 18 de junho de 2009 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.009897/2016-51, autoriza a empresa SIGLA-OIL INDÚSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP, CNPJ n.º 14.993.396/0001-20, a operar a base de armazenamento de produtor de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial na RUA ANTONIO PAINI, 16, ZONA NORTE, DISTRITO INDUSTRIAL, PEDERNEIRAS/SP, CEP: 17.280-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:20:30.400; -46:33:18,40 (SIRGAS 2000)].

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 109, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.200221/2018-61, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA
MAXSUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 00.326.969/0001-57	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0108-66
COPAPE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. 01.428.174/0002-01	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 01.966.325/0001-96
CPA ARMAZÉNS GERAIS LTDA. 03.836.990/0003-52	GP DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A 03.609.381/0007-94
GRANEL QUÍMICA LTDA. 44.983.435/0010-60	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0149-01
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A. 33.461.567/0007-00	76 OIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A. 11.989.750/0001-54

CEZAR CARAM ISSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 110, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 25 de maio de 2010, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.200221/2018-61, torna pública a homologação dos contratos de carregamento a seguir.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP

CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA
PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	ATLÂNTICA PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. 05.552.292/0003-50

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 112, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MG0184813	AUTO POSTO HALLAS LTDA	13.028.476/0001-82	48610.000365/2018-10
PR/MG0184796	AUTO POSTO VEREDAS LTDA - ME	27.852.447/0001-45	48610.015231/2017-12
PR/PB0184793	BARROS COMERCIO DE COMBUSTIVEL E CONVENIENCIA LTDA	21.943.778/0001-04	48610.013040/2017-16
PR/PA0184775	COIMBRA COMBUSTIVEIS EIRELI	29.025.763/0001-79	48610.013955/2017-21
PR/RS0184814	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS JT LTDA - ME	28.648.631/0001-30	48610.000437/2018-29
PR/PB0184791	COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS E POUSADA NOSSA SENHORA DE LOURDES EIRELI - ME	28.390.650/0001-00	48610.000360/2018-97
PR/MS0184792	ECO POSTO PARK DO IMBIRUSSU LTDA	17.217.435/0001-95	48610.013554/2017-71
PR/MA0184797	FONSECA & VALE LTDA - ME	24.103.580/0001-00	48610.000449/2018-53
PR/GO0184777	GONCALVES E MARQUES DERIVADO DE PETROLEO LIMITADA - ME	28.454.427/0001-89	48610.000358/2018-18
PR/RS0184811	JHENIFFER APARECIDA SAUGO - ME	26.669.907/0002-12	48610.000364/2018-75
PR/SP0184776	JOSE OTAVIO CORREA - ME	07.053.560/0001-53	48610.015018/2017-19
PR/RJ0184812	POSTO DE COMBUSTIVEIS NATIVIDADE LTDA	26.601.991/0001-51	48610.015197/2017-86
PR/RS0184794	POSTO DO BATISTA LTDA	04.145.398/0002-96	48610.000440/2018-42
PR/CE0184778	POSTO ICARAI COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI - ME	28.091.631/0001-82	48610.000359/2018-62
PR/MG0184795	POSTO MALOCA EIRELI - EPP	21.564.984/0002-94	48610.014609/2017-61

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 113, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SC0243739	ADELBERTO KNECHT	28.235.813/0001-80	48610.013004/2017-52
GLP/MG0243740	ALEXANDRE HENRIQUE MAYRINK PAVAO 08327234609	28.736.405/0001-01	48610.000212/2018-72
GLP/SP0243741	BNO COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME	27.712.296/0001-20	48610.015392/2017-14
GLP/SC0243742	CARMELINDA LUIZ DE SOUZA 57878102953	28.105.024/0001-24	48610.010663/2017-37
GLP/SP0243743	CWF COMÉRCIO DE GAS LTDA EPP	16.384.815/0001-51	48610.010829/2014-72
GLP/PA0243744	DANIELLY SUZANE BARROS DA SILVA 83139800282	26.535.702/0001-63	48610.014242/2017-85
GLP/BA0243745	EDERVAN FERREIRA GONCALVES ME	28.771.824/0001-84	48610.015311/2017-78
GLP/SP0243746	ELIANE CRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA 27689196837	28.877.707/0001-08	48610.015340/2017-30
GLP/PR0243747	ELISON DANIEL DA SILVA 06916883979	29.185.461/0001-68	48610.000083/2018-12
GLP/ES0243748	GABRIELLY SEPULCRO SANTOS BOONE 17020724795	27.883.128/0001-05	48610.015279/2017-21
GLP/RS0243749	GIRARDI COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME	13.360.907/0001-03	48610.012953/2017-15
GLP/PR0243750	J. DA CRUZ ARAUJO & CIA LTDA - ME	23.824.194/0002-26	48610.000058/2018-39
GLP/GO0243751	LUIZ CASSIO SILVA MORAIS COMERCIO VAREJISTA DE GLP - ME	28.725.150/0001-81	48610.000087/2018-09
GLP/MG0243752	MARIA DILMA FERNANDES GONCALVES 85010413604	28.321.030/0001-19	48610.015105/2017-68
GLP/SP0243753	MARIA HELENA DE CARVALHO ARAUJO EIRELI EPP	28.113.415/0001-90	48610.015282/2017-44
GLP/SC0243754	ORLANDO VIEIRA 02515174973	28.728.727/0001-09	48610.013751/2017-91
GLP/RS0243755	PAULO EVANDRO FANTINEL BOTONI - ME	01.224.466/0002-14	48610.011947/2017-41
GLP/SP0243756	SUELI DE FREITAS RIBEIRO - ME	28.806.814/0001-37	48610.013978/2017-36
GLP/RS0243757	SUPERMERCADO DE CARLI LTDA - ME	89.791.669/0001-52	48610.013210/2017-62
GLP/GO0243758	VALERIO EDUARDO DE PAULA 90241312191	28.260.899/0001-09	48610.015310/2017-23
GLP/PB0243759	WALISON BELMIRO DOS SANTOS 10821261444	29.120.496/0001-19	48610.015082/2017-91

CEZAR CARAM ISSA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho ANP nº 89, de 18 de janeiro de 2018, disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao/, e no seu resumo publicado no D.O.U. em 19/01/2018, Seção 1, página 62:

Onde se lê:

CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA
ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0049-55	IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. 33.337.122/00098-50

Leia-se:

CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA
ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0049-55	IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. 33.337.122/00098-50
ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0049-55	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0190-32

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 18/2018-SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho publicado(256)
868.127/2005-CLÁUDIO DA SILVA SIMIÃO-Nos termos do PARECER Nº 247/2016/CAM/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU (fls.911/916), e DESPACHO (fls.917), de aprovação do Senhor Procurador-Chefe da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pela interessada, no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO e determino a remessa de cópia dos autos ao MPF, tendo em vista a presença de indicios que apontam, em tese, para a possibilidade de prática de infração(ões) crimina(is).

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR GERAL
RELAÇÃO Nº 19/2018-SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.691/2014-JAZIDA ECKERT LTDA-ARARANGUÁ/SC - Guia n° 03/2018-480.000Toneladas/ano-AREIA- Validade:18/12/2018
850.150/2017-AZUL MINERAÇÃO EIRELI EPP-MARABÁ/PA - Guia n° 05/2018-120.000Toneladas/ano-MINÉRIO DE MANGANÊS- Validade:20/09/2018
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
873.193/2006-BP BRAZIL PROJECTS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP
873.194/2006-BP BRAZIL PROJECTS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP
873.196/2006-BP BRAZIL PROJECTS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
832.214/1987-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-ANDRADAS/MG, POÇOS DE CALDAS/MG - Guia n° 04/2018-30.000Toneladas/ano-ROCHA POTTÁSSICA- Validade:17/08/2021
815.410/2009-VENEZIA MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE FERRO VELHO LTDA-NOVA VENEZA/SC - Guia n° 01/2018-100.000Toneladas/ano-CASCALHO- Validade:19/05/2020
815.549/2010-MINERAÇÃO SANTA BARBARA LTDA ME-COCAL DO SUL/SC, MORRO DA FUMAÇA/SC - Guia n° 02/2018-48.000Toneladas/ano-ARGILA INDUSTRIAL- Validade:31/01/2019

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 5/2018

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 901.234/2016.
Notificado nº: CARBOMIL QUÍMICA S.A
CNPJ/CPF: 07.645.062/0001-08.
NFLDP nº: 327/2016 - DNPM/CE.
Valor: R$ 24.334,91.
Processo de Cobrança nº: 901.235/2016.
Notificado nº: CARBOMIL QUÍMICA S.A
CNPJ/CPF: 07.645.062/0001-08.
NFLDP nº: 326/2016 - DNPM/CE.
Valor: R$ 206,14.
Processo de Cobrança nº: 901.236/2016.
Notificado nº: CARBOMIL QUÍMICA S.A
CNPJ/CPF: 07.645.062/0001-08.
NFLDP nº: 330/2016 - DNPM/CE.
Valor: R$ 350.998,40.
Processo de Cobrança nº: 901.237/2016.
Notificado nº: CARBOMIL QUÍMICA S.A
CNPJ/CPF: 07.645.062/0001-08.
NFLDP nº: 328/2016 - DNPM/CE.
Valor: R$ 159.963,39.
Processo de Cobrança nº: 901.238/2016.
Notificado nº: CARBOMIL QUÍMICA S.A
CNPJ/CPF: 07.645.062/0001-08.
NFLDP nº: 329/2016 - DNPM/CE.
Valor: R$ 540,26.
Processo de Cobrança nº: 901.239/2016.
Notificado nº: CARBOMIL QUÍMICA S.A
CNPJ/CPF: 07.645.062/0001-08.
NFLDP nº: 331/2016 - DNPM/CE.
Valor: R$ 4.099.776,94.

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 7/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.152/1989-MINERAÇÃO FÁTIMA LTDA.-OF. N°2.430/2017-DNPM/ES
896.203/2015-INDUSTRIA DE LAJOTAS SANTA RITA LTDA ME-OF. N°0020/2018-DNPM/ES
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.656/1994-BRAMINEX BRASILEIRA DE MÁRMORE EXPORTAÇÃO S A.
896.092/1995-BRAMINEX BRASILEIRA DE MÁRMORE EXPORTAÇÃO S A.
896.506/1998-SANTA CLARA MINERAÇÃO S.A.
896.277/2000-ROLAND FEIERTAG
896.780/2007-ELIS JOSÉ DE SOUSA
896.783/2007-ELIS JOSÉ DE SOUSA
896.784/2007-ELIS JOSÉ DE SOUSA
896.785/2007-ELIS JOSÉ DE SOUSA
896.125/2008-ELIS JOSÉ DE SOUSA
896.126/2008-ELIS JOSÉ DE SOUSA
896.303/2008-EM7 GRANITOS LTDA ME
896.548/2008-KLINGER DE RESENDE DUTRA
896.287/2011-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA
896.579/2011-CONSTRUTORA PREMOCIL LTDA.
896.645/2012-TELE AREIA LTDA
896.510/2013-PROMINING PARTICIPACOES LTDA
896.630/2013-LEIDE MONTEIRO BASTOS ME
896.043/2014-RTS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME
896.125/2014-O. R. RINALDI NETO ME
896.173/2014-LEIDE MONTEIRO BASTOS ME
896.193/2014-MMM MEGA MINA MINERAÇÃO LTDA ME
896.251/2014-LEIDE MONTEIRO BASTOS ME
896.261/2014-LEIDE MONTEIRO BASTOS ME
896.374/2014-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA
896.408/2014-GRANEX DO BRASIL LTDA ME
896.422/2014-ANTÔNIO SÉRGIO VEIGA ALVES
896.466/2014-TERRO MINERAÇÃO LTDA ME
896.487/2014-THORGRAN GRANITOS LTDA
896.494/2014-FERNANDO SEWALD BONATO
896.520/2014-NÁLIM EL ASSAL QUEIROZ
896.533/2014-NÁLIM EL ASSAL QUEIROZ
896.534/2014-NÁLIM EL ASSAL QUEIROZ
896.542/2014-DELTA MINERAÇÃO LTDA
896.544/2014-DANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
896.598/2014-POLIEX ACABAMENTOS ESPECIAIS LTDA
896.011/2015-TRANSPORTES ANDORINHA LTDA
896.077/2015-CONSTRUTORA PREMOCIL LTDA.
896.110/2015-THORGRAN GRANITOS LTDA
896.187/2015-LOCATRAN TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA
896.195/2015-PBA SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA.
896.198/2015-DORKING BRASIL LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
896.178/1999-MINERAÇÃO CAMPINHO LTDA.-ME-OF. N°0043/2018-DNPM/ES
896.446/2007-PEDRAS DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°0053/2017-DNPM/ES
896.629/2009-TRACOMAL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES MACHADO LTDA.-OF. N°0047/2018-DNPM/ES
896.297/2012-DJ GRANITOS EIRELI ME-OF. N°0052/2018-DNPM/ES
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
896.537/1999-M.B. DE SOUZA ME-ITAPEMIRIM/ES - Guia n° 0003/2018-50.000t/ano-AREIA- Validade:12/01/2024
896.077/2000-TERRA LATINA COMÉRCIO EXTERIOR EIRELI EPP.-BAIXO GUANDU/ES - Guia n° 0001/2018-16.000t/ano-GRANITO- Validade:09/01/2024
896.256/2002-CERÂMICA MARILÂNDIA LTDA EPP-COLATINA/ES - Guia n° 0049/2017-12.000t/ano-ARGILA- Validade:22/12/2023
896.914/2007-MAPORÃ IND. E COM. VAR. DE MAT. DE CONSTR. LTDA EPP-ITAPEMIRIM/ES - Guia n° 0002/2018-50.000t/ano-AREIA- Validade:10/01/2024
Determina arquivamento do Auto de Infração(807)
896.455/1998-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA- AI N°014/2010 e 015/2010-DNPM/ES
896.456/1998-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA- AI N°190/2010-DNPM/ES
Aceita defesa apresentada(809)
896.256/2002-CERÂMICA MARILÂNDIA LTDA EPP
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
896.914/2007-MAPORÃ IND. E COM. VAR. DE MAT. DE CONSTR. LTDA EPP- Guia de Utilização N°0073/2011
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.277/2009-MINERAÇÃO VG LTDA ME-OF. N°2.385/2017-DNPM/ES
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
896.074/2010-CERAMICA CEMIL LTDA -AI N°274/2017-DNPM/ES
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
896.074/2010-CERAMICA CEMIL LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
896.402/2001-GRANVIERI GRANITOS VIEIRA LTDA-AI N°748/2014 até 750/2014 e 407/2016-DNPM/ES
Fase de Disponibilidade
Nega provimento a defesa apresentada.(1847)
890.279/1989-EUZÉBIO VENTURIM

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 16/2018

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
896.362/2000-SERRARIA DE MARMORE E GRANITO MIMOSO LTDA-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.361/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
896.443/2003-MINERAÇÃO ITA BRANCA LTDA-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.373/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
896.385/2004-MINERAÇÃO UNIÃO LTDA. ME-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.349/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
896.847/2007-MICRON ITA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MINERAIS LTDA-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.357/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
896.555/2011-MINERAÇÃO UNIÃO LTDA. ME-Cumunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.350/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
896.577/2014-MINERAÇÃO FARDIN & DE PRA LTDA. ME-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.351/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
896.070/2015-JULIETA B. DUTRA EXTRAÇÃO DE MINERAIS-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.353/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
Fase de Concessão de Lavra
Despacho publicado(508)
007.941/1944-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.344/2017-DNPM/ES. Prazo de 10 dias para manifestação.
002.725/1951-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.345/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
002.726/1951-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.346/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
002.727/1951-ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S A-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.347/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
008.786/1956-MINERAÇÃO CLAROS DIAS LTDA.-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.348/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
007.461/1957-MOCAL MOAGEIRA DE MINÉRIOS CACHOEIRO LTDA.-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.352/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
007.387/1958-MINERAÇÃO ESPIRÍTO SANTO LTDA EPP-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.354/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
003.342/1960-REMEN MINERACAO LTDA ME-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.356/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
006.127/1962-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.358/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
000.726/1963-MARMORES DO BRASIL LTDA-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.359/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
001.736/1963-INDUSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.360/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
000.941/1964-VALE S A-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.362/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
001.692/1964-ALTO LIBERDADE MÁRMORE E GRANITOS LTDA EPP-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.363/2017-DNPM/ES. Prazo de 10 dias para manifestação.
002.303/1964-TERRAZZO GRANITI DO BRASIL EIRELI ME-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.364/2017-DNPM/ES. Prazo de 10 dias para manifestação.
004.063/1965-EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTA CLARA LTDA-Comunico reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.365/2017-DNPM/ES. Prazo de 10 dias para manifestação.
008.348/1966-MARBRASA MÁRMORES E GRANITOS DO BRASIL LTDA-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.366/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
009.960/1966-INDUSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.367/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
010.181/1967-VALE S A-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.368/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
010.440/1967-MINERAÇÃO JACARANDÁ LTDA-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 54/2018-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
010.956/1967-ITAMÁRMORE EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA. ME-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.370/2017-DNPM/ES. Prazo de 10 dias para manifestação.
011.513/1967-GRANIEX COMERCIAL LTDA-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.371/2017-DNPM/ES. Prazo de 10 dias para manifestação.
011.514/1967-MINERAÇÃO SÃO SALVADOR LTDA ME-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.372/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.
896.210/2000-MICRON ITA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MINERAIS LTDA-Comunica reestudo de áreas - Projeto Itaoca - Ofício 2.355/2017-DNPM/ES. Prazo de 30 dias para manifestação.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 8/2018

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
860.062/2010-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.-OF. N°1314/2017/DTM-GO-DOU de 12/12/2017

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 6/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
850.458/2012-D´GOLD PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- AI N°405/2016

CARLOS BOTELHO DA COSTA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 7/2018

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.497/2017-MAGMA GEOLOGIA LTDA ME
850.533/2017-DERCILIO FRANCHINI
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
850.171/2017-OZEIAS LUIZ PEREIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.914/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.329/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.915/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.329/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.921/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.329/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.922/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.329/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.955/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.329/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.984/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.329/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.988/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.329/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.995/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.329/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.996/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.329/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.128/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°1.331/2017 - Superintendência do DNPM/PA
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
851.002/2016-CHESTHER GOMES PEDRO
851.003/2016-CHESTHER GOMES PEDRO
851.004/2016-CHESTHER GOMES PEDRO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.404/2017-RUI MAIBERG PEREIRA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
850.630/2009-FREDERICO ROCHA PEREIRA
850.826/2009-FREDERICO ROCHA PEREIRA
850.493/2010-FREDERICO ROCHA PEREIRA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.625/2016-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON-Cessionário:JAD MINERADORA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO E METAIS LTDA ME.- CPF ou CNPJ 03.217.485/0001-68- Alvará n°13.256/2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

850.626/2016-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON-Cessionário:JAD MINERADORA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO E METAIS LTDA ME- CPF ou CNPJ 03.217.485/0001-68- Alvará n°13.257/2016

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

850.036/2016-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP -Alvará N°7.951/2016

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

850.620/2007-JARI PRODUTOS E MATERIAIS DE MINERAÇÃO S.A.-AI N°601/2018

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Indefere Requerimento de PLG(335)

850.866/2014-COOPERATIVA MINERADORA DOS GARIMPEIROS DE ARIQUEMES

850.332/2015-RODOLFO SOUSA DE CRUZ

850.789/2015-MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA SILVA

850.376/2016-FRANCISCA PINHEIRO

850.574/2016-BARBARA ANDRESSA FERREIRA

850.635/2016-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA

850.727/2016-ANDRÉ DOS SANTOS

850.281/2017-GERSON VIEIRA DA SILVA

850.282/2017-GERSON VIEIRA DA SILVA

850.283/2017-GERSON VIEIRA DA SILVA

850.630/2017-FRANCISCO ARNALDO RODRIGUES DA COSTA

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

850.242/2017-COOMIGAPA COOPERATIVA DOS MINERADORES GARIMPEIROS DO PARA - PLG N°13/2018 de 22/01/2018 - Prazo 05 anos

851.254/2017-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO - PLG N°06/2018 de 23/01/2018 - Prazo 05 anos

851.255/2017-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO - PLG N°07/2018 de 23/01/2018 - Prazo 05 anos

851.256/2017-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO - PLG N°08/2018 de 23/01/2018 - Prazo 05 anos

851.257/2017-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO - PLG N°09/2018 de 23/01/2018 - Prazo 05 anos

851.258/2017-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO - PLG N°10/2018 de 23/01/2018 - Prazo 05 anos

851.259/2017-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO - PLG N°11/2018 de 23/01/2018 - Prazo 05 anos

851.260/2017-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO - PLG N°12/2018 de 23/01/2018 - Prazo 05 anos

Não conhece o recurso interposto(1837)

853.630/1995-Interposto porAlcenir Paes Pereira

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

850.290/2003-TRANSPORTES MAGALHÃES LTDA-OF. N°383/2018 - Superintendência do DNPM/PA

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

854.855/1996-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A-Alvará n° 6.451/2008 - Cessionário: DBENS ADMINISTRADORA DE BENS E ATIVOS LTDA- CNPJ 10.528.755/0001-17

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)

850.779/2017-M ROCHA OLIVEIRA MINERAIS ME-Licenciamento N°04/2018 - Prazo: 05 ano(s)

851.098/2017-MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE VIEIRA LTDA ME-Licenciamento N°02/2018 - Prazo: 04 ano(s)

851.099/2017-ADALBERTO MENDES LIMA-Licenciamento N°03/2018 - Prazo: 04 ano(s)

Homologa desistência do requerimento de licenciamento(783)

850.402/2015-MANOEL SOUZA DE AQUINO-ME

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

851.178/2017-JACIR GALLAS-OF. N°3.325/2017 - Superintendência do DNPM/PA

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)

850.531/2017-MANOEL ALVES DA SILVA & CIA LTDA ME

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

851.654/2013-SUELMAR HERENIO MARTINS

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)

851.046/2005-NIPPON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CERÂMICA LTDA- Licenciamento N°:06/2006 - Prorrogado por 02 ano(s)

851.385/2012-H. M. Q. DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES ME- Licenciamento N°:25/2013 - Prorrogado por 01 ano(s)

850.054/2014-LADISLAU DA SILVA- Licenciamento N°:35/2014 - Prorrogado por 04 ano(s)

850.958/2014-CERÂMICA SANTA TEREZINHA LTDA-Licenciamento N°:742/2016 - Prorrogado por 02 ano(s)

850.658/2015-M ROCHA OLIVEIRA MINERAIS ME-Licenciamento N°:20/2016 - Prorrogado por 03 ano(s)

Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de licenciamento(750)

851.354/2013-CARLOS REINALDO BARRROS BEGOT

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 5/2018

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

Amg Artefatos de Cimento LTDA. - 890104/17

Areal Paquequer Ltda - 890011/17

Areal Rio do Saco Ltda - 890010/17

Bruno Lopes Antunes - 890139/17

Cadal Agropecuaria Ltda me - 890469/15

Campos & Campos Extração de Areia Ltda me - 890016/17

E.s Pelozo Materiais de Construção e Empreiteira me - 890144/17

Empreendimentos Imobiliarios Sitios e Chacaras Terra Nova Eireli me - 890089/17

Fabio Souza da Rocha - 890533/15

Felisberto Lopes Martins - 890326/16

Guilherme Gomes Freire - 890623/14, 890265/16

j. Paiva Extração Mineral me - 890771/13

José Eduardo Vieira Coelho - 890016/13

Laterita Mineração LTDA. - 890352/16, 890353/16, 890117/16

Luiz Otávio Santos Gonçalves - 890393/16

M.E.P.G. Visconti Agropecuaria me - 890452/16

Mário José Zuzarte Bravo - 890008/17

Martins & Nogueira Indústria de Cerâmica Ltda me - 890363/16

Romar 2005 Extração de Areia Ltda me - 890151/16

Silveira Mineração e Comércio Ltda me - 890422/16

Sugareia Extração de Areia Eirele me - 890417/16

Teasa Extração de Minerais Eireli me - 890357/16

Tr4 Terraplanagem Ltda - 890123/13

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 8/2018

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

815.029/2002-ANTÔNIO SARTORI NETO-OF. N°308/2018

815.269/2016-CONSBRITA LTDA EPP-OF. N°307/2018

Não conhece o recurso interposto(1837)

815.430/2011-Interposto porMINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)

000.631/1936-CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA-SILTITO

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

815.056/1989-REVESTICAL EXTRAÇÃO E COMERCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°310/2018

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

815.056/1989-REVESTICAL EXTRAÇÃO E COMERCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°309/2018

815.332/1992-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-OF. N°300/2018

815.378/1993-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-OF. N°300/2018

815.424/1993-PISOFORTE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°301/2018

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

815.539/2007-BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-OF. N°305/2018

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1694)

815.726/2014-CERAMICA GASPARRINI GIROLETTI LTDA EPP- AI Nº025/2018 E 026/2018

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

815.233/1998-PAVIMENTADORA E CONST. FALCHETTI LTDA-OF. N°302/2018

815.065/2013-PAVIMENTADORA E CONST. FALCHETTI LTDA-OF. N°302/2018

Fase de Requerimento de Lavra

Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(811)

815.002/2009-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME -AI N°603/2017

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.160, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 06/12/2017, e na reunião extraordinária realizada em 20/12/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 06/12/2017, e na reunião extraordinária realizada em 20/12/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.107737/2017-99
Proponente: Associação Educacional, Esportiva e Social do Brasil
Título: Montes Claros Vôlei
Registro: 02MG148302015
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 20.767.192/0001-73
Cidade: Montes Claros UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 481.602,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3209 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 38306-6
Período de Captação até: 31/12/2018
2 - Processo: 58000.112068/2017-77
Proponente: Confederação Brasileira de Canoagem
Título: Fomento Canoagem Velocidade
Registro: 02PR040202009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 92.893.155/0001-12
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 3.586.674,24
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1622 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 19809-9
Período de Captação até: 31/12/2018
3 - Processo: 58000.109366/2017-80
Proponente: Confederação Brasileira de Golfe
Título: Faldo Series South América Championship
Registro: 02SP015792007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 30.280.382/0001-15
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 212.400,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: x Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 49409-7
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58000.012053/2016-29
Proponente: Instituto Superar
Título: Pulsar
Valor autorizado para captação: R$ 2.106.657,09
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2909 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 47988-8
Período de Captação até: 31/12/2018
2 - Processo: 58000.004992/2016-08
Proponente: Liga Nacional de Futsal - Liga
Título: Liga Futsal Arbitragem 2016
Valor autorizado para captação: R$ 1.300.078,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7065 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 7458-6
Período de Captação até: 31/12/2018
3 - Processo: 58701.002850/2015-10
Proponente: Sociedade Pro Amiga Cariri
Título: Projeto SPAC Educação
Valor autorizado para captação: R$ 366.254,89
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0094 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 53251-7
Período de Captação até: 31/12/2018

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS

PORTARIA Nº 768, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Disciplina o afastamento de servidores da carreira de Analista de Planejamento e Orçamento - APO lotados na Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SEPLAN para participar em programas de pós-graduação stricto sensu de longa duração, no País ou no exterior, no primeiro e segundo semestres de 2018.

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência estabelecida no art. 45, XI, do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017 e nos arts. 3º, III, e 4º, VI, da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e observado o disposto nos arts. 95 e 96-A, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, resolve:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria disciplina o afastamento de servidores da carreira de Analista de Planejamento e Orçamento - APO, lotados na Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SEPLAN, com a respectiva remuneração, para participar de programas presenciais de pós-graduação stricto sensu no País ou equivalente no exterior no primeiro e segundo semestres de 2018.

§1º São consideradas atividades acadêmicas, integrantes de programa de pós-graduação stricto sensu no País ou equivalente no exterior: cursos, disciplinas, pesquisas, intercâmbios, estágios acadêmicos e redação de trabalho final, dissertação ou tese, que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

§2º A autorização para o afastamento, de que trata o caput, ficará condicionada à comprovação de que a participação no respectivo programa não poderá ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horários;

§3º O período de afastamento poderá ser superior a 12 (doze) meses, mas não excederá a 48 (quarenta e oito) meses.

Art. 2º A SEPLAN será o órgão responsável por conduzir o processo seletivo para a autorização de afastamento no primeiro e no segundo semestres de 2018, de que trata o art. 1º.

§1º O processo seletivo referido no caput ofertará o seguinte número de vagas:

I - 2 (duas) vagas para Mestrado, sendo 1 (uma) vaga para o primeiro semestre e 1 (uma) vaga para o segundo semestre de 2018; e

II - 2 (duas) vagas para Doutorado, sendo 1 (uma) vaga para o primeiro semestre e 1 (uma) vaga para o segundo semestre de 2018.

§2º Os interessados deverão encaminhar requerimento específico à SEPLAN, contendo:

I - exposição de motivos, com até 3 (três) páginas, demonstrando:

a) a compatibilidade do programa de pós-graduação e, quando for o caso, das atividades de pesquisa a serem desenvolvidas, com as competências da SEPLAN, definidas no Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, bem como análise da relevância do tema para a sua atuação profissional; e

b) a razão pela qual a participação em programa de pós-graduação stricto sensu não pode ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

II - período de início e fim do afastamento pleiteado;

III - no caso de servidores que não estejam em exercício no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a anuência prévia do Secretário-Executivo do órgão em que o servidor estiver em exercício, ou da autoridade máxima da entidade, incluindo-se as Agências Reguladoras, ou autoridade a quem tenha sido delegada a respectiva competência;

IV - anteprojeto de trabalho final, dissertação ou tese a ser desenvolvido, com até 15 (quinze) páginas, de acordo com os itens 4.2 e 5 da NBR 14724, contendo obrigatoriamente:

a) título;
b) sumário;
c) introdução;
d) objetivos (geral e específicos);
e) justificativa;
f) referencial teórico;
g) metodologia;
h) cronograma das atividades previstas, abrangendo o período para conclusão dos créditos ou disciplinas e para a elaboração e defesa de trabalho final, dissertação ou tese, bem como demonstração da compatibilidade do cronograma com o período de afastamento; e
i) referências bibliográficas.

V - conceito do programa pretendido de acordo com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no caso de programa no País, e classificação ou conceito internacionalmente aceito, no caso de programa no exterior;

VI - termo de compromisso e responsabilidade, conforme modelo definido pela SEPLAN, devidamente preenchido e assinado;

VII - currículo atualizado, extraído na Plataforma Lattes; e

VIII - extratos do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - SIGEPE, contendo informações sobre afastamentos e licenças usufruídas até o momento;

IX - formulário de solicitação de concessão de afastamento para programa de pós-graduação stricto sensu, disponível no Portal do Planejamento.

§3º Nos casos de solicitação de afastamento para redação de trabalho final, dissertação ou tese, o interessado deverá apresentar, ademais das informações requeridas nos incisos I a IX, a declaração de conclusão dos créditos emitida pela instituição promotora.

§4º O interessado deve solicitar o afastamento ao Órgão Supervisor da Carreira nos seguintes prazos:

I - até 23 de fevereiro de 2018, para afastamento do primeiro semestre de 2018; e

II - até 1º de junho de 2018, para afastamento do segundo semestre de 2018.

§5º As solicitações de afastamento recebidas e não autorizadas até a data de publicação desta Portaria poderão ser adequadas com vistas ao atendimento aos requisitos previstos nesta Portaria.

Art. 3º Observado o disposto no art. 1º, poderá pleitear afastamento o servidor que:

I - tenha cumprido o período mínimo de efetivo exercício na carreira, de 3 (três) anos para mestrado, e 4 (quatro) anos para doutorado, incluindo-se o período de estágio probatório, e que não tenha se afastado por licença para tratar de interesses particulares, para gozo de licença capacitação ou para participar de programa de pós-graduação stricto sensu nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação do afastamento;

II - não estiver suspenso de suas funções por força de medida disciplinar.

Art. 4º O afastamento dar-se-á pelos prazos máximos a seguir, vedada a prorrogação:

I - até 24 (vinte e quatro) meses, no caso de mestrado; e

II - até 48 (quarenta e oito) meses, no caso de doutorado.

Parágrafo único. Nos casos de afastamentos concedidos para prazos inferiores aos estabelecidos nos incisos do caput deste artigo, poderá ser concedida prorrogação de prazo, desde que a solicitação com a devida justificativa seja efetuada no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do término da concessão inicial, juntamente com documento fornecido pela instituição de ensino onde se realizam as atividades acadêmicas do programa, comprovando a necessidade do pleito, observados os prazos máximos fixados.

Art. 5º O afastamento somente será concedido:

I - para participação em programas de pós-graduação no exterior cuja qualidade seja atestada por meio de classificações internacionais ou conceitos divulgados por publicações especializadas; ou

II - para participação em programas de pós-graduação stricto sensu no País que tenham obtido, na última avaliação, pelo menos o conceito 5 (cinco) na escala de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

§1º Para fins de verificação das informações relativas aos programas referidos no inciso I, a SEPLAN poderá consultar a CAPES ou outra instituição pública.

§2º O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão poderá firmar Termo de Execução Descentralizada com a CAPES ou com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ para análise da qualidade dos programas referidos no inciso I.

§3º Não serão considerados programas de pós-graduação stricto sensu no País que estejam em fase de instrução de seus processos de reconhecimento junto ao Conselho Nacional de Educação - CNE, mesmo que suas propostas já tenham sido aprovadas pela CAPES.

§4º O afastamento será concedido para desenvolvimento de pesquisa em temas compatíveis com as competências da SEPLAN definidas no Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, sendo priorizadas as áreas de interesse de que trata o Art. 6º, constantes nesta Portaria.

Art. 6º Para fins desta Portaria, são consideradas áreas de interesse da SEPLAN:

I - Planejamento fiscal de médio prazo / Estrutura Orçamentária de Médio Prazo (MTEF);

II - Instrumentos e metodologias de planejamento governamental, monitoramento e avaliação;

III - Avaliação de programas/políticas públicas com foco na melhoria da qualidade do gasto público e eficiência alocativa;

IV - Política macroeconômica e fiscal;

V - Riscos fiscais, contratação de despesas de caráter continuado e restos a pagar;

VI - Avaliação de gastos tributários, subsídios e subvenções;

VII - Reformas em marcos regulatórios;

VIII - Políticas públicas para melhoria do ambiente de negócios no Brasil;

IX - Concessões e Parcerias Público-Privadas;

X - Investimento e financiamento em infraestrutura.

Art. 7º A Coordenação de Apoio Técnico e Gestão Interna da SEPLAN verificará a adequada instrução dos processos e encaminhará para análise da Comissão de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - CGP/SEPLAN apenas os considerados aptos à participação no processo seletivo, observado o disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão poderá firmar Termo de Execução Descentralizada com a CAPES ou com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ para análise da qualidade dos anteprojetos de pesquisa apresentados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 8º A CGP/SEPLAN apresentará ao titular da SEPLAN, em até 10 (dez) dias a partir da data de recebimento dos processos, parecer com o resultado final da análise.

§1º Os critérios a serem analisados no processo seletivo previsto no art. 2º se encontram no Anexo a esta Portaria.

§2º Os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 70 (setenta) por cento dos pontos possíveis no bloco referente ao anteprojeto de pesquisa serão automaticamente desclassificados.

Art. 9º Caberá à SEPLAN autorizar, homologar e divulgar o resultado final do processo seletivo.

Parágrafo único. A SEPLAN divulgará a classificação no processo seletivo aos interessados, por correio eletrônico e por meio de sua página na rede mundial de computadores, em até dois dias úteis após a manifestação da CGP/SEPLAN.

Art. 10. Os candidatos terão o prazo de 5 (cinco) dias para a interposição de recurso administrativo, contado a partir da divulgação oficial da classificação no processo seletivo.

§1º O recurso administrativo deverá ser decidido pela SEPLAN, ouvida a CGP/SEPLAN, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento dos autos.

§2º Os prazos relativos a este artigo começam a correr a partir da data da divulgação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Art. 11. Em situação excepcional, caso o servidor, ao longo do afastamento, necessite alterar o tema de seu trabalho final, dissertação ou tese, desde que obedecidos os critérios estabelecidos para o processo seletivo do qual participou, deverá informar o novo tema à SEPLAN, justificando a necessidade da mudança, para fins de registro e controle.

Art. 12. A autorização de afastamento para participar em programas de pós-graduação de longa duração será concedida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e implicará a alteração de exercício do servidor para a SEPLAN.

Parágrafo único. O servidor deverá retornar às atividades no primeiro dia útil após o término do prazo, apresentando-se para exercício na SEPLAN.

Art. 13. São deveres do servidor autorizado a se afastar:

I - apresentar à SEPLAN, anualmente, relatório de avanço;

II - dedicar-se exclusivamente ao programa e às atividades acadêmicas previstas em seu âmbito, ficando vedado seu envolvimento em quaisquer outras atividades, salvo na hipótese de acumulação lícita de cargos;

III - apresentar à SEPLAN, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o fim do prazo do afastamento, os seguintes documentos:

a) histórico escolar ou documentação equivalente;

b) diploma, certificado de conclusão de curso ou documento equivalente; e

c) arquivo eletrônico em formato não editável de resumo executivo e do trabalho final, dissertação, tese ou equivalente, conforme o caso.

IV - participar de atividades de disseminação dos conhecimentos adquiridos no programa promovidas pela SEPLAN ou pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP;

V - cumprir outras obrigações estabelecidas pela SEPLAN, relativas ao acompanhamento durante o afastamento e à disseminação de conhecimentos adquiridos no curso; e

VI - permanecer no exercício de suas funções após o retorno, por período, no mínimo, igual ao do afastamento.

Art. 14. Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria antes de cumprido o período de permanência após a conclusão do programa, previsto no § 4º do art. 96 A da Lei nº 8.112, de 1990, deverá ressarcir ao erário os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento e o valor da remuneração percebida durante o período de afastamento, proporcionalmente ao tempo que reste para completar o referido período, conforme definido nos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 15 O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP não arcará com o pagamento de qualquer custo eventualmente incorrido pelo servidor para participar de programa de pós-graduação, no País ou no exterior, objeto do afastamento concedido.

Art. 16. Fica facultado à CGP/SEPLAN, em ato discricionário, sugerir ao Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos, o remanejamento de vagas do primeiro para o segundo semestre, caso não seja feito o devido preenchimento durante o processo seletivo, sem transposição de vagas entre mestrado e doutorado;

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela SEPLAN.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI

ANEXO

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO APLICADOS AO PROCESSO SELETIVO PARA AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DE LONGA DURAÇÃO NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018

Os candidatos serão classificados por meio de uma escala de 0 a 20 pontos divididos em dois blocos, referentes à trajetória profissional (peso 4) e ao projeto de pesquisa (peso 6), de acordo com a equação abaixo:

NF = (TP.4 + PP.6)/10

Onde:

NF = nota final

TP = trajetória profissional, em uma escala de 0 a 20 pontos

PP = projeto de pesquisa, em uma escala de 0 a 20 pontos

Bloco 1: Trajetória profissional

TP = TE / (1 + TA)

Onde:

TP = trajetória profissional, em uma escala de 0 a 20 pontos

TE = tempo de efetivo exercício na carreira (em anos)

TA = tempo de afastamentos anteriores da carreira para capacitação (em anos) e

TP menor ou igual a 20

Bloco 2: Anteprojeto de Pesquisa

PP = A + B + C +D

Média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da CGP/SEPLAN a cada quesito do anteprojeto de pesquisa, onde:

A = Tema, em uma escala de 0 a 6 pontos

B = Problema de pesquisa, em uma escala de 0 a 2 pontos

C = Objetivos, em uma escala de 0 a 4 pontos

D = Justificativa, em uma escala de 0 a 8 pontos

CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA ÚLTIMA VAGA

1º - não ter se afastado anteriormente para programa de pós-graduação de longa duração

2º - maior pontuação na avaliação do anteprojeto de pesquisa

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE ANTEPROJETO DE PESQUISA

NOTA	PARÂMETRO
0,0	Não atende minimamente ao esperado.
0,5	Atende precariamente ao esperado, sendo necessárias mudanças estruturais.
1,0	Atende parcialmente ao esperado e há espaço para melhorias consideráveis.
1,5	Atende parcialmente ao esperado e há espaço para melhorias pontuais.
2,0	Atende plenamente ao esperado.

FICHA DE ANÁLISE DE ANTEPROJETO DE PESQUISA									
ITEM A SER AVALIADO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO					TOTAL	Justifique, se pontuação atribuída ao item menor ou igual a 1,00
Tema (6,0)	O tema abordado é relevante e atual?							
	O tema pode ser classificado dentre as áreas de interesse estabelecidas nesta Portaria?							
	O tema é relevante para a atuação profissional do proponente?							
Problema de pesquisa (2,0)	O problema de pesquisa reflete a importância de investigar esse assunto para a administração pública federal?							
Objetivos (4,0)	O objetivo geral está formulado de forma clara e é condizente com o problema de pesquisa?							
	Os objetivos específicos estão definidos claramente e contribuem para o alcance do objetivo geral?							
Justificativa (8,0)	Apresenta a relevância teórica e prática da pesquisa?							
	Descreve a pertinência e a relevância da pesquisa em relação à política governamental abordada pelo anteprojeto?							
	Descreve claramente as contribuições que o estudo trará para o aperfeiçoamento da administração pública federal?							
	Descreve claramente as contribuições que o estudo trará para o aperfeiçoamento da atuação profissional do candidato na administração pública federal?							
TOTAL GERAL DE PONTUAÇÃO								

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

PORTARIA Nº 81, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PIAUÍ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Artigo 2.º, inciso III, alínea "b" da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no D.O.U nº 123, de 30 de junho de 2010, com fundamento no Artigo 64 e § 3º art. 79 do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, c/c inciso II, do art. 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e alínea "b", do Inciso I, do art. 2.º, da Portaria n.º 144, de 9 de julho de 2001 e demais elementos que integram o Processo nº 04911.001992/2016-46, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de uso gratuita à 7ª SR - CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, do imóvel urbano com área de terreno de 3.559,00m². e benfeitorias com área de 2.976,15m², avaliado em R$ 9.411,281,10 (nove milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e oitenta e um reais e dez centavos), situado na Avenida Maranhão, 1022, Centro, Teresina-PI, RIP utilização 1219.00065.500-6, cujo perímetro da poligonal do terreno a ser cedido assim se descreve: terreno com forma irregular medindo pela frente, na Av. Maranhão, 62,55m; lado direito ou Norte, 51,87m, com a Rua Tiradentes; lado esquerdo ou Sul, 55,90m, com proprietário desconhecido, ao fundo ou Leste, 63,56m, confrontando com a Sra. Antônia Lemos, perfazendo uma área total de 3.559,00m², diferindo da área de Registro de Imóvel que totaliza apenas 2.693,70m², Município de Teresina, Estado do Piauí, com características e confrontações constantes no processo nº 04911.001992/2016-46, bem como na matrícula nº 6247, Livro de Registro Geral nº 2Q, folhas 86, do Cartório do 4º Ofício da Comarca de Teresina PI.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º, destina-se implantação da nova sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, no município de Teresina, cuja competência é a de desenvolver parte das atividades finalísticas do Órgão.

Art. 3º A 7.ª SR - CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA - UNIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, fica obrigada a:

I- Fiscalizar e zelar para que sejam mantidas a destinação e o interesse público, o uso e a integridade física do imóvel mencionado no artigo 1º;

II - Consultar e obedecer às exigências estabelecidas pelo órgão ambiental competente para licenciar;

III - Permitir fiscalização periódica da SPU/PI;

IV- Manter no imóvel cedido, em local visível, placa de publicidade, de acordo como os termos da Portaria SPU n.º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 4º Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no Art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º O prazo de cessão será de vinte anos, a contar da data da assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALINNE CASTELO BRANCO GIBSON

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 74, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e haja vista a competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2018, na conformidade dos anexos I, II, III e IV, a proposta orçamentária do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.

Art. 2º Determinar aos Dirigentes Máximos da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e Lei de Acesso à Informação, seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da execução orçamentária ora aprovada.

Art. 3º A disponibilização das informações deverá ser apresentada, preferencialmente, por programa de trabalho em perspectiva comparativa com as metas físico-financeiras estimadas.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

HELTON YOMURA

ANEXO I - RECEITA
ÓRGÃO: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10000000	RECEITAS CORRENTES	526.204.217,58
12000000	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	379.634.290,69
12100000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	379.634.290,69
12104401	CONTRIBUIÇÃO SESCOOP	379.634.290,69
12104402	ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO	-
13000000	RECEITAS PATRIMONIAIS	51.973.082,30
13100000	RECEITAS IMOBILIARIAS	120.000,00
13110001	ALUGUÉIS	120.000,00
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	51.853.082,30
13210001	JUROS DE TITULOS DE RENDA	51.853.082,30
13900000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-
13900001	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-
16000000	RECEITAS DE SERVIÇOS	1.411.207,00
16001601	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.243.707,00
16001901	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	-
16002001	SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANALISE DE PROJETOS	-
16002201	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	-
16009901	OUTRAS RECEITAS DE SERVIÇOS	167.500,00
17000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.691,00
17300000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
17300001	TRANSFERÊNCIAS REGULAMENTARES	-
17300002	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
17300003	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-
17600000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11.691,00
17610001	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS COM A UNIÃO E ENTIDADES	-
17620001	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS, DF E SUAS ENTIDADES	-

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
17630001	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	-
17640001	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	11.691,00
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	93.173.946,59
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	-
19190001	MULTAS E JUROS DE MORA	-
19200000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-
19210901	OUTRAS INDENIZAÇÕES	-
19220001	OUTRAS RESTITUIÇÕES	-
19900000	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	93.173.946,59
19909901	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.233.116,00
19999901	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	91.940.830,59
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	365.623,00
22000000	ALIENAÇÃO DE BENS	365.623,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22100000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	115.000,00
22190001	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	115.000,00
22190002	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS INTANGÍVEIS	-
22200000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	250.623,00
22290001	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	250.623,00
24000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-
24300000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
24300001	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
24700000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-
24740001	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
25000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-
25900000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-
25900001	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-
29999901	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CAPITAL	-
TOTAL		526.569.840,58

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Programa: 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO
R$ 1,00 12101068938

Objetivo: - Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	689.785,00
8938	GESTÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	Plano Desenvolvido	9	689.785,00

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO
R$ 1,00 12201068911

Objetivo: - Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	15.371.581,10
8911	GESTÃO ADMINISTRATIVA	Entidade Mantida	27	15.371.581,10

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL 12207508901
Programa: 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 12207508910
R$ 1,00 12207508977

Objetivo: - Prover os órgãos do SESCOOP dos meios administrativos para implementação da gestão de seus programas finalístico.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	137.594.425,96
8901	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	Serviço Mantido	25	99.397.034,17
8910	AÇÕES DE INFORMÁTICA	Serviço Mantido	15	11.146.192,10
8977	PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	Pessoas Beneficiadas	197	27.051.199,69

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho 12254005401
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo 12254005402
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL 12254005403
Programa: 5400 APOIO À GESTÃO 12254005404
R$ 1,00 12254005405

Objetivo: - Realizar o aprimoramento da gestão da estratégia sistêmica e o relacionamento com as cooperativas, padronização de processos, desenvolvimento contínuo de competências de colaboradores, aperfeiçoamento, controle, ampliação, diversificação das fontes de recursos e garantia da comunicação frequente e ágil com seus públicos.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	22.866.268,82
5401	APRIMORAR A GESTÃO ESTRATÉGICA E PADRONIZAR PROCESSOS	(%) Valor alocado na gestão estratégica e padronização dos processos, em relação ao orçamento previsto	2,18	11.477.450,48
5402	DESENVOLVER CONTINUAMENTE AS COMPET. DOS COLABORADORES	(%) Rotatividade de pessoal (turnover)	11	11.388.818,34

Subfunção: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0773 GESTÃO DE POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO
R$ 1,00 12307738915

Objetivo: - Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do SESCOOP, mediante administração financeira, orçamentária e contábil.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	6.581.900,22
8915	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	Entidade Mantida	1	6.581.900,22

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Subfunção: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Programa: 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO
R$ 1,00 12501068938

Objetivo: - Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	1.204.813,00
8938	GESTÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	Plano Institucional	21	1.204.813,00

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho 13154005401
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo 13154005402
Subfunção: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Programa: 0773 GESTÃO DE POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO 12507738914
R$ 1,00 12507738951

Objetivo: - Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do SESCOOP, mediante administração financeira, orçamentária e contábil.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	24.371.247,41
8914	SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE FINANCEIRO	Serviço Mantido	28	21.372.841,04
8951	SERVIÇOS DE AUDITORIA	Auditoria Realizada	16	2.998.406,37

Subfunção: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO 12554005403
Programa: 5400 APOIO À GESTÃO 12554005404
R$ 1,00 12554005405

Objetivo: - Realizar o aprimoramento da gestão da estratégia sistêmica e o relacionamento com as cooperativas, padronização de processos, desenvolvimento contínuo de competências de colaboradores, aperfeiçoamento, controle, ampliação, diversificação das fontes de recursos e garantia da comunicação frequente e ágil com seus públicos.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	1.504.253,60
5403	APRIMORAR E INTENSIFICAR O RELACIONAMENTO COM AS COOPERATIVAS	(%) Crescimento da Receita Realizada	2	1.352.753,60
5405	APERFEIÇOAR O CONTROLE, AMPLIAR E DIVERSIFICAR AS FONTES DE RECURSOS	(%) Crescimento da Receita Realizada	20	151.500,00

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho 13154005401
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo 13154005402
Subfunção: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL 13154005403
Programa: 5400 APOIO À GESTÃO 13154005404
R$ 1,00 13154005405

Objetivo: - Realizar o aprimoramento da gestão da estratégia sistêmica e o relacionamento com as cooperativas, padronização de processos, desenvolvimento contínuo de competências de colaboradores, aperfeiçoamento, controle, ampliação, diversificação das fontes de recursos e garantia da comunicação frequente e ágil com seus públicos.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	20.042.794,91
5404	GARANTIR COMUNICAÇÃO FREQUENTE E ÁGIL COM OS SEUS PÚBLICOS	(%) Valor alocado na comunicação, em relação ao orçamento previsto	4	20.042.794,91

Subfunção: 331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR 33101008905
Programa: 0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR 33101008906
R$ 1,00 33101008907

Objetivo: - Adequar à gestão de pessoas para que assegure o desenvolvimento e valorização de competências com foco e a atração e a retenção dos melhores talentos.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	4.308.618,80
8903	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	Pessoas Beneficiadas	105	2.518.466,74
8905	AUXILIO ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO AOS COLABORADORES	Pessoas Beneficiadas	105	1.042.261,66
8906	AUXILIO TRANSPORTE AOS COLABORADORES	Pessoas Beneficiadas	16	41.888,00
8907	ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS COLABORADORES	Pessoas Beneficiadas	105	706.002,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR
Programa: 0750 APOIO ADMINISTRATIVO
R$ 1,00 33107508904

Objetivo: - Prover os órgãos do SESCOOP dos meios administrativos para implementação da gestão de seus programas finalísticos.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	54.876,72
8904	ASSISTÊNCIA DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO	Pessoas Beneficiadas	105	54.876,72

Subfunção: 331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR
Programa: 5300 QUALIDADE DE VIDA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 33153005301
R$ 1,00 33153005302

Objetivo: - Promover a cultura da cooperação, a profissionalização da gestão e da governança das cooperativas, ampliar o seu acesso às soluções de formação e qualificação profissional, bem como apoiar iniciativas voltadas para a segurança no trabalho, qualidade de vida e responsabilidade socioambiental, monitorando desempenhos e resultados sustentáveis.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	31.032.647,75
5301	APOIAR INICIATIVAS VOLTADAS PARA A SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E DE QUALIDADE DE VIDA	Número de pessoas que participaram de eventos voltados para saúde, segurança do trabalho, qualidade de vida e responsabilidade socioambiental	133.048	17.376.557,16
5301	APOIAR INICIATIVAS VOLTADAS PARA A SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E DE QUALIDADE DE VIDA	Nº de Ues que aderiram a programas disponibilizados	2	335.900,00
5302	APOIAR PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	Número de pessoas que participaram de eventos voltados para saúde, segurança do trabalho, qualidade de vida e responsabilidade socioambiental	193.570	9.255.540,59
5302	APOIAR PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	Nº de Ues que aderiram a programas disponibilizados	27	4.064.650,00

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo 33352005201
Subfunção: 333 - EMPREGABILIDADE 33352005202
Programa: 5200 PROFISSIONALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 33352005203
R$ 1,00 33352005204

Objetivo: - Promover a cultura da cooperação, a profissionalização da gestão e da governança das cooperativas, ampliar o seu acesso às soluções de formação e qualificação profissional, bem como apoiar iniciativas voltadas para a segurança no trabalho, qualidade de vida e responsabilidade socioambiental, monitorando desempenhos e resultados sustentáveis		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	226.671.330,53
5201	PROMOVER A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO COOPERATIVISTA	Número de pessoas que participaram de eventos voltados para a gestão, qualificação e governança.	40.606	46.757.972,45
5201	PROMOVER A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO COOPERATIVISTA	Nº de Ues que aderiram a programas disponibilizados	2	1.101.925,00
5202	AMPLIAR O ACESSO DAS COOPERATIVAS ÀS SOLUÇÕES DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Número de pessoas que participaram de eventos voltados para a gestão, qualificação e governança.	198.643	113.404.091,08
5202	AMPLIAR O ACESSO DAS COOPERATIVAS ÀS SOLUÇÕES DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Nº de Ues que aderiram a programas disponibilizados	5	8.057.920,00
5203	PROMOVER A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GOVERNANÇA COOPERATIVISTA	Número de pessoas que participaram de eventos voltados para a gestão, qualificação e governança.	27.218	19.371.803,51
5203	PROMOVER A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GOVERNANÇA COOPERATIVISTA	Nº de Ues que aderiram a programas disponibilizados	2	454.340,00
5204	MONITORAR DESEMPENHOS E RESULTADOS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE DAS COOPERATIVAS	Nº de Ues que aderiram a programas disponibilizados	27	4.245.539,67
5204	MONITORAR DESEMPENHOS E RESULTADOS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE DAS COOPERATIVAS	(%) de cooperativas monitoradas	60	33.277.738,82

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Programa: 5100 CULTURA DA COOPERAÇÃO

R$ 1,00 36651005101

Objetivo: - Promover a cultura da cooperação, a profissionalização da gestão e da governança das cooperativas, ampliar o seu acesso às soluções de formação e qualificação profissional, bem como apoiar iniciativas voltadas para a segurança no trabalho, qualidade de vida e responsabilidade socioambiental, monitorando desempenhos e resultados sustentáveis		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	34.275.296,76
5101	PROMOVER A CULTURA DA COOPERAÇÃO E DISSEMINAR A DOUTRINA, OS VALORES E PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	Nº de Ues que aderiram a programas disponibilizados	2	1.086.300,00
5101	PROMOVER A CULTURA DA COOPERAÇÃO E DISSEMINAR A DOUTRINA, OS VALORES E PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	Número de pessoas que participaram de eventos voltados para a promoção da cultura da cooperação e disseminação da doutrina, valores e princípios do cooperativismo	324.318	33.188.996,76

ANEXO III - TOTAL POR GRUPO DE DESPESA

Unidade: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO

R$ 1,00

Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras
128.742.301,84	334.211.556,39	63.615.982,35	-

ANEXO III - QUADRO SÍNTESE: FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO

Total Órgão	Total Unidade	Função	Total	Subfunção	Total	Programa		Total R$ 1,00
526.569.840,58	526.569.840,58	11 - Trabalho	526.569.840,58	121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	689.785,00	1210106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	689.785,00
				122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	175.832.275,88	1220106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	15.371.581,10
						1220750	APOIO ADMINISTRATIVO	137.594.425,96
						1225400	APOIO À GESTÃO	22.866.268,82
				123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	6.581.900,22	1230773	GEST POLÍT EXEC FINANC, CONT E CONTROLE	6.581.900,22
				125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	27.080.314,01	1250106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	1.204.813,00
						1250773	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO	24.371.247,41
						1255400	APOIO À GESTÃO	1.504.253,60
				131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	20.042.794,91	1315400	APOIO À GESTÃO	20.042.794,91
				331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	35.396.143,27	3310100	ASSISTENCIA AO TRABALHADOR	4.308.618,80
						3310750	APOIO ADMINISTRATIVO	54.876,72
						3315300	QUALIDADE DE VIDA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	31.032.647,75
				333 - EMPREGABILIDADE	226.671.330,52	3335200	PROFISSIONALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	226.671.330,52
				366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	34.275.296,76	3665100	CULTURA DA COOPERAÇÃO	34.275.296,76

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO

R$ 1,00

Funcional	Subfunção	Subfunção	Programática	Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento do Valor
11 - Trabalho	121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	689.785,00		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	292.954,00
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	396.831,00
						INVESTIMENTOS	-
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	15.371.581,10		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.629.862,50
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.678.718,60
						INVESTIMENTOS	63.000,00
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0750	APOIO ADMINISTRATIVO	137.594.425,96		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.539.966,19
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.432.251,26
						INVESTIMENTOS	53.622.208,51
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5400	APOIO À GESTÃO	22.866.268,82		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.237.479,52
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.843.289,30
						INVESTIMENTOS	4.785.500,00
	123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0773	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO	6.581.900,22		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.581.900,22
						INVESTIMENTOS	-
	125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	1.204.813,00		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.820,00
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.200.993,00
						INVESTIMENTOS	-
	125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0773	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO	24.371.247,41		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.170.976,37
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.200.271,04
						INVESTIMENTOS	-
Funcional	Subfunção	Subfunção	Programática	Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento do Valor
	125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	5400	APOIO À GESTÃO	1.504.253,60		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.504.253,60
						INVESTIMENTOS	-
	131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	5400	APOIO À GESTÃO	20.042.794,91		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.477.013,09
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.515.381,86
						INVESTIMENTOS	50.399,96
	331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	4.308.618,80		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.308.618,80
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-
						INVESTIMENTOS	-
	331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	0750	APOIO ADMINISTRATIVO	54.876,72		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.876,72
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-
						INVESTIMENTOS	-
	331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	5300	QUALIDADE DE VIDA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	31.032.647,75		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.788.620,99
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.185.525,76
						INVESTIMENTOS	58.501,00
	333	EMPREGABILIDADE	5200	PROFISSIONALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	226.671.330,53		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.839.291,14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	185.868.674,51
	366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	5100	CULTURA DA COOPERAÇÃO	34.275.296,76	INVESTIMENTOS	4.963.364,88
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.398.822,52
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.803.466,24
						INVESTIMENTOS	73.008,00

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO

RECEITAS			DESPESAS		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
RECEITAS CORRENTES		526.204.217,58	DESPESAS CORRENTES		462.953.858,23
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	379.634.290,69		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAS	128.742.301,84	
RECEITAS PATRIMONIAIS	51.973.082,30		OUTRAS DESP. CORRENTES	334.211.556,39	
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.411.207,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.691,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	93.173.946,59				
TOTAL		526.204.217,58	TOTAL		462.953.858,23
RECEITA DE CAPITAL		365.623,00	DESPESAS DE CAPITAL		63.615.982,35
ALIENAÇÃO DE BENS	365.623,00		INVESTIMENTOS	63.615.982,35	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			INVERSÕES FINANCEIRAS		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
TOTAL		365.623,00	TOTAL		63.615.982,35

Resumo

RECEITAS CORRENTES	526.204.217,58	DESPESAS CORRENTES	462.953.858,23
RECEITAS DE CAPITAL	365.623,00	DESPESAS DE CAPITAL	63.615.982,35
Total	526.569.840,58	Total	526.569.840,58

PORTARIA Nº 75, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e haja vista a competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2018, na conformidade dos anexos I, II, III e IV, a proposta orçamentária do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

Art. 2º Determinar aos Dirigentes Máximos da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e Lei de Acesso à Informação, seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da execução orçamentária ora aprovada.

Art. 3º A disponibilização das informações deverá ser apresentada, preferencialmente, por programa de trabalho em perspectiva comparativa com as metas físico-financeiras estimadas.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

HELTON YOMURA

ANEXO - I
RECEITA

Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

R$ 1,00

Código	Especificação	Valor
1000.00.00	Receitas Correntes	477.391.034,35
1200.00.00	Receitas de Contribuições	346.733.899,00
1210.00.00	Contribuições Sociais	346.733.899,00
1210.42.00	Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	346.733.899,00
1300.00.00	Receita Patrimonial	27.584.293,26
1310.00.00	Receitas Imobiliárias	2.941.026,11
1311.00.00	Aluguéis	2.941.026,11

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	24.643.267,15
1321.00.00	Juros de Título de Renda	24.643.267,15
1600.00.00	Receita de Serviços	101.922.243,41
1600.01.00	Serviços Comerciais	1.400.692,98
1600.99.00	Outros Serviços	100.521.550,43
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	1.150.598,68
1910.00.00	Multas e Juros de Mora	836.638,68
1922.00.00	Restituições	-
1990.99.00	Outras receitas	313.960,00
2000.00.00	Receitas de Capital	2.280.484,10
2100.00.00	Operações de Crédito	-
2200.00.00	Alienação de Bens	2.280.484,10
2210.00.00	Alienação de Bens Móveis	2.280.484,10
2219.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00
2500.00.00	Outras Receitas de Capital	553.665.499,22
2590.00.00	Saldo de Exercícios Anteriores	553.665.499,22
TOTAL		1.033.337.017,67

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Programa: 0750 - Apoio Administrativo

R$ 1,00

Objetivo - Prover os meios administrativos para implementação e gestão das atividades-fim da entidade.	Indicador		Total
	Atingimento da meta estabelecida		262.931.027,33
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	
8501 Manutenção de Serviços Administrativos	Unidade Adm Mantida	183	174.224.865,09
8502 Pagamento de Pessoal, Encargos Sociais e Trabalhistas	Pessoa Remunerada	2.617	88.706.162,24

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Programa: 0100 - AUXÍLIO ao Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo - Proporcionar ao trabalhador o recebimento do auxílio-alimentação, conforme legislação vigente.	Indicador		Total
	Atingimento da meta estabelecida		20.276.346,77
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	
8505 Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados	Servidor Beneficiado	3.157	20.276.346,77

ANEXO - II

PROGRAMAS
Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Programa: 0100 - AUXÍLIO ao Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo - Proporcionar ao trabalhador o recebimento do auxílio-transporte, conforme legislação vigente.	Indicador		Total
	Atingimento da meta estabelecida		1.948.769,56
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	
8506 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Servidor Beneficiado	661	1.948.769,56

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Programa: 0100 - AUXÍLIO ao Trabalhador			
	R$ 1,00		
Objetivo - Proporcionar ao trabalhador o benefício de assistência médica	Indicador		Total
	Atingimento da meta estabelecida		22.069.239,06
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	
2004 Assistência Médica aos Colaboradores	Colaborador beneficiado	2.384	22.069.239,06

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Programa: 0101 - Qualificação Profissional do Trabalhador			
	R$ 1,00		
Objetivo - Qualificar o trabalhador, visando ampliar as oportunidades de emprego e a melhoria da produtividade.	Indicador		Total
- Ampliar a infra-estrutura de atendimento ao público alvo.	Atingimento da meta estabelecida		726.111.634,95
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	
8526 Qualificação Profissional da Área do Transporte	Homem/Hora	42.800.000	455.854.077,15
7502 Ampliação e Melhoria da Rede Física - Unidades de Atendimento	Unid Atend Ampl/Melh	188	270.257.557,80

ANEXO - III
QUADRO SÍNTESE: FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

R$ 1,00

Total Órgão	Total Unidade	Função	Total	Subfunção	Total	Programa	Total
813.009.323,64	813.009.323,64	11 Trabalho	813.009.323,64	122 Administração Geral		0750 - Apoio Administrativo	262.931.027,33
				306 Alimentação e Nutrição		0100 Auxílio ao Trabalhador	20.276.346,77
				331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		0100 Auxílio ao Trabalhador	24.018.008,62
				333 Empregabilidade		0101 Qualificação Profissional do Trabalhador	726.111.634,95

ANEXO - III
DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte R$ 1,00

Funcional	Programática		Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento do Valor
11 - Trabalho	0750	8501	Apoio Administrativo/Manutenção de Serv Admin	174.224.865,10	3 - O.D.C. 4 - Investimentos	156.829.758,19 17.395.106,90
		8502	Apoio Administrativo/Pagto Pessoal,Enc Soc e Trab	88.706.162,24	1 - Pessoal e Encargos	88.706.162,24
	0100	8505	Auxílio ao Trabalhador/Aux-Alimentação a Servidores e Empregados	20.276.346,77	3 - O.D.C.	20.276.346,77
		8506	Auxílio ao Trabalhador/Aux-Transporte a Servidores e Empregados	1.948.769,56	3 - O.D.C.	1.948.769,56
		2400	Auxílio ao Trabalhador/ Assistência Médica ao Colaborador	22.069.239,06	3 - O.D.C	22.069.239,06

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0101	8526	Qualificação Profissional do Trabalhador	455.854.077,15	1 - Pessoal e Encargos 3 - O.D.C. 4 - Investimentos	132.698.762,85 222.346.775,53 100.808.538,77
	7502	Qualificação Profissional do Trabalhador/Ampliação e Melhoria da Rede Física - Unidades de Atendimento	270.257.557,80	1 - Pessoal e Encargos 3 - O.D.C. 4 - Investimentos	831.874,20 2.615.909,39 266.809.774,21
		Total	1.033.337.017,67		1.033.337.017,67

ANEXO - III

TOTAL POR GRUPO DE DESPESA

Órgão: Ministério do Trabalho

Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

R$ 1,00

Total	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
1.033.337.017,67	266.531.154,68	-	381.792.443,11	385.013.419,88		

ANEXO - IV

Demonstrativo da Receita e da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Órgão: Ministério do Trabalho

Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

R$1,00

Receita			Despesa		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita de Contribuições	346.733.899,00		Pessoal e Encargos Sociais	266.531.154,68	
Receita Patrimonial	27.584.293,26		Juros e Encargos da Dívida Interna	-	
Receitas de Serviços	101.922.243,41		Outras Despesas Correntes	381.792.443,11	
Outras Receitas Correntes	1.150.598,68				
T O T A L		477.391.034,35	T O T A L		648.323.597,79
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
			Investimentos	385.013.419,88	
Alienação de Bens	2.280.484,10		Amortização da Dívida	-	
Saldo de Exercícios Anteriores	553.665.499,22				
T O T A L		555.945.983,32	T O T A L		385.013.419,88

Resumo

Receitas Correntes	477.391.034,35	Despesas Correntes	648.323.597,79
Receitas de Capital	555.945.983,32	Despesas de Capital	385.013.419,88
Total	1.033.337.017,67	Total	1.033.337.017,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 76, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e haja vista a competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2018, na conformidade dos anexos I, II, III e IV, a proposta orçamentária do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

Art. 2º Determinar aos Dirigentes Máximos da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e Lei de Acesso à Informação, seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da execução orçamentária ora aprovada.

Art. 3º A disponibilização das informações deverá ser apresentada, preferencialmente, por programa de trabalho em perspectiva comparativa com as metas físico-financeiras estimadas.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

HELTON YOMURA

ANEXO I
RECEITA
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO INICIAL - 01/2018 a 12/2018
Valores em R$ 1,00

Código		Valor
10000000	Receitas Correntes	5.151.270.046,50
12000000	Receita de Contribuicoes	3.172.271.618,31
12100000	Contribuicoes Sociais	3.172.271.618,31
12103401	Contribuicao para o SENAI	2.847.413.867,37
12103402	Adicional a Contribuicao do SENAI	324.857.750,94
13000000	Receita Patrimonial	234.898.190,40
13190000	Outras Receitas Imobiliarias	11.970.626,10
13210000	Juros de Titulos de Renda	210.343.571,34
13220000	Dividendos	12.583.992,96
15000000	Receita Industrial	100.000,00
15200000	Receita da Industria de Transformacao	100.000,00
15209900	Outras Receitas da Ind. de Transformacao	100.000,00
16000000	Receitas de Servicos	1.117.994.227,41
16000100	Servicos Comerciais	4.318.905,96
16000200	Servicos Financeiros	2.150.890,48
16001200	Servicos Tecnologicos	184.123.745,49
16001300	Servicos Administrativos	4.236.478,32
16001600	Servicos Educacionais	845.164.168,02
16002000	Servicos de Consultoria e Assist. Tecnic	78.000.039,14
19000000	Outras Receitas Correntes	626.006.010,38
19220000	Restituicoes	8.400.572,50
19900000	Receitas Diversas	617.605.437,88
19909900	Outras Receitas	55.764.999,72
19909902	Subvencoes Especiais	218.878.159,57
19909905	Saldo de Exerc. Anteriores Rec. Diversas	59.869.498,41
19909999	Outras Receitas Diversas	283.092.780,18
20000000	Receitas de Capital	496.143.741,47
21000000	Operacoes de Credito	297.576.377,11
21190000	Outras Operacoes de Credito Internas	121.544.934,00
21290000	Outras Operacoes de Credito Externas	176.031.443,11
22000000	Alienacao de Bens	30.259.196,69
22190000	Alienacao Outros Bens Moveis	8.864.200,00
22290000	Alienacao de Outros Bens Imoveis	21.394.996,69
25000000	Outras Receitas de Capital	168.308.167,67
25800000	Saldos Ex. Anterior - Rec. Capital	66.479.675,08
25910000	Subvencoes Extraordinarias	434.127,71
25920000	Outras Receitas de Capital	101.394.364,88
TOTAL		3.668.415.359,78
		5.647.413.787,97

Fonte: Protheus

ANEXO I
DESPESA
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO INICIAL - 01/2018 a 12/2018
Valores em R$ 1,00

Código		Valor
30000000	Despesas Correntes	4.928.301.433,14
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.765.537.921,72
31900000	Aplicacoes Diretas	2.765.537.921,72
31900700	Contribuicao a Ent. Fechadas de Previden	48.050.502,78
31900800	Outros Beneficios Assistenciais	298.406.621,96
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.511.625.421,87
31901300	Obrigacoes Patronais	907.455.375,11
32000000	Juros e Encargos da Divida	111.144.215,63
32900000	Aplicacoes Diretas	111.144.215,63
32902100	Juros sobre a Divida por Contrato	111.144.215,63
33000000	Outras Despesas Correntes	2.051.619.295,79
33500000	Transferencias a Instituicoes Privadas	594.457.220,55
33504100	Contribuicoes	172.753.068,41
33504300	Subvencoes Sociais	421.704.152,14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33900000	Aplicacoes Diretas	1.457.162.075,24
33901400	Diarias	23.214.068,05
33903000	Material de Consumo	215.878.803,75
33903200	Material de Distribuicao Gratuita	3.962.529,07
33903300	Passagens e Despesas com Locomocao	77.696.718,60
33903500	Servicos de Consultoria	75.354.462,46
33903600	Outros Servicos de Terceiros - P.F.	1.390.435,10
33903900	Outros Servicos de Terceiros - P.J.	1.059.665.058,21
40000000	Despesas de Capital	719.112.354,83
44000000	Investimentos	556.663.630,77
44500000	Transferencias a Instituicoes Privadas	175.000,00
44504200	Auxilios	175.000,00
44900000	Aplicacoes Diretas	556.488.630,77
44905100	Obras e Instalacoes	318.550.965,10
44905200	Equipamentos e Material Permanente	237.937.665,67
45000000	Inversoes Financeiras	299.851,00
45900000	Aplicacoes Diretas	299.851,00
45906600	Concessao de Emprestimos e Financiamento	8.640,00
45906700	Depositos Compulsorios	291.211,00
46000000	Amortizacao da Divida	162.148.873,06
46900000	Aplicacoes Diretas	162.148.873,06
46907100	Principal da Divida Contratual Resgatado	162.148.873,06
TOTAL		5.647.413.787,97

Fonte: Protheus

ANEXO II
PROGRAMAS
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO INICIAL - 01/2018 a 12/2018
Valores em R$ 1,00

Programa: 0301 - INSTITUCIONAL

Objetivo		Indicador	Meta	Total
Ação	Título	Total Indicador		1.919.504.642,36
3110	GESTAO INSTITUCIONAL	Orçamento destinado para Área Fim (negócios)	87%	694.507.823,46
3111	COMUNICACAO E MARKETING	Orçamento destinado para Área Fim (negócios)	87%	111.098.929,24
3112	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	Índice de colaboradores capacitados	4%	14.783.190,65
3113	ASSISTENCIA FINANCEIRA AS ENTIDADES	Orçamento destinado para Área Fim (negócios)	87%	415.024.127,16
3114	PESQUISA AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO	Orçamento destinado para Área Fim (negócios)	87%	17.331.319,12
3115	APOIO ADMINISTRATIVO	Orçamento destinado para Área Fim (negócios)	87%	666.759.252,73

Programa: 0302 - EDUCACAO

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Total Indicador		3.517.209.597,32
3112	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	Índice de colaboradores capacitados	4%	102.406.681,66
3117	PROGRAMA NAC. DE EDUCACAO A DISTANCIA	Percentual de matrículas em Educação à Distância	14%	34.543.561,00
3118	GESTAO DA EDUCACAO	Percentual de matrículas em Educação à Distância	14%	2.468.505.392,14
3119	GESTAO DAS UNIDADES OPERACIONAIS	Percentual de matrículas em Educação à Distância	14%	911.753.962,52

Programa: 0303 - TECNOLOGIA E INOVACAO

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Total Indicador		90.934.947,77
3112	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	Índice de colaboradores capacitados	4%	13.428.760,39
3120	INSTITUTOS SENAI INOVACAO E TECNOLOGIA	Nº de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação realizados para a indústria	300	76.519.080,38
3121	GESTÃO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	Nº de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação realizados para a indústria	300	987.107,00

Programa: 0304 - DESEMPENHO DE SISTEMA

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Total Indicador		119.764.600,52
3122	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	Nº de Departamentos Regionais Alinhados	27	60.512.555,19
3123	PROG RELAC COM CLIENTE E GESTAO DE PORTF	Nºde Estabelecimentos Industriais	103.853	59.252.045,33
	TOTAL DOS PROGRAMAS			5.647.413.787,97

Fonte: Protheus

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III
DETALHAMENTO DAS AÇÕES
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO INICAL - 01/2018 a 12/2018
Valores em R$ 1,00

Programática	Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento de Valor
	11-TRABALHO	5.647.413.787,97		5.647.413.787,97
0301	Apoio Administrativo	666.759.252,73		
			Amortizacao da Divida	87.552.576,72
			Inversoes Financeiras	288.931,00
			Investimentos	14.987.511,16
			Juros e Encargos da Divida	66.751.824,13
			Outras Despesas Correntes	253.937.416,88
			Pessoal e Encargos Sociais	243.240.992,84
	Assistência Financeira à entidades	415.024.127,16		
			Amortizacao da Divida	1.903.736,00
			Juros e Encargos da Divida	1.549.380,00
			Outras Despesas Correntes	411.571.011,16
	Capacitação de Recursos Humanos	14.783.190,65		
			Investimentos	1.600,00
			Outras Despesas Correntes	5.998.726,66
			Pessoal e Encargos Sociais	8.782.863,99
	Comunicação e Marketing	111.098.929,24		
			Investimentos	2.383.391,05
			Outras Despesas Correntes	73.319.346,33
			Pessoal e Encargos Sociais	35.396.191,86
	Gestão Institucional	694.507.823,46		
			Amortizacao da Divida	12.340.749,27
			Inversoes Financeiras	10.920,00
			Investimentos	206.353.688,14
			Juros e Encargos da Divida	6.703.501,13
			Outras Despesas Correntes	233.137.200,30
			Pessoal e Encargos Sociais	235.961.764,62
	Pesquisa, Avaliação e Desenvolvimento	17.331.319,12		
			Outras Despesas Correntes	8.546.532,70
			Pessoal e Encargos Sociais	8.784.786,42
0302	Capacitação de Recursos Humanos	102.406.681,66		
			Investimentos	195.248,96
			Outras Despesas Correntes	29.370.569,59
			Pessoal e Encargos Sociais	72.840.863,11
	Gestão da Educação	2.468.505.392,14		
			Amortizacao da Divida	49.401.595,88
			Investimentos	193.201.657,92
			Juros e Encargos da Divida	25.288.674,96
			Outras Despesas Correntes	578.682.331,79
			Pessoal e Encargos Sociais	1.621.931.131,59
	Gestão das Unidades Operacionais	911.753.962,52		
			Amortizacao da Divida	10.950.215,19
			Investimentos	134.470.678,42
			Juros e Encargos da Divida	10.850.835,41
			Outras Despesas Correntes	393.256.770,06
			Pessoal e Encargos Sociais	362.225.463,44
	Programa Nacional de Educação a Distânci	34.543.561,00		
			Investimentos	1.635.239,52
			Outras Despesas Correntes	8.474.985,81
			Pessoal e Encargos Sociais	24.433.335,67
0303	Capacitação de Recursos Humanos	13.428.760,39		
			Investimentos	213.200,00
			Outras Despesas Correntes	3.378.356,32
			Pessoal e Encargos Sociais	9.837.204,07
	Gestão da Tecnologia e Inovação	987.107,00		
			Outras Despesas Correntes	247.608,00
			Pessoal e Encargos Sociais	739.499,00
	Institutos SENAI de Inovação e Tecnologi	76.519.080,38		
			Investimentos	814.104,08
			Outras Despesas Correntes	18.546.051,72
			Pessoal e Encargos Sociais	57.158.924,58

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0304	Planejamento e Orçamento	60.512.555,19		
			Investimentos	1.923.145,37
			Outras Despesas Correntes	12.844.111,82
			Pessoal e Encargos Sociais	45.745.298,00
	Programa de Relacionamento com o Cliente	59.252.045,33		
			Investimentos	484.166,15
			Outras Despesas Correntes	20.308.276,65
			Pessoal e Encargos Sociais	38.459.602,53

Fonte: Protheus

ANEXO III
QUADRO SÍNTESE: FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO INICIAL - 01/2018 a 12/2018
Valores em R$ 1,00

Sunfunção	Total	Programa	Total
11-TRABALHO	5.647.413.787,97		5.647.413.787,97
121-PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	72.449.322,54		
		0301-Institucional	11.936.767,35
		0304-Desempenho de Sistema	60.512.555,19
122-ADMINISTRAÇÃO GERAL	842.459.450,96		
		0301-Institucional	842.459.450,96
123-ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	268.496.949,38		
		0301-Institucional	268.496.949,38
125-NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	17.617.823,60		
		0301-Institucional	2.477.565,05
		0302-Institucional	15.140.258,55
126-TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	125.601.310,36		
		0301-Institucional	125.601.310,36
128-FORMAÇÃO DE R.H.	102.044.286,76		
		0301-Institucional	14.783.190,65
		0302-Educação	87.261.096,11
131-COMUNICAÇÃO SOCIAL	170.350.974,57		
		0301-Institucional	111.098.929,24
		0304-Desempenho de Sistema	59.252.045,33
331-PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	5.327,00	0302-Educação	5.327,00
333-EMPREGABILIDADE	1.566.569.270,96	0302-Educação	1.566.569.270,96
362-ENSINO MÉDIO	13.614.500,05	0302-Educação	13.614.500,05
364-ENSINO SUPERIOR	109.765.436,21	0302-Educação	109.765.436,21
366-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.726.305,71	0302-Educação	1.726.305,71
363-ENSINO PROFISSIONAL	1.708.643.443,91	0302-Educação	1.708.643.443,91
571-DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	125.684.372,81	0301-Institucional	125.684.372,81
573-DIFUSÃO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOL	15.471.065,82	0302-Educação	14.483.958,82
		0303-Tecnologia e Inovação	987.107,00
662-PRODUCAO INDUSTRIAL	105.775,10	0301-INSTITUCIONAL	105.775,10
665-NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	91.784.045,07	0301-Institucional	1.836.204,30
		0303-Tecnologia e Inovação	89.947.840,77
845-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	415.024.127,16	0301-Institucional	415.024.127,16

Fonte: Protheus

ANEXO III
TOTAL POR GRUPO DE DESPESA
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO INICIAL - 01/2018 a 12/2018
Valores em R$ 1,00

TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
5.647.413.787,97	2.765.537.921,72	111.144.215,63	2.051.619.295,79	556.663.630,77	299.851,00	162.148.873,06

Fonte: Protheus

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO INICIAL - 01/2018 a 12/2018
Valores em R$ 1,00

Receitas			Despesas		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
Receitas Correntes		5.151.270.046,50	Despesas Correntes		4.928.301.433,14
Receita de Contribuicoes	3.172.271.618,31		Pessoal e Encargos Sociais	2.765.537.921,72	
Receita Patrimonial	234.898.190,40		Juros e Encargos da Divida	111.144.215,63	
Receita Industrial	100.000,00		Outras Despesas Correntes	2.051.619.295,79	
Receitas de Servicos	1.117.994.227,41				
Outras Receitas Correntes	626.006.010,38				
Receitas de Capital		496.143.741,47	Despesas de Capital		719.112.354,83
Operacoes de Credito	297.576.377,11		Investimentos	556.663.630,77	
Alienacao de Bens	30.259.196,69		Inversoes Financeiras	299.851,00	
Outras Receitas de Capital	168.308.167,67		Amortizacao da Divida	162.148.873,06	
TOTAL DA RECEITA		5.647.413.787,97	TOTAL DA DESPESA		5.647.413.787,97

Fonte: Protheus

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 880, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Resolução nº 868, de 24 de outubro de 2017, que dispõe sobre a inclusão do recibo de comunicação do Sistema de Comunicação Prévia de Obras (SCPO) como documento obrigatório a ser apresentado nos financiamentos com recursos do FGTS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 4º do Regimento Interno deste Colegiado, aprovado pela Resolução nº 320, de 31 de agosto de 1999, e o art. 5º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 64, inciso I, do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando a necessidade de os agentes financeiros solicitarem o recibo de comunicação do Sistema de Comunicação Prévia de Obras (SCPO), disponível no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho, apenas no momento em que estiver definida a empresa que irá executar a obra, uma vez que se trata de iniciativa de responsabilidade desta nas áreas de saneamento e infraestrutura; e

Considerando que a próxima reunião do Conselho Curador do FGTS está prevista para março de 2017, sendo necessária a aplicação integral do previsto na Resolução nº 868, de 24 de outubro de 2017,

Resolve, ad referendum do Conselho Curador do FGTS:

Art. 1º Alterar os artigos 1º e 2º da Resolução nº 868, de 24 de outubro de 2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Incluir o recibo de comunicação do Sistema de Comunicação Prévia de Obras (SCPO) disponível no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho, como documento obrigatório a ser apresentado ao agente financeiro até a realização do primeiro desembolso das operações contratadas com recursos do FGTS, nas áreas de saneamento, infraestrutura e habitação, nas modalidades construção e aquisição de imóvel novo.

§ 1º Para os imóveis que possuem, até a data da regulamentação desta Resolução, habite-se ou documento equivalente expedido pelo órgão municipal competente não será necessária a apresentação do recibo de comunicação do SCPO nos financiamentos com recursos do Fundo.

Art. 2º O Gestor da Aplicação e o Agente Operador deverão regulamentar as disposições complementares a esta Resolução no prazo de até 120 (cento e vinte) dias."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELTON YOMURA
Ministro de Estado do Trabalho
Substituto
Presidente do Conselho Curador do FGTS

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 38, parágrafo 1º da Portaria nº. 326/13 desde Ministério e na Nota Técnica nº. 220/2017/CTRS/CGRS/SRT/MTb, resolve ALTERAR a denominação do Sindicato da indústria de material plástico do estado de São Paulo, SP, CNPJ 62.506.175/0001-22, processo nº. 46219.010099/2013-26 para que passe a constar "Sindicato da indústria de material plástico, transformação e reciclagem de material plástico do estado de São Paulo.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Com fundamento na decisão prolatada nos autos do Processo Judicial n.º 0011197-87.2015.5.03.0075. da 1ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre/MG e na Portaria Ministerial n.º 326/2013, o Secretário-Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve: SUSPENDER o processo administrativo de pedido de registro do SINGUEMG - SINDICATO DOS TRABALHADORES MOTORISTAS OPERACIONAIS DE GUINCHO E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE SERVIÇOS DE REBOQUE, GUINCHO, PÁTIO DE APREENSÃO, SOCORRO, REMOÇÃO E RESGATE DE VEICULOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ n° 23.475.458/0001-00 até o trânsito em julgado desta decisão.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
Secretário
Substituto

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46208.000734/2015-58
Entidade	SINDIFIM - Sindicato dos Fiscais e Auditores de Tributos Municipais de Rio Verde GO.
CNPJ	21.606.492/0001-33
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Rio Verde - GO.
Categoria Profissional	Fiscais e Auditores de Tributos Municipais, na forma da Lei 10.4406 de 10 de janeiro de 2002.
Fundamento	NT 33/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 461, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos de embarque e desembarque de passageiros armados, despacho de armas de fogo e de munição e transporte de passageiros sob custódia a bordo de aeronaves civis.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X, XI e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00058.061038/2016-69, deliberado e aprovado na 2ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 23 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos de embarque de passageiro armado, despacho de arma de fogo e de munição e transporte de passageiro sob custódia a bordo de aeronave civil, levando-se em conta os aspectos relativos à necessidade, à segurança operacional e à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para os fins desta Resolução, considera-se:

I - arma desmuniciada: arma sem munição no tambor, no caso de revólver, ou sem munição na câmara de explosão, no caso de arma semiautomática e automática;

II - arma descarregada: arma sem munição no tambor, no caso de revólver, ou sem carregador e sem munição na câmara de explosão, no caso de arma semiautomática e automática; e

III - técnica de vigilância: acompanhamento ininterrupto de pessoa durante o seu acesso à Área Restrita de Segurança - ARS, embarque e desembarque da aeronave e no transcorrer do voo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO II

DO EMBARQUE DE PASSAGEIRO ARMADO EM OPERAÇÕES DE TRANSPORTE AÉREO PÚBLICO REGULAR DOMÉSTICO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 3º O embarque de passageiro portando arma de fogo a bordo de aeronaves deve se restringir aos agentes públicos que, cumulativamente, possuam porte de arma por razão de ofício e necessitem comprovadamente ter acesso a arma no período compreendido entre o momento do ingresso na sala de embarque no aeródromo de origem e a chegada à área de desembarque no aeródromo de destino.

§ 1º O embarque armado não é permitido aos agentes públicos aposentados, reformados ou da reserva.

§ 2º Para os fins desta Resolução, o oficial estrangeiro de proteção de dignitário designado por autoridades estrangeiras e reconhecido pelas autoridades diplomáticas é equiparado a agente público enquanto compõe equipe de proteção que inclua agente(s) público(s) do governo brasileiro.

Art. 4º A necessidade de acesso à arma para fins de embarque limita-se às hipóteses em que o agente público, durante o período mencionado no caput do art. 3º desta Resolução, realiza qualquer das seguintes atividades:

I - escolta de autoridade ou testemunha;

II - escolta de passageiro custodiado;

III - execução de técnica de vigilância; ou

IV - deslocamento após convocação para se apresentar no aeródromo de destino preparado para o serviço, em virtude de operação que possa ser prejudicada se a arma e munições forem despachadas.

§ 1º Na hipótese dos incisos I e II do caput, a necessidade de acesso a arma abrange o voo no qual o escoltado efetivamente é transportado e os eventuais voos de deslocamento dos agentes públicos para o local onde o escoltado se encontra.

§ 2º No caso do voo de deslocamento previsto no § 1º deste artigo, a necessidade de acesso a arma se configurará quando o embarque nesse voo ocorrer em período de até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário de embarque do voo no qual o escoltado será transportado.

§ 3º A comprovação da necessidade de acesso a arma é realizada mediante a apresentação de documento específico da instituição com a qual o agente público possui vínculo contendo indicação das datas e trechos das viagens e a hipótese em que o agente se enquadra entre as listadas nos incisos I a IV do caput.

Art. 5º O porte de armas de fogo a bordo de aeronaves se limitará a duas armas curtas (pistola ou revólver) por passageiro autorizado, desmuniciadas e acompanhadas de munição limitada a 1 (uma) carga principal e 2 (duas) reservas para cada arma.

§ 1º O porte de armas de fogo longas a bordo de aeronaves se limitará a 2 (duas) por passageiro e somente nos casos de a arma ser do tipo fuzil de precisão.

§ 2º As armas de fogo longas deverão estar descarregadas, desmontadas e acondicionadas em estojos trancados, apropriados para transporte, observadas as restrições de peso e dimensões estabelecidas pelo operador aéreo.

Art. 6º As munições das armas referidas no art. 5º desta Resolução deverão respeitar as proibições e os limites de peso previstos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 (RBAC nº 175).

Art. 7º Na ausência de qualquer das condições estabelecidas nesta Seção, deverá ser observado o procedimento de despacho de arma de fogo e munições previsto nesta Resolução.

Seção II

Da Autorização de Embarque de Passageiro Armado

Art. 8º O embarque de passageiro armado deverá ser autorizado por unidade da Polícia Federal - PF presente no aeródromo ou responsável pela circunscrição do aeródromo.

§ 1º Com anuência formal da PF e previsão no Programa de Segurança Aeroportuária - PSA, a autorização prevista no caput poderá ser emitida por órgão de segurança pública.

§ 2º A autorização de embarque de passageiro armado emitida por órgão de segurança pública somente terá validade para embarque em aeródromo situado na circunscrição do órgão expedidor e para as conexões domésticas subsequentes.

Art. 9º A autorização de embarque de passageiro armado deve ser precedida do preenchimento de formulário de autorização de embarque armado pelo passageiro, conforme meios e modelos definidos pela PF.

Seção III

Do Procedimento de Embarque de Passageiro Armado

Art. 10. No procedimento de embarque de passageiro armado em voos de transporte aéreo público regular doméstico, o passageiro deverá comparecer à representação da PF para o aeródromo, previamente à realização de seu check-in, munido de:

I - formulário de autorização de embarque armado preenchido;

II - passagem aérea contendo a data e número do voo, bem como a origem e o destino do trecho a ser percorrido;

III - documento de identidade funcional que lhe confere o porte de arma de fogo em razão de ofício;

IV - documentação que comprove a legalidade das armas a serem transportadas, quando exigido na legislação relativa ao registro e à posse de armas de fogo;

V - documentação que comprove a autorização para porte de trânsito (formulário de tráfego) expedida pelo Comando do Exército, quando exigido na legislação relativa ao registro e à posse de armas de fogo;

VI - documentação que comprove a necessidade de acesso à arma, nos termos do art. 4º desta Resolução; e

VII - documentação que comprove que o oficial estrangeiro de proteção de dignitário designado por autoridades estrangeiras e reconhecidos pelas autoridades diplomáticas está compondo equipe de proteção que inclua agente(s) público(s) do governo brasileiro, no caso do art. 3º, § 2º, desta Resolução.

Parágrafo único. O comparecimento à representação da PF deverá ocorrer com antecedência suficiente para realização do procedimento de verificação do formulário de autorização de embarque de passageiro armado na PF e check-in no operador aéreo, observada a antecedência mínima estabelecida no contrato de transporte aéreo.

Art. 11. Para autorização do embarque armado, a PF verificará a documentação listada no art. 10, observando as restrições estabelecidas nos arts. 3º a 5º desta Resolução.

§ 1º A autorização de embarque armado poderá ser excepcionalmente negada pela PF com base em avaliação de risco devidamente fundamentada por escrito, ainda que tenham sido cumpridas todas as exigências desta Resolução.

§ 2º A PF poderá estabelecer procedimentos e infraestrutura para verificar a documentação prevista no caput e autorizar o embarque de passageiro armado via sistema informatizado, podendo, inclusive, dispensar o comparecimento do passageiro na representação local da PF no aeródromo.

Art. 12. A realização do desmuniciamento das armas de fogo é de responsabilidade do passageiro e deve ocorrer previamente à chegada ao aeródromo ou no aeródromo, em local disponibilizado pelo operador de aeródromo, observando orientações da PF e do fabricante da arma e os seguintes procedimentos de segurança:

I - o manuseio da arma de fogo deverá ocorrer exclusivamente no local destinado ao seu desmuniciamento, no caso de realização do procedimento no aeródromo;

II - durante o desmuniciamento, o cano da arma de fogo deverá sempre estar apontado para caixa de areia ou dispositivo de segurança equivalente, no caso de realização do procedimento no aeródromo;

III - no desmuniciamento de revólver, deverá ser realizada a retirada de todas as munições de seu tambor, seguida de inspeção visual;

IV - no desmuniciamento de armas automáticas e semiautomáticas, deverá ser realizada a retirada de seu carregador e da munição da câmara de explosão, seguida de sua inspeção visual, tátil e material; e

V - no desmuniciamento de armas automáticas e semiautomáticas, o carregador poderá ser novamente inserido na arma após a retirada da munição da câmara de explosão.

Parágrafo único. O operador de aeródromo deve disponibilizar local reservado para a realização do desmuniciamento e descarregamento, que contenha caixa de areia ou dispositivo equivalente que garanta a segurança no caso de disparo acidental.

Art. 13. Após desmuniciamento da arma de fogo, para emissão da autorização para embarque armado, o responsável pela verificação da documentação deverá assinar, física ou eletronicamente, o formulário de autorização de embarque armado.

§ 1º Uma via do formulário de autorização de embarque armado ficará retida pelo órgão responsável por sua verificação, uma deverá ser apresentada pelo passageiro ao operador aéreo, caso não seja adotado o procedimento por meio digital e a outra deverá permanecer com o passageiro.

§ 2º A PF, em conjunto com os operadores aéreos, poderá estabelecer procedimentos e infraestrutura para envio das autorizações emitidas de embarque de passageiro armado aos operadores aéreos por meio digital, bem como criar procedimento que dispense a necessidade de realização do check-in presencial.

Art. 14. A PF, quando entender necessário, a qualquer tempo entre a solicitação da autorização para embarque armado e a saída do passageiro da ARS no aeródromo de destino poderá exigir do passageiro a comprovação dos itens que estão sendo por ele portados e de que as armas de fogo estão devidamente desmuniciadas.

Art. 15. Emitida a autorização, o passageiro deverá se deslocar ao balcão do operador aéreo para fins de realização do check-in e comunicação sobre a necessidade de embarque armado.

§ 1º O operador aéreo deverá exigir, para a realização do check-in, a apresentação do formulário de autorização de embarque armado, verificando se foi emitida a autorização pelo órgão responsável e um documento de identificação do passageiro, com fé pública e validade em todo o território brasileiro, para fins da emissão do bilhete de embarque.

§ 2º O operador aéreo deverá avaliar se as informações que constam no formulário de autorização de embarque armado atendem aos arts. 5º e 6º desta Resolução e não permitir o embarque armado quando verificado o não atendimento.

§ 3º O operador aéreo, no momento do check-in, deverá reter uma via do formulário de autorização de embarque armado, que deverá ser mantida nos termos do art. 77 desta Resolução.

§ 4º O operador aéreo deverá conceder atendimento prioritário ao passageiro armado no procedimento de check-in presencial, exceto em relação aos passageiros com necessidade de assistência especial, conforme regulamentação específica da ANAC.

§ 5º O operador aéreo, no momento do check-in, deverá informar ao passageiro armado os procedimentos de identificação para acesso à sala de embarque.

Art. 16. Para acessar a sala de embarque o passageiro armado deverá apresentar o formulário de autorização de embarque armado e o seu documento de identificação, com fé pública e validade em todo o território brasileiro, ao Agente de Proteção da Aviação Civil - APAC.

Parágrafo único. Para permitir o acesso do passageiro armado à ARS, o APAC deverá conciliar os dados do documento de identificação do passageiro com os dados do formulário de autorização e confirmar se o operador aéreo foi cientificado e se a autorização de embarque armado foi emitida, conforme meios definidos pela PF.

Art. 17. Para acesso à ARS, o passageiro armado deverá submeter seus bens transportados como bagagem de mão à inspeção de segurança da aviação civil, conforme regulamentação da ANAC.

Parágrafo único. O passageiro armado que, em caso de conexão, sair da ARS, deverá se submeter a novo procedimento de identificação e inspeção, sendo necessária coordenação com o operador aéreo, nos termos do art. 15, § 5º, desta Resolução.

Art. 18. O passageiro autorizado a embarcar armado, além da arma de fogo e munições, poderá portar outros itens considerados proibidos para acesso às ARS desde que façam parte do seu equipamento operacional, com exceção de gás lacrimogêneo, gases similares incapacitantes ou outros artigos vedados ao transporte aéreo civil conforme RBAC nº 175 e demais limitações desta Resolução.

Parágrafo único. Todos os itens considerados proibidos pela regulamentação específica que o passageiro armado estiver portando deverão estar listados no formulário de autorização de embarque armado.

Art. 19. Ao longo de todo o processo de embarque de passageiro armado, em caso de suspeita de descumprimento da norma, o operador aéreo e o operador de aeródromo deverão informar ao órgão de segurança pública responsável pela verificação dos formulários de autorização de embarque armado.

Art. 20. As informações referentes ao embarque de passageiro armado deverão ser transmitidas pelo operador aéreo a toda tripulação da aeronave de forma discreta, limitando-se ao nome do passageiro e número do seu assento, de forma a resguardar o sigilo da existência de arma a bordo e da condição de seu detentor.

Art. 21. O operador aéreo, por meio da tripulação da aeronave, deverá informar, de forma reservada, ao passageiro que embarcar armado a existência e o local de assento de outros passageiros que se encontrem nessa mesma condição.

Art. 22. Em caso de transferência de passageiro armado de uma aeronave para outra, o operador aéreo deverá notificar a tripulação da outra aeronave sobre a presença e identificação do(s) passageiro(s) armado(s), observado o disposto nos arts. 20 e 21 desta Resolução.

Art. 23. O operador aéreo deverá notificar a sua base de destino sobre a presença de passageiro(s) armado(s) no voo.

Art. 24. O operador aéreo e o comandante da aeronave, excepcionalmente, poderão negar o embarque de passageiro armado quando considerarem, de forma justificada e por escrito, que o embarque armado acarrete potencial ameaça à segurança operacional, à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita ou à segurança dos demais passageiros.

Art. 25. Os procedimentos para embarque de passageiro armado deverão ser realizados de forma discreta e sem alarde, tanto pelo operador aéreo no momento do check-in e embarque na aeronave quanto pelo operador de aeródromo durante o acesso à sala de embarque e realização da inspeção de segurança.

Art. 26. Nos casos em que a autorização de embarque de passageiro armado for emitida por órgão de segurança pública, conforme art. 8º, § 1º, este órgão será responsável pelas atividades atribuídas à PF nos arts. 11, salvo § 2º, 13, salvo § 2º, e 14 desta Resolução.

Art. 27. Nos casos em que a autorização para embarque armado for emitida pela PF via sistema informatizado, nos termos do art. 11, § 2º, desta Resolução, o embarque do passageiro será realizado mesmo quando a PF ou outro órgão de segurança pública não estiver presente fisicamente no aeródromo.

Parágrafo único. No caso previsto no caput, o operador aéreo e o operador de aeródromo deverão seguir os procedimentos que lhe são estabelecidos nesta Seção.

Seção IV

Da Conduta do Passageiro Armado

Art. 28. Na oportunidade da emissão da autorização de embarque armado, o órgão de segurança pública responsável pela verificação da documentação deverá informar ao passageiro as seguintes obrigações, restrições e orientações relacionadas ao embarque armado:

I - vedação do porte de arma de fogo municiada no interior da aeronave;

II - obrigatoriedade de permanência no assento designado no cartão de embarque, salvo quando a mudança de assento for coordenada com a tripulação e tiver anuência do comandante da aeronave;

III - vedação do consumo de bebida alcoólica no período de oito horas antecedentes ao embarque e durante todo o trajeto da viagem;

IV - obrigatoriedade de condução da arma de fogo e outros itens proibidos de forma discreta, de sua guarda constante e, no caso de armas curtas, de seu porte junto ao corpo, em ARS e no interior da aeronave;

V - obrigatoriedade de que a sua atuação no interior das aeronaves, em caso de tumulto ou em qualquer outra circunstância desta natureza, somente ocorra sob coordenação do comandante da aeronave;

VI - obrigatoriedade de que o municiamento da arma de fogo, após o desembarque, somente seja realizado fora da ARS e em local seguro e reservado, preferencialmente o mesmo disponibilizado pelo operador de aeródromo para o descarregamento e desmuniciamento de arma de fogo; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - advertência de que a realização de disparo a bordo pode causar despressurização da aeronave e danos em linhas de combustíveis, cabos de controle, fios elétricos e sistemas hidráulicos, que podem resultar em acidentes de proporções catastróficas.

§ 1º O operador aéreo ou operador de aeródromo que venha a identificar que o passageiro armado descumpriu qualquer uma das obrigações ou restrições previstas no caput deverá comunicar imediatamente a PF ou órgão de segurança pública responsável pelas atividades de polícia do aeródromo, sem prejuízo para a adoção de outras medidas cabíveis.

§ 2º O descumprimento pelo passageiro das obrigações e restrições previstas neste artigo implicará seu desembarque compulsório, sem prejuízo para a adoção de outras medidas julgadas cabíveis pela PF.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE DESPACHO DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES EM VOO DOMÉSTICO REGULAR

Seção I

Disposições Gerais

Art. 29. O despacho de armas e munições em voos de transporte aéreo público regular doméstico restringe-se aos passageiros cuja(s) arma(s) e respectivo transporte estejam em condição regular, conforme legislação específica.

Art. 30. O despacho de armas e munições nas aeronaves deverá respeitar as proibições e os limites de peso estabelecidos no RBAC nº 175.

Seção II

Da Autorização do Despacho de Arma

Art. 31. O despacho de arma de fogo e munições em aeronaves deverá ser autorizado por unidade da PF presente no aeródromo ou responsável pela circunscrição do aeródromo.

§ 1º Com anuência formal da PF e previsão no Programa de Segurança Aeroportuária - PSA a autorização prevista no caput poderá ser emitida por órgão de segurança pública.

§ 2º A autorização de despacho de arma de fogo e munições emitida por órgão de segurança pública somente terá validade para despacho realizado em aeródromo situado na circunscrição do órgão expedidor e para as conexões domésticas subsequentes.

Art. 32. A autorização do despacho de arma de fogo e munições em aeronaves deve ser precedida do preenchimento de formulário de autorização de despacho de arma de fogo pelo passageiro, conforme meios e modelos definidos pela PF.

Seção III

Do Procedimento de Despacho de Arma

Art. 33. No procedimento de despacho de arma de fogo e munições em voos de transporte aéreo público regular doméstico, o passageiro deverá comparecer à representação da PF para o aeródromo, previamente à realização de seu check-in, munido de:

I - formulário de autorização de despacho de arma de fogo preenchido;

II - passagem aérea contendo a data e número do voo, bem como a origem e destino do trecho a ser percorrido;

III - documento que confira ao passageiro o porte de arma de fogo ou que o autorize a transportá-la;

IV - documentação que comprove a legalidade das armas a serem transportadas, quando exigido na legislação relativa ao registro e à posse de armas de fogo; e

V - documentação que comprove a autorização para porte de trânsito (guia de tráfego) expedida pelo Comando do Exército, quando exigido na legislação relativa ao registro e à posse de armas de fogo.

Parágrafo único. O comparecimento à representação da PF deverá ocorrer com antecedência suficiente para realização do procedimento de verificação do formulário de autorização de despacho de arma de fogo na PF e posterior check-in e despacho dos itens no operador aéreo, observada a antecedência mínima estabelecida no contrato de transporte aéreo.

Art. 34. Para emissão da autorização do despacho de arma e munições, a PF verificará a documentação listada no art. 33 desta Resolução.

Parágrafo único. A PF poderá estabelecer procedimentos e infraestrutura para verificar a documentação prevista no caput e autorizar o despacho de arma de fogo e munições via sistema informatizado, podendo, inclusive, dispensar o comparecimento do passageiro na representação local da PF no aeródromo.

Art. 35.Emitida a autorização para despacho da arma, o responsável pela verificação deverá assinar, física ou eletronicamente, o formulário de autorização de despacho de arma de fogo.

§ 1º Uma via do formulário de autorização de despacho de arma de fogo ficará retida pelo órgão responsável por sua verificação, uma deverá ser apresentada pelo passageiro ao operador aéreo, caso não seja adotado o procedimento de envio por meio digital, uma via deverá acompanhar a arma e munições até o destino final e outra deverá permanecer com o passageiro.

§ 2º A PF, em conjunto com os operadores aéreos, poderá estabelecer procedimentos e infraestrutura para envio das autorizações emitidas de despacho de arma de fogo aos operadores aéreos por meio digital.

Art. 36. O passageiro autorizado a realizar o despacho de arma de fogo e munições deverá se deslocar ao balcão de check-in do operador aéreo com as armas descarregadas.

§ 1º O operador aéreo deverá exigir, para a realização do despacho de arma e munições, a apresentação do formulário de autorização de despacho de arma de fogo, verificando se foi emitida a autorização pelo órgão responsável e um documento de identificação do passageiro, com fé pública e validade em todo o território brasileiro.

§ 2º O operador aéreo deverá garantir que uma via do formulário de autorização de despacho de arma de fogo acompanhe as armas e munições até o destino final e que outra seja mantida nos termos do art. 77 desta Resolução.

§ 3º O operador aéreo deverá conceder atendimento prioritário ao passageiro no procedimento de despacho de arma e munições, exceto em relação aos passageiros com necessidade de assistência especial, conforme regulamentação específica da ANAC.

Art. 37. A realização do descarregamento das armas de fogo despachadas é de responsabilidade do passageiro e deve ocorrer previamente à chegada ao aeródromo ou no aeródromo, em local disponibilizado pelo operador de aeródromo.

§ 1º O descarregamento da arma de fogo a ser despachada deve ser realizado observando o estabelecido no art. 12, incisos I a IV, desta Resolução.

§ 2º Em nenhum momento o funcionário do operador aéreo ou do operador de aeródromo deverá manusear a arma e munições do passageiro.

§ 3º A PF, quando entender necessário, poderá exigir do passageiro a comprovação de que as armas de fogo estão devidamente descarregadas.

Art. 38.O passageiro deverá apresentar as armas e munições para despacho embaladas adequadamente, conforme as seguintes opções:

I - acondicionadas em cases rígidos que possam ser lacrados;

II - acondicionadas em embalagens fornecidas pelo operador aéreo; ou

III - para as armas longas, acondicionadas em embalagem apropriada, fornecida pelo passageiro, que possa ser lacrada.

§ 1º No caso de optar pela utilização de embalagem fornecida pelo operador aéreo, o passageiro, previamente ao despacho, deverá retirar a embalagem no balcão de check-in e realizar o acondicionamento das armas e munições separadamente em embalagens distintas, no local definido pelo operador de aeródromo para realização do descarregamento de arma de fogo.

§ 2º O operador aéreo deverá negar o despacho de arma e munições que não estejam embaladas de acordo com o estabelecido nesta Seção.

Art. 39. O operador aéreo deverá designar funcionário para conduzir a arma e munições despachadas de maneira discreta e segura até a aeronave.

§ 1º Após entrega da arma e das munições ao funcionário do operador aéreo, caso a condução destas até a aeronave não possa ser imediata, a arma de fogo e as munições despachadas deverão permanecer em área de armazenagem do operador aéreo com acesso controlado.

§ 2º As informações referentes à presença de arma de fogo e munições despachadas a bordo da aeronave deverão ser transmitidas pelo operador aéreo ao comandante da aeronave.

Art. 40. Para autorização do acesso à ARS do funcionário do operador aéreo de posse da arma de fogo e munições despachadas, o operador de aeródromo deve exigir a apresentação da credencial aeroportuária do funcionário e do formulário de autorização de despacho de arma de fogo, ao APAC.

§ 1º O APAC deve confirmar se a autorização de despacho de arma e munições foi emitida, conforme os meios definidos pela PF.

§ 2º O funcionário do operador aéreo deve se submeter à inspeção de segurança, de forma a garantir que não esteja portando itens proibidos além daqueles especificados no formulário de autorização de despacho de arma de fogo.

Art. 41. O operador aéreo será responsável pela guarda das armas e munições despachadas desde o recebimento no momento do despacho até a sua restituição ao passageiro no destino final.

§ 1º Na ausência ou impossibilidade de utilização de cofre, o operador aéreo deve especificar outro local seguro na aeronave para o transporte de armas e munições despachadas, que seja fora do alcance dos passageiros.

§ 2º O operador aéreo deve manter seus funcionários cientes do(s) local(is) seguro(s) onde as armas e munições despachadas deverão ser acondicionadas na aeronave.

Art. 42. O operador aéreo deve restituir a arma e munições ao passageiro em prazo máximo de 1 (uma) hora a contar do horário de calço da aeronave.

§ 1º O operador aéreo deverá informar o local de restituição da arma e munições ao passageiro no momento do despacho da arma ou a qualquer tempo antes do desembarque do passageiro.

§ 2º A restituição deverá ser realizada pelo operador aéreo de forma discreta e fora da ARS, preferencialmente em área controlada, diretamente ao passageiro, mediante verificação do documento de identidade e do formulário de autorização de despacho de arma de fogo.

Art. 43. O operador aéreo deverá ressarcir ao passageiro eventuais despesas decorrentes do extravio de arma ou munição, conforme regras estabelecidas na regulamentação que dispõe sobre as Condições Gerais de Transporte Aéreo.

Parágrafo único. A não restituição de arma ou munição ao passageiro no prazo de 1 (uma) hora após o horário de calço da aeronave caracteriza o extravio.

Art. 44. Em caso de extravio de arma de fogo e munições despachadas, o operador aéreo deverá comunicar a ocorrência, imediatamente, ao passageiro, à PF e aos operadores de aeródromo de origem e destino da arma.

§ 1º Na ausência da PF no aeródromo de origem ou destino, a comunicação também deverá ser realizada ao órgão de segurança pública que a substitua.

§ 2º Caso a arma de fogo ou as munições não sejam devolvidas ao passageiro dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o operador aéreo deverá elaborar Documento de Segurança de Aviação Civil - DSAC e encaminhá-lo à ANAC, relatando as condições em que ocorreu o extravio e os procedimentos de contingência que foram adotados.

§ 3º O operador aéreo deverá garantir que, após a localização de armas de fogo e munições extraviadas, o transporte destes objetos por via aérea seja previamente comunicado aos órgãos públicos responsáveis pelas atividades de polícia nos aeródromos de origem, destino e conexão.

Art. 45. O operador aéreo deverá indenizar o passageiro em caso de perda ou inutilização de armas e munições despachadas.

§ 1º A perda ou a inutilização são constatadas quando a arma ou munições não tenham sido restituídas ao passageiro nas mesmas condições em que foram apresentadas ao operador aéreo após 48 (quarenta e oito) horas do desembarque.

§ 2º A partir da constatação da perda ou da inutilização, em até 14 (quatorze) dias, o operador aéreo deverá:

I - restituir ao passageiro a arma e munições no estado em que foram apresentadas para despacho; ou

II - efetuar o pagamento de indenização ao passageiro no valor de mercado da arma e munições perdidas ou inutilizadas.

Art. 46. O operador aéreo e o comandante da aeronave, excepcionalmente, poderão negar o transporte de armas e munições despachadas quando considerarem, de forma justificada e por escrito, que o transporte acarrete em potencial ameaça à segurança operacional, à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita ou à segurança dos demais passageiros.

Art. 47. Nos casos em que a autorização de despacho de arma e munições for emitida por órgão de segurança pública, conforme art. 31, § 1º, este órgão será responsável pela atividade atribuída à PF no arts. 34, salvo parágrafo único, 35, salvo § 2º, e 37 desta Resolução.

Art. 48. Nos casos em que a autorização para despacho de arma e munições for emitida pela PF via sistema informatizado, nos termos do art. 34, parágrafo único, desta Resolução, o despacho será realizado mesmo quando a PF ou outro órgão de segurança pública não estiver presente fisicamente no aeródromo.

Parágrafo único. No caso previsto no caput, o operador aéreo e o operador de aeródromo deverão seguir os procedimentos que lhe são estabelecidos nesta Seção.

CAPÍTULO IV

DO TRANSPORTE DE ARMAS DE FOGO NAS OPERAÇÕES DE TRANSPORTE AÉREO PÚBLICO NÃO REGULAR DOMÉSTICO, DA AVIAÇÃO GERAL E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

Art. 49. O embarque de passageiro armado nas operações de transporte aéreo público não regular doméstico e nas operações da aviação geral, quando ocorrer circulação do passageiro em ARS, deverá ser autorizado por unidade da PF, presente no aeródromo ou responsável pela circunscrição do aeródromo, observando as disposições da Seção I do Capítulo II desta Resolução.

§ 1º Com anuência formal da PF a autorização prevista no caput poderá ser emitida por órgão de segurança pública.

§ 2º O embarque do passageiro armado nas operações elencadas no caput deverá ser conhecido e autorizado pelo comandante da aeronave.

Art. 50. O despacho de armas de fogo e munições nas operações de transporte aéreo público não regular doméstico e nas operações da aviação geral, quando o fluxo de carregamento da aeronave envolver circulação da arma e munições em ARS, deverá ser autorizado por unidade da PF, presente no aeródromo ou responsável pela circunscrição do aeródromo, observando as disposições da Seção I do Capítulo III desta Resolução.

§ 1º Com anuência formal da PF a autorização prevista no caput poderá ser emitida por órgão de segurança pública.

§ 2º O comandante da aeronave será responsável por definir o local de acondicionamento do armamento e munições despachados, considerando os aspectos de segurança operacional e o disposto no RBAC nº 175, bem como a necessidade de manter o armamento inacessível aos passageiros, quando as características da aeronave assim permitirem.

Art. 51. Cabe ao operador aéreo garantir que o transporte de armas e munições nos termos dos arts. 49 e 50 desta Resolução observem as proibições e os limites de peso previstos no RBAC nº 175.

Art. 52. Nas operações de transporte aéreo público não regular doméstico e nas operações da aviação geral que envolvam a presença de armas e munições em ARS, o operador de aeródromo deverá realizar o controle e o acompanhamento da operação, adotando os seguintes procedimentos:

§ 1º No caso de embarque de passageiro armado que envolva acesso à ARS, o operador de aeródromo deverá designar funcionário para acompanhar o passageiro até a aeronave e informar ao comandante da aeronave em que ocorrerá o transporte acerca da presença da arma de fogo portada pelo passageiro.

§ 2º No caso de desembarque de passageiro armado que envolva acesso à ARS, o operador de aeródromo deverá designar funcionário para acompanhar o passageiro da aeronave até a saída da ARS.

§ 3º No caso de despacho de armas e munições que envolva acesso à ARS, nas operações de embarque, o operador de aeródromo deverá designar funcionário para transportar as armas e munições até a aeronave e entrega-las ao comandante da aeronave em que ocorrerá o transporte.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º No caso de despacho de armas e munições que envolva acesso à ARS, nas operações de desembarque, o operador de aeródromo deverá designar funcionário para transportar as armas e munições da aeronave até um ponto fora da ARS e restituir ao passageiro.

Art. 53. No caso de agentes públicos engajados em operações aéreas dos órgãos de polícia, bombeiros, defesa civil, fiscalização e congêneres, o operador do aeródromo permitirá o acesso armado desses agentes à ARS desde que:

I - o operador do aeródromo e o órgão de segurança pública responsável pelas atividades de polícia no aeródromo tenham sido notificados;

II - os agentes públicos estejam devidamente identificados, por meio da apresentação de identidade funcional no momento da realização da inspeção de segurança;

III - o acesso armado à ARS seja destinado exclusivamente ao embarque nas aeronaves civis públicas dos órgãos públicos, aeronaves requisitadas pelo poder público ou aeronaves a serviço do poder público; e

IV - o embarque seja autorizado pelo comandante da aeronave.

§ 1º Não é necessário o preenchimento de formulário de autorização de embarque armado ou de formulário de autorização de despacho de arma de fogo para o transporte de armas e munições realizado nos termos do caput deste artigo.

§ 2º O operador de aeródromo deverá realizar a supervisão das operações de embarque e desembarque por meio de profissional designado ou através de CFTV.

Art. 54. No caso de transporte de armas de fogo e munições nas operações de transporte aéreo público não regular doméstico, nas operações da aviação geral e nas operações dos órgãos de polícia, bombeiros, defesa civil, fiscalização e congêneres, que envolvam circulação da arma em ARS, o operador aéreo deverá, antes do pouso ou imediatamente após o estacionamento da aeronave, informar o operador do aeródromo de destino sobre a existência da arma de fogo e munições a bordo.

CAPÍTULO V

DO TRANSPORTE DE ARMAS DE FOGO EM VOOS INTERNACIONAIS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 55. O transporte de arma de fogo e munições em voos internacionais observará o disposto em tratados, convenções e acordos internacionais, considerando o princípio da reciprocidade.

Parágrafo único. O transporte de arma de fogo e munições em voos internacionais deve ser realizado mediante autorização do Comando do Exército, exceto para oficiais de segurança de dignitários e oficiais de segurança em voo.

Art. 56. Ressalvadas as hipóteses previstas em tratados, convenções e acordos internacionais e no Capítulo VI desta Resolução, é vedado o embarque de passageiro armado em voos internacionais, devendo o transporte de armas de fogo e munições ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Resolução para o despacho de arma de fogo e munições.

CAPÍTULO VI

OFICIAIS ESTRANGEIROS DE SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS E DE SEGURANÇA EM VOO

Seção I

Oficiais Estrangeiros de Segurança de Dignitários

Art. 57. O transporte de arma de fogo de oficiais de segurança para a proteção de autoridades governamentais ou diplomatas estrangeiros em voos que operem no Brasil estará condicionado à solicitação antecipada ao Ministério das Relações Exteriores - MRE.

Parágrafo único. A notificação do transporte deverá conter os dados exigidos pelo MRE, incluindo, dentre outros, nome completo, número de passaporte e nacionalidade dos oficiais de segurança, quantidade e características das armas e munições transportadas e período de permanência em território nacional.

Art. 58. As condições para o transporte de arma de fogo em aeronave serão informadas ao país solicitante pelo MRE, seguindo diretrizes definidas pela ANAC em conjunto com a PF.

Art. 59. O embarque e o desembarque de oficiais estrangeiros de segurança de dignitários deverão ser coordenados pela PF, pelo operador aéreo, pelo operador de aeródromo e, para fins de controle aduaneiro, pela Receita Federal, com interação, quando necessário, com outros órgãos públicos.

Seção II

Oficiais Estrangeiros de Segurança em Voo

Art. 60. A autorização e as condições para operação com oficiais estrangeiros de segurança em voo para a proteção de voos internacionais de operadores aéreos estrangeiros, deverão ser estabelecidas em acordo específico, mediado pelo MRE, com participação da ANAC e da PF, levando-se em conta aspectos relativos à necessidade, à capacitação específica dos oficiais, à segurança operacional, à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita e seus níveis de ameaça.

Art. 61. As operações com oficiais estrangeiros de segurança em voo deverão ser notificadas previamente à PF, que coordenará a realização de cada operação nos respectivos aeródromos.

Parágrafo único. A notificação de embarque e desembarque deverá conter o nome completo e número de passaporte dos oficiais de segurança, quantidade e características das armas e munições transportadas, nome do operador aéreo responsável pelo transporte, número dos voos, datas, horários e locais de embarque e desembarque em território nacional.

Art. 62. É vedado o desembarque em território nacional de oficiais estrangeiros de segurança em voo portando suas armas, as quais devem ser depositadas em local apropriado, conforme entendimentos ratificados entre a PF, a Receita Federal, a ANAC, o operador de aeródromo e o Estado interessado.

CAPÍTULO VII

DO TRANSPORTE DE PASSAGEIRO SOB CUSTÓDIA

Seção I

Do Procedimento

Art. 63. O transporte aéreo de passageiro sob custódia deverá ser coordenado pelo órgão responsável pela escolta com o operador do aeródromo, o operador aéreo e a representação da PF, visando estabelecer, de acordo com as necessidades da equipe de escolta, as medidas e procedimentos especiais de segurança para embarque e desembarque, bem como de conduta a bordo da aeronave.

§ 1º Com anuência formal da PF os procedimentos a cargo desta, previstos nesta Seção, poderão ser realizados por órgão de segurança pública.

§ 2º A coordenação prevista no caput é de iniciativa do órgão responsável pela escolta e deve ser iniciada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do horário previsto para o voo, salvo acordo entre as organizações envolvidas nas operações.

Art. 64. A equipe de escolta deve identificar-se aos funcionários da representação da PF para o aeródromo e aos funcionários do operador aéreo e apresentar o documento formal que autorize o transporte do custodiado.

Parágrafo único. O operador aéreo deverá conceder atendimento prioritário à equipe de escolta no procedimento de check-in presencial, exceto em relação aos passageiros com necessidade de assistência especial, conforme regulamentação específica da ANAC.

Art. 65. Em reunião extraordinária da Comissão de Segurança Aeroportuária - CSA, a PF, o operador de aeródromo, os operadores aéreos e os órgãos que realizam o transporte de custodiados poderão estabelecer procedimentos e fluxos diferenciados para o embarque e desembarque de passageiros custodiados e equipes de escolta, podendo incluir, entre outras soluções:

I - possibilidade de realização do check-in sem a presença do custodiado no balcão do operador aéreo; e

II - acesso do custodiado e da equipe de escolta ao pátio de aeronaves através dos acessos de veículos do aeródromo, inclusive com procedimentos diferenciados para a inspeção de segurança.

Art. 66. O operador aéreo não poderá transportar mais do que dois passageiros custodiados, com suas respectivas equipes de escoltas, em um mesmo voo, observadas as orientações da PF quanto à avaliação de sua periculosidade e de riscos à segurança contra atos de interferência ilícita.

Parágrafo único. O operador aéreo deverá informar ao comandante a presença e a localização na aeronave do passageiro custodiado e da equipe de escolta.

Art. 67. O operador aéreo e o comandante da aeronave poderão negar o embarque de passageiro sob custódia quando considerarem, de forma justificada e por escrito, que ele representa potencial ameaça à segurança operacional, à segurança contra atos de interferência ilícita ou à segurança dos demais passageiros.

Art. 68. O embarque e o desembarque de passageiro custodiado deverão ser realizados de maneira discreta, evitando alarde e transtornos aos outros passageiros.

Seção II

Medidas Especiais de Segurança, Conduta e Restrições a Bordo de Aeronaves

Art. 69. O operador aéreo deverá negar o embarque de passageiro custodiado em aeronaves civis se a equipe de escolta não for composta por, no mínimo, dois profissionais por passageiro custodiado.

Art. 70. A equipe de escolta de passageiro custodiado deverá dispor de equipamentos de contenção, sendo vedado o porte de gás lacrimogêneo ou similar incapacitante e outros artigos vedados ao transporte aéreo civil conforme RBAC nº 175 e demais limitações desta Resolução.

Art. 71. O serviço de bordo que será prestado ao passageiro sob custódia e à equipe de escolta não deverá conter bebidas alcoólicas, utensílios de metal ou instrumentos perfurantes ou cortantes.

Art. 72. A equipe de escolta deverá garantir que o passageiro sob custódia:

I - não porte material proibido ou perigoso, de acordo com regulamentação da ANAC;

II - aguarde o embarque em local seguro e discreto;

III - embarque antes e desembarque depois dos demais passageiros;

IV - ocupe assento no final da cabine de passageiros, afastado das saídas de emergência, em fileiras com dois ou mais assentos e, no mínimo, com um profissional da equipe de escolta sentado entre ele e o corredor;

V - não seja algemado a partes fixas da aeronave, salvo em situações em que o passageiro apresentar comportamento que o caracterize como passageiro indisciplinado; e

VI - esteja sempre acompanhado e mantido sob vigilância, inclusive durante o uso dos sanitários.

Art. 73. O operador aéreo deverá orientar a equipe de escolta acerca dos procedimentos e condutas adequados a bordo da aeronave, previamente à decolagem.

Seção III

Transporte de Passageiro sob Custódia a Bordo de Aeronave em Voo Internacional

Art. 74. A PF avaliará os riscos do transporte de pessoa custodiada em voos internacionais, para garantir que não constitua perigo à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita e que sejam adotadas as medidas de segurança adequadas.

Art. 75. O passageiro sob custódia transportado em operação de transporte aéreo público internacional regular, deverá ser acompanhado por equipe de escolta dimensionada pela PF.

Art. 76. Nos casos de passageiro impedido, repatriado, deportado ou expulso, a necessidade de equipe de escolta ficará a critério da PF, a partir de avaliação de risco, podendo ainda a sua realização ser atribuída à equipe de escolta privada desarmada, a cargo do responsável pela retirada do estrangeiro do território nacional.

Parágrafo único. No caso de escolta atribuída à empresa de segurança privada nacional, deverá ser observada a necessidade de registro válido na PF.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77. O operador aéreo deverá manter registros, físicos ou eletrônicos, dos passageiros transportados sob as condições desta Resolução em voos de transporte aéreo público regular, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Os registros previstos no caput incluem as vias das autorizações e justificativas de negativas de embarque de embarque de passageiro armado e de despacho de arma de fogo, bem como as justificativas das negativas de embarque de passageiro sob custódia.

Art. 78. O operador aéreo deverá informar, no contrato de transporte aéreo, os procedimentos a serem adotados para o embarque de passageiro armado, despacho de arma de fogo e transporte de passageiro sob custódia.

Art. 79. As hipóteses para a autorização de embarque armado de policiais federais serão estabelecidas conforme requisitos e procedimentos definidos pela Polícia Federal, observado o disposto no § 1º do art. 3º desta Resolução.

Art. 80. A PF poderá estabelecer procedimentos complementares de segurança e de emissão informatizada das autorizações de embarque armado e das autorizações de despacho de arma de fogo, inclusive com a possibilidade de substituir as vias impressas dos formulários por arquivos digitais.

Art. 81. O embarque armado e o despacho de arma quando envolverem armas de eletrochoque deverão observar o disposto nesta Resolução e exigências adicionais contidas em regulamentação específica da ANAC.

Art. 82. Além das disposições previstas na presente Resolução, ressalva-se a competência da Polícia Federal para normatizar as matérias abrangidas em sua competência, no exercício da função de polícia aeroportuária, conferida pelo art. 144, § 1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 83. As violações ao previsto nesta Resolução sujeitam o infrator às penalidades constantes no art. 289 da Lei nº 7.565, Código Brasileiro de Aeronáutica, de 19 de dezembro de 1986, a serem apuradas em conformidade com o procedimento descrito na Resolução nº 25, de 25 de abril de 2008, e na Instrução Normativa nº 8, de 6 de junho de 2008, ou em outros normativos que os substituírem, adotando-se, para as infrações praticadas a partir da entrada em vigor desta Resolução, os valores de multa previstos em seu Anexo.

Art. 84. Esta Resolução entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Art. 85. Ficam revogados:

I - a Instrução de Aviação Civil nº 107-1005 (IAC 107-1005), intitulada "Procedimentos para Embarque de Passageiros Armados";

II - a Portaria DAC nº 244/DGAC/R, de 14 de junho de 2005, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica de 22 de junho de 2005, que aprovou a mencionada IAC; e

III - o item 29 da Tabela III - SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL Operador de Aeródromo do Anexo III da Resolução nº 25, de 25 de abril de 2008.

RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA

Diretor-Presidente

Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

DOSIMETRIA DAS SANÇÕES APLICÁVEIS ÀS INFRAÇÕES À RESOLUÇÃO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Seção	Descrição					RequisitoValorIncidência da sanção
						MínimoIntermediárioMáximo
OPERADOR AÉREO						
Cap. II, Seção III	Realizar check-in de passageiro armado que não apresente os documentos exigidos por essa Resolução.	Art. 15, § 1º	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III	Permitir o embarque armado quando o formulário de autorização de embarque armado indique o porte de armas ou munições em condição não permitida ou de artigos perigosos não autorizados, nos termos do RBAC nº 175.	Art. 15, § 2º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III	Deixar de reter uma via do formulário de autorização de embarque armado quando da realização do check-in do passageiro.	Art. 15, § 3º	4.000	7.000	10.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III	Deixar de dar prioridade ao atendimento de passageiro armado no momento do check-in.	Art. 15, § 4º	4.000	7.000	10.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III	Deixar de informar ao passageiro armado, no momento do check-in, sobre os procedimentos de identificação para acesso à sala de embarque.	Art. 15, § 5º	4.000	7.000	10.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III Cap. II, Seção IV	Deixar de informar o órgão de segurança pública no caso de descumprimento ou suspeita de descumprimento de regra relativa ao embarque de passageiro armado.	Art. 19 ou Art. 28, § 1º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III	Deixar de informar a tripulação da aeronave o nome dos passageiros armados e o número de seus assentos de forma discreta.	Art. 20 ou art. 22.	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III	Deixar de informar ao passageiro que embarcar armado a existência e o assento de outros passageiros armados no voo.	Art. 21	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III	Deixar de comunicar a base de destino sobre a presença de passageiro armado no voo.	Art. 23	10.000	17.500	25.000	1 por voo
Cap. II, Seção III Cap. III, Seção III Cap. VII, Seção I	Negar o embarque de passageiro armado, despacho de arma e munições ou embarque de passageiro custodiado sem justificativa por escrito capaz de demonstrar a potencial ameaça à segurança.	Art. 24, Art. 46 e Art. 67	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III	Realizar procedimentos de check-in e embarque de passageiro armado sem a necessária discrição.	Art. 25	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Realizar o despacho de arma e munições sem que o passageiro apresente os documentos exigidos por essa Resolução.	Art. 36, § 1º	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Realizar transporte de arma e munições despachadas sem o acompanhamento da via do formulário de autorização de despacho de arma de fogo, até o destino final	Art. 36, § 2º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Deixar de dar prioridade ao atendimento de passageiro que pretende despachar arma e munições, no momento do check-in.	Art. 36, § 3º	4.000	7.000	10.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Manusear a arma ou munições do passageiro.	Art. 37, § 2º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Deixar de fornecer embalagem para acondicionamento de arma e munições despachadas	Art. 38, II e § 1º	10.000	17.500	25.000	1 por passageiro
Cap. III, Seção III	Permitir o despacho de arma e munições que não estejam embaladas conforme estabelecido nessa Resolução.	Art. 38, § 2º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Deixar de conduzir arma e munições despachadas de maneira segura e discreta, até a aeronave.	Art. 39	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Deixar de armazenar arma e munições despachadas em local com acesso controlado, quando estiverem sob a responsabilidade do operador aéreo.	Art. 39, § 1º	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Deixar de informar ao comandante sobre a presença de arma de fogo e munições despachadas a bordo da aeronave.	Art. 39, § 2º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Deixar de especificar os locais seguros da aeronave destinados ao transporte de armas e munições despachadas.	Art. 41, § 1º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Deixar de manter seus funcionários cientes acerca dos locais seguros da aeronave destinados ao transporte de armas e munições despachadas.	Art. 41, § 2º	10.000	17.500	25.000	1 por profissional
Cap. III, Seção III	Não restituir a arma e munições ao passageiro em prazo máximo de 1 (uma) hora após o horário de calço da aeronave.	Art. 42	10.000	17.500	25.000	1 por passageiro
Cap. III, Seção III	Deixar de informar o local de restituição da arma e munições ao passageiro no momento do despacho da arma ou a qualquer tempo antes do desembarque do passageiro.	Art. 42, § 1º	4.000	7.000	10.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Não realizar a restituição de arma e munições ao passageiro de forma discreta e fora da ARS, mediante verificação de documentação do passageiro e do formulário de autorização do despacho.	Art. 42, § 2º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Deixar de ressarcir as eventuais despesas do passageiro decorrentes do extravio da arma e munições, conforme estabelecido nas Condições Gerais de Transporte Aéreo.	Art. 43	20.000	35.000	50.000	1 por passageiro
Cap. III, Seção III	Deixar de comunicar a ocorrência de extravio de arma e munições, imediatamente, ao passageiro, à PF e aos operadores de aeródromo de origem e destino da arma	Art. 44	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Não encaminhar DSAC à ANAC comunicando extravio de arma de fogo nos casos em que a arma não for devolvida ao passageiro no prazo de 48 horas.	Art. 44, § 2º	20.000	35.000	50.000	1 por constatação (caso o operador não apresente DSAC)
			10.000	17.500	25.000	1 por constatação (caso o operador apresente DSAC fora do prazo)
Cap. III, Seção III	Transportar armas e munições extraviadas sem comunicar aos órgãos policiais dos aeródromos de origem, destino e conexão.	Art. 44, § 3º	20.000	35.000	50.000	1 por constatação
Cap. III Seção III	Deixar de efetuar o pagamento da indenização ao passageiro ou não restituir a arma e munições no estado em que foram despachadas, em até 14 dias da constatação da perda ou inutilização.	Art. 45, § 2º	20.000	35.000	50.000	1 por passageiro
Cap. VII, Seção I	Deixar de dar prioridade ao atendimento de passageiro que realiza escolta de passageiro sob custódia no momento do check-in.	Art. 64, parágrafo único	4.000	7.000	10.000	1 por voo
Cap. VII, Seção I	Transportar mais que dois passageiros sob custódia em um mesmo voo.	Art. 66	20.000	35.000	50.000	1 por voo
Cap. VII, Seção I	Deixar de informar ao comandante os assentos dos passageiros custodiados e equipes de escolta.	Art. 66, parágrafo único	10.000	17.500	25.000	1 por voo
Cap. VII, Seção I	Deixar de realizar o embarque e desembarque de passageiro custodiado de maneira discreta.	Art. 68	10.000	17.500	25.000	1 por voo
Cap. VII, Seção II	Permitir embarque de passageiro sob custódia com menos de duas pessoas compondo a equipe de escolta.	Art. 69	40.000	70.000	100.000	1 por voo
Cap. VII, Seção II	Servir bebidas alcóolicas, utensílios de metal ou instrumentos perfurantes ou cortantes a passageiro sob custódia ou à equipe de escolta.	Art. 71	20.000	35.000	50.000	1 por voo
Cap. VII, Seção II	Deixar de orientar a equipe de escolta acerca dos procedimentos e condutas adequados estabelecidos nesta Resolução.	Art. 73	10.000	17.500	25.000	1 por voo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cap. VI-II	Deixar de manter registros dos passageiros armados, armas despachadas e custodiados transportados em voos regulares.	Art. 77	4.000	7.000	10.000	1 por voo
Cap. VI-II	Deixar de informar o passageiro, no contrato de transporte aéreo, sobre os procedimentos a serem adotados para o embarque de passageiro armado, despacho de arma de fogo e transporte de passageiro sob custódia.	Art. 78	8.000	14.000	20.000	1 por constatação
OPERADORES AÉREOS NAS OPERAÇÕES DE TRANSPORTE AÉREO NÃO REGULAR, DA AVIAÇÃO GERAL E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS						
Cap. III	Não comunicar ao operador do aeródromo de destino, na forma prevista na regulamentação, sobre a presença de arma e munições a bordo da aeronave quando o desembarque envolver circulação destes objetos em ARS.	Art. 54	20.000	35.000	50.000	1 por constatação
OPERADOR DE AERÓDROMO						
Cap. II, Seção III	Não disponibilizar local reservado para descarregamento e desmuniciamento de arma de fogo, contendo caixa de areia ou dispositivo equivalente.	Art. 12, parágrafo único.	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III	Permitir acesso de passageiro armado à área restrita de segurança, sem verificação dos documentos exigidos.	Art. 16, parágrafo único.	40.000	70.000	100.000	1 por passageiro
Cap. II, Seção III	Permitir acesso de passageiro armado à área restrita de segurança, sem realização da inspeção de segurança em sua bagagem de mão.	Art. 17	40.000	70.000	100.000	1 por passageiro
Cap. II, Seção III	Deixar de informar o órgão de segurança pública no caso de suspeita de descumprimento de regra relativa ao embarque de passageiro armado.	Art. 19 ou Art. 28, § 1º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. II, Seção III	Realizar procedimentos de acesso à sala de embarque e inspeção de segurança de passageiro armado sem a necessária discrição.	Art. 25	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Manusear a arma ou munições do passageiro.	Art. 37, § 2º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Permitir acesso à ARS de profissional de operador aéreo conduzindo arma e munições despachadas, sem verificação dos documentos exigidos.	Art. 40	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Permitir acesso à ARS de profissional de operador aéreo conduzindo arma e munições despachadas, sem confirmação da emissão da autorização para o despacho de arma e munições.	Art. 40, § 1º	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
Cap. III, Seção III	Permitir acesso à ARS de profissional de operador aéreo conduzindo arma e munições despachadas, sem a realização da inspeção de segurança.	Art. 40, § 2º	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
Cap. IV	Deixar de acompanhar e controlar, conforme estabelecido nesta Resolução, o trânsito de embarque e desembarque de passageiros armados e armas e munições despachadas em ARS nas operações da transporte aéreo público não regular e da aviação geral.	Art. 52	40.000	70.000	100.000	1 por constatação
Cap. IV	Permitir o acesso armado a ARS de agentes públicos engajados em operações aéreas dos órgãos de polícia, bombeiros, defesa civil, fiscalização e congêneres, sem observar as exigências desta Resolução.	Art. 53	20.000	35.000	50.000	1 por constatação
Cap. IV	Deixar de supervisionar o embarque e desembarque das operações de órgãos públicos que envolvam a circulação de armas nas ARS, por meio de profissional designado ou através de CFTV.	Art. 53 § 2º	10.000	17.500	25.000	1 por constatação

Parâmetro de incidência	Forma de aplicação
Não aplicável	O requisito não contém obrigação dirigida ao regulado.
Aplicabilidade nos subitens	A obrigação contida no requisito será disciplinada em outros itens, para os quais será prevista a sanção.
1 por constatação	Será aplicada uma multa por cada conjunto de irregularidades identificadas que decorram de violação ao requisito que indica esse parâmetro de incidência.
1 por passageiro	Será aplicada uma multa por cada passageiro envolvido na ocorrência que decorre de violação a requisito que indica esse parâmetro de incidência.
1 por profissional	Será aplicada uma multa por cada profissional envolvido na ocorrência que decorre de violação a requisito que indica esse parâmetro de incidência.
1 por voo	Será aplicada uma multa por cada voo envolvido na ocorrência que decorre de violação a requisito que indica esse parâmetro de incidência.

RESOLUÇÃO Nº 462, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Aprova a Emenda nº 1 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XI e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta no processo nº 00058.061038/2016-69, deliberado e aprovado na 2ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 23 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a Emenda nº 1 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 (RBAC nº 175), intitulado "Transporte de artigos perigosos em aeronaves civis", consistente na inclusão da Seção 175.12 na Subparte A, com a seguinte redação

"175.12 Exceções para o transporte de munições e armas de eletrochoque por agentes públicos

(a) Este Regulamento, com exceção dos requisitos de notificação de ocorrência previstos em 175.27, não se aplica ao transporte aéreo dos artigos perigosos listados no parágrafo (b) desta seção, quando transportados de acordo com as condições específicas estabelecidas no parágrafo (b) desta seção e adicionalmente, com as seguintes condições:

(1) os artigos perigosos devem ser transportados como bagagem despachada, bagagem de mão ou junto ao corpo de agentes públicos que, cumulativamente, possuam porte de arma por razão de ofício e necessitem comprovadamente:

(i) ter acesso a armas de fogo no período compreendido entre o momento da inspeção para acesso à Área Restrita de Segurança (ARS) no aeródromo de origem e a chegada à área de desembarque no aeródromo de destino, nos termos da Resolução nº 461, de 2018; ou

(ii) transportar, por via aérea, uma arma de eletrochoque que faça parte de seu equipamento operacional, seja com mero fim de movimentação da arma do aeródromo de origem até o aeródromo de destino, seja com necessidade comprovada de acesso à arma no período compreendido entre o momento da inspeção de segurança para acesso à ARS no aeródromo de origem e a chegada à área de desembarque no aeródromo de destino, nos termos da Resolução nº 461, de 2018; e

(2) os voos devem possuir origem, destino, trânsito e sobrevoo em território ou espaço aéreo brasileiro.

(i) A aplicabilidade desta exceção a voos em outros territórios ou espaços aéreos obedecerá o disposto em tratados, convenções e acordos internacionais dos quais o Brasil faça parte, considerando-se o princípio da reciprocidade.

(b) Artigos perigosos que podem ser transportados segundo esta seção e condições específicas de transporte.

(1) Cartuchos da Divisão 1.4S (apenas UN 0012 ou UN 0014) embalados de forma segura podem ser transportados nas seguintes condições:

(i) não podem ser transportados mais do que 5 kg de massa bruta por pessoa autorizada, podendo o total de 5 kg ser dividido em bagagem despachada e em bagagem de mão;

(ii) não podem ser transportadas munições com projéteis explosivos ou incendiários; e

(iii) as permissões para mais de uma pessoa autorizada não podem ser combinadas dentro de um ou mais volumes.

(2) Arma de eletrochoque pode ser transportada nas seguintes condições:

(i) o transporte de arma de eletrochoque é limitado ao transporte de uma única arma por agente público autorizado;

(ii) a comprovação da necessidade de transporte, por via aérea, da arma de eletrochoque é realizada mediante documento específico da instituição com a qual o agente público possui vínculo contendo indicação das datas e trechos das viagens;

(iii) a arma de eletrochoque deve ser transportada preferencialmente como bagagem despachada. Para que ocorra o embarque armado, deve constar, no documento específico da instituição com a qual o agente público possui vínculo, a necessidade de acesso à arma de eletrochoque no período compreendido entre o momento da inspeção de segurança para acesso à ARS no aeródromo de origem e a chegada à área de desembarque no aeródromo de destino, nos termos da Resolução nº 461, de 2018;

(iv) a Polícia Federal ou, com anuência formal da Polícia Federal, um órgão de segurança pública ou o operador aéreo, conforme previsto pela Resolução nº 461, de 2018, deve verificar os documentos específicos citados nos parágrafos (b)(2)(ii) e (b)(2)(iii) desta seção, nos processos de autorização de embarque de passageiro armado ou de despacho de arma, conforme aplicável;

(v) para despacho de arma de eletrochoque, a arma deve estar acondicionada em um recipiente apropriado, que previna ativação acidental; e

(vi) em todos os casos o operador aéreo deve, antes do início do voo, informar o piloto em comando da aeronave da localização das armas de eletrochoque.

(c) Os operadores aéreos e demais envolvidos no transporte aéreo devem garantir o cumprimento da prerrogativa de embarque armado dos passageiros e do despacho da arma de eletrochoque, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos nesta seção, bem como demais requisitos aplicáveis que não sejam explicitamente excetuados por esta seção.

(d) Não é requerida aprovação do operador aéreo para o transporte dos artigos perigosos em conformidade com esta seção." (NR)

Parágrafo único. A Emenda de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 14, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.538364/2017-59, deliberado e aprovado na 2ª Reunião Deliberativa de Diretoria, realizada em 23 de janeiro de 2018, decide:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Outorgar, pelo prazo de 10 (dez) anos, concessão para a exploração de serviço de transporte aéreo público regular de passageiro e carga à sociedade empresária TWO TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 04.263.318/0001-16, com sede social em Jundiaí (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÕES DE 24 DE JANEIRO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o deliberado e aprovado na 3ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 22 e 23 de janeiro de 2018, decide:

Nº 9 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi-aéreo outorgada à sociedade empresária RIO BRANCO AEROTÁXI LTDA. - EPP, CNPJ nº 84.316.421/0001-16, com sede social em Rio Branco (AC). Fica revogada a Decisão nº 22, de 18 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de março de 2013, Seção 1, página 5. Processo nº 00058.541160/2017-03.

Nº 10 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado nas atividades de aerocinematografia, aerorreportagem e aeropublicidade outorgada à sociedade empresária HELINEWS SERVIÇOS DE AEROCINEMATOGRAFIA E AEROREPORTAGEM LTDA. - EPP, CNPJ nº 09.321.147/0001-58, com sede social no Rio de Janeiro (RJ). Ficam revogadas as Decisões nºs 70, de 10 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2013, Seção 1, página 18, e nº 84, de 31 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2017, Seção 1, página 60. Processo nº 00065.567119/2017-60.

Nº 11 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade empresária COSMOS AVIAÇÃO AGRICOLA LTDA. - ME, CNPJ nº 01.976.787/0001-94, com sede social em Chapadão do Céu (GO). Fica revogada a Decisão nº 47, de 21 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2013, Seção 1, página 3. Processo nº 00058.542116/2017-11.

Nº 12 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi-aéreo outorgada à sociedade empresária METRO TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 58.725.102/0001-54, com sede social em São Paulo (SP). Fica revogada a Decisão nº 25, de 2 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2013, Seção 1, página 4. Processo nº 00066.528159/2017-86.

Nº 13 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária REDEX AEROAGRÍCOLA LTDA. - EPP, CNPJ nº 19.911.298/0001-10, com sede social em Querência (MT), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola. Processo nº 00058.542196/2017-04.

Estas Decisões entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislação.

RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA
Diretor-Presidente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 267, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.002854/2018-01, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 142-002, Revisão C (IS nº 142-002C), intitulada "Procedimentos para validação de centro de treinamento de aviação civil estrangeiro".

Parágrafo único. A Instrução Suplementar de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 170, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.530404/2017-15, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 7204-02/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico AERONAL MANUTENÇÃO E REVISORA DE INSTRUMENTOS AERONÁUTICOS EIRELI - EPP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 234, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.038469/2015-41, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A., o pedido de Nível Equivalente de Segurança para os requisitos 25.341, 25.343, 25.345, 25.371, 25.373, 25.391 e 25.1517, do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 25 (RBAC 25), emenda 25-134, para o avião Embraer ERJ-190-300, referente às cargas de rajada e turbulência contínua.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BONILAURI SANTIN

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 4, DE 2 DE JANEIRO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DE EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO - 121, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.2.2.1(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.033427/2016-03, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da revisão nº 01, para inclusão de aeronave de transporte de passageiros, do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2010-12-0BRT-01-01, emitido em 11 de dezembro de 2017, em favor da sociedade empresária SIDERAL LINHAS AÉREAS LTDA, em virtude do atendimento ao estabelecido nos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil nºs 119 (RBAC nº 119) e 121 (RBAC nº 121), a partir da comunicação à interessada em 11 de dezembro de 2017 pelo Ofício nº 1.519/2017/GCTA/SPO-ANAC, com base nas seguintes características:

I - endereço da sede social: Rodovia do Contorno Leste, nº 9119, Bairro Costeira, São José dos Pinhais (PR), CEP 83.015-162;

II - espécie de operação: Suplementar;

III - tipo de operação: Passageiros/Carga; e

IV - regulamentação: RBAC nº 121.

Art. 2º As operações só poderão se iniciar e se manter enquanto a concessão ou autorização para operar, emitida pela Diretoria desta Agência e publicada no Diário Oficial da União estiver válida.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AUGUSTO GABÃO MONTEIRO

PORTARIA Nº 196, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00068.005188/2016-73, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2018-01-6OEB-01-00, Revisão 00, emitido em 16 de janeiro de 2018, em favor da CHUÍ AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., com base nas seguintes características:

I - endereço: Rod. Municipal Luciano Furan, 2252, casa B - Tamoio - Cruz Alta (RS) - CEP 98.050-500;

II - tipo de operador: aeroagrícola;

III- tipo de operação: operações aeroagrícolas comerciais;

IV - regulamentação: RBAC 137.

Art. 2º Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - autorização para operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU; e

II - registro de estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIAS DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 223 - Credenciar, por 3 (três) anos, a médica Dra. Amanda Francisca dos Santos Vimercati, CRM/RJ 85541-3, MC 172, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Estrada Coronel Pedro Correa, nº 740, sala 408, Jacarepaguá, Rio de Janeiro (RJ), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67). Processo nº 00065.000972/2018-87.

Nº 235 - Revogar, automaticamente, o credenciamento do médico CAMILO MORAES DE ALBUQUERQUE LINS, CRM-RJ 19667-0, MC100, para a realização de exames de saúde periciais para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes. Fica revogada a Portaria nº 2.438/SPO, de 15 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2015, Seção 1, página 2. Processos nºs 00065.084046/2015-11 e 00065.000026/2018-31.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

ALBERT COSTA REBELLO

PORTARIA Nº 246, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00069.500869/2017-11, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização de funcionamento da EPA Escola Paranaense de Aviação Civil - Filial Guaratuba situada à AV. Damião Botelho de Souza, Nº: S/N, Guaratuba-PR, Bairro Mirim, CEP: 83280-000.

Art. 2º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação do curso prático de Instrutor de Voo Avião- INVA da EPA - ESCOLA PARANAENSE DE AVIAÇÃO CIVIL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MELINA ZABAN CARNEIRO

PORTARIA Nº 4.344, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.543012/2017-26, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, o funcionamento da COSTA ESMERALDA - ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rodovia BR 101, Km 156 (Condomínio Aeronáutico Costa Esmeralda - Hangar 5), Bairro Setão de Santa, em Porto Belo - SC, CEP: 88210-000.

Art. 2º Renovar, por 5 (cinco) anos, os cursos teóricos e prático de Certificado de Piloto Desportista - CPD e Certificado de Piloto de Recreio - CPR da COSTA ESMERALDA - ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MELINA ZABAN CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.876, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002615/2017-11, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro do Terminal de Uso Privado - TUP, de titularidade da empresa Rebelo Indústria Comércio e Navegação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.685.961/0001-09, denominado "Reicon Belém", localizado na Rodovia Arthur Ber-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

nardes nº 605, bairro Telégrafo - Belém/PA, em consonância com o disposto no § 1º do art. 2º, da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, de 10 de outubro de 2016.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, que promova o assentamento do presente registro junto ao processo de outorga da Empresa Brasileira de Navegação - EBN, conforme estabelecido no § 2º do art. 2º, da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ/2016.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.877, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.004579/2017-20, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária destinada exclusivamente à construção e/ou reparação naval denominada "Estaleiro Guarujá II", localizada no município de Guarujá/SP, de titularidade da empresa Wilson Sons Estaleiros Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.320.573/0002-37, consoante disposto no inciso II do art. 2º, da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, de 10 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.879, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.009851/2017-68 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir o correspondente Termo de Autorização em favor da empresa VILHENA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.982.996/0001-92, domiciliada na Av. Alcindo Cacela nº 3.986, Condor - Belém/PA, para operar por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros e veículos, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental, sobre o rio Gurupi, entre os municípios de Viseu/PA e Carutapera/MA, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.511-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.880, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.010927/2017-06, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização especial e de emergência para embarque de spools, com base no artigo 49 da Lei nº 10.233/2001, pleiteada pela empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.882, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.010894/2017-96 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir correspondente Termo de Autorização em favor de ISMAEL F SOARES EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.508.177/0001-01, domiciliado na Rua Rio Branco nº 152, Sala 1, São Raimundo - Manaus/AM, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte misto (passageiros e cargas), na navegação interior de percurso longitudinal em faixa de fronteira, na Região Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Manaus/AM e São Gabriel da Cachoeira/AM, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.512-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.883 DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.008627/2016-78, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) - na qualidade de Poder Concedente - e a empresa Mar Azul Logística, Armazenamento, Terminal e Transporte S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.628.866/0001-90, visando à outorga de autorização para explorar instalação portuária, na modalidade de Terminal de Uso Privado (TUP), localizada no município de São Francisco do Sul/SC, em área total de 386.309,12 m² (trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e nove metros quadrados e doze decímetros quadrados), destinada à movimentação e/ou armazenagem de carga geral, valendo-se do modal aquaviário, tendo em vista que foram atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, a Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, e o Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 16/2016.

Art. 2º Alertar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA sobre a manifestação desfavorável ao empreendimento, produzida pelo Poder Público Municipal (SEI nº 0337363).

Art. 3º Alertar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA acerca das recomendações, realizadas pela Procuradoria Federal Junto à ANTAQ - PFA, relativamente às cláusulas da minuta-padrão do contrato de adesão decorrentes das inovações do Decreto nº 9.048, de 2017 (SEI nº 0421899).

Art. 4º Alertar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA quanto à necessidade de renovação das certidões com validade expiradas.

Art. 5º Determinar o encaminhamento dos autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, na qualidade de Poder Concedente, com vistas à adoção de todos os procedimentos inerentes ao assunto, à luz de sua esfera de competência, conforme dispõe a legislação de regência.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.884, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.012073/2017-94 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Declarar extinta a outorga de titularidade da empresa ARAÚJO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E NAVEGAÇÃO - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.595.121/0001-35, domiciliada na Rua Marechal Rondon s/nº, Dom Pedro I - Tabatinga/AM, de que tratam o Termo de Autorização nº 1.272-ANTAQ e a Resolução nº 4.658-ANTAQ, ambos de 26/02/2016, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções oriundas de irregularidades praticadas durante a vigência da autorização a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.885, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.013236/2016-75, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) - na qualidade de Poder Concedente - e a empresa Atem's Distribuidora de Petróleo S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.987.364/0001-03, visando à outorga de autorização para explorar instalação portuária, na modalidade de Terminal de Uso Privado (TUP), localizada no município de Itaituba/PA, em área total de 237.935,35 m² (duzentos e trinta e sete mil, novecentos e trinta e cinco metros quadrados e trinta e cinco decímetros quadrados), destinada à movimentação e/ou armazenagem de granel líquido, valendo-se do modal aquaviário, tendo em vista que foram atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, a Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, e o Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 06/2017.

Art. 2º Alertar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA acerca das recomendações, realizadas pela Procuradoria Federal Junto à ANTAQ - PFA, relativamente às cláusulas da minuta-padrão do contrato de adesão decorrentes das inovações do Decreto nº 9.048, de 2017 (SEI nº 0422652).

Art. 3º Alertar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA quanto à necessidade de renovação das certidões com validade expiradas.

Art. 4º Alertar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA quanto à necessidade de promover a oitiva prévia da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustiveis - ANP, nos termos do artigo 16, § 2º da Lei nº 12.815, de 2013.

Art. 5º Encaminhar os autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, na qualidade de Poder Concedente, com vistas à adoção de todos os procedimentos inerentes ao assunto à luz de sua esfera de competência, conforme dispõe a legislação de regência.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.886, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.013073/2017-10, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Não autorizar a empresa Cia. de Navegação Norsul, inscrita no CNPJ nº 33.127.002/0001-03, a utilizar a embarcação "MS SVEVA" de forma diversa da permitida pela Certificado de Autorização de Afretamento ACA 0418 TQ 2017, especialmente para transportar óleo de palma para a indústria alimentícia, de acordo com o artigo 5º, inciso III, c da Resolução Normativa nº 01-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Determinar, por oportuno, às áreas pertinentes desta Agência, como a Superintendência de Regulação - SRG, que revisitem a RN 01-ANTAQ/2015, de forma a aprimorá-la, com observância à Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, e ao recente Decreto nº 9.191/2017.

Art. 3º Determinar que a Secretaria-Geral, desta Agência, junte a presente decisão ao processo sancionador 50300.011214/2017-51.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.887, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.012211/2017-35, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito da empresa Aliança Navegação e Logística Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.427.026/0001-46, visando o afretamento por tempo de embarcação de bandeira estrangeira na navegação de Cabotagem, nos termos do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 9.432, de 1997, c/c o art. 5º, inciso III, alínea a da Resolução Normativa nº 01-ANTAQ, 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.888, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000719/2016-18 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Declarar extinta a autorização outorgada à empresa GRANINTER TRANSPORTES MARÍTIMOS DE GRANÉIS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.202.522/0001-22, domiciliada na Rua Comendador Araújo nº 143, Centro - Curitiba/PR, de que trata o Termo de Autorização nº 504-ANTAQ, de 18/12/2008, para operar na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte na navegação de cabotagem, com a finalidade específica de obtenção de financiamento junto ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, para fins de construção de embarcação em estaleiro brasileiro, sem direito a afretamento de embarcação, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções decorrentes de irregularidades praticadas na vigência do instrumento autorizativo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.889, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.007605/2017-71, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Acolher a informação apresentada pela Ultrafértil S.A., CNPJ/MF nº 02.476.02610001-36, titular do Contrato de Adesão nº 039/2017-ANTAQ, que apresentou sua nova estrutura societária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.890, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.010270/2017-79, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Responder à Consulta formulada pela Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, por meio da Correspondência DIRPRE-GD 519.2017 (SEI nº 0368031), nos seguintes termos:

I - compete à administração do porto organizado, denominada autoridade portuária, arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades (Lei nº 12.815/2013, art. 17, § 1º, I);

II - cabe à Antaq, em sua esfera de atuação, promover estudos aplicados às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e os benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados, bem assim promover as revisões e os reajustes das tarifas portuárias, assegurada a comunicação prévia, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, ao poder concedente e ao Ministério da Fazenda (Lei nº 10.233/2001, art. 27, II e VII);

III - a instituição de item tarifário novo e específico para contraprestação da utilização de hidrovia localizada dentro da área do porto organizado configura revisão tarifária e depende de aprovação da Agência, em procedimento próprio;

IV - a autoridade portuária, ao propor o novo item tarifário, deverá estabelecer a receita necessária para cobrir os custos operacionais e remunerar o capital prudentemente investido e incorporar parcela das receitas oriundas de outras fontes para fins de modicidade das tarifas, e deve estar alinhada ao modelo regulatório implantado com o Manual de Contas da Autoridade Portuária, aprovado pela Resolução Normativa nº 15/2016 (SEI nº 0195482), atualizado pelo Ofício-Circular SRG nº 1/2017 (SEI nº 0340368); e

V - quanto à concessão de descontos, não há vedação no ordenamento jurídico e normativo para a prática de tais atos, desde que observem (i) o caráter isonômico da concessão do benefício, sem discriminação de agentes, operadores ou clientes; e (ii) a justificativa de sua implementação constitua estratégia comercial da Administração para aumento da competitividade do porto, atração de novos clientes, incremento na movimentação portuária e, por conseguinte, ampliação da base de arrecadação tarifária que compense os descontos concedidos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.891, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.011540/2017-69 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir o Termo de Autorização em favor da empresa MARÍTIMA ALMEIDA E SILVA LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 28.421.644/0001-72, com sede na Avenida José Cesar Braga, 285, Novo Horizonte, Santana/AP, para operar, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 (dois mil) HP, conforme previsto na Resolução Normativa nº 5-ANTAQ, de 23 de fevereiro de 2016, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.513-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.892, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.007582/2017-03, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Determinar que a arrendatária Novo Terminal Marítimo de Salvador SPE S.A. - CONTERMAS se abstenha de cobrar as tarifas de bagagem embarque/desembarque, adicional de expansão de funcionamento (overnight) e valor mínimo operacional, apresentadas pela empresa por meio do Ofício nº CTM nº 109/2017, de 26/07/2017.

Art. 2º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, em conjunto com a Unidade Regional de Salvador - URESV, ambas desta Agência, apure se a arrendatária praticou qualquer cobrança contrária ao que ora se decidiu.

Art. 3º Determinar que a SFC, em conjunto com a URESV, apure o cumprimento do item 7.1.1, inciso III do Contrato de Arrendamento nº 01/2017/MTPA, de 04/07/2017, que prevê a obrigatoriedade de divulgação dos valores das tarifas no sítio eletrônico da arrendatária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.893, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.011012/2017-18 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir o Termo de Autorização em favor da empresa SAFETY SERVIÇOS E TREINAMENTOS EMPRESARIAIS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.341.374/0001-07, com sede na Travessia Barão de Guajará s/n, Lote 35, Quadra 3, Pioneiro, Barcarena/PA, para operar, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 (dois mil) HP, conforme previsto na Resolução Normativa nº 5-ANTAQ, de 23 de fevereiro de 2016, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.514-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.894, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.005547/2017-41, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Responder à consulta formulada pela empresa Corredor Logística e Infraestrutura S/A, fazendo constar a necessidade de submissão prévia do tema ao crivo desta Agência, consoante o estabelecido no Decreto nº 8.033, de 2013, com a redação dada pelo Decreto nº 9.048, de 2017, e em observância aos ditames da Portaria nº 50-SEP/PR, de 2015.

Art. 2º Restituir os autos à Superintendência de Regulação - SRG, desta Agência, para apreciação do mérito da matéria, visando atender o pleito da empresa consulente, no sentido de que a presente consulta seja convertida em requerimento de anuência prévia da ANTAQ, na hipótese da necessidade de adoção da aludida medida.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.896, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.011718/2017-71 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir o Termo de Autorização em favor da empresa ALFAMAR SERVIÇOS E LOGÍSTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 13.233.384/0001-34, com sede na Avenida Rio Branco nº 1, sala 1201, Centro, Rio de Janeiro/RJ, para operar, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 (dois mil) HP, conforme previsto na Resolução Normativa nº 5-ANTAQ, de 23 de fevereiro de 2016, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.515-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.897, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.007126/2017-55 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018,resolve:

Art. 1º Expedir o Termo de Autorização em favor da empresa PEDROSO & PEDROSO TRANSPORTE MARÍTIMO LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 25.315.776/0001-21, com sede na Rua Uchi, 71, Vila São Vicente, Paranaguá/PR, para operar, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, conforme previsto na Resolução Normativa nº 5-ANTAQ, de 23 de fevereiro de 2016, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.516-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.898, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.010046/2017-87 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir o Termo de Autorização em favor do microempreendedor individual JOÃO MARIA MARTINS 75789337953, inscrito no CNPJ sob o nº 24.942.687/0001-42, com sede na Rua Francisco de Paula Pereira, 2338, Alto das Palmeiras, Canoinhas/SC, para operar, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, veículos e cargas, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica do Paraná, sobre o Rio Iguaçu, entre os municípios de Canoinhas-SC e São Mateus do Sul-PR, conforme previsto na Resolução Normativa nº 3.285-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.517-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.899, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.012541/2017-21 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, mediante anulação, a autorização outorgada à empresa VILHENA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.982.996/0001-92, domiciliada na Av. Alcindo Cacela nº 3.986, Condor - Belém/PA, cujo objeto era a prestação de serviços de transporte de passageiros e veículos, na navegação interior de travessia em diretriz da Rodovia Federal BR-230, na Região Hidrográfica Amazônica, sobre o rio Tapajós, entre Itaituba/PA e Miritituba/PA, por meio do Termo de Autorização nº 1.417-ANTAQ e da Resolução nº 5.423-ANTAQ, ambos de 29/05/2017, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções decorrentes de irregularidades praticadas na vigência do instrumento autorizativo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.901, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.002475/2015-17, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de advertência em desfavor de Barcas S.A. Transportes Marítimos, inscrita no CNPJ sob o nº 33.644.865/0001-40, pela prática da infração capitulada no inciso XVII do art. 21 da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, à época em vigor, consubstanciada no fato de operar na navegação de apoio portuário sem a autorização da ANTAQ.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.902, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.012328/2017-19 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Extinguir a autorização outorgada à empresa WALDEMAR NAVEGAÇÃO LTDA. - EPP, CNPJ nº 84.259.407/0001-28, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga geral, na Bacia Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União, consoante Termo de Autorização nº 624-ANTAQ, aprovado pela Resolução nº 1.599-ANTAQ, ambos de 9 de fevereiro de 2010, nos termos da Resolução nº 1.558-ANTAQ, de 11 de dezembro de 2009, em razão da renúncia requerida.

Art. 2º Enfatizar que a extinção da outorga ora deliberada, não isenta a referida empresa da aplicação de sanção, observado eventual processo administrativo em curso ou a iniciar, em face do descumprimento de obrigações constantes do Termo de Autorização que lhe foi outorgado, no termo da legislação de regência.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.903, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002342/2015-42, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP a celebrar instrumento contratual de transição junto à empresa PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, visando à exploração da instalação portuária Terminal Petroquímico de Miramar, dentro da área do Porto Organizado de Belém, PA, sob administração da COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, correspondendo a 21.570,00 m² (vinte e um mil, quinhentos e setenta metros quadrados), onde se encontra instalada a Base de Distribuição de Combustíveis da BR, nos termos do art. 46 e seguintes da norma aprovada pela Resolução Normativa nº 7-ANTAQ/2016.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, articular-se junto à CDP no sentido de dar contornos finais ao conteúdo do instrumento de transição, procedendo aos ajustes, se forem necessários, na minuta de contrato apresentada nos autos em epígrafe.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, acompanhar o desenvolvimento do procedimento licitatório no âmbito do Programa de Licitação de Arrendamentos Portuários, em andamento segundo o Processo nº 50300.011168/2017-91, conforme previsão na Portaria SEP Nº 38/2013.

Art. 4º Determinar que, expirado o prazo contratual, sem que o procedimento licitatório da área em questão tenha sido concluído, desde que mantidas as mesmas condições de exploração e operacionalidade, a Autoridade Portuária ficará autorizada a firmar novos instrumentos contratuais, nos mesmos moldes, devendo encaminhá-los à ANTAQ, por cópia, em até 30 (trinta) dias após a sua assinatura.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.908, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000454/2017-21 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.012-ANTAQ, de 20 de dezembro de 2013, do empresário individual CLÊNIO BIEDERMANN - ME, CNPJ nº 93.363.406/0001-10, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alteração do nome empresarial.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.650, DE 17 DE JANEIRO DE 2018(*)

Declara a utilidade pública, para fins de desapropriação e afetação administrativa, em favor da União, as áreas que menciona.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; fundamentada no Voto DSL - 001, de 08 de janeiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50505.069093/2017-31, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, em favor da União, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas planas a seguir descritas, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias à execução das obras de duplicação de Paraíba do Sul, entre o km 178+000m e o km 182+400m da Rodovia BR-393/RJ.

QUADRO DE COORDENADAS						
TÍTULO DA OBRA:		DUP: Obras de duplicação de Paraíba do Sul - km 178+000 ao km 182+400 Rodovia Lúcio Meira - BR - 393/RJ				
RESPONSÁVEL TÉCNICO:		GUILHERME MARANHÃO				
FORMAÇÃO TÉCNICA:		ENGENHARIA CIVIL		SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:		SIRGAS 2000
CREA:		MG - 78.359/D		FUSO:		23 K
A.R.T:		3844242		SISTEMA DE COORDENADAS:		UTM
VÉRTICES		N	E	AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PERÍMETRO 01						
P_00	P_01	7.550.603,750	679.469,940	287°20'21"	6,95	17.821,36 m²
P_01	P_02	7.550.605,820	679.463,310	289°04'40"	20,01	
P_02	P_03	7.550.612,360	679.444,400	291°37'33"	20,00	
P_03	P_04	7.550.619,730	679.425,810	294°08'34"	20,00	
P_04	P_05	7.550.627,910	679.407,560	296°29'17"	20,00	
P_05	P_06	7.550.636,830	679.389,660	298°31'33"	20,00	
P_06	P_07	7.550.646,380	679.372,090	300°17'58"	20,12	
P_07	P_08	7.550.656,530	679.354,720	301°49'42"	19,89	
P_08	P_09	7.550.667,020	679.337,820	303°03'44"	20,00	
P_09	P_10	7.550.677,930	679.321,060	304°01'55"	19,99	
P_10	P_11	7.550.689,120	679.304,490	304°46'43"	20,00	
P_11	P_12	7.550.700,530	679.288,060	305°14'52"	20,00	
P_12	P_13	7.550.712,070	679.271,730	305°28'40"	20,00	
P_13	P_14	7.550.723,680	679.255,440	305°31'40"	92,80	
P_14	P_15	7.550.777,605	679.179,918	305°31'45"	165,16	
P_15	P_16	7.550.873,580	679.045,510	304°48'03"	11,30	
P_16	P_17	7.550.880,030	679.036,230	34°04'18"	5,00	
P_17	P_18	7.550.884,170	679.039,030	124°48'11"	11,42	
P_18	P_19	7.550.877,650	679.048,410	125°31'40"	144,61	
P_19	P_20	7.550.793,613	679.166,104	125°31'40"	11,48	
P_20	P_21	7.550.786,940	679.175,450	35°32'00"	44,84	
P_21	P_22	7.550.823,430	679.201,510	125°31'36"	101,86	
P_22	P_23	7.550.764,240	679.284,410	125°14'52"	20,00	
P_23	P_24	7.550.752,700	679.300,740	125°29'40"	20,00	
P_24	P_25	7.550.741,090	679.317,020	124°44'19"	20,01	
P_25	P_26	7.550.729,690	679.333,460	123°59'31"	20,00	
P_26	P_27	7.550.718,510	679.350,040	122°55'10"	20,00	
P_27	P_28	7.550.707,640	679.366,830	121°34'05"	20,00	
P_28	P_29	7.550.697,170	679.383,870	119°53'52"	20,00	
P_29	P_30	7.550.687,200	679.401,210	117°52'19"	20,00	
P_30	P_31	7.550.677,850	679.418,890	115°28'32"	19,99	
P_31	P_32	7.550.669,250	679.436,940	112°45'31"	20,01	
P_32	P_33	7.550.661,510	679.455,390	109°53'07"	19,99	
P_33	P_34	7.550.654,710	679.474,190	107°42'44"	10,78	
P_34	P_00	7.550.651,430	679.484,460	196°56'13"	49,84	
PERÍMETRO 02						
P_00	P_01	7.550.948,110	678.873,010	280°03'13"	18,16	5.288,62 m²
P_01	P_02	7.550.951,280	678.855,130	277°35'13"	20,00	
P_02	P_03	7.550.953,920	678.835,310	275°01'05"	20,01	
P_03	P_04	7.550.955,670	678.815,380	272°27'53"	20,00	
P_04	P_05	7.550.956,530	678.795,400	269°53'07"	20,00	
P_05	P_06	7.550.956,490	678.775,400	267°18'23"	20,00	
P_06	P_07	7.550.955,550	678.755,420	264°44'55"	19,99	
P_07	P_08	7.550.953,720	678.735,510	262°11'09"	20,01	
P_08	P_09	7.550.951,000	678.715,690	259°37'43"	20,00	
P_09	P_10	7.550.947,400	678.696,020	257°01'37"	20,00	
P_10	P_11	7.550.942,910	678.676,530	254°29'01"	13,49	
P_11	P_12	7.550.939,301	678.663,532	254°29'01"	6,51	
P_12	P_13	7.550.937,560	678.657,260	251°52'56"	20,00	
P_13	P_14	7.550.931,340	678.638,250	249°19'36"	20,00	
P_14	P_15	7.550.924,280	678.619,540	246°46'03"	20,00	
P_15	P_16	7.550.916,390	678.601,160	244°12'59"	20,00	
P_16	P_17	7.550.907,690	678.583,150	241°36'08"	20,00	
P_17	P_18	7.550.898,180	678.565,560	239°04'32"	20,00	
P_18	P_19	7.550.887,900	678.548,400	236°29'05"	19,99	
P_19	P_20	7.550.876,860	678.531,730	235°12'15"	163,97	
P_20	P_21	7.550.783,290	678.397,079	235°12'15"	69,31	
P_21	P_22	7.550.743,737	678.340,161	235°12'15"	73,14	
P_22	P_23	7.550.702,000	678.280,100	325°11'46"	4,99	
P_23	P_24	7.550.706,100	678.277,250	55°12'11"	64,38	
P_24	P_25	7.550.742,839	678.330,117	55°12'11"	76,87	
P_25	P_26	7.550.786,707	678.393,242	55°12'11"	165,16	
P_26	P_27	7.550.880,960	678.528,870	56°28'36"	20,01	
P_27	P_28	7.550.892,010	678.545,550	59°00'06"	19,84	
P_28	P_29	7.550.902,230	678.562,560	61°30'42"	19,85	
P_29	P_30	7.550.911,700	678.580,010	63°58'13"	18,18	
P_30	P_31	7.550.919,680	678.596,350	335°04'23"	5,01	
P_31	P_32	7.550.924,220	678.594,240	66°21'27"	20,00	
P_32	P_33	7.550.932,240	678.612,560	68°52'27"	20,00	
P_33	P_34	7.550.939,450	678.631,220	71°21'57"	20,00	
P_34	P_35	7.550.945,840	678.650,170	73°53'36"	10,94	
P_35	P_36	7.550.948,876	678660,683	73°53'36"	9,06	
P_36	P_37	7.550.951,390	678.669,390	76°36'31"	23,06	
P_37	P_38	7.550.956,730	678.691,820	347°59'36"	5,00	
P_38	P_39	7.550.961,620	678.690,780	79°17'07"	20,01	
P_39	P_40	7.550.965,340	678.710,440	81°46'36"	20,00	
P_40	P_41	7.550.968,200	678.730,230	84°15'39"	20,00	
P_41	P_42	7.550.970,200	678.750,130	86°43'58"	20,00	
P_42	P_43	7.550.971,340	678.770,100	89°13'34"	19,99	

P_43	P_44	7.550.971,610	678.790,090	90°52'48"	5,86	
P_44	P_45	7.550.971,520	678.795,950	179°25'37"	5,00	
P_45	P_46	7.550.966,520	678.796,000	92°27'53"	20,00	
P_46	P_47	7.550.965,660	678.815,980	94°59'23"	20,01	
P_47	P_48	7.550.963,920	678.835,910	97°29'53"	20,00	
P_48	P_49	7.550.961,310	678.855,740	100°00'10"	19,52	
P_49	P_00	7.550.957,920	678.874,960	191°14'33"	10,00	

PERÍMETRO 03						
P_00	P_01	7.550.677,426	678.244,745	235°12'12"	123,00	1.844,34 m²
P_01	P_02	7.550.607,227	678.143,729	325°12'12"	15,00	
P_02	P_03	7.550.619,545	678.135,169	55°12'12"	123,00	
P_03	P_00	7.550.689,743	678.236,185	145°12'12"	15,00	

PERÍMETRO 04						
P_00	P_01	7.550.575,290	678.097,780	235°12'12"	244,06	2.477,48 m²
P_01	P_02	7.550.436,015	677.897,364	235°12'12"	29,98	
P_02	P_03	7.550.418,908	677.872,748	235°12'12"	162,11	
P_03	P_04	7.550.326,400	677.739,630	237°31'00"	11,20	
P_04	P_05	7.550.320,383	677.730,180	237°31'00"	3,41	
P_05	P_06	7.550.318,550	677.727,300	242°01'52"	14,97	
P_06	P_07	7.550.311,530	677.714,080	246°43'16"	14,98	
P_07	P_08	7.550.305,610	677.700,320	251°23'02"	15,01	
P_08	P_09	7.550.300,820	677.686,100	343°44'23"	5,00	
P_09	P_10	7.550.305,620	677.684,700	71°17'58"	15,00	
P_10	P_11	7.550.310,430	677.698,910	66°32'44"	15,00	
P_11	P_12	7.550.316,400	677.712,670	61°42'35"	15,00	
P_12	P_13	7.550.323,510	677.725,880	57°16'03"	12,95	
P_13	P_14	7.550.330,510	677.736,770	55°12'12"	3,47	
P_14	P_15	7.550.332,490	677.739,619	55°12'12"	80,19	
P_15	P_16	7.550.378,249	677.805,466	55°12'12"	124,73	
P_16	P_17	7.550.449,430	677907,894	55°12'12"	227,73	

PERÍMETRO 05						
P_00	P_01	7.550.293,400	677.634,090	272°24'24"	15,00	5.474,51 m²
P_01	P_02	7.550.294,030	677.619,100	277°06'55"	14,69	
P_02	P_03	7.550.295,850	677.604,520	281°29'50"	15,00	
P_03	P_04	7.550.298,840	677.589,820	286°15'48"	14,85	
P_04	P_05	7.550.303,000	677.575,560	290°53'07"	14,87	
P_05	P_06	7.550.308,300	677.561,670	295°27'42"	14,86	
P_06	P_07	7.550.314,690	677.548,250	300°07'04"	14,87	
P_07	P_08	7.550.322,150	677.535,390	304°42'18"	14,88	
P_08	P_09	7.550.330,620	677.523,160	309°21'26"	14,89	
P_09	P_10	7.550.340,060	677.511,650	313°31'34"	12,10	
P_10	P_11	7.550.348,390	677.502,880	316°31'29"	58,19	
P_11	P_12	7.550.390,620	677.462,840	46°31'54"	10,58	
P_12	P_13	7.550.397,900	677.470,520	136°31'35"	50,17	
P_13	P_14	7.550.361,490	677.505,040	46°33'39"	27,52	
P_14	P_15	7.550.380,410	677.525,020	135°03'14"	15,00	
P_15	P_16	7.550.369,790	677.535,620	128°13'49"	15,00	
P_16	P_17	7.550.360,510	677.547,400	123°33'08"	15,00	
P_17	P_18	7.550.352,220	677.559,900	117°41'34"	15,00	
P_18	P_19	7.550.345,250	677.573,180	111°47'40"	15,00	
P_19	P_20	7.550.339,680	677.587,110	105°53'53"	15,00	
P_20	P_21	7.550.335,570	677.601,540	99°24'55"	18,03	
P_21	P_22	7.550.332,620	677.619,330	185°52'24"	23,45	
P_22	P_23	7.550.309,290	677.616,930	92°57'56"	17,20	
P_23	P_00	7.550.308,400	677.634,110	180°04'35"	15,02	

PERÍMETRO 06						
P_00	P_01	7.550.527,030	677.272,830	280°46'15"	11,88	214,90 m²
P_01	P_02	7.550.529,250	677.261,160	278°17'11"	9,85	
P_02	P_03	7.550.530,670	677.251,410	276°03'50"	9,85	
P_03	P_04	7.550.531,710	677.241,620	273°47'01"	10,00	
P_04	P_05	7.550.532,370	677.231,640	2°41'20"	5,12	
P_05	P_06	7.550.537,480	677.231,880	94°01'00"	12,42	
P_06	P_07	7.550.536,610	677.244,270	96°32'33"	10,00	
P_07	P_08	7.550.535,470	677.254,210	98°48'10"	10,00	
P_08	P_09	7.550.533,940	677.264,090	101°00'24"	10,00	
P_09	P_00	7.550.532,030	677273,91	192°11'19"	5,12	

PERÍMETRO 07						
P_00	P_01	7.550.532,440	677.209,870	266°09'48"	7,91	1.213,06 m²
P_01	P_02	7.550.531,911	677.201,982	266°09'48"	5,54	
P_02	P_03	7.550.531,540	677.196,450	262°23'18"	6,67	
P_03	P_04	7.550.530,657	677.189,841	262°23'18"	12,14	
P_04	P_05	7.550.529,048	677.177,805	262°23'18"	1,20	
P_05	P_06	7.550.528,890	677.176,620	257°48'47"	10,85	
P_06	P_07	7.550.526,600	677.166,016	257°48'47"	9,14	
P_07	P_08	7.550.524,670	677.157,080	253°16'04"	2,88	
P_08	P_09	7.550.523,840	677.154,319	253°16'04"	12,00	
P_09	P_10	7.550.520,385	677.142,827	253°16'04"	5,12	
P_10	P_11	7.550.518,910	677.137,920	248°42'34"	6,90	
P_11	P_12	7.550.516,404	677.131,490	248°42'34"	12,04	
P_12	P_13	7.550.512,031	677.120,268	248°42'34"	1,05	
P_13	P_14	7.550.511,650	677.119,290	244°09'54"	11,10	
P_14	P_15	7.550.506,811	677.109,297	244°09'54"	8,91	
P_15	P_16	7.550.502,930	677.101,280	239°37'34"	3,31	
P_16	P_17	7.550.501,256	677.098,424	239°37'34"	12,36	
P_17	P_18	7.550.495,004	677.087,756	239°37'34"	4,32	
P_18	P_19	7.550.492,820	677.084,030	237°20'36"	8,13	
P_19	P_20	7.550.488,432	677.077,183	237°20'36"	12,50	
P_20	P_21	7.550.481,688	677.066,661	237°20'36"	12,50	
P_21	P_22	7.550.474,944	677.056,138	237°20'36"	12,50	
P_22	P_23	7.550.468,199	677.045,616	237°20'36"	12,50	
P_23	P_24	7.550.461,455	677.035,093	237°20'36"	12,50	
P_24	P_25	7.550.454,711	677.024,571	237°20'36"	13,66	
P_25	P_26	7.550.447,340	677.013,070	350°16'21"	6,04	
P_26	P_27	7.550.453,290	677.012,050	57°20'24"	12,93	
P_27	P_28	7.550.460,266	677.022,933	57°20'24"	12,50	
P_28	P_29	7.550.467,011	677.033,456	57°20'24"	12,50	
P_29	P_30	7.550.473,756	677.043,978	57°20'24"	12,50	
P_30	P_31	7.550.480,501	677.054,500	57°20'24"	12,50	
P_31	P_32	7.550.487,246	677.065,022	57°20'24"	12,50	
P_32	P_33	7.550.493,990	677.075,545	57°20'24"	2,04	
P_33	P_34	7.550.495,090	677.077,260	57°24'39"	4,47	
P_34	P_35	7.550.497,500	677.081,030	59°33'43"	5,92	
P_35	P_36	7.550.500,500	677086,136	59°33'43"	12,37	
P_36	P_37	7.550.506,766	677.096,800	59°33'43"	1,71	
P_37	P_38	7.550.507,630	677.098,270	63°59'55"	10,49	
P_38	P_39	7.550.512,229	677.107,700	63°59'55"	9,51	
P_39	P_40	7.550.516,400	677.116,250	68°28'31"	2,63	
P_40	P_41	7.550.517,365	677.118,696	68°28'31"	12,05	
P_41	P_42	7.550.521,785	677.129,904	68°28'31"	5,33	
P_42	P_43	7.550.523,740	677.134,860	72°55'29"	6,69	
P_43	P_44	7.550.525,705	677.141,259	72°55'29"	12,00	
P_44	P_45	7.550.529,229	677.152,730	72°55'29"	1,30	
P_45	P_46	7.550.529,610	677.153,970	77°22'52"	10,73	
P_46	P_47	7.550.531,954	677.164,438	77°22'52"	9,28	
P_47	P_48	7.550.533,980	677.173,490	81°50'15"	2,77	
P_48	P_49	7.550.534,374	677.176,235	81°50'15"	12,13	
P_49	P_50	7.550.536,095	677.188,238	81°50'15"	5,10	
P_50	P_51	7.550.536,820	677.193,290	85°52'28"	7,11	
P_51	P_52	7.550.537,332	677.200,384	85°52'28"	9,29	
P_52	P_00	7.550.538,000	677.209,650	177°44'03"	5,55	

PERÍMETRO 08						
P_00	P_01	7.550.446,969	677.012,499	237°20'30"	56,48	374,71 m²
P_01	P_02	7.550.416,489	676.964,946	12°01'36"	15,24	
P_02	P_03	7.550.431,399	676.968,123	57°28'07"	15,68	
P_03	P_04	7.550.439,833	676.981,345	113°11'12"	8,37	
P_04	P_05	7.550.436,536	676.989,042	57°20'30"	10,78	
P_05	P_06	7.550.442,352	676.998,116	6°59'45"	6,18	
P_06	P_07	7.550.448,482	676.998,868	96°20'03"	6,37	
P_07	P_00	7.550.447,780	677.005,195	96°20'03"	7,35	

ÁREA TOTAL	34.708,98 m²

Art. 2º Fica a Rodovia do Aço S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias à implantação da obra referenciada pelo art.1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Rodovia do Aço S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de uso dominical ou especial de propriedade de Estados e Municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no art. 1º.

JORGE BASTOS

Diretor-Geral

(*)N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU de 25-1-2018,Seção 1, páginas 51 e 52, com falha de montagem na paginação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Art. 6º da Portaria nº 316, de 22.12.17, disponibilizada no site www.antt.gov.br e publicada no DOU nº 248, seção 1, de 28.12.17, pág. 199, onde se lê: "Art. 6º A empresa Atacadão Distribuição Comércio e Indústria deverá concluir a obra de adequação de acesso no prazo de 15 (quinze dias) após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso."; leia-se: Art. 6º A empresa Atacadão Distribuição Comércio e Indústria deverá concluir a obra de adequação de acesso no prazo de 60 (sessenta dias) após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso."

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 6, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DA SUBSTITUIÇÃO DA PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo. 130-A, inciso I, da Constituição Federal, e artigo 24, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público os demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pa-gar e Demonstrativo Simplificado, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Con-selho Nacional do Ministério Público, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, conforme anexos I e II a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO MARIZ MAIA

ANEXO I

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a- (b + c + d+ e))		
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	3.015.339,34	0,00	0,00	0,00	0,00	3.015.339,34	0,00	0,00
Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor	4.333,00					4.333,00		
Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social Servidor	8.667,00					8.667,00		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.028.339,34	0,00	0,00	0,00	0,00	3.028.339,34	0,00	0,00
Recursos Ordinários	14.071.141,45	136.455,12	0,00	732.716,53	100,00	13.201.869,80	1.088.012,03	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	14.071.141,45	136.455,12	0,00	732.716,53	100,00	13.201.869,80	1.088.012,03	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.099.480,79	136.455,12	0,00	732.716,53	100,00	16.230.209,14	1.088.012,03	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]						0,00		

FONTE: Tesouro Gerencial, unidade responsável AUDIN-CNMP, data da emissão 23/1/2018 às 17:10 hrs.
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

LUCIANO MARIZ MAIA
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público
Em exercício

ADRIANA ZAWADA MELO
Secretária-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público

ANTONIO GOMES FERREIRA
Auditor-Chefe do Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO II

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ milhares

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.324,00

DESPESA COM PESSOAL[1]	VALOR	% SOBRE A RCL

R$ 1,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.088.012,03	16.230.209,14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FONTE: Tesouro Gerencial, unidade responsável AUDIN-CNMP, data da emissão 23/1/2018 às 17:10 hrs.
FONTE DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA: DOU de 19/1/2018, Seção I, pg 25 a 27.
Nota:[1] A despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público está incluída no demonstrativo do Ministério Público da União, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/04/2010.

LUCIANO MARIZ MAIA
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público
Em exercício

ADRIANA ZAWADA MELO
Secretária-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público

ANTONIO GOMES FERREIRA
Auditor-Chefe do Conselho Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
2ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos quatorze dias de dezembro de dois mil e dezessete às treze horas e trinta minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Sétima (7a) Sessão Ordinária da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho Eliane Araque dos Santos e os Procuradores Regionais do Trabalho Luercy Lino Lopes e José de Lima Ramos Pereira. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) ASSUNTOS GERAIS: A Coordenadora da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do MPT, Subprocuradora-Geral do Trabalho Eliane Araque dos Santos, e os Procuradores Regionais do Trabalho Luercy Lino Lopes e José de Lima Ramos Pereira expressaram seus agradecimentos aos colegas, o Subprocurador-Geral do Trabalho André Luís Spies e os Procuradores Regionais do Trabalho Sílvia Maria Zimmermann e Marco Aurélio Lustosa Caminha, pelo trabalho desempenhado com zelo e competência enquanto membros da CCR, enfatizando a importância da contribuição prestada ao órgão nesse momento de consolidação da sua nova estrutura.

2) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-001268.2009.03.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: LOJAS RENNER SOCIEDADE ANÔNIMA , NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto ao tema assédio moral, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000402.2013.04.001/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SELMIRO DILLENBURG, INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS MÁQUINAS AGRÍCOLAS, IMPLEMENTOS E PEÇAS AGRÍCOLAS, TRATORES, MOTORES E FORJARIAS DE CARAZINHO - RS - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000482.2013.04.004/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, INQUIRIDO: ADMINISTRADORA RAPHAEL LTDA - EPP - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000108.2014.05.004/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: AMABEL TRANSPORTES LTDA , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000406.2014.09.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT - PRT23 - PTM DE RONDONÓPOLIS, INQUIRIDO: RODOPETROMAR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000529.2015.12.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: INTEREFIKA PROMOTORA DE VENDAS LTDA., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000184.2015.24.000/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: KM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto ao tema terceirização, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-005975.2016.01.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: PAULO DE SOUZA BATALHA, INQUIRIDO: T81 DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - ME - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000559.2016.18.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: SOLLO COMERCIO DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE EIRELI - ME - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto ao tem assédio (imposição de manter um relacionamento com o supervisor para continuar no emprego), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-003942.2017.03.000/4 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INVESTIGADO: INSTITUTO PEDAGÓGICO IRMÃOS SILVA MOTA LTDA - ME - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000257.2017.15.008/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CENTRO MÉDICO DE SOROCABA S/S LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-000105.2016.17.002/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: GIOVANE DE OLIVEIRA MACHADO, INQUIRIDO: LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000408.2016.23.001/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIA SIGILOSA, INQUIRIDO: ITAMAR RIBEIRO DA SILVA - FAZENDA MATA AZUL - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002163.2017.01.000/4 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: NOTICIANTE: EDINALDO VILLELA TAVARES, INVESTIGADO: ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DOS PORTOS ORGANIZADOS DO RIO DE JANEIRO, SEPETIBA, FORNO E NITERÓI - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002465.2017.04.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: ARLEI DIAS DOS SANTOS , NOTICIADO: DIONIZIO ALBERTO DIAS DOS SANTOS, NOTICIANTE: FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FECOSUL, NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NOTICIADO: VITOR ROGÉRIO DA SILVA FREITAS - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000344.2017.04.001/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ATIVA RECURSOS HUMANOS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000297.2017.04.002/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dra. Eliane Araque dos Santos, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo NF-000487.2017.15.003/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: IDENTIDADE RESGUARDADA, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001718.2017.18.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ACTIVE INDUSTRIA DE COSMETICOS S.A. - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002196.2017.18.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: ACTIVE INDUSTRIA DE COSMETICOS S.A. - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001097.2017.19.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: E R DA SILVA FUNERARIA ME , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-003273.2015.01.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: COFIG CONSULÓRIO DE ORTOPEDIA E FISIATRIA DR GIORDANO LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001991.2017.05.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: ALIANE BEZERRA DE LIMA, INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE SALVADOR (SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo IC-001143.2016.12.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: LOTUS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.

A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

6) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo NF-003301.2017.06.000/2 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA COMARCA DE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES COM AUTUAÇÃO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE, NOTICIADO: A INVESTIGAR - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000644.2017.23.001/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE JUSCIMEIRA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - NF-000746.2017.01.005/5 - PRT 2ª Região-SP - NF-008086.2017.02.000/6, NF-000935.2017.02.002/7 - PRT 3ª Região-MG - NF-002736.2017.03.000/7, NF-000273.2017.03.005/0 - PRT 5ª Região-BA - NF-003142.2017.05.000/8, NF-003255.2017.05.000/8, NF-000311.2017.05.004/5, NF-000727.2017.05.006/5 - PRT 6ª Região-PE - PP-001060.2017.06.000/7 - PRT 9ª Região-PR - NF-000332.2017.09.004/3, NF-000353.2017.09.004/4, IC-000109.2017.09.010/7 - PRT 10ª Região-DF - NF-002086.2017.10.000/6 - PRT 12ª Região-SC - NF-001379.2017.12.000/6 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-

003685.2017.15.000/3, NF-000598.2017.15.007/5 - PRT 16ª Região-MA - NF-000131.2017.16.002/4 - PRT 17ª Região-ES - NF-001465.2017.17.000/6, NF-001522.2017.17.000/1, NF-001549.2017.17.000/2 - PRT 19ª Região-AL - IC-001071.2017.19.000/8.

7) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-002257.2009.01.000/8, IC-004817.2011.01.000/0, IC-000276.2011.01.004/9, IC-001258.2014.01.000/9, IC-004291.2014.01.000/0, IC-004711.2014.01.000/6, IC-001134.2014.01.004/0, IC-003600.2015.01.000/0, IC-000427.2015.01.003/5, IC-001233.2015.01.004/3, IC-001235.2015.01.004/4, IC-000459.2016.01.000/0, IC-000995.2016.01.000/4, IC-001948.2016.01.000/7, IC-003145.2016.01.000/9, IC-003608.2016.01.000/6, NF-005920.2016.01.000/3, IC-000320.2016.01.001/3, IC-000095.2016.01.002/6, IC-000406.2016.01.003/7, IC-000079.2016.01.007/8, IC-000112.2017.01.000/4, IC-001388.2017.01.000/0, PP-001583.2017.01.000/8, PP-001604.2017.01.000/0, PP-002273.2017.01.000/8, NF-003752.2017.01.000/4, PP-003820.2017.01.000/1, IC-004538.2017.01.000/8, NF-004796.2017.01.000/0, IC-000131.2017.01.002/4, NF-000472.2017.01.004/6, IC-000026.2017.01.005/5, IC-000050.2017.01.006/8, PP-000370.2017.01.006/7 - PRT 2ª Região-SP - IC-000154.2011.02.001/2, IC-004997.2012.02.000/1, IC-001967.2013.02.000/0, IC-002744.2013.02.000/4, IC-001914.2014.02.000/3, IC-006490.2014.02.000/7, IC-000083.2015.02.000/9, IC-006140.2015.02.000/5, IC-008879.2015.02.000/0, IC-000047.2015.02.002/9, IC-001592.2016.02.000/8, IC-003730.2016.02.000/0, PP-005264.2016.02.000/0, IC-007145.2016.02.000/2, IC-000083.2016.02.001/4, IC-000346.2016.02.002/9, IC-001346.2017.02.000/5, PP-002334.2017.02.000/6, PP-003088.2017.02.000/6, PP-003391.2017.02.000/6, PP-003800.2017.02.000/0, PP-004466.2017.02.000/0, IC-004481.2017.02.000/5, IC-004636.2017.02.000/5, IC-006521.2017.02.000/0, NF-006714.2017.02.000/5, NF-008431.2017.02.000/6, PP-000634.2017.02.001/5, IC-000752.2017.02.001/5, NF-000845.2017.02.002/6, IC-000132.2017.02.003/3, PP-000411.2017.02.003/7, PP-000441.2017.02.003/9, NF-000142.2017.02.004/1, PP-000287.2017.02.005/1 - PRT 3ª Região-MG - IC-000307.2010.03.000/0, IC-000131.2011.03.002/1, IC-000061.2011.03.010/8, IC-001665.2014.03.000/0, IC-002612.2014.03.000/0, IC-003395.2014.03.000/3, IC-000542.2014.03.001/1, IC-004053.2015.03.000/5, IC-000253.2015.03.003/9, IC-002914.2016.03.000/6, IC-000398.2016.03.003/0, IC-000424.2016.03.003/2, IC-001567.2017.03.000/9, IC-001811.2017.03.000/6, IC-003024.2017.03.000/7, PP-003578.2017.03.000/7, NF-004167.2017.03.000/4, IC-000482.2017.03.001/4, IC-000341.2017.03.003/2, IC-000171.2017.03.005/0, IC-000214.2017.03.005/3 - PRT 4ª Região-RS - IC-000457.2012.04.006/7, IC-002318.2014.04.000/0, IC-000044.2014.04.004/2, IC-000047.2014.04.004/4, IC-000756.2014.04.006/0, IC-000776.2014.04.006/4, IC-000786.2014.04.006/1, IC-000803.2014.04.006/2, IC-000295.2015.04.000/6, IC-000656.2015.04.000/6, PP-001507.2015.04.000/7, IC-000050.2015.04.001/1, IC-000238.2015.04.003/0, IC-000494.2015.04.003/5, IC-000288.2015.04.004/0, IC-000421.2015.04.004/9, IC-000131.2015.04.006/8, IC-000619.2015.04.006/5, IC-001331.2016.04.000/0, IC-001768.2016.04.000/7, IC-003691.2016.04.000/7, IC-004134.2016.04.000/7, IC-004240.2016.04.000/9, IC-004299.2016.04.000/0, IC-004321.2016.04.000/9, IC-004772.2016.04.000/5, IC-004821.2016.04.000/5, IC-000311.2016.04.002/9, IC-000247.2016.04.004/8, IC-000389.2016.04.004/2, IC-000035.2016.04.005/4, IC-000167.2016.04.005/2, IC-000214.2016.04.005/2, IC-000053.2016.04.006/5, IC-000521.2016.04.006/6, IC-000633.2016.04.006/3, IC-000171.2016.04.008/1, IC-000233.2016.04.008/8, IC-000303.2016.04.008/4, IC-000129.2017.04.000/8, IC-000521.2017.04.000/0, NF-001340.2017.04.000/3, IC-002074.2017.04.000/0, PP-002417.2017.04.000/8, PP-002797.2017.04.000/1, PP-003120.2017.04.000/2, NF-003742.2017.04.000/0, NF-004064.2017.04.000/1, IC-000097.2017.04.002/7, PP-000199.2017.04.004/1, IC-000092.2017.04.005/1, PP-000206.2017.04.007/2, IC-000280.2017.04.007/2 -

PRT 5ª Região-BA - IC-000489.2012.05.004/1, IC-000398.2014.05.000/6, IC-000687.2014.05.000/7, IC-000210.2014.05.002/0, IC-000155.2015.05.000/4, IC-000039.2015.05.007/2, IC-001944.2016.05.000/9, IC-002036.2016.05.000/6, IC-000217.2016.05.005/3, IC-000237.2016.05.006/9, IC-000007.2016.05.007/2, PP-000558.2017.05.000/1, IC-000580.2017.05.000/2, PP-001428.2017.05.000/3, IC-001433.2017.05.000/2, IC-001493.2017.05.000/0, NF-003256.2017.05.000/3, IC-000007.2017.05.002/3, IC-000197.2017.05.002/3, IC-000137.2017.05.003/0, NF-000327.2017.05.004/0, PP-000390.2017.05.006/9 - PRT 6ª Região-PE - IC-000843.2011.06.000/2, IC-001311.2014.06.000/7, IC-001807.2014.06.000/0, IC-001694.2016.06.000/0, IC-000581.2017.06.000/0, IC-001627.2017.06.000/3, IC-001810.2017.06.000/3, IC-003051.2017.06.000/2, IC-000046.2017.06.001/8, NF-000097.2017.06.001/6 - PRT 7ª Região-CE - IC-000557.2014.07.000/0, IC-000980.2014.07.000/4, IC-001266.2014.07.000/0, IC-001580.2014.07.000/2, IC-000087.2014.07.003/4, IC-000079.2015.07.003/4, IC-000980.2016.07.000/0, IC-001355.2016.07.000/0, IC-001473.2016.07.000/9, IC-001787.2016.07.000/8, IC-001799.2016.07.000/6, PP-002076.2016.07.000/4, IC-000228.2016.07.001/8, PP-000188.2016.07.002/1, IC-000478.2017.07.000/5, PP-001191.2017.07.000/0, PP-001327.2017.07.000/3, PP-001347.2017.07.000/6, NF-000324.2017.07.001/3, NF-000325.2017.07.001/9 - PRT 8ª Região-PA - IC-000201.2013.08.002/0, IC-000703.2014.08.000/7, IC-000337.2014.08.002/6, IC-000179.2014.08.003/9, IC-000048.2015.08.000/9, IC-000005.2015.08.001/6, IC-000144.2016.08.000/9, IC-000634.2016.08.000/2, IC-001766.2016.08.000/0, IC-001783.2016.08.000/7, IC-000507.2016.08.002/0, PP-000535.2017.08.000/3, PP-000763.2017.08.000/9, PP-000814.2017.08.000/7, IC-000841.2017.08.000/0, IC-001283.2017.08.000/0 - PRT 9ª Região-PR - IC-000158.2012.09.005/7, IC-000061.2013.09.009/6, IC-000497.2015.09.000/8, IC-000180.2015.09.001/2, IC-000271.2015.09.001/0, IC-000311.2015.09.001/4, IC-000538.2015.09.001/0, IC-000614.2015.09.001/8, IC-000751.2016.09.000/8, IC-002916.2016.09.000/2, IC-004085.2016.09.000/2, IC-000360.2016.09.001/7, IC-000506.2016.09.001/8, IC-000543.2016.09.001/8, IC-000573.2016.09.001/0, IC-000180.2016.09.006/0, IC-000182.2016.09.007/3, IC-000272.2016.09.007/4, IC-000185.2016.09.008/3, IC-000161.2016.09.009/4, IC-000234.2016.09.009/0, IC-000236.2016.09.009/2, IC-000343.2017.09.000/3, IC-000746.2017.09.000/5, IC-000860.2017.09.000/0, IC-001073.2017.09.000/2, PP-001129.2017.09.000/0, PP-001635.2017.09.000/1, PP-002282.2017.09.000/6, PP-002453.2017.09.000/7, PP-002993.2017.09.000/9, PP-000290.2017.09.003/5, NF-000490.2017.09.003/1, IC-000089.2017.09.006/0, IC-000159.2017.09.006/8, IC-000003.2017.09.007/9, IC-000236.2017.09.007/3, IC-000359.2017.09.007/5, IC-000134.2017.09.008/3, IC-000251.2017.09.008/7, IC-000255.2017.09.008/2, IC-000007.2017.09.010/5 - PRT 10ª Região-DF - IC-000975.2015.10.000/7, IC-000246.2015.10.001/2, IC-000079.2015.10.002/3, IC-002727.2016.10.000/2, IC-000306.2017.10.000/9, PP-001235.2017.10.000/5, IC-001324.2017.10.000/0, IC-001514.2017.10.000/9, PP-001807.2017.10.000/0, NF-002084.2017.10.000/5, NF-002512.2017.10.000/6, NF-000303.2017.10.001/8 - PRT 11ª Região-AM - IC-000221.2011.11.000/8, IC-000016.2013.11.000/5, IC-000284.2013.11.000/6, IC-000439.2013.11.000/8, IC-001135.2015.11.000/2, IC-001561.2015.11.000/9, IC-001304.2016.11.000/4, IC-000669.2017.11.000/7 - PRT 12ª Região-SC - IC-000519.2012.12.000/0, IC-000006.2012.12.003/3, IC-000163.2013.12.001/6, IC-000046.2014.12.003/8, IC-000193.2014.12.004/5, IC-000540.2015.12.000/2, IC-000700.2015.12.000/0, IC-000828.2015.12.000/3, IC-000212.2015.12.003/3, IC-000252.2015.12.003/7, IC-000252.2015.12.004/0, IC-000970.2016.12.000/0, IC-001243.2016.12.000/5, IC-000235.2016.12.004/8, IC-000201.2016.12.005/0, IC-000454.2016.12.005/0, IC-000685.2017.12.000/7, PP-001323.2017.12.000/1, PP-001364.2017.12.000/2, IC-000178.2017.12.001/6, IC-000272.2017.12.001/6, IC-000277.2017.12.001/8, IC-000007.2017.12.002/2, IC-000258.2017.12.003/6, NF-000268.2017.12.004/1, IC-000147.2017.12.005/0 - PRT 13ª Região-PB - IC-000982.2013.13.000/2, IC-000118.2014.13.000/7, IC-000101.2015.13.002/4, IC-001480.2016.13.000/7, IC-000260.2016.13.001/4, PP-000501.2017.13.001/4 - PRT 14ª Região-RO - IC-000918.2013.14.000/0, IC-000232.2015.14.001/3, IC-000388.2016.14.000/0, NF-000243.2017.14.002/0 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-000513.2014.15.000/0, IC-001036.2014.15.001/9, IC-000457.2015.15.007/6, IC-003699.2016.15.000/0, IC-004063.2016.15.000/2, IC-000374.2016.15.001/7, IC-000866.2016.15.006/4, IC-000613.2016.15.008/9, IC-000865.2016.15.008/4, IC-000926.2016.15.008/0, IC-000946.2016.15.008/4, IC-000224.2017.15.000/7, IC-000261.2017.15.000/7, PP-000538.2017.15.000/4, PP-000592.2017.15.000/0, IC-000601.2017.15.000/6, IC-000851.2017.15.000/9, PP-001497.2017.15.000/0, IC-001554.2017.15.000/5, PP-001670.2017.15.000/3, PP-002669.2017.15.000/4, PP-002762.2017.15.000/3, IC-000467.2017.15.002/8, IC-000101.2017.15.003/0, PP-000203.2017.15.005/7, PP-000247.2017.15.005/1, IC-000285.2017.15.006/6, IC-000621.2017.15.006/0, IC-000676.2017.15.006/8, IC-000031.2017.15.008/4, IC-000143.2017.15.008/2, IC-000615.2017.15.008/4 - PRT 16ª Região-MA - IC-000498.2013.16.000/0, IC-000752.2014.16.000/0, IC-000138.2014.16.002/0, IC-000639.2015.16.000/4, IC-000012.2015.16.001/3, IC-000360.2016.16.000/7, IC-000679.2016.16.000/6, IC-000022.2016.16.001/5, IC-000437.2017.16.000/0, IC-000600.2017.16.000/0, NF-000719.2017.16.000/3, NF-001285.2017.16.000/6, NF-001319.2017.16.000/0 - PRT 17ª Região-ES - IC-000908.2012.17.000/3, IC-000632.2013.17.000/5, IC-000001.2014.17.001/1, IC-000075.2015.17.000/5, IC-000150.2015.17.000/1, IC-000780.2015.17.000/2, IC-000148.2016.17.000/8, IC-000680.2016.17.000/7, IC-000762.2016.17.000/3, IC-001218.2016.17.000/4, IC-001346.2016.17.000/0, IC-000198.2016.17.003/9, IC-000073.2017.17.000/8, IC-000168.2017.17.000/5, IC-000350.2017.17.000/3, PP-000968.2017.17.000/0, PP-001149.2017.17.000/3, IC-000040.2017.17.001/2, PP-000142.2017.17.002/9 - PRT 18ª Região-GO - IC-000902.2015.18.000/4, IC-000237.2015.18.002/7, IC-000135.2015.18.003/4, IC-000676.2016.18.000/9, IC-001072.2016.18.000/3, PP-001168.2016.18.000/7, IC-001204.2016.18.000/4, IC-001508.2016.18.000/8, IC-001683.2016.18.000/9, IC-000159.2016.18.002/9, IC-000325.2016.18.002/8, IC-000398.2016.18.003/6, NF-000029.2017.18.000/2, IC-000191.2017.18.000/3, IC-000238.2017.18.000/2, IC-000549.2017.18.000/0, IC-000637.2017.18.000/9, IC-001905.2017.18.000/2, NF-002156.2017.18.000/0, IC-000128.2017.18.001/5, IC-000112.2017.18.002/8, IC-000247.2017.18.003/8, IC-000253.2017.18.003/0 - PRT 19ª Região-AL - IC-000482.2015.19.000/2, IC-001188.2015.19.000/6, NF-000091.2015.19.001/7, IC-001043.2017.19.000/0, NF-001386.2017.19.000/3, NF-001404.2017.19.000/9, IC-000307.2017.19.001/1 - PRT 20ª Região-SE - IC-001259.2013.20.000/3, IC-001521.2015.20.000/6, IC-000074.2015.20.001/9, PP-000544.2017.20.000/3, IC-000777.2017.20.000/0 - PRT 21ª Região-RN - IC-000988.2015.21.000/6, IC-000091.2015.21.002/6, IC-000964.2016.21.000/9, IC-000041.2016.21.001/8, IC-000255.2016.21.001/9, IC-000092.2016.21.002/7, IC-000659.2017.21.000/1, IC-000039.2017.21.001/1, IC-000051.2017.21.001/0, IC-000161.2017.21.001/5, PP-000216.2017.21.001/9 - PRT 22ª Região-PI - IC-000357.2016.22.000/2, IC-000393.2017.22.000/9, IC-000787.2017.22.000/0, IC-001281.2017.22.000/2 - PRT 23ª Região-MT - IC-000149.2013.23.004/7, IC-000015.2015.23.004/5, IC-001072.2016.23.000/3, NF-001327.2017.23.000/2, IC-000419.2017.23.001/6, IC-000041.2017.23.004/8 - PRT 24ª Região-MS - IC-000070.2017.24.000/3, PP-000411.2017.24.000/8, PP-000512.2017.24.000/2, IC-000785.2017.24.000/9, IC-000054.2017.24.002/8.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 15:50 horas.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

LUERCY LINO LOPES
Membro

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA
Membro

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 5, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

A Promotora de Justiça titular da Quarta Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17.10.2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do Inquérito Civil Público - ICP;

CONSIDERANDO que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística estão definidas no artigo 22 da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, e que o Anexo I, Capítulo XIV, da citada resolução, inclui nas atribuições da 4ª PROURB os feitos relacionados à Região Administrativa do Plano Piloto;

CONSIDERANDO a necessidade de averiguar possíveis irregularidades urbanísticas referentes à edificação situada no Setor de Habitação Coletiva Noroeste SQNW 307, Bloco C, Região Administrativa do Plano Piloto, conforme apontado no Parecer Técnico nº 22/2017 - AMAUR/DAP-MAUR, emitido no bojo do PA nº 08190.045460/16-10, resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autue-se a presente portaria promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

b) comunique-se a instauração do presente procedimento à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada;

c) publique-se a presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do artigo 2º, inciso VII, da Resolução nº 66/2005; e,

d) proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo 13-A da referida resolução - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação do referido prazo com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

MARILDA DOS REIS FONTINELE
Promotora de Justiça

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 33, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno do TCU, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2017, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do Tribunal

CARLOS ROBERTO CAIXETA
Secretário-Geral de Administração

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.721.053.316,96	1.825.473,08
Pessoal Ativo	1.046.819.035,00	866.123,58
Pessoal Inativo e Pensionistas	674.234.281,96	959.349,50
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	333.872.051,41	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	8.088.439,41	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	325.783.612,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.387.181.265,55	1.825.473,08

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.968,88	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.389.006.738,63	0,190993%
LIMITE MÁXIMO (VI) incisos I, II e III, art. 20 da LRF	3.127.193.593,07	0,4300%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.970.833.913,41	0,4085%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.814.474.233,76	0,3870%

FONTE: Tesouro Gerencial; Portaria STN nº 54, de 18 de janeiro de 2018 (RCL). Data de emissão: 19/01/2018 às 17:30.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISP. DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISP. DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a-(b +c +d+e)-f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		17.001.196,81	0,00	0,00	1.110,56	0,00		17.000.086,25		
Rec. Vinc à Previdência social (RPPS)	56 - Contrib. Plano Seguridade Social Servidor	2.074.443,28						2.074.443,28		
	69 - Contrib Patronal p/ Plano de Seg. Soc. Serv.	1.692.308,98						1.692.308,98		

Recursos de Oper.de Crédito e Rec. Financeiras	88 - Remuneração das Disp. Do Tes.Nacional	10.017.359,00						10.017.359,00		
Rec. Vinc a Fundos, Órgãos e Programas	50 - Recursos Não-Financ. Diret. Arrecadados	3.217.085,55			1.110,56			3.215.974,99		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		182.648.051,28	197.863,93	9.982,06	9.229.986,26	163.659,19		173.046.559,84	22.775.456,46	0,00
Recursos Ordinários	00 - Recursos Ordinários	182.648.051,28	197.863,93	9.982,06	9.229.986,26	163.659,19		173.046.559,84	22.775.456,46	
TOTAL (III) = (I + II)		199.649.248,09	197.863,93	9.982,06	9.231.096,82	163.659,19		190.046.646,09	22.775.456,46	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]										

FONTE: Tesouro Gerencial e Balanço Patrimonial, SIG/DICON/SECOF/SEGEDAM, Data da emissão 19/01/2018, 20h08.

Nota:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2. A divergência no valor de R$ 191.997,16 entre a 'Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição de Restos a Pagar' (R$ 167.271.189,63) e o 'Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial' (R$ 167.463.186,79) pode ser explicada da seguinte forma: Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar: R$ 163.659,19; Outros Pagamentos Extraorçamentários: Tributos a Recuperar/Compensar R$ 28.337,97 (IRPF a compensar R$ 2.783,82; PSS a Compensar R$ 25.554,15).

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.968,88

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.389.006.738,63	0,190993
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	3.127.193.593,07	0,430000
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.970.833.913,41	0,408500

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	22.775.456,46	190.046.646,09

Fonte: Tesouro Gerencial, SIG/DICON/SECOF, 24/01/2018 17h30.

CARLOS ROBERTO CAIXETA
Secretário-Geral de Administração

WAGNER MARTINS DE MORAIS
Secretário de Auditoria Interna

ARY FERNANDO BEIRAO
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Plenário, de 31/01/2018, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.349/2017-1
Natureza: Representação
Representante: Polícia Federal Superintendência Regional no Distrito Federal
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

001.958/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Egesa Engenharia S/A; Maia Melo Engenharia Ltda.; Manoel Nazareth Santanna Ribeiro; Miguel Dario Ardissone Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Wellington Cristiano da Fonseca e outros, representando Egesa Engenharia S/A; David Grunbaum Ambrogi (OAB/DF 25.055) e Durmar Ferreira Martins (OAB/DF 17.292), representando Manoel Nazareth Santanna Ribeiro

017.473/2017-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Casa da Moeda do Brasil
Representação legal: não há

028.130/2017-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A.; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal; Casa Civil da Presidência da República; Embrapa/SCT; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

000.427/2018-7
Natureza: Representação
Representante: ED Comércio de Materiais Elétricos, Obras, Reformas, Serviços e Manutenção Ltda. EPP
Interessado: Construtora BG Eireli - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

000.850/2018-7
Natureza: Representação
Representantes: Ambiental Service Limpeza e Conservação Eireli EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

006.614/2013-2
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal do Natal/RN
Responsáveis: Abrahao Lincoln Bezerra Dantas; Arko Construcoes Ltda. - Me; Camila Nascimento de Queiroz; Cassius Claudio Pereira Barreto; Cláudio Henrique Pessoa Porpino; Fernando Bezerril de Araujo; Franklin Delano Meira Garcia; Jose Renato Freire de Barros; João Alves de Carvalho Bastos; Laélio Pereira de Araújo; Luis Antonio de Albuquerque Lopes; Marcelo Barreto China; Maria Jailene Franco de Carvalho; Maria da Natividade Paulino Tinoco; Melyna Jusseara de Lima e Silva Paiva; Moacir Mateus de Souza; Murilo Barros Junior; Raniere de Medeiros Barbosa; Soraya Lopes Cardoso; Start Pesquisa e Consultoria Tecnica Ltda; Suelia de Paula Nascimento; Suetânia Medeiros Costa
Representação legal: Francisco Fernandes Borges Neto (OAB/RN 3213), representando João Alves de Carvalho Bastos e Cassius Claudio Pereira Barreto; Andreia Cunha Fausto de Medeiros (OAB/RN 7266), representando Raniere de Medeiros Barbosa; Gleydson Kleber Lopes de Oliveira (OAB/RN 3686) e outros, representando Start Pesquisa e Consultoria Tecnica Ltda; Esequias Pegado Cortez Neto (OAB/RN 426-A) e outros, representando Arko Construcoes Ltda. - Me e Maria Jailene Franco de Carvalho; Vladimir Guedes de Morais (OAB/RN 2661), representando Moacir Mateus de Souza e Luis Antonio de Albuquerque Lopes

010.539/2015-8
Natureza: Representação
Representante: GF Consultoria em Informática e Eventos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Representação legal: Isabela Felix de Sousa Ferreira (OAB/GO 28481) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

019.141/2006-2
Natureza: Representação
Representantes: Airton Langaro Dipp; Alexandre Laguna; Ana Maria Martins da Fonseca Carvalho; Antônio Henrique Peçanha; Apoliex Express Transportes Ltda.; Carlos Augusto de Lima Sena; Carlos Henrique Almeida Custodio; Carlos Roberto Samartini Dias; Décio Braga de Oliveira; Eduardo Medeiros de Morais; Enivaldo Ribeiro; Hassan Gebrim; Humberto Eustáquio César Mota; Jânio Cézar Luiz Pohren; José Garcia Mendes; José Thomé de Mello Júnior; João Henrique de Almeida Sousa; João Luiz do Valle Nogueira Filho; Julio Yassuo Aoki; Liana Aparecida de Araújo; Luiz Carlos Corrêa; Marcos Gomes da Silva; Marcos Neves de Araújo; Marta Maria Coelho; Mauricio Coelho Madureira; Nivaldo Ribeiro; Paulo Eduardo de Lima; Paulo Onishi; Planave Navegação da Amazônia Ltda; Rápido Transpaulo Ltda.; Secretaria de Estado dos Negócios da

Fazenda de São Paulo; Tania Regina Teixeira Munari; Tecno Cargo Transportes Ltda.; Transportes Dalcoquio Ltda; Transportes Gerais Botafogo Ltda; Valeria Cristina Silva Almeida; Vitor Aparecido Caivano Joppert
Interessado: Departamento de Polícia Federal - Superint. Regional/PR
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: Mariana Ribeiro de Melo Pereira (OAB/DF 14.047-E) e outros, representando Carlos Augusto de Lima Sena; Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885) e outros, representando José Garcia Mendes, Marta Maria Coelho e Carlos Augusto de Lima Sena

021.496/2017-0
Natureza: Auditoria
Responsáveis: Antônio Carlile Holanda Lavor; Fernanda Gabriela Castelar Pinheiro Maia; Flavio Clemente Deulefeu; Henrique Jorge Javi de Sousa; Joana Angelica Paiva Maciel; Lilian Alves Amorim Beltrao; Maria do Perpetuo Socorro Martins Breckenfeld
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Ceará; Fundo Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE
Representação legal: não há

022.272/2017-8
Natureza: Auditoria
Responsáveis: Alessandro Moreira Silva; Ana Patricia Gomes de Brito; Andrely de Cordova; Eduardo Augusto de Sousa Marinho Mendes; Eliana Pereira Cavalcanti; Erike Barbosa de Carvalho Araujo; Fabio Rocha Silva; Heverton Ribeiro Araujo; Ivan Ferreira Valente Neto; Jose Jesus Maria Silva Freitas; Jéssica Santos Roque; Marivone Nunes Barroso; Mercedes Gomes de Oliveira; Pedro Elias de Souza; Vander Rodrigues Alves; Wilson Duarte Alecrim
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Amazonas
Representação legal: Fernanda Couto de Oliveira (OAB/AM 11413) e outros, representando Araildo Mendes do Nascimento

023.462/2017-5
Natureza: Auditoria
Responsáveis: Daniella Garcia de Souza; Eliane Cristina Figueiredo Brilhante; Gilson Colacino Martins; Marcia Maria Souza da Costa Moura de Paula; Martinho Lutero Mendes
Órgãos/Entidades/Unidades: Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; Ministério da Saúde
Representação legal: não há

023.744/2016-2
Natureza: Monitoramento
Responsável: Marcelo Contreiras de Almeida Dourado
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia do Metropolitano do Distrito Federal; Governo do Distrito Federal
Representação legal: não há

027.949/2015-0
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Rosival Lopes dos Santos
Responsáveis: Antonio Fernando Brito Pinto; Rosival Lopes dos Santos
Interessado: JR & CA Construções e Serviços Ltda - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Taperoá/BA
Representação legal: João Ricardo Santos Trabuco (OAB/BA 42.070) e outros, representando Município de Taperoá - BA; Janio Carvalho Ribeiro, representando JR & CA Construções e Serviços Ltda - ME

028.035/2017-8
Natureza: Representação
Representante: JC DIEHL Construções de Imóveis Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

030.165/2014-8
Natureza: Monitoramento
Interessados: Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.; Concessionaria Aeroporto Rio de Janeiro S.A.; Concessionaria do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.; Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A; Congresso Nacional
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: Tayssa Rosa Nogueira Terra e outros, representando Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A; Pedro Aurelio Azevedo Lustosa e outros, representando Concessionaria Aeroporto Rio de Janeiro S.A.; Alex Zeidan dos Santos (OAB/DF 19.546) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Luís Justiniano de Arantes Fernandes e outros, representando Concessionaria do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.; Paula Damas de Matos (OAB/DF 25814), representando Inframerica Concessionaria do Aeroporto de Brasilia S/a; Márcia Fernandes Bezerra (OAB/PR 35769) e outros, representando Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.

032.066/2017-1
Natureza: Representação
Representante: Rivera Móveis Indústria e Comércio Ltda.
Órgãos/Entidades/Unidades: Indústria de Material Bélico do Brasil; Ministério da Integração Nacional
Representação legal: Zelindo Tercio Zanella e outros, representando Rivera Moveis Industria e Comercio Ltda.

Ministro AROLDO CEDRAZ

007.840/2012-8
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
Representação legal: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/DF 1742A) e outros, representando Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

025.657/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgãos/Entidades/Unidades: Advocacia-geral da União; Ministério de Minas e Energia
Representação legal: não há

026.281/2015-5
Natureza: Auditoria
Responsáveis: Cláudio Henrique Guerra Xavier da Silva; Veridiano Ferreira Colares
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
Representação legal: não há

033.039/2017-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Gtc Distribuidora de Medicamentos Ltda - Me; Normandi Jose Rosa; Olivio Brandelero; Sobieski e Sobieski Ltda - Me
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Representação legal:

035.252/2017-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

032.140/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Bernardo de Alencar Araripe Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: não há

034.937/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Adriano Ferreira de Melo; Audy Lopes Fernandes; Fabiana dos Santos Ferreira; Marcel Nunes de Farias e Raniere Pereira Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Prata/PB
Representação legal: Josedeo Saraiva de Souza (OAB/PB 10.376)

Ministro BRUNO DANTAS

007.599/2015-3
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Aldo Alves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Amapá
Responsáveis: Aldo Alves Ferreira; Marcos Roberto Marques da Silva
Representação legal: não há

029.338/2016-6
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações
Representação legal: Luiz Batista Gomes dos Santos Pereira e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações

Ministro VITAL DO RÊGO

005.906/2011-3
Natureza: Auditoria
Responsável: Marcelo Cotrim Borges
Interessado: Congresso Nacional
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há

006.550/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Egesa Engenharia S/A; Luiz Fernando de Pádua Fonseca
Recorrente: Luiz Fernando de Pádua Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Elmo Teodoro Ribeiro; Fernando Luiz Carvalho Dantas (OAB/DF 22.588) e outros

011.318/2008-5
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Responsáveis: Alexandre Cabana de Queiroz Andrade; Carla Sueli Barbosa; Consórcio Palma Engenharia Ltda/Fujita Engenharia Ltda; Cristiano Orem de Andrade; Edson Collet Ibiapina; Erika Hatano Routledge; Eurico de Salles Cidade; Marcele Simone Camara de Andrade; Mauricio Kuehne; Mário Massao Kobayashi; Oscar Apolonio do Nascimento Filho; Ricardo Paes Barreto Neto
Recorrente: Erika Hatano Routledge
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Penitenciário Nacional
Representação legal: Geraldo Magela Salvador (OAB/DF 33.789); Vania Marquez Saraiva (OAB/DF 5.460); Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366); Lincoln de Souza Chaves (OAB/DF 1.398-A); Natanael Grangeiro Cortez (OAB/CE 19.890) e outros

013.073/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alaide Pires Garcia; Anita da Silva; Celina Gatner; Cleveston dos Santos Andrade; Datolina Simão da Silva; Deonilia Drago; Ecilda Goetten; Edite Tibes de Oliveira; Francisco Gabriel Ribeiro; Itamira Rodrigues de Vargas; Joa Maria Veigasimao; José Albino de Moraes; Juvelina Felix dos Santos; Laurentina Ribeiro; Leonina Pires dos Santos; Leonir Alves de Oliveira; Malvina V. C. de Maragigo; Marcolino Fermino; Maria de Paula Goetten Rodrigues; Marinez Piovesan; Orandina Alves de Castilhos; Seoli Ferreira Pires; Tereza Maria de Jesus Tibes; Valdirene Fernandes; Vandina Furtado dos Santos; Vitalina Furtado Belli; Vivaldino Mello de Souza
Recorrentes: Marinez Piovesan; José Albino de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Florianópolis/SC
Representação legal: Miguel Nelson Silva Franca

014.043/2012-2
Natureza: Auditoria
Responsáveis: Alexandre Perez Marques; Antônio Fontana; Chan Sao Heng; Elisabete Aiko Hagiwara da Silva; Jonas de Jesus Ribeiro; Miriam Assunção de Souza Lepsch; Mário Augusto Ronconi; Orlando Celso Longo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: Ana Paula de Vasconcelos (OAB/DF 41.036); Walter Carlos da Conceição (OAB/RJ 102.064) e outros

015.217/2012-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Diogo Cristovão da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

015.393/2016-0
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: Ary Soares de Souza Júnior; Iracema Maria de Queiroz Cardoso Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá
Representação legal: não há

020.378/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Ministério da Saúde
Responsáveis: Laura Barreto Carneiro; Marco Antônio de Araújo Fireman; Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho
Interessado: Shire Farmacêutica Brasil Ltda.
Representação legal: Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359) e outros

028.551/2017-6
Natureza: Acompanhamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Câmara dos Deputados; Conselho da Justiça Federal; Conselho Nacional de Justiça; Justiça do Trabalho
Representação legal: não há

033.240/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Car Zap Comércio e Serviços Automotivos Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

035.967/2016-1
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Flavio da Silva Mota
Responsável: Carlos Alberto da Costa
Interessado: Superintendência Regional do Incra no Estado de Tocantins
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Tocantins
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

004.824/2010-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Plantas do Nordeste
Responsáveis: Ana Maria Giulietti Harley; Associação Plantas do Nordeste; Cylon Eudoxio Tricot Gonçalves da Silva; Eduardo Henrique Accioly Campos; Erney Felício Plessmann de Camargo; Esper Abrão Cavalheiro; Frans Germain Corneel Pareyn; Ione Egler; João Aguiar Nogueira Batista; Luciano Paganucci de Queiroz; Paulo Ricardo Dimas Luz Cunha e Washington de Jesus Santanna da Franca Rocha
Representação legal: Arcênio Rodrigues da Silva (OAB/SP 18.3031); Liana Claudia Hentges Cajal (OAB/DF 50.920); Airton Rocha Nobrega (OAB/DF 5.369)

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

001.221/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Bruna Fernandes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Representação legal: não há

034.839/2017-8
Natureza: Consulta
Consulente: Prefeito Municipal de Cocos/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cocos/BA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUESTÃO DE ORDEM

Presidência

Competência para relatar agravo interposto contra decisão monocrática do Presidente do Tribunal prolatada durante o recesso, com fundamento no art. 28, inciso XVI, do Regimento Interno do TCU. A matéria será submetida à deliberação do Plenário na próxima sessão.
Prazo para a interposição de agravo contra decisão que adota medida cautelar e cabimento de agravo contra decisão do plenário que referenda decisão monocrática de natureza cautelar. A matéria será submetida à deliberação do Plenário na próxima sessão.
Efeitos dos embargos de declaração opostos contra decisão que adota medida cautelar. A matéria será submetida à deliberação do Plenário na próxima sessão.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

003.322/2015-7
Tomada de Contas Especial instaurada em razão do não encaminhamento de toda a documentação exigida para a prestação de contas dos recursos pactuados por meio de convênio, que tinha por objeto apoiar o evento "Micarê Sertaneja Britânia e Minaçu".
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Goiás
Responsáveis: Claudia Gomes de Melo; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda.; Luiz Henrique Peixoto de Almeida e Premium Avança Brasil
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18444) e outros, representando Claudia Gomes de Melo e Premium Avança Brasil

Interessados em sustentação oral:

- Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444) e Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF 41.292), representando CLAUDIA GOMES DE MELO e PREMIUM AVANÇA BRASIL

007.903/2015-4
Tomada de contas especial instaurada em razão do não encaminhamento de toda a documentação exigida para a prestação de contas dos recursos pactuados por meio de convênio que tinha por objetivo apoiar o evento "Réveillon Barra da Tijuca-RJ".
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Goiás
Responsáveis: Claudia Gomes de Melo; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda.; Luiz Henrique Peixoto de Almeida e Premium Avança Brasil
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18444) e outros, representando Claudia Gomes de Melo e Premium Avança Brasil

- Interessados em sustentação oral:

Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444) e Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF 41.292), representando Claudia Gomes de Melo e Premium Avança Brasil

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.776/2012-2
Consulta acerca da incidência do teto remuneratório previsto no inciso XI do artigo 37 da CF/1988 em relação à percepção cumulativa de vencimentos e/ou proventos decorrentes da acumulação de cargos públicos em órgãos pertencentes a esferas de Poder ou entes diversos.
Consulente: Deputado Marco Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há
1º Revisor: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (30/2017)
2º Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (35/2017)

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

041.559/2012-6
Tomada de Contas Especial instaurada decorrente de fiscalização realizada em processos de dispensa de licitação para a realização de serviços emergenciais na rodovia BR-010/MA, trecho Divisa TO/MA-Divisa MA/PA.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Maranhão
Responsáveis: Alfredo Soubihe Neto, Antônio Máximo da Silva Filho, Francisco Augusto Pereira Desideri, Genésio Bernardino de Souza, Gerardo de Freitas Fernandes, Leônidas Soriano Caldas Neto, Maurício Hasenclever Borges e DM Construtora de Obras Ltda.
Representação legal: Leonardo Lacerda Jubé (OAB/GO 26.903) e Roger Santos Ferreira (OAB/PR 29.960) e outros
Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (37/2017)

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

001.816/2004-1
Consultas acerca da incidência do teto constitucional de remuneração dos agentes públicos sobre os acúmulos remuneratórios percebidos por servidor, bem como sobre as pensões instituídas pelo antigo Instituto de Previdência dos Congressistas, atualmente pagas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.
Consulentes: Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e Advocacia-Geral da União.
Órgãos/Entidades/Unidades: Câmara dos Deputados e Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há
1º Revisor: Ministro Benjamin Zymler (17/2017)
2º Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (35/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.805/2015-0
Embargos de declaração opostos contra decisão que negou provimento a recurso de reconsideração.
Recorrente: José Pereira Freitas da Silva
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Maturéia/PB
Representação legal: Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10.204)

008.989/2016-8
Auditoria nas obras de drenagem da Bacia do Rio Emboaçu, em São Gonçaolo/RJ. Análise das respostas das audiências dos responsáveis.
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal; Governo do Estado do Rio de Janeiro; Ministério das Cidades
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Edmilson Justino; Isaura Maria Ferreira Frega; João Carlos Grilo Carletti; Luiz Manoel de Figueiredo Jordão; Marcus de Almeida Lima; Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos; Sueli Conceição da Silva Tostes; Walter Martins Câmara Junior; Alexandre Walter de Miranda Filho
Representação legal:
Damião Alves de Azevedo (22069/OAB-DF), Murilo Fracari Roberto (22934/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

010.837/2000-8
Embargos de declaração interpostos contra decisão que negou provimento de recursos de reconsiderações opostos em face de acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenado-os ao pagamento do débito e de multa, bem como os inabilitou para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal.
Embargantes: Orlando Galvão Filho; João Augusto Rezende Henriques; Reynaldo Vilardo Aloy
Interessados: Petrobras Distribuidora S.A.; Petróleo Brasileiro S.A
Responsáveis: Djalma Bastos de Morais; Instituto de Organização Racional do Trabalho no RJ; José Ferreira da Silva Filho; João Augusto Rezende Henriques; Orlando Galvão Filho; Pedro Caldas Pereira; Reynaldo Vilardo Aloy
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.a
Representação legal: Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58476) Dhebora Pimentel Pereira Pinto
Kamilla Vieira da Silva Igor Felipe Araujo de Souza (OAB/DF 41.605)

024.999/2013-0
Embargos de declaração interposto contra decisão que rejeitou pedidos de reexame apresentados pelos responsáveis contra acórdão que aplicou sanções a servidores do Dnit/CE, bem como declarou a inidoneidade de empresa em razão de irregularidades apuradas em contratação de empresa para realizar as obras de manutenção de trecho rodoviário da BR-222/CE, entre o Km 122,8 e o Km 222,9.
Recorrentes: Joaquim Guedes Martins Neto; Francisco Jânio Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Ceará - DNIT/MT
Interessado: Ricardo Ribeiro Campos, Juiz Federal Substituto da 11ª Vara da Justiça Federal no Estado do Ceará
Responsáveis: Joaquim Guedes Martins Neto; Francisco Jânio Martins; Sebastião Coriolano de Andrade, Arnor Pereira da Silva; José Rabelo de Carvalho; Delta Construções S.A.
Representação legal :
Eduardo Pragmacio de Lavor Telles (2331/OAB-CE 2331) e outros, representando Joaquim Guedes Martins Neto;
Rodrigo Paes Barreto Lossio (11833-E/OAB-PE), Vinícius Britto Mendes (OAB/RJ 114.034), Leonardo Oliveira Silva (OAB/PE 21.761) e outros, representando Delta Construções S.A.
Maria Glaucia Morais de Oliveira (16721/OAB-CE), representando Sebastião Coriolano de Andrade
Vladimir Galdino de Queiroz (4116/OAB-CE), representando Francisco Jânio Martins

Ministro AUGUSTO NARDES

001.961/2009-3
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que condenou a recorrente em débito e multa por superfaturamento nas obras de construção da BR 230/PA, denominada Rodovia Transamazônica, no trecho compreendido entre os municípios de Marabá e Altamira, ambos no Estado do Pará.
Recorrente: Torc Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Maia Melo Engenharia Ltda.; Manoel Nazareth Santanna Ribeiro; Miguel Dario Ardissone Nunes; Seplane Engenharia e Planejamento do Nordeste Ltda.; Torc Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda
Interessados: Luiz Antônio Pagot; Tribunal de Contas da União
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Torc Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda

032.944/2013-6
Embargos de Declaração opostos contra decisão que aplicou multa ao recorrente em razão de irregularidades na concessão de diárias.
Recorrente: Benedito Fortes de Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Medicina Veterinária
Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e Guilherme Gonçalves Martin (OAB/DF 42.989)

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.845/2018-3
Representação, com pedido de medida cautelar, solicitando a instauração de procedimento de investigação, com vistas a apreciar, a legalidade, legitimidade e conveniência do acordo firmado pela Petrobras junto à Corte Federal de Nova York, nos Estados Unidos da América.
Representantes: Gleisi Helena Hoffman, Senadora da República pelo Estado do Paraná, Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, Luiz Lindbergh Farias Filho, Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro, Paulo Roberto Severo Pimenta, Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Antônio Carneiro Maia Neto (OAB/RJ 138.278), Alexandre Eliahou Andrade Dancour (OAB/RJ 126.187), Alexsandra Enes de Araújo Lebre (OAB/RJ 147.565), Amanda César Lima (OAB/RJ 173.879), Cíntia Maria Frutuoso Rafael Figueiredo (OAB/RJ 123.805), Daniel Marinho de Oliveira (OAB/RJ 113.745), Danielle Gama Bessa Bites (OAB/RJ 115.408), Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (OAB/DF 54.217), Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485), Fernanda Maria Garcia Leite da Cruz (OAB/RJ 140.611), Geórgia Valverde Leão Romeiro (OAB/BA 18.578), Gustavo de Souza Vellame (OAB/RJ 153.962), Juliana Carvalho Tostes Nunes (OAB/RJ 131.998), Leonardo Chevrand de Miranda e Silva (OAB/RJ 103.506), Lucas Laupman Ferraz Lima (OAB/RJ 137.567), Marcos Antonio Marques Machado (OAB/RJ 121.538), Paola Allak da Silva (OAB/RJ 142.389), Patricia Franco Bonfadini Mendes (OAB/RJ 152.991), Rafael Coutinho da Silva (OAB/RJ 119.801), Rodrigo Guimarães Simas (OAB/RJ 167.789), Rafael Carlo Indio e Bartijotto (OAB/RJ 108.182), Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154.238), Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398), Tatiana Zuma Pereira (OAB/RJ 120.831), Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488), Vitor Thome El Hader (OAB/RJ 103.466), Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB/RJ 130.645), representando Petróleo Brasileiro S.A.

008.078/2000-0
Recurso de Revisão interposto pelo MPTCU contra a deliberação que julgou regulares com ressalvas as contas dos gestores do Incra referentes ao exercício de 1999 e dirigiu ao citado órgão as determinações.
Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Exercício: 1999
Representação legal: não há

008.198/2010-1
Pedido de Reexame contra deliberação que rejeitou as razões de justificativa do recorrente e aplicou-lhe multa em processo de auditoria realizada nas obras de adequação de trecho rodoviário de Goiânia-Jatái na BR-60, no Estado de Goiás.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Interessados: Congresso Nacional
Responsáveis: Alfredo Soubihe Neto; Construtora Queiroz Galvao S.A.; Cristiane Subtil de Oliveira; Flávio Murilo Gonçalves Prates de Oliveira; Handerson Cabral Ribeiro; José Florentino Caixeta; Octacílio Oliveira Cunha
Representação legal: Silvia Regina Schmitt (38.717/OAB-DF), representando Handerson Cabral Ribeiro; Wellington Cristiano da Fonseca e outros, representando Egesa Engenharia S/a; Leonardo Lacerda Jube (26903/OAB-GO), representando Alfredo Soubihe Neto; Igor Fellipe Araujo de Sousa (11.720-E/OAB-DF) e outros, representando Construtora Queiroz Galvao S A

018.944/2008-0
Pedidos de Reexame interpostos contra deliberação que considerou representação procedente, aplicou multa ao recorrente e a outros agentes públicos e declarou a inidoneidade de empresa, impedindo-a de participar, pelo prazo de cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal, em razão de irregularidades detectadas em concorrência que tinha por objeto a construção de 255 unidades habitacionais no Setor Taquari, em Palmas/TO, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento.
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Tocantins (SEHAB/TO)
Interessado: Ministério Público junto ao TCU
Responsáveis: José Edmar Brito Miranda, ex-Secretário de Infraestrutura do Estado do Tocantins; Luiz Mário Ranzi, ex-Presidente da Comissão de Licitação; Denildon Domingos Carvalho, Marília Sousa Moreira e Silvio Leão, membros da Comissão de Licitação; e Construssati Serviços e Construções Ltda.
Recorrentes: Silvio Leão e Construssati Serviços e Construções Ltda.
Representação legal: Pedro Martins Aires Junior (OAB/TO 2.389) e Solano Donato Carnot Damacena (OAB/TO 2.433), representando José Edmar Brito Miranda (procurações à peça 72, p. 16, e à peça 111); Aline Ranielle de Sousa (OAB/TO 4.458) e Hermógenes Alves Lima Sales (OAB/TO 5.053), representando Sílvio Leão (procuração à peça 153); e Emerson Barbosa Maciel (OAB/DF 12.318), Leonardo Ramos Gonçalves (OAB/DF 28.428), Luis Henrique Alves Sobreira Machado (OAB/DF 28.512), Marcelo Lindoso Baumann (OAB/DF 8.834/E), Marcelo Rocha de Mello Martins (OAB/DF 6.541), Marcos Von Glehn Herkenhoff (OAB/DF 28.432) e Thiago Henrique Santos Sousa (OAB/DF 22.944), representando a empresa Construssati Serviços e Construções Ltda. (procurações à peça 72, p. 4 e 9, e à peça 188)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

014.971/2014-3
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades em aplicação de recursos de convênio que tinha por objeto o apoio financeiro para a realização de festa junina local.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Congo/PB
Responsáveis: José Alves da Silva e Xoxoteando Produções Artísticas Ltda.
Representação legal: Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Joanilson Guedes Barbosa (OAB/PB 13.295) e outros

031.240/2010-0
Tomada de contas especial instaurada com o objetivo de investigar possível superfaturamento em contrato para a prestação do serviço de locação de mão de obra na função de auxiliar técnico de informática.
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Responsáveis: Agaciel da Silva Maia e José Alexandre Lima Gazineo, Efraim de Araujo Moraes, José Ausnemburgo dos Santos Sobreira Machado, e Aval Empresa de Serviços Especializados Ltda.
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), João Henrique Soares de Holanda (OAB/DF 36.556), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Marcos von Glehn Herkenhoff (OAB/DF 28.432), Luis Henrique Alves Sobreira Machado (OAB/DF 28.512), José Alberto Rodrigues Teixeira (OAB/DF 16.163) e José Alexandre Lima Gazineo, em causa própria (OAB/BA 8.710)

032.450/2014-1
Tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidades na execução de termo de compromisso que tinha por objetivo a construção de aterro sanitário.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Carrapateira/PB
Responsáveis: Breno Augusto Rodrigues Soares; Inprel Construções e Serviços Ltda. ME; José Ardison Pereira; Wladimy Oliveira de Almeida
Representação legal: Lincon Bezerra de Abrantes (OAB/PB 12.060), Walter de Agra Júnior (OAB/PB 8.682) e Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663)

034.460/2017-9
Solicitação do Congresso Nacional de fiscalização para verificar a ocorrência de possíveis irregularidades no uso de recursos do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).
Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Seguros Privados

Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

033.081/2017-4
Desestatização. Acompanhamento do chamamento público prévio à licitação para outorga de direito de exploração de satélite brasileiro para o transporte de sinais de telecomunicações na posição orbital 45º Oeste, e o uso de radiofrequências associadas.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações
Representação legal: Daniel Andrade Fonseca e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações

Ministro BRUNO DANTAS

005.650/2006-7
Monitoramento das determinações e recomendações efetuadas em auditoria que teve por objetivo verificar o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma rede de saúde na região metropolitana do Rio de Janeiro. Análise de audiências.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Responsáveis: Gilson Cantarino O Dwyer; Ivonete Marques Afonso; Jacob Kligerman; Joao Ferreira Neto; Jose Agenor Alvares da Silva; Oscar Jorge Berro; Suely das Graças Alves Pinto
Interessados: Mauro Celio de Almeida Marzochi; Prefeitura Municipal de Belford Roxo - RJ; Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - RJ; Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu - RJ; Ronaldo Cezar Coelho; Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/mt
Representação legal: não há

011.593/2016-4
Pedido de reexame interposto contra acórdão que considerou parcialmente procedente representação sobre possível prejuízo causado pela Delegacia da Receita Federal em Aracaju DRF/Aracaju ao Erário, em face de multa processual aplicada à Fazenda Nacional no bojo do processo judicial.
Recorrente: Delegacia da Receita Federal em Aracaju/SE
Órgão/Entidade/Unidade: Delegacia da Receita Federal em Aracaju/SE; Procuradoria da Fazenda Nacional
Representação legal: não há

016.099/2017-6
Representação acerca de possível irregularidade na contratação das obras de represamento do rio Catolé, em Barra do Choça/BA. Análise de oitivas.
Representante: Ministério Público Federal Procuradoria da República em Vitória da Conquista/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa); Caixa Econômica Federal
Representação legal: Érica Meireles Moreira de Araújo (OAB/BA 19.687) e outros, representando Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa)

027.822/2014-1
Tomadas de Contas Especial instaurada em cumprimento de determinação contida em acórdão, para apuração de ocorrência de dano ao erário decorrente da não consecução dos objetivos pactuados em convênio que tinha por objeto a construção do Centro de Atendimento à Mulher e à Família (Camuf) no município de Santana/AP. Análise das citações.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Amapá
Responsáveis: Carlos Camilo Góes Capiberibe; Estado do Amapá; Marcos Roberto Marques da Silva
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

022.886/2010-9
Recursos de reconsideração interpostos contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os solidariamente com outros gestores ao pagamento do débito apurado e aplicou-lhes multa, em razão de indevida aplicação dos recursos transferidos por meio de convênio que tinha por objetivo a implantação de um sistema de esgotamento sanitário.
Recorrentes: Alberto Martins Pires Matos e Rivadávio Espínola Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Juazeiro BA
Representação legal: Rodrigo Nunes da Silva (OAB/BA 23.096) e Alcione Enéas de Assis Rodrigues (OAB/BA 745-B e OAB/PE 1023-A)

025.375/2017-2
Solicitação do Congresso Nacional em que se requer a este Tribunal informações acerca de processos desta Corte e sobre as conclusões e recomendações feitas pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
Solicitação do Congresso Nacional em que se requer a este Tribunal informações acerca de processos desta Corte e sobre as conclusões e recomendações feitas pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
Interessada: Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e BNDES Participações S.A
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

011.451/2016-5
Auditoria nas obras da construção dos lotes 5S e 5SA da Ferrovia Norte-Sul (FNS), denominada EF-151 no plano nacional de viação; estrada de ferro inicialmente projetada para ligar Belém/PA a Panorama/SP, com traçado de 3.100 km.
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: Sílvia Schimitt (OAB/DF 38.717), Ana Carolina Guizzo (OAB/SP 206.536), Marcelo Garcia Stenzel

032.042/2015-9
Prestação de contas anuais do Departamento Regional do Senai no Estado de Rondônia (Senai-RO), relativas ao exercício de 2014
Exercício: 2014
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado de Rondônia
Responsáveis: Adilson Popinhak; Adir Josefa de Oliveira; Altemir Tomazini; Amazonas Construções, Terraplanagens e Comércio Ltda. - Me; Caritiana Brzezinshi - Me; Clévisson Oliveira Pinto; CMG Construções Ltda.; Dênis Roberto Baú; Ecio Naves Duarte; Edmilson Matos Cândido; Jean Paul Rodriguez Sanchez; Júlio César Lúcio da Costa; Ludma de Oliveira Correa Lima; Luis Carlos Hey; Marcelo Thome da Silva de Almeida; Maria Alzinete de Jesus e Silva; Natanael de Carvalho Pereira; R M dos Santos - Me; Renato Antonio de Souza Lima; Silvio Liberato de Moura Filho
Representação legal: Cleonésio Ferreira de Freitas, representando CMG Construções Ltda.; Joao Paulo Messias Maciel (5130/OAB/RO), representando R M dos Santos - ME

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

036.134/2016-3
Indisponibilidade de bens diante de indícios de dano ao erário em contrato para a execução das obras inerentes às unidades UHDTI (U-2313), UGH (U-22311), UDEA (U-32323) e à unidade integrante da carteira de gasolina da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Paraná (Repar). Análise de oitiva.
Agravante: Marcelo Bahia Odebrecht
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605) e outros, representando Marcelo Bahia Odebrecht

036.143/2016-2
Agravo e de Embargos de Declaração opostos contra deliberação que decretou cautelarmente a indisponibilidade de bens dos recorrentes diante do dano em contrato para a execução das obras inerentes às unidades UHDTI (U-2313), UGH (U-22311), UDEA (U-32323) e à unidade integrante da carteira de gasolina da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Paraná (Repar).
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsável: José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Representação legal: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/RJ 20.283) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

012.601/2017-9
Auditoria piloto realizada no Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região RS (Creci-RS), no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada FOC, que tem como objetivo avaliar, em âmbito nacional, a regularidade das despesas e outros aspectos da gestão dos Conselhos de Fiscalização Profissional (CFPs).
Orgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região (RS)
Responsável: Marcio Ferreira Bins Ely
Representação legal: não há

025.971/2015-8
Embargos de declaração interpostos contra deliberação que rejeitou agravo em processo de denúncia acerca de irregularidades ocorridas no Confea, devido aos valores estabelecidos em portaria para emissão de diárias e passagens, ajuda de custo e auxílio traslado concedidos a membros e empregados do referido conselho.
Embargante: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Responsáveis: Daniel Antonio Salati Marcondes; José Tadeu da Silva
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Wilton Luis da Silva Gomes (OAB/SP 220.788) e outros, representando José Tadeu da Silva

035.008/2017-2
Solicitação de prorrogação de prazo para pronunciamento sobre as contas do CRQ-XIV de 2016 e o parecer do controle interno.
Natureza: Solicitação
Solicitante: Conselho Regional de Química XIV Região (AM, AC, RO e RR)
Representação legal: não há

Em 26 de janeiro de 2018
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Extraordinária Reservada de Plenário, de 31/01/2018, às 14h30

Convocada com fundamento nos arts. 55, caput , e 108, § 1º, da Lei 8.443, de 1992, com o objetivo de apreciar processos em que é necessária a preservação de direitos individuais ou do interesse público.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

016.292/2017-0
Natureza: Levantamento
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

028.524/2017-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

030.034/2017-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.440/2017-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

030.163/2017-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

028.260/2016-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: Karla Carolina Viana (OAB/MS 016.506)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

021.280/2017-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

008.067/2017-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AROLDO CEDRAZ

012.688/2015-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14.265), Saulo Miranda de Moura (OAB/PE 25.013), Renata Celly Carvalho Miranda de Moura (OAB/PE 24.998), Silvia Helena Silva de Miranda (OAB/PE 14.258), Leucio Lemos Filho (OAB/PE 5.807) e outros.

Ministro BRUNO DANTAS

012.604/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pacatuba/CE
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

007.382/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Representação legal: Danielle Capistrano Rolim Mota (OAB/CE 20.015-B); Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (OAB/CE 31566) e outros; Silvia Regia Lopes Melo Mourão (OAB/CE 16615) e outros; Caio Frota Rodrigues (OAB/CE 21933) e outros; Liana Rangel Borges (OAB/CE 19365)

034.429/2017-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Em 26 de janeiro de 2018
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 30, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e XIII da Lei Complementar nº 80, e tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal que compõem o Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública da União referente ao terceiro quadrimestre de 2017, conforme os Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

ANEXO I

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	297.782.209,90	18.563.228,10	316.345.438,00
Pessoal Ativo	281.152.866,80	17.978.434,78	299.131.301,58
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.629.343,10	584.793,32	17.214.136,42
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	15.544.023,56	334.923,75	15.878.947,31
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.695.947,31	-	1.695.947,31
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.848.076,25	334.923,75	14.183.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	282.238.186,34	18.228.304,35	300.466.490,69
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)			300.466.490,69

FONTE: Tesouro Gerencial 2018, DPU, 17/jan/2017.

ANEXO II

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMOSNTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

GRUPO IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
			RPP de Exercícios Anteriores (b)	RPP do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		19.120.855,08	-	-	19.894,73	624.958,14	18.476.002,21	1.942.895,39	-
Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)	56 - Contribuição Plano de seguridade Social Servidor	60.740,36	-	-	-	-	60.740,36	192.336,65	-
	69 - Contribuição Patronal p/ Plano de segur. Social Serv.	701.766,26	-	-	-	-	701.766,26	142.587,10	
Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	88 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.476.891,52	-	-	-	-	1.476.891,52	1.476.891,52	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	50 - Recursos não-Financeiros Diretamente Arrecadados	13.654.587,22	-	-	-	-	13.654.587,22	-	-
	57 - Receitas de Honorários de Advogados	2.601.911,58	-	-	19.894,73	-	2.582.016,85	131.080,12	
Outros Recursos Vinculados	90 - Recursos Diversos	624.958,14	-	-	-	624.958,14	-	-	-
TOTAL RECURSOS NÃO-VINCULADOS (II)		77.722.623,19	-	37.138,51	8.155.276,36	285,00	69.529.923,32	48.398.798,38	-

Recursos Ordinários	00 - Recursos Ordinários	77.722.623,19	-	37.138,51	8.155.276,36	285,00	69.529.923,32	48.398.798,38	-
TOTAL (III) = (I + II)		96.843.478,27	-	37.138,51	8.175.171,09	625.243,14	88.005.925,53	50.341.693,77	-

FONTE: Sistemas Siafi e Tesouro Gerencial 2018, Data de emissão 19/jan/2018, e hora de emissão 16:00.

ANEXO III

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	-

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	300.466.490,69	-

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	50.341.693,77	88.005.925,53

FONTE: Tesouro Gerencial 2018, DPU, 19/jan/2018, 16:00.

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, resolve, ad referendum da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, na forma do Anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MAIA

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Janeiro a Dezembro de 2017)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.473.275.744,54	-
Pessoal Ativo	2.795.318.812,53	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.677.956.932,01	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	658.986.009,75	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	22.957.295,64	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	12.642.208,11	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	623.386.506,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.814.289.734,79	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.324.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	3.814.289.734,79	0,524478
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)	8.799.777.320,40	1,210000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%)	8.359.788.454,38	1,149500
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (1,089000%)	7.919.799.588,36	1,089000

Fonte: SIAFI, MF/STN, 12/jan/2018, 12:21hs.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUILHERME FALCÃO FREIRE
Diretor-Geral
Em exercício

JOÃO LUIZ PEREIRA MARCIANO
Secretário de Controle Interno

FLÁVIO GOMES DE MESQUITA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	616.967.404,65	6.338,01	-	339.021,19	4.386.379,04	612.235.666,41	465.131,78	-
50 - RECURSOS NAO-FINAN DIRETAM. ARRECADADOS	412.136.331,62	5.436,19	-	103.150,33	38,00	412.027.707,10	316.931,78	-
63 - REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR. PUB	600.656,49	-	-	-	-	600.656,49	-	-
80 - RECURSOS FINANCEIROS DIRET. ARRECADADOS	198.844.075,50	901,82	-	235.870,86	-	198.607.302,82	148.200,00	-
88 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIB. DO TESOURO NAC	1.000.000,00	-	-	-	-	1.000.000,00	-	-
90 - RECURSOS DIVERSOS	4.386.341,04	-	-	-	4.386.341,04	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	308.770.163,68	5.283.906,11	717.594,09	7.866.859,86	96.555,75	294.805.247,87	72.755.087,62	-
00 - RECURSOS ORDINARIOS	308.770.163,68	5.283.906,11	717.594,09	7.866.859,86	96.555,75	294.805.247,87	72.755.087,62	-
TOTAL (III) = (I + II)	925.737.568,33	5.290.244,12	717.594,09	8.205.881,05	4.482.934,79	907.040.914,28	73.220.219,40	-

FONTE: Tesouro Gerencial: Consulta "RGF_DDC E RP_2017". Câmara dos Deputados - 10/jan/2018 - 9h30min.
Nota: Elaborado com base no Manual de Demonstrativos Fiscais aprovado pela Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional e Manual Siafi 021301 atualizado em 18/12/2017.

GUILHERME FALCÃO FREIRE
Diretor-Geral
Em exercício

JOÃO LUIZ PEREIRA MARCIANO
Secretário de Controle Interno

FLÁVIO GOMES DE MESQUITA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Em exercício

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.324.000,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.814.289.734,79	0,524478%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <1,210000%>	8.799.777.320,40	1,210000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,149500%>	8.359.788.454,38	1,149500%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	-	-

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	73.220.219,40	907.040.914,28

Fonte: Tesouro Gerencial: Consulta "RGF_DDC e RP_ 2017". Câmara dos Deputados - 10/jan/2018 - 9h30min

Nota 1: Elaborado com base no Manual de Demonstrativos Fiscais aprovado pela Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional e Manual Siafi 021301 atualizado em 18/12/2017.

GUILHERME FALCÃO FREIRE
Diretor-Geral
Em exercício

JOÃO LUIZ PEREIRA MARCIANO
Secretário de Controle Interno

FLÁVIO GOMES DE MESQUITA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Em exercício

SENADO FEDERAL

ATO Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2017.

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e Parágrafo Único, e, 55, inciso I, alínea "a", e III, alíneas "a" e "b", e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2017, compreendendo a consolidação dos dados de janeiro a dezembro de 2017, na forma dos Anexos, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.577.245.254,59	10.210.920,57
Pessoal Ativo	1.621.021.554,33	1.512.586,50
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.899.522.419,12	1.596.480,28
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	56.701.281,14	7.101.853,79
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	601.944.612,59	2.624.072,61
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	7.021.741,12	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	67.963.396,47	2.624.072,61
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	526.959.475,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.975.300.642,00	7.586.847,96

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**727.254.324.000,00**	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**2.982.887.489,96**	**0,4102%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.254.387.186,40	0,86%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.941.667.827,08	0,817%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.628.948.467,76	0,774%

FONTE: SIAFI2017, CONTAB, Data da emissão 09/jan/2018, 14h30min.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

FERNANDO ÁLVARO LEÃO RINCON
Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno
Em exercício

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - União

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigaçãoes Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**1.550,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**54.128,76**	**0,00**	**-52.578,26**	**0,00**	**0,00**
Fonte 56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	24.114,56	0,00	-24.114,56	0,00	0,00
Fonte 69 - Contrib. Patronal p/Plano de Segurid.Soc.Serv.	1.550,50	0,00	0,00	0,00	30.014,20	0,00	-28.463,70	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**317.903.852,00**	**6.204.245,92**	**2.242.941,14**	**27.500.480,57**	**11.885.593,91**	**0,00**	**270.070.590,46**	**61.287.674,73**	**0,00**
Fonte 00 - Recursos Ordinários	148.712.692,84	6.183.552,47	2.242.941,14	21.246.954,42	6.968.936,17	0,00	112.070.308,64	60.291.924,07	0,00
Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados	132.694.788,60	20.693,45	0,00	6.253.526,15	0,00	0,00	126.420.569,00	995.750,66	0,00
Fonte 51 - Contrib.Social s/Lucro das Pessoas Jurídicas	31.012.295,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.012.295,83	0,00	0,00
Fonte 53 - Contrib.p/ Financiamento da Seguridade Social	76.116,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.116,99	0,00	0,00
Fonte 63 - Rec. Prop. Decor. Alien. Bens e Dir. do Patr. Pub.	491.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	491.300,00	0,00	0,00
Fonte 90 - Recursos Diversos	4.916.657,74	0,00	0,00	0,00	4.916.657,74	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**317.905.402,50**	**6.204.245,92**	**2.242.941,14**	**27.500.480,57**	**11.939.722,67**	**-**	**270.018.012,20**	**61.287.674,73**	**-**

FONTE: SIAFI2017, CONTAB, Data da emissão 09/jan/2018, 14h30min.

Nota: 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

FERNANDO ÁLVARO LEÃO RINCON

Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA

Diretor da Secretaria de Controle Interno

Em exercício

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 7 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente líquida	727.254.324.000,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.982.887.489,96	0,4102%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.254.387.186,40	0,86%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.941.667.827,08	0,817%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	61.287.674,73	270.018.012,20

FONTE: SIAFI2017, CONTAB, Data da emissão 09/jan/2018, 14h30min.

FERNANDO ÁLVARO LEÃO RINCON
Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno
Em exercício

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

MACHADO DE ASSIS
MACHADO DE ASSIS
Patrono da Imprensa Nacional

O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.
Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa.
Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.
IMPRENSA NACIONAL 1808
MACHADO DE ASSIS

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 52, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, no art. 4º, caput, inciso III, alínea "d", item "1" da Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.000000573-1, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral, no valor de R$ 9.405.000,00 (nove milhões, quatrocentos e cinco mil reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 9.405.000,00 (nove milhões, quatrocentos e cinco mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							9.405.000
		Atividades							
02 061	0570 4269	Pleitos Eleitorais							9.405.000
02 061	0570 4269 7000	Pleitos Eleitorais - Implementação do Voto Impresso - Nacional							9.405.000
			F	3	2	90	0	144	9.405.000
TOTAL - FISCAL									9.405.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.405.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							9.405.000
		Atividades							
02 061	0570 4269	Pleitos Eleitorais							9.405.000
02 061	0570 4269 7000	Pleitos Eleitorais - Implementação do Voto Impresso - Nacional							9.405.000
			F	4	2	90	0	144	9.405.000
TOTAL - FISCAL									9.405.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.405.000

PORTARIA Nº 56, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao terceiro quadrimestre de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000003825-1, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao terceiro quadrimestre de 2017 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	261.805.516,80	480.440,16
Pessoal Ativo	205.362.746,89	480.440,16
Pessoal Inativo e Pensionistas	56.442.769,91	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	47.564.148,69	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	560.904,53	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	47.003.244,16	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	214.241.368,11	480.440,16

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	214.721.808,27	0,029525
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	319.170.105,16	0,043887
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	303.211.599,90	0,041693
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	287.253.094,65	0,039498

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 19/Jan/2018 e hora de emissão 17h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				262.285.956,96	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				47.564.148,69	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				214.721.808,27	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,029525%	
				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,044013%	320.086.445,61
LIMITE MÁXIMO	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,043969%	319.766.453,71
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,043887%	319.170.105,16

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 19/Jan/2018 e hora de emissão 17h.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" e "b") R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		711,05	-	-	-	-	711,05	-	-
	0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	711,05	-	-	-	711,05	711,05	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		4.770.166,00	-	-	-	472.371,13	4.297.794,87	-	-
	0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	3.389.238,76	-	-	-	328.321,57	3.060.917,19	-	-
	0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	1.380.927,24	-	-	-	144.049,56	1.236.877,68	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		9.916.001,40	-	-	-	3.790.917,29	6.125.084,11	-	-
	0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	9.916.001,40	-	-	-	3.790.917,29	6.125.084,11	-	-
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		63.877.404,09	66.579,29	136.408,09	1.527.939,32	4.771.758,94	57.374.718,45	6.033.138,96	-
	0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	42.396.708,34	66.579,29	136.408,09	54.663,03	4.638.758,94	37.500.298,99	4.655.772,75	-
	0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	16.790.014,14	-	-	-	-	16.790.014,14	-	-
	0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.850.642,50	-	-	1.473.276,29	-	1.377.366,21	1.377.366,21	-
	0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	279.963,06	-	-	-	133.000,00	146.963,06	-	-
	0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec - Exercícios Anteriores	1.560.076,05	-	-	-	-	1.560.076,05	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		78.564.282,54	66.579,29	136.408,09	1.527.939,32	9.035.047,36	67.798.308,48	6.033.138,96	-
Recursos Ordinários		1.055.914.243,21	1.006.579,69	1.894.437,64	14.844.901,48	169.824.932,84	868.343.391,56	29.699.913,26	-
	0100 - Recursos Ordinários	1.044.658.326,56	950.560,99	1.894.437,64	14.844.901,48	168.476.026,80	858.492.399,65	29.699.913,26	-
	0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	11.255.916,65	56.018,70	-	-	1.348.906,04	9.850.991,91	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		1.055.914.243,21	1.006.579,69	1.894.437,64	14.844.901,48	169.824.932,84	868.343.391,56	29.699.913,26	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL (III) = (I + II)	1.134.478.525,75	1.073.158,98	2.030.845,73	16.372.840,80	178.859.980,20	936.141.700,04	35.733.052,22	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	4.770.166,00	-	-	-	472.371,13	4.297.794,87	-	-

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 19/jan/2018 e hora de emissão 17h.

[1]A Disponibilidade de Caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.

4. Estão incluídos os valores do órgão setorial de programação financeira (UG 070026), em atendimento ao Item 9.4.4 do Acórdão TCU nº 1573/2006, conforme abaixo:

Limite de Saque com Vinculação Pagto = R$ 1.087.512.055,09.

Recursos a Liberar para Pagamento de RP = R$ 194.953.086,82.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	214.721.808,27	0,029525
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	319.170.105,16	0,043887
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	303.211.599,90	0,041693
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	35.733.052,22	936.141.700,04

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 19/Jan/2018 e hora de emissão 17h.

MAURÍCIO CALDAS DE MELO
Diretor-Geral

ADRIANA NOVAIS TEIXEIRA
Secretária de Administração

MÉRCIA GISELLE DOS SANTOS OLIVEIRA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Min. GILMAR MENDES
Presidente do Tribunal

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 33, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2017.

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III, e no art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, bem como o que consta no Processo n. CJF-PPN-2017/00011, resolve:

Art. 1º Publicar, na forma do Anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2017, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publicar, na forma do Anexo II, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar relativo ao Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2017.

Art. 3º Publicar, na forma do Anexo III, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em Cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão n. 553/2017-TCU-Plenário referente ao 3º quadrimestre de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")
R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	61.440.733,70	94.515,64	61.535.249,34

Pessoal Ativo	52.141.893,07	94.515,64	52.236.408,71
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.298.840,63	0,00	9.298.840,63
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.061.725,22	0,00	6.061.725,22
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	17.731,22	0,00	17.731,22
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.043.994,00	0,00	6.043.994,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	55.379.008,48	94.515,64	55.473.524,12

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.324.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,007615%	0,000013%	0,007628%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,024639%	179.188.192,89	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,023407%	170.228.783,25	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,022175%	161.269.373,60	

FONTE: SIAFI Gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1)Ressaltamos que, conforme Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, não foram computadas as despesas com o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral do montante das despesas com pessoal e encargos sociais

2)Limite máximo fixado pela Resolução CJF nº 250/2013

NILSON SOUSA DE OLIVINDO
Secretário de Administração
Em exercício

JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO
Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Diretora - Geral

ANEXO II

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (090001 + 090026)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")
R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DOEXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras[3]			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a- (b + c + d+ e))		
1. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	51 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	5.490.419,61	0,00	0,00	0,00	0,00	5.490.419,61	0,00	0,00
	53 - CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	16.309.502,09	0,00	0,00	0,00	0,00	16.309.502,09	0,00	0,00
2. Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)	56 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	5.004.377,49	0,00	0,00	0,00	12.161,05	4.992.216,44	0,00	0,00
	69 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.[2]	12.051.147,53	0,00	0,00	0,00	0,00	12.051.147,53	0,00	0,00
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	44 - TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	315.833,66	0,00	0,00	0,00	0,00	315.833,66	0,00	0,00
	88 - REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	17.789.566,36	0,00	0,00	0,00	2.653.944,43	15.135.621,93	0,00	0,00

4. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	47.082.609,09	10.896,22	14.828,55	209,85	-7.184,71	47.063.859,18	226.011,57	0,00
	29 - RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	1.520.583,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.520.583,70	0,00	0,00
	33 - RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00
	50 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	16.376.511,90	0,00	0,00	0,00	0,00	16.376.511,90	0,00	0,00
	74 - TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	1.786,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.786,96	0,00	0,00
	78 - FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	733.093,91	0,00	0,00	0,00	0,00	733.093,91	0,00	0,00
	80 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	141.272,62	0,00	0,00	0,00	0,00	141.272,62	0,00	0,00
	81 - RECURSOS DE CONVENIOS	5.043.599,98	0,00	0,00	20.039,27	0,00	5.023.560,71	2.393.883,10	0,00
9. Outros Recursos Vinculados	90 - RECURSOS DIVERSOS	6.984.198,96	0,00	0,00	0,00	6.984.198,96	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		134.844.803,86	10.896,22	14.828,55	20.249,12	9.643.119,73	125.155.710,24	2.619.894,67	0,00
Recursos Ordinários	00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.182.831.184,19	5.130,07	32.928,29	323.110,71	122.328.238,36	1.060.141.776,76	4.267.428,67	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		1.182.831.184,19	5.130,07	32.928,29	323.110,71	122.328.238,36	1.060.141.776,76	4.267.428,67	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		1.317.675.988,05	16.026,29	47.756,84	343.359,83	131.971.358,09	1.185.297.487,00	6.887.323,34	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]							0,00		

FONTE: Tesouro Gerencial
Nota[1]: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Nota[2] : UG 090001 Estão incluídos na Disponibilidade de Caixa os valores líquidos a receber/liberar (fonte 69).
Nota[3]:.O valor de (7.184,71) registrado na coluna "(e)", na fonte 27, refere-se a registro no passivo efetuado incorretamente pela 2015NL000028, na fonte 00. O acerto entre as fontes 00 e 27 foi realizado, no Siafi 2018, por meio da 2018NL000001

NILSON SOUSA DE OLIVINDO
Secretário de Administração
Em exercício

JESSE ANDROS PIRES CASTILHO
Secretário de Controle Interno

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
R$ 1,00

					DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					61.535.249,34	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					6.061.725,22	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)					55.473.524,12	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					727.254.324.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,007628%	
					% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III				0,018089%	131.553.034,67
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Proc. Adm. SIGED nº 2001160727 \4		0,018071%	131.422.128,89

Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-RES-2012/00184 \4	0,024685%	179.522.729,88
Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-RES-2013/00250 \4	0,024639%	179.188.192,89
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho
\4 Os percentuais utilizados referem-se ao limite legal estabelecido nos respectivos atos decorrentes

NILSON SOUSA DE OLIVINDO
Secretário de Administração
Em exercício

JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO
Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Diretora - Geral

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ATO NORMATIVO Nª 257, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União referente ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo nº 89/STM, de 28 de maio de 2014, do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017, e da Portaria nº 54/STN/MF, de 18 de janeiro de 2018, conforme Anexo I, Demonstrativo referente ao Acórdão TCU 553/17 - item 9.4 e anexo V.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ COÊLHO FERREIRA
Ministro-Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**394.948.407,77**	**23.017.351,50**	**417.965.759,27**
Pessoal Ativo	197.417.498,39	4.003.313,63	201.420.812,02
Pessoal Inativo e Pensionistas	197.530.909,38	19.014.037,87	216.544.947,25
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**183.672.750,76**	**18.726.192,31**	**202.398.943,07**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	5.907,00	0,00	5.907,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.145.924,98	18.726.192,31	20.872.117,29
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	181.520.918,78	0,00	181.520.918,78
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**211.275.657,01**	**4.291.159,19**	**215.566.816,20**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			764.510.636.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,027635%	0,000561%	0,028197%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,080576%		616.012.090,06
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,076547%		585.211.485,56
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,072518%		554.410.881,06

FONTE: Tesouro Gerencial

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também

consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2) Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Nota 3) No total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo estão incluídas as naturezas de despesa 3.1.90.11-14 - Sentença Judicial não Transitada em Julgado de Caráter Contínuo - Pessoal Ativo no valor de R$: 5.907,00; 3.1.90.92-16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil no valor de R$: 1.807.222,02 e 3.1.90.92-96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado no valor de RS: 88.448,46, devido a sua essência de gasto com pessoal Ativo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2017

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				417.965.759,27	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				202.398.943,07	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				**215.566.816,20**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				764.510.636.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,028197%	
				% DA RCL	**VALOR**
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,101900%	779.036.338,08
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,101798%	778.256.537,24
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,080726%	617.158.856,02
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,080576%	616.012.090,06
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") *R$ 1,00*

Grupo destinação dos recursos	Identificação dos recursos	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Obrigações financeiras				Disponibilidade de caixa líquida (antes da insc em RAP N-PROC do exercício) (f) = (a - (b + c + d + e))	RAP empenhados e não liquidados do exercício	Empenhos não liquidados cancel (não inscritos por insuf. financeira)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		RAP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	Fonte 156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	370.848,83	0,00	10.071,68	0,00	0,00	360.777,15	127.845,56	0,00
	Fonte 169 - Contribuição Patronal P/ PSSS	201.421,99	0,00	2.517,92	0,00	0,00	198.904,07	160.000,00	0,00
	Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	2.830.793,13	102.255,86	13.520,00	40.544,22	0,00	2.674.473,05	961.339,87	0,00
	Fonte 150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	1.670.895,07	0,00	0,00	648,81	0,00	1.670.246,26	25.300,64	0,00
	Fonte 188 - Remunação das Disponib. Do Tesouro Nacional	1.777.418,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.777.418,83	0,00	0,00
	Fonte 190 - Recursos Diversos	242.723,12	0,00	0,00	0,00	242.723,12	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		7.094.100,97	102.255,86	26.109,60	41.193,03	242.723,12	6.681.819,36	1.274.486,07	0,00
Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	Fonte 100 - Recursos Ordinários	44.297.195,74	43.697,43	84.442,37	781.191,14	0,00	43.387.864,80	34.120.840,63	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	44.297.195,74	43.697,43	84.442,37	781.191,14	0,00	43.387.864,80	34.120.840,63	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	51.391.296,71	145.953,29	110.551,97	822.384,17	242.723,12	50.069.684,16	35.395.326,70	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]						0,00		

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48) *R$ 1,00*

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
Receita Corrente líquida		R$ 764.510.636.000,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	215.566.816,20	0,028197
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	616.012.090,06	0,080576
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	585.211.485,56	0,076547
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	35.395.326,70	50.069.684,16

Fonte: SIAFI 2017.

JOSÉ COÊLHO FERREIRA
Ministro-Presidente

EDER SOARES DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

IVO ROMERO DA SILVA
Diretor de Orçamento e Finanças, em exercício

RITA DE CASSIA MATOS MARCELLINO DA SILVA
Secretária de Controle Interno, em exercício

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

SECRETARIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

RESOLUÇÃO CATRF3R Nº 47, DE 23 DE JANEIRO DE 2018 (*)

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum",
CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal,
CONSIDERANDO o item 9.4 do Acórdão nº 553/2017-TCU-Plenário;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2017, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CECÍLIA MARCONDES
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	*R$* 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.977.980.426,71**	**9.818.778,60**	**1.987.799.205,31**
Pessoal Ativo	1.679.206.699,95	9.721.503,98	1.688.928.203,93
Pessoal Inativo e Pensionistas	298.773.726,76	97.274,62	298.871.001,38
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**250.820.985,92**	**2.285.662,11**	**253.106.648,03**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	456.173,41	0,00	456.173,41
Decorrentes de Decisão Judicial	955.104,32	0,00	955.104,32
Despesas de Exercícios Anteriores	4.411.036,79	2.285.662,11	6.696.698,90
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	244.998.671,40	0,00	244.998.671,40
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.727.159.440,79**	**7.533.116,49**	**1.734.692.557,28**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			**727.254.323.971,32**
PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)*100	**0,237490%**	**0,001036%**	**0,238526**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		**0,355468%**	2.585.156.400,33
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)		**0,337695%**	2.455.898.580,32
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		**0,319921%**	2.326.640.760,30

Fonte: Tesouro Gerencial

Notas:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMADOR SANT'ANA FILHO
Diretor da Subsecretaria de Controle Interno

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES
Diretor-Geral

ANEXO II
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/17

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					1.987.799.205,31
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					253.106.648,03
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				**1.734.692.557,28**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					**727.254.323.971,32**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				**0,238526%**	
				% DA RCL	**VALOR**
LIMITE MÁXIMO	**LRF, art. 20, incisos I, II e III**			**0,260964**	**1.897.871.974,01**
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Proc.Adm. SIGED nº 2001160727	**0,260710**	**1.896.024.748,03**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	Resolução CJF nº 184/2012	**0,356130**	**2.589.970.823,96**
Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Resolução CJF nº 250/2013	**0,355468**	**2.585.156.400,33**
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				**-**

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMADOR SANT'ANA FILHO
Diretor da Subsecretaria de Controle Interno

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES
Diretor-Geral

ANEXO III
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DE JANEIRO/2017 ATÉ DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**DISP.CAIXA LÍQ. (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**	**RP EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**EMPENHOS NÃO LIQ.CANC.(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores**	**Demais Obrigações Financeiras**			
		De Exercícios Anteriores	**Do Exercício**					
	(a)	**(b)**	**(c)**	**(d)**	**(e)**	**(f) = (a - (b + c + d + e))**		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**94.171.264,31**	**1.829.920,79**	**8.132.907,37**	**13.559.067,44**	**381,02**	**70.648.987,69**	**67.833.638,00**	
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	81.538.788,53	1.537.638,57	8.132.907,37	12.604.575,37	381,02	59.263.286,20	59.263.286,20	
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO	4.868.622,89	287.082,92	0,00	903.375.48		3.678.164,49	862.814,80	
81 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	7.759.970,93	5.199,30	0,00	47.234,63		7.707.537,00	7.707.537,00	
88 - REMUNERAÇÃO DISPONIBILIDADES DO TESOURO	3.881,96	0,00	0,00	3.881,96		0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**1.026.588,62**				**1.026.588,62**			
90 - RECURSOS DIVERSOS	1.026.588,62				1.026.588,62			
TOTAL (III) = (I + II)	**95.197.852,93**	**1.829.920,79**	**8.132.907,37**	**13.559.067,44**	**1.026.969,64**	**70.648.987,69**	**67.833.638,00**	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]								

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI
Nota:
1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMADOR SANT'ANA FILHO
Diretor da Subsecretaria de Controle Interno

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES
Diretor-Geral

(*)N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU de 25-1-2018,Seção 1, páginas 85 e 86, com incorreções.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 13, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

A DESEMBARGADORA REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos do artigo 19, incisos LV e LVII do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo 18, § 2º; artigo 54, caput e inciso III; artigo 55, inciso I, alínea "a" e § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao terceiro quadrimestre de 2017 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LíQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		-	-	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social		-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		-	-	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor		-	-	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor		-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-	-	-	-	
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		117.196,24	22.940,13	4.520,63	-	-	89.735,48	88.000,48	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		115.461,24	22.940,13	4.520,63	-	-	88.000,48	88.000,48	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados		1.735,00	-	-	-	-	1.735,00	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		-	-	-	-	-	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
Outros recursos vinculados		-	-	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos		-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		117.196,24	22.940,13	4.520,63	-	-	89.735,48	88.000,48	-
Recursos Ordinários		6.715.264,81	70.824,91	30.772,07	273.102,72	-	6.340.565,11	6.340.565,11	-
0100 - Recursos Ordinários		6.715.264,81	70.824,91	30.772,07	273.102,72	-	6.340.565,11	6.340.565,11	
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		6.715.264,81	70.824,91	30.772,07	273.102,72	-	6.340.565,11	6.340.565,11	-
TOTAL (III) = (I+II)		6.832.461,05	93.765,04	35.292,70	273.102,72	-	6.430.300,59	6.428.565,59	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]		-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC. Data da emissão 23/01/2018 e hora de emissão 10:38.

[1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.

4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 6.562.214,60.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	36.973.922,04	-
Pessoal Ativo	33.214.398,60	-

Pessoal Inativo e Pensionistas	3.759.523,44	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.179.864,04	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	734.972,60	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.444.891,44	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	32.794.058,00	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	32.794.058,00	0,004509
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	61.365.719,86	0,008438
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	58.297.433,86	0,008016
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	55.229.147,87	0,007594

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC.
Data da emissão 23/01/2018 e hora de emissão 10:38.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	32.794.058,00	0,004509
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	61.365.719,86	0,008438
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	58.297.433,86	0,008016

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	6.428.565,59	6.430.300,59

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC.
Data da emissão 23/01/2018 e hora de emissão 10:38.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL
EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017/TCU/PLENÁRIO ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				36.973.922,04	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				4.179.864,04	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				32.794.058,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / I/V) * 100				0,004509%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			61.540.260,89	61.540.260,89
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,008454%	61.482.080,55
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:			-

	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,008438%	61.365.719,86
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST 3				-

1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Desª Regina Célia Ferrari Longuini
Presidente do Tribunal

CARLOS VENÍCIUS FERREIRA RIBEIRO
Diretor-Geral

SANDRO ROBERTO DE OLIVEIRA BEZERRA
Coordenador de Controle Interno

JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS BERNARDINO
Coordenador de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA N° 36/, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DESEMBARGADOR ELEITORAL NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1°. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 3º quadrimestre do exercício 2017, na forma do Anexo I a presente Portaria (documento 0341737 do procedimento SEI 0000506-42.2018.6.02.8000).

Art. 2º. Tornar público o correspondente Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-Tcu-Plenário. Item 9.4, na forma do Anexo II a presente Portaria (documento 0341738 do mesmo procedimento SEI).

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO

ANEXO I

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO/2017		
LRF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA Nota 1 Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Nota 2	88.023.655,48	
Pessoal Ativo	78.719.659,29	
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.303.996,19	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	9.063.986,07	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	151.038,88	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.912.947,19	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	78.959.669,41	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) Nota 3	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	78.959.669,41	0,010857%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) Nota 4	120.971.484,25	0,016634%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	114.922.910,04	0,015802%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	108.874.335,82	0,014971%

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

3 - As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.

4 - Valor referente à Portaria STN nº 54 de 18/01/2018 (DOU de 19/01/2018).

5 - Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A DEZEMBRO/2017	
LRF - Anexo 6 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	78.959.669,41	0,010857%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	120.971.484,25	0,016634%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	114.922.910,04	0,015802%

RESTOS A PAGAR	INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)
Valor Total	1.247.859,95	1.265.557,07

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO									
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS									
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL									
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A DEZEMBRO/2017									
LRF - Anexo 5 (LRF, Art. 55, III, "a" e "b")									R$ 1,00
Grupo de Destinação de Recursos	Identificação dos Recursos	Disp.de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disp.de Cx.Líq. (antes da Insc. em RP Não Proc. do exerc.) (f)=(a-(b+c+d+e))	RP Emp. e Não Liq. do Exerc.	Emp.não Liq.Canc. (não inscr.por insuf. financ.)
			RP Liquidados e Não Pagos		RP Emp. e Não Liq. de Exerc. Ant. (d)	Demais Obrig. Financ. (e)			
			De Exer.Ant. (b)	Do Exerc. (c)					
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)									
	0153 - Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social								
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		17.697,12	-	-	-	-	17.697,12	-	-
	0156 - Contribuição Plano Seguridade Social do Servidor								
	0169 - Contribuição Patronal p/Plano Seg. social Servidor	17.697,12	-	-	-	-	17.697,12	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras									
	0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional								
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas									
	0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário								
	0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados								
	0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia								
	0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores								

0350 - Rec. Não-Fin. Diret.Arrec. - Exercícios Anteriores								
Outros recursos vinculados	37.953,84	-	-	-	37.953,84	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	37.953,84	-	-	-	37.953,84	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	55.650,96	-	-	-	37.953,84	17.697,12	-	-
Recursos Ordinários	1.754.371,03	53.796,82	261.616,12	191.098,14	-	1.247.859,95	1.247.859,95	-
0100 - Recursos Ordinários	1.754.371,03	53.796,82	261.616,12	191.098,14	-	1.247.859,95	1.247.859,95	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores								
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.792.324,87	53.796,82	261.616,12	191.098,14	37.953,84	1.247.859,95	1.247.859,95	-
TOTAL (III) = (I + II)	1.810.021,99	53.796,82	261.616,12	191.098,14	37.953,84	1.265.557,07	1.247.859,95	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	17.697,12	-	-	-	-	17.697,12	-	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 19/01/2018 às 9:00 horas.
[1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Notas:
1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de Restos a pagar autorizado no montante de R$ 1.390.166,01.

RUI CARLOS GALVÃO
Gestor Financeiro

HELENALBA SILVA MOURA MENEZES
Coordenadora de Controle Interno
Em exercício

De acordo.

JOSÉ RICARDO ARAÚJO E SILVA
Diretor-Geral
Em exercício

Des. TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO
Presidente do Tribunal
Em exercício

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4.
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

R$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		88.023.655,48	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)		9.063.986,07	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		78.959.669,41	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre RCL (V) = (III / IV) * 100		0,010857%	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,016682%	121.320.566,32
	Resol. CNJ 5/2005 - Ato decorrente \2: Portaria TSE nº 478 de 26.09.05	0,016665%	121.196.933,09
	Resol. CNJ 26/2006 - Ato decorrente \2: NÃO TEM.	-	-
	Resol. CNJ 177/2013 - Ato Decorrente \2: Portaria TSE nº 385 de 22.08.13	0,016634%	120.971.484,25
	Justiça do Trabalho - Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3	-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

RUI CARLOS GALVÃO
Gestor Financeiro

HELENALBA SILVA MOURA MENEZES
Coordenadora de Controle Interno e
Em exercício

De acordo.

JOSÉ RICARDO ARAÚJO E SILVA
Diretor-Geral
Em exercício

Des. TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO
Presidente do Tribunal
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 44, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e considerando o constante no Processo Administrativo Digital nº 950/2018, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte Período: janeiro a dezembro de 2017, acompanhado do Demonstrativo dos Limites de Despesa Com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO

ANEXO

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	272.238.940,50	420.301,55
Pessoal Ativo	223.118.475,08	320.301,55
Pessoal Inativo e Pensionistas	49.120.465,42	100.000,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	49.186.500,38	33.387,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.214.388,99	33.387,83
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	42.972.111,39	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I II)	223.052.440,12	386.913,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (V) = (III a+III b)	223.439.353,84	0,030724
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	398.564.459,71	0,054804
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	378.636.236,72	0,052064
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	358.708.013,74	0,049324

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE. Emitido em 22/jan/2018 às 15h e 00min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/01/2018.

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alíneas "a" e "b") R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS
			Restos A Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de	Demais Obrigações			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Financeiras	NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO	POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a (b + c + d + e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		-	-	-	-	-	-	-	-
	0153 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		102.029,14	-	-			102.029,14	-	-
	0156 Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	116,86	-	-	-	-	116,86	-	-
	0169 Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	101.912,28	-	-	-	-	101.912,28	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
	0188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.207.849,60	24.673,42	4.899,70	232.624,44	20.647,66	2.925.004,38	1.758.815,56	-
	0127 Custas e Emolumentos Poder Judiciário	1.908.660,78	24.673,42	4.899,70	99.624,44	20.647,66	1.758.815,56	1.758.815,56	-
	0150 Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	1.166.188,82	-	-	-	-	1.166.188,82	-	-
	0174 Taxas pelo exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-
	0327 Custas e Emolumentos PJ Exercícios Anteriores	133.000,00	-	-	133.000,00	-	-	-	-
	0350 Recursos Não-Fin. Diret. Arrec Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros recursos vinculados		167.300,38	-	-	-	167.300,38	-	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0190 Recursos Diversos	167.300,38	-	-	-	167.300,38	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.477.179,12	24.673,42	4.899,70	232.624,44	187.948,04	3.027.033,52	1.758.815,56	-
Recursos Ordinários	13.726.820,58	685.924,89	329.177,52	427.914,79	(20.647,66)	12.304.451,04	12.304.451,04	-
0100 - Recursos Ordinários	13.709.614,30	668.718,61	329.177,52	427.914,79	(20.647,66)	12.304.451,04	12.304.451,04	-
0300 Recursos Ordinários Exercícios Anteriores	17.206,28	17.206,28	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	13.726.820,58	685.924,89	329.177,52	427.914,79	(20.647,66)	12.304.451,04	12.304.451,04	-
TOTAL (III) = (I + II)	17.203.999,70	710.598,31	334.077,22	660.539,23	167.300,38	15.331.484,56	14.063.266,60	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	102.029,14	-	-	-	-	102.029,14	-	-

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE. Emitido em 22/jan/2018 às 15h e 00min.

[1]A Disponibilidade de Caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 13.827.538,60.
5. O valor negativo de R$ 20.647,66 na coluna "Demais Obrigações Financeiras" trata-se de inversão entre as fontes de recursos 0100 e 0127 em conta contábil de passivo, a qual foi ajustada por meio dos documentos SIAFI 2018NL000001 e 2018NL000003 UG 070013.

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	223.439.353,84	0,030724
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	398.564.459,71	0,054804
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	378.636.236.72	0,052064
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	14.063.266,60	15.331.484,56

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE. Emitido em 22/jan/2018 às 15h e 00min.

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				272.659.242,05	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				49.219.888,21	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I II)				223.439.353,84	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOSAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,030724%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,054961%	399.706.249,00
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,054906%	399.306.259,12
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-		-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº385, de 22 de agosto de 2013	0,054804%	398.564.459,71
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Concelho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais de Justiça do Trabalho

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Presidente do Tribunal

FABÍOLA MAZZEI VITÓRIO
Diretora Geral

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CATIUSCIA DANTAS ABREU OLIVEIRA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 6, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2017, período de janeiro a dezembro de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso III e parágrafo único do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, considerando o item 9.4 do Acórdão 553/2017 TCU-Plenário e o que consta do PA nº 0003945-82.2016.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, anexo a esta Portaria.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	75.411.474,81	420.222,19
Pessoal Ativo	55.190.580,27	362.328,73
Pessoal Inativo e Pensionistas	20.220.894,54	57.893,46
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	16.493.913,43	9.557,52
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	243.913,43	9.557,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.250.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	58.917.561,38	410.664,67

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	59.328.226,05	0,008158
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	171.362.936,36	0,023563
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	162.794.789,54	0,022385
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	154.226.642,72	0,021207

FONTE: SIAFI/CORF/SAO/TRE-DF. Emitido em 23/Jan/2018, às 18h.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TRE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				75.831.697,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				16.503.470,95	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				59.328.226,05	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,008158%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,023631%	171.857.469,30
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,023607%	171.682.928,26

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MÁXIMO	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2	-	-	-
\1	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,023563%	171.362.936,36

Fonte: SIAFI/CORF/SAO/TRE-DF. Emitido em 23/Jan/2018, às 18h
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" e "b") R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
			Restos A Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício	de Exercícios Anteriores				
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		-	-	-	-	-	-	-	-
	0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		12.956,24	-	-	-	-	12.956,24	-	-
	0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor								
	0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	12.956,24	-	-	-	-	12.956,24	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		25.801,30	-	-	25.801,30	-	-	-	-
	0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	25.801,30	-	-	25.801,30	-	-	-	-
Recursos vinculados à Fundos, Órgãos e Programas		95.055,15	-	-	-	-	95.055,15	94.681,73	-
	0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	95.055,15	-	-	-	-	95.055,15	94.681,73	-
	0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	-
	0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-
	0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
	0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros recursos vinculados		-	-	-	-	-	-	-	-
	0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		133.812,69	-	-	25.801,30	-	108.011,39	94.681,73	
Recursos Ordinários		2.173.362,33	7.122,64	-	841.791,59	-	1.324.448,10	1.324.448,10	-
	0100 - Recursos Ordinários	2.173.362,33	7.122,64	-	841.791,59	-	1.324.448,10	1.324.448,10	-
	0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		2.173.632,33	7.122,64	-	841.791,59	-	1.324.448,10	1.324.448,10	-
TOTAL (III) = (I + II)		2.307.175,02	7.122,64	-	867.592,89	-	1.432.459,49	1.419.129,83	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]		12.956,24	-	-	-	-	12.956,24	-	-

FONTE: SIAFI/CORF/SAO/TRE-DF. Emitido em 23/Jan/2018, às 18h

[1]A Disponibilidade de Caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo e cada ente consorciado.
4.Na coluna "Disponibilidade de caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 1.552.244,16.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	59.328.226,05	0,008158
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	171.362.936,36	0,023563
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	162.794.789,54	0,022385
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.419.129,83	1.432.459,49

FONTE: SIAFI/CORF/SAO/TRE-DF. Emitido em 23/Jan/2018, às 18h

RAFAEL ROMERO CARDOSO MACHADO
Gestor Financeiro
Substituto

CRISTIANO FERREIRA CASTRO
Coordenador de Controle Interno
Substituto

LIDIA MARIA BORGES DE MOURA
Diretora-Geral

ROMEU GONZAGA NEIVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 21, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXIX, do Regimento Interno do TRE-GO, resolve:

Art. 1° TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional Eleitoral, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), artigos 54, inciso III, e 55, inciso I, alínea "a" e § 2°, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. KISLEU DIAS MACIEL FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	151.464.313,91	222.173,00
Pessoal Ativo	130.852.683,42	222.173,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	20.611.630,49	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.485.888,27	28.671,30
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	245.577,33	28.671,30
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.240.310,94	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	133.978.425,64	193.501,70

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	134.171.927,34	0,018449
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	169.872.064,99	0,023358

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	161.378.461,74	0,022190
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	152.884.858,49	0,021022

FONTE: SIAFI e COFI/SAO/TRE-GO, 24/01/2018

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018 .

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alíneas "a" e "b") R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS / IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	-	-	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social								
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor								
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor								
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional								
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	143.435,95	-	-	-	-	143.435,95	-	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	143.435,95	-	-	-	-	143.435,95	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-Fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros recursos vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos								
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	143.435,95	-	-	-	-	143.435,95	-	-
Recursos Ordinários	6.556.267,09	-	709.918,98	685.175,76	-	5.161.172,35	5.161.172,35	-
0100 - Recursos ordinários	6.556.267,09	-	709.918,98	685.175,76	-	5.161.172,35	5.161.172,35	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-		-	-	
								-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.556.267,09	-	709.918,98	685.175,76	-	5.161.172,35	5.161.172,35	-
								-
TOTAL (III) = (I + II)	6.699.703,04	-	709.918,98	685.175,76	-	5.304.608,30	5.161.172,35	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI e COFI/SAO/TRE-GO, 24/01/2018.

[1]A Disponibilidade de Caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.

4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 4.097.915,37.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	134.171.927,34	0,018449
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	169.872.064,99	0,023358
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	161.378.461,74	0,022190
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	5.161.172,35	5.304.608,30

FONTE: SIAFI e COFI/SAO/TRE-GO, 24/01/2018.

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE
Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

NAILTON SEVERINO DA FONSECA
Coordenador de Auditoria Interna
Substituto

RODRIGO LEANDRO DA SILVA
Diretor Geral

DESEMBARGADOR KISLEU DIAS MACIEL FILHO
Presidente doTribunal

PORTARIA Nº 23, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e, considerando as disposições contidas no § 5º do art. 98, da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 de agosto de 2017, c/c a Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial do dia 03 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar público o demonstrativo de saldo dos provimentos do exercício 2017, com base em 31.12.2017:

CARGO EFETIVO	CARGO EM COMISSÃO	FUNÇÃO COMISSIONADA	SALDO
1	0	22	23

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. KISLEU DIAS MACIEL FILHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 19, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 3º quadrimestre de 2017, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MÁRCIO VIDAL

ANEXO I
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	92.735.687,25	162.936,26
Pessoal Ativo	78.860.707,82	162.936,26
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.874.979,43	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.068.918,64	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	369.412,29	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.699.506,35	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	80.666.768,61	162.936,26

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	80.829.704,87	0,011114
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	133.829.340,70	0,018402
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	127.137.873,66	0,017482
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	120.446.406,63	0,016562

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 23/janeiro/2018 às 08h e 30m.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/01/2018.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b") R$1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LíQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		-	-	-	-	-	-	-	-
	0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		-	-	-	-	-	-	--	-
	0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-
	0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		300.000,00	-	-	-	-	300.000,00	300.000,00	-
	0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	300.000,00	-	-	-	-	300.000,00	300.000,00	-
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.195.480,84	11.099,46	-	-	-	1.184.381,38	1.184.381,38	-
	0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.195.480,84	11.099,46	-	-	-	1.184.381,38	1.184.381,38	-
	0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	-
	0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-
	0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
	0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros recursos vinculados		272.456,42	-	-	-	272.456,42	-	-	-
	0190 - Recursos Diversos	272.456,42	-	-	-	272.456,42	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		1.767.937,26	11.099,46	-	-	272.456,42	1.484.381,38	1.484.381,38	-
Recursos Ordinários		1.969.302,88	270.908,49	52.961,41	267.331,00	-	1.378.101,98	1.378.101,98	-
	0100 - Recursos Ordinários	1.969.302,88	270.908,49	52.961,41	267.331,00	-	1.378.101,98	1.378.101,98	-
	0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.969.302,88	270.908,49	52.961,41	267.331,00	-	1.378.101,98	1.378.101,98	-
TOTAL (III) = (I+II)	3.737.240,14	282.007,95	52.961,41	267.331,00	272.456,42	2.862.483,36	2.862.483,36	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 23/janeiro/2018 às 08h e 30m.
[1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:
1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 2.966.157,42.

ANEXO III
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	80.829.704,87	0,011114
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	133.829.340,70	0,018402
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	127.137.873,66	0,017482
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.862.483,36	2.862.483,36

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 23/janeiro/2018 às 08h e 30m.

Des. MÁRCIO VIDAL
Presidente do Tribunal

NILSON FERNANDO GOMES BEZERRA
Diretor-Geral

RAFAEL ZORNITTA
Secretário de Administração e Orçamento

MARLEY OLIVEIRA SANTOS
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria
Substituto

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 18, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais relativo ao terceiro quadrimestre de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 3º quadrimestre de 2017, constante do Anexo desta Portaria.

Des. EDGARD PENNA AMORIM

ANEXO

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	495.697.001,46	782.750,37
Pessoal Ativo	402.809.050,58	716.642,05

Pessoal Inativo e Pensionistas	92.887.950,88	66.108,32
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	79.697.889,17	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.257.889,17	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	76.440.000,00	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I II)	415.999.112,29	782.750,37

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (V) = (III a+III b)	416.781.862,66	0,057309
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	552.531.472,64	0,075975
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	524.904.899,01	0,072176
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	497.278.325,37	0,068378

FONTE: Sistema SIAFI Mês de dezembro/2017 (fechado), COFIC/SOF/TSE/CCF/SOF/TRE-MG. Emitido em 12/01/2018 as 14h e 46m.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TRE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018.

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 TCU PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				496.479.751,83	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				79.697.889,17	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				416.781.862,66	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,057309%	
				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,076192%	554.109.614,52
LIMITE	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,076116%	553.556.901,23
MÁXIMO	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,075975%	552.531.472,64

Fonte: Sistema SIAFI Mês de dezembro/2017 (fechado), COFIC/SOF/TSE/CCF/SOF/TRE-MG. Emitido em 12/01/2018 as 14h e 46m
Nota:
1) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/01/2018

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" e "b") R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
			Restos A Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a (b + c + d + e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		-	-	-	-	-	-	-	-
	0153 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		-	-	-	-	-	-	-	-
	0156 Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-
	0169 Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
	0188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.314.553,85	18.443,00	-	-	-	3.296.110,85	30.974,27	-
	0127 Custas e Emolumentos Poder Judiciário	49.417,27	18.443,00	-	-	-	30.974,27	30.974,27	-
	0150 Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	3.265.136,58	-	-	-	-	3.265.136,58	-	-
	0174 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-
	0327 Custas e Emolumentos PJ Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
	0350 Recursos Não-fin. Diret. Arrec Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros recursos vinculados		73.129,26	-	-	-	73.129,26	-	-	-
	0190 Recursos Diversos	73.129,26				73.129,26			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		3.867.683,11	18.443,00	-	-	73.129,26	3.296.110,85	30.974,27	-
Recursos Ordinários		5.594.219,91	179.515,50	6.843,67	30.194,63	773,20	5.376.892,91	5.086.475,36	-
	0100 Recursos Ordinários	5.265.578,43	141.291,57	6.843,67	30.194,63	773,20	5.086.475,36	5.086.475,36	-
	0300 Recursos Ordinários Exercícios Anteriores	328.641,48	38.223,93	-	-	-	290.417,55	-	-

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.594.219,91	179.515,50	6.843,67	30.194,63	773,20	5.376.892,91	5.086.475,36	-
TOTAL (III) = (I + II)	8.981.903,02	197.958,50	6.843,67	30.194,63	73.902,46	8.673.003,76	5.117.449,63	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema SIAFI Mês de dezembro/2017 (fechado), COFIC/SOF/TSE/CCF/SOF/TRE-MG. Emitido em 12/01/2018 as 14h e 46m.-
[1]A Disponibilidade de Caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Notas:
1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo e cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 4.692.782,21

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	416.781.862,66	0,057309
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	552.531.472,64	0,075975
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	524.904.899,01	0,072176
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.117.449,63	8.673.003,76

FONTE: SIAFI Mês de dezembro/2017 (fechado), COFIC/SOF/TSE/CCF/SOF/TRE-MG. Emitido em 12/01/2018 as 14h e 46m.

ADRIANO DENARDI JÚNIOR
Diretor-Geral

RENATA COUTO LESSA LIMA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

MARIA REGINA PEQUENO ANDRADE JANUZZI
Secretária de Orçamento Finanças Substituta

Des. EDGARD PENNA AMORIM
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 54, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Digital nº 1044/2018, resolve:

Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	253.122.229,41	7.698.943,95
Pessoal Ativo	209.051.046,40	7.698.943,95
Pessoal Inativo e Pensionistas	44.071.183,01	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	40.284.051,67	7.698.943,95
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.595.202,02	7.698.943,95
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	33.688.849,65	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I II)	212.838.177,74	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (V) = (III a+III b)	212.838.177,74	0,029266
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	304.908.647,87	0,041926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	289.663.215,47	0,039830
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	274.417.783,08	0,037733

FONTE: Tesouro Gerencial; Cofic/SOFf/TSE, Scont/Cofic/SOF/TRE-PR; 20/01/18; 12:06
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				260.821.173,36	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				47.982.995,62	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				212.838.177,74	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,029266%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III				0,042046%305.781.353,06
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,042004%	305.475.906,24
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-		-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,041926%	304.908.647,87
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b") $1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar	Demais			
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Obrigações Financeiras (e)			
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)									
	0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social								
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)									
	0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor								
	0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor								
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		1.460.100,00					1.460.100,00	1.460.100,00	
	0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.460.100,00					1.460.100,00	1.460.100,00	
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.066.653,37		2.594,23			1.064.059,14	448.027,04	
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		450.621,27		2.594,23			448.027,04	448.027,04	
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados		616.032,10					616.032,10		
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia									
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores									
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores									
Outros recursos vinculados		6.305,60				6.305,60			
0190 - Recursos Diversos		6.305,60				6.305,60			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		2.533.058,97		2.594,23		6.305,60	2.524.159,14	1.908.127,04	
Recursos Ordinários		11.631.014,47	13.631,67	50.740,80	28.985,32		11.537.656,68	11.537.656,68	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	0100 - Recursos Ordinários 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	11.631.014,47	13.631,67	50.740,80	28.985,32		11.537.656,68	11.537.656,68	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		11.631.014,47	13.631,67	50.740,80	28.985,32		11.537.656,68	11.537.656,68	
TOTAL (III) = (I+II)		14.164.073,44	13.631,67	53.335,03	28.985,32	6.305,60	14.061.815,82	13.445.783,72	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]									

FONTE: Tesouro Gerencial; Cofic/SOFf/TSE, Scont/Cofic/SOF/TRE-PR; 20/01/18; 12:06

[1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 11.884.160,28.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
' LRF, art. 48 - Anexo 6 R$1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		727.254.323.971,32
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	212.838.177,74	0,029266
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	304.908.647,87	0,041926
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	289.663.215,47	0,039830
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	13.445.783,72	14.061.815,82

FONTE: Tesouro Gerencial; Cofic/SOFf/TSE, Scont/Cofic/SOF/TRE-PR; 20/01/18; 12:06

MÔNICA MIRANDA GAMA MONTEIRO
Diretora-Geral

VALCIR MOMBACH
Gestor Financeiro

HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA
Controle Interno

Des. ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 34, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e parágrafos 2º e 4º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2017 desta Corte.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF ANEXO 1 (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	215.065.625,53	138.281,62
Pessoal Ativo	173.759.675,64	138.281,62
Pessoal Inativo e Pensionistas	41.305.949,89	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1.º do art.18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1.º do art. 19 da LRF) (II)	33.203.502,42	479,14
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao		

da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	155.909,18	479,14
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	33.047.593,24	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I II)	181.862.123,11	137.802,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	181.999.925,59	0,025026
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	318.326.490,15	0,043771
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	302.410.165,64	0,041582
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1.º do art. 59 da LRF)	286.493.841,13	0,039394

FONTE: SIAFI e COFIN/SOF/TRE-PE. Emitido em 22/janeiro/2018 às 08h e 33m.

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2.Valor da RCL referente à portaria STN nº 54, de 18/01/2018

Marta Maria Martins de Medeiros
Secretária de Orçamento e Finanças
Em exercício

Pollyanna Dutra de Morais Barboza
Secretária de Controle Interno
Em exercício

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Presidente do Tribunal

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b") R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) [1]	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)			(f) = (a - (b + c + d + e))		
Recursos Vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0153 - Contribuição para o financiamento da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		386.151,02	0,00	0,00	136.000,00	0,00	250.151,02	250.151,02	0,00
	0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	386.151,02	0,00	0,00	136.000,00	0,00	250.151,02	250.151,02	0,00
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		293.917,74	0,00	0,00	0,00	0,00	293.917,74	122.527,33	0,00
	0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	122.527,33	0,00	0,00	0,00	0,00	122.527,33	122.527,33	0,00
	0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	171.390,41	0,00	0,00	0,00	0,00	171.390,41	0,00	0,00
	0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos vinculados		66.973,36	0,00	0,00	0,00	66.973,36	0,00	0,00	0,00
	0190 - Recursos Diversos	66.973,36	0,00	0,00	0,00	66.973,36	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		747.042,12	0,00	0,00	136.000,00	66.973,36	544.069,76	372.678,35	0,00
Recursos Ordinários		9.796.217,79	17.485,47	136.036,24	6.883.437,00	0,00	2.759.259,08	2.759.259,08	0,00
	0100 - Recursos Ordinários	8.921.897,48	17.485,47	136.036,24	6.009.116,69	0,00	2.759.259,08	2.759.259,08	0,00
	0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	874.320,31	0,00	0,00	874.320,31	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		9.796.217,79	17.485,47	136.036,24	6.883.437,00	0,00	2.759.259,08	2.759.259,08	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		10.543.259,91	17.485,47	136.036,24	7.019.437,00	66.973,36	3.303.327,84	3.131.937,43	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FONTE: SIAFI e COFIN/SOF/TRE-PE. Emitido em 22/janeiro/2018 às 08h33min

[1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Notas
1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 7.936.658,54

Marta Maria Martins de Medeiros
Secretária de Orçamento e Finanças
Em exercício

Pollyanna Dutra de Morais Barboza
Secretária de Controle Interno
Em exercício

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Presidente do Tribunal

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art.48 - ANEXO 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	181.999.925,59	0,025026
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	318.326.490,15	0,043771
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	302.410.165,64	0,041582

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	3.131.937,43	3.303.327,84

FONTE: SIAFI e COFIN/SOF/TRE-PE. Emitido em 22/janeiro/2018 às 08h e 33m.

Marta Maria Martins de Medeiros
Secretária de Orçamento e Finanças
Em exercício

Pollyanna Dutra de Morais Barboza
Secretária de Controle Interno
Em exercício

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Presidente do Tribunal

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				215.203.907,15	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				33.203.981,56	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				181.999.925,59	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,025026%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,043896%	319.235.558,05
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,043852%	318.915.566,15
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:		-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013.	0,043771%	318.326.490,15
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				--

Nota:
1. Valor da RCL do 3º quadrimestre de 2017 - Portaria STN nº 54, de 18 de janeiro de 2018.

Marta Maria Martins de Medeiros
Secretária de Orçamento e Finanças
Em exercício

Pollyanna Dutra de Morais Barboza
Secretária de Controle Interno
Em exercício

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Presidente do Tribuanl

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 80/2018, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 54, inc. III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o contido no Procedimento Administrativo SEI nº 0000676-90.2017.6.22.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2017 (0260063) contendo, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, tendo como referência o período de janeiro a dezembro de 2017, bem como, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal - em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário.

Art. 2º O presente Relatório estará afixado no átrio deste Tribunal Regional Eleitoral situado à Avenida Presidente Dutra, n.º 1889, Bairro Baixa União, nesta capital bem como na página eletrônica da Internet: www.tre-ro.jus.br.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Desembargador SANSÃO BATISTA SALDANHA
Presidente do TRE/RO

Anexo à Portaria TRE-RO n. 80, de 25 de janeiro de 2018.
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a").		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	62.030.608,88	534.792,08
Pessoal Ativo	55.673.617,21	534.792,08
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.356.991,67	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18, da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF) (II)	4.612.077,74	20.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	536.967,67	20.000,00
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	4.075.110,07	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - (III) = (I - II)	57.418.531,14	514.792,08

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	57.933.323,22	0,007966
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III do Art. 20 da LRF)	90.754.067,09	0,012479
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22, da LRF)	86.216.363,73	0,011855
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	81.678.660,38	0,011231
FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 22/jan/2018, às 15h e 21min.		
Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013. 2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54 de 18/01/2018.		

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

					R$ 1,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					62.565.400,96
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					4.632.077,74
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)					57.933.323,22
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					727.254.323.971,32
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,007966%
LIMITES MÁXIMOS				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,012515%	91.015.878,65
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,012502%	90.921.335,58
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,012479%	90.754.067,09
	"Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015\3			-	-
Notas: 1.Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54 de 18/01/2018. 2. Demonstrativo apresentado nos termos do item 9.4 do Acórdão 553/2017 TCU- Plenário.					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")	R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LíQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	-	-	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras	2.080.000,00	-	-	-	-	2.080.000,00	2.080.000,00	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.080.000,00	-	-	-	-	2.080.000,00	2.080.000,00	-
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	425.472,69	-	-	39.872,91	-	385.599,78	170.006,34	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	355.262,69	-	-	39.872,91	-	315.389,78	170.006,34	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	70.210,00	-	-	-	-	70.210,00	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros recursos vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.505.472,69	-	-	39.872,91	-	2.465.599,78	2.250.006,34	-
Recursos Ordinários	6.566.114,47	453.008,53	71.794,69	3.563.926,19	-	2.477.385,06	2.477.385,06	
0100 - Recursos Ordinários	6.566.114,47	453.008,53	71.794,69	3.563.926,19	-	2.477.385,06	2.477.385,06	
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.566.114,47	453.008,53	71.794,69	3.563.926,19	-	2.477.385,06	2.477.385,06	-
TOTAL (III) = (I+II)	9.071.587,16	453.008,53	71.794,69	3.603.799,10	-	4.942.984,84	4.727.391,40	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]								

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 22/jan/2018, às 15h e 21min.

1A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 8.152.023,43.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	57.933.323,22	0,007966
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	90.754.067,09	0,012479
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	86.216.363,73	0,011855

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	4.727.391,40	4.942.984,84
FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 22/jan/2018, às 15h e 21min.		

EDIRLEI BARBOZA PEREIRA DE SOUZA
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO
Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Diretora-Geral da Secretaria
Desembargador SANSÃO BATISTA SALDANHA
Presidente do TRE-RO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

PORTARIA Nº 24, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O Presidente, em exercício, do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,
RESOLVE:
Art. 1º. APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2017, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2017, bem como o Demonstrativo de Limites, em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão TCU n° 553/2017-Plenário, na forma do Anexo.

ALMIRO PADILHA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2017
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, I, "a")

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.679.962,19	2.749,54
Pessoal Ativo	37.604.947,59	2.749,54
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.075.014,60	-
Outras despesas de pessoal decorrente de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	2.679.660,75	-
Indenizações por: Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	469.660,75	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.210.000,00	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I -II)	38.000.301,44	2.749,54

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	38.003.050,98	0,005226
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	53.722.276,91	0,007387
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (§único do art. 22 da LRF)	51.036.163,07	0,007018
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	48.350.049,22	0,006648

Fonte: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SCPF/COF/TRE-RR. Emitido em 23/jan/2018, 14:00h
[1].Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE n.º 385/2013.
2. Valor da RCL referente a Portaria STN n.º 54, de 18/01/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL
Item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.682.711,73
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.679.660,75
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	38.003.050,98

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,005226%	
LIMITE MÁXIMO <%>				% da RCL	Valor
	LRF, art. 20, incisos I, II e II			0,007408%	53.875.000,32
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE n°478, de 26.09.2005	0,007401%	53.824.092,52
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22.08.2013	0,007387%	53.722.276,91
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" e "b") R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
			Restos A Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		-	-	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social		-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		-	-	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor		-	-	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor		-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Créditos e Receitas Financeiras		603.802,00	-	-	64.003,00	-	539.799,00	539.799,00	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		603.802,00	-	-	64.003,00	-	539.799,00	539.799,00	-
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		30.298,59	-	-	-	-	30.298,59	30.298,59	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		30.298,59	-	-	-	-	30.298,59	30.298,59	-
0150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados		-	-	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		-	-	-	-	-	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-Fin. Diret. Arrec - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
Outros recursos vinculados		23.622,29	-	-	-	23.622,29	-	-	-
0190 - Recursos Diversos		23.622,29	-	-	-	23.622,29	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		657.722,88	-	-	64.003,00	23.622,29	570.097,59	547.689,00	-
Recursos Ordinários		18.273.375,02	3.031,51	59.921,85	17.624.334,26	-	586.087,40	510.596,38	-
0100 - Recursos Ordinários		18.197.884,00	3.031,51	59.921,85	17.624.334,26	-	510.596,38	510.596,38	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	75.491,02	-	-	-	-	75.491,02		-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	18.273.375,02	3.031,51	59.921,85	17.624.334,26	-	586.087,40	510.596,38	-
TOTAL (III) = (I + II)	18.931.097,90	3.031,51	59.921,85	17.688.337,26	23.622,29	1.156.184,99	1.058.285,38	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e COFIC/SOF/TSE, 23 de janeiro de 2018, 14:00h
[1]A Disponibilidade de Caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:
1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 3.929.287,94.

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		727.254.323.971,32
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	38.003.050,98	0,005226
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	53.722.276,91	0,007387
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	51.036.163,07	0,007018
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos demonstrativos Respectivos	1.058.285,38	1.156.184,99

Fonte: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SCPF/COF/TER-RR. Emitido em 23 de janeiro de 2018, 14:00h.

PEDRO JOSÉ MATOS DE MENDONÇA
Gestor Financeiro
Substituto

ALÍSIO STEINER SOARES DE MACEDO
Coordenador de Controle Interno

ANDREA FERNANDES DA CRUZ
Diretora-Geral

ALMIRO PADILHA
Presidente do Tribunal
Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ATO Nº 4, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DESEMBARGADOR CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, inciso III, § único, e 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 3º quadrimestre de 2017, na forma dos Anexos.

CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	621.131.538,94	697.813,57
Pessoal Ativo	477.349.253,72	628.136,51
Pessoal Inativo e Pensionistas	143.782.285,22	69.677,06
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	120.375.258,70	2.775,77
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	778.520,10	2.775,77
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	119.596.738,60	-

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	500.756.280,24	695.037,80

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)=(III a+III b)	501.451.318,04	0,068951
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	794.590.801,83	0,109259
LIMITE PRUDENCIAL (VII)=(0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	754.861.261,74	0,103796
LIMITE DE ALERTA (VIII)=(0,90 x VI)(inciso II do § 1° do art. 59 da LRF)	715.131.721,65	0,098333

FONTES: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e ScCONT/CCF/SOF/TRE-SP. Emitido em 19/01/2018 às 17h15min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, publicada no D.O.U. de 19 de janeiro de 2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b") R$1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		-		-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social		-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		-	-	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor		-	-	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor									
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		576.221,48	-	-	571.496,92	-	4.724,56	4.724,56	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		576.221,48	-	-	571.496,92	-	4.724,56	4.724,56	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diret. Arrecadados		-	-	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		-	-	-	-	-	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exerc Anteriores									
Outros recursos vinculados		67.400,61	-	-	-	67.400,61	-	-	-
0190 - Recursos Diversos		67.400,61	-	-	-	67.400,61	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		643.622,09			571.496,92	67.400,61	4.724,56	4.724,56	
Recursos ordinários		6.224.713,02	10.876,46	111.703,63	220.414,73	-	5.881.718,20	5.881.718,20	-
0100 - Recursos Ordinários		6.224.713,02	10.876,46	111.703,63	220.414,73	-	5.881.718,20	5.881.718,20	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		6.224.713,02	10.876,46	111.703,63	220.414,73	-	5.881.718,20	5.881.718,20	-
TOTAL (III) = (I+II)		6.868.335,11	10.876,46	111.703,63	791.911,65	67.400,61	5.886.442,76	5.886.442,76	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]									

FONTES: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e ScCONT/CCF/SOF/TRE-SP. Emitido em 19/01/2018 às 17h15min.

[1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Notas:1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de limite de Restos a Pagar e Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 4.807.571,28.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	501.451.318,04	0,068951
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	794.590.801,83	0,109259
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	754.861.261,74	0,103796
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIB. DE CAIXA LÍQ. (ANTES DA INSCR. EM R. P. NÃO PROC. DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	5.886.442,76	5.886.442,76

FONTES: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e ScCONT/CCF/SOF/TRE-SP. Emitido em 19/01/2018 às 17h15min.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO
AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				621.829.352,51	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				120.378.034,47	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				501.451.318,04	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,068951 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,109572%	796.867.107,86
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,109462%	796.067.128,11
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,109259%	794.590.801,83
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				

CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN
Presidente do Tribunal

MÁRIO TSUYOSHI ENDO
Secretário de Orçamento e Finanças
Substituto

RHODES MORAIS
Secretária de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 15, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.

O DIRETOR-GERAL E ORDENADOR DA DESEPESA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o art. 1º, incisos I e II, da Portaria Nº 86/2017/SGP, datada de 25-1-2017, e em cumprimento ao inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Egrégia Corte, relativo ao 3º quadrimestre de 2017, no período de janeiro a dezembro de 2017, na forma de seus anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) 2

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") ***R$ 1,00***

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)**		
	LIQUIDADAS	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**TOTAL**
	(a)	**(b)**	**(c) = (a) + (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	384.788.499,69	7.477,25	384.795.976,94
Pessoal Ativo	**252.926.002,51**	**7.477,25**	**252.933.479,76**
Pessoal Inativo e Pensionistas	**131.862.497,18**		**131.862.497,18**
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			**0,00**
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	108.124.331,35	0,00	108.124.331,35
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			**0,00**
Decorrentes de Decisão Judicial			**0,00**
Despesas de Exercícios Anteriores	**9.836.254,89**		**9.836.254,89**
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	**98.288.076,46**		**98.288.076,46**
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	276.664.168,34	7.477,25	276.671.645,59

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		727.254.323.971,32		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,038042%	0,000001%	0,038043%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,066021%		480.140.577,23	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,062720%		456.133.548,37	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,059419%		**432.126.519,51**	

FONTE: SIAFI - NÚCLEO DE CONTABILIDADE - 23/JAN/2018 às 14h 30m

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na Ação 0625-RPV, foi consolidado no valor de R$ 2.374.352,27

3. Os gastos com Precatórios na Ação 005 (Administração Indireta), foram liquidados no valor de R$ 828.668,00

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") **R$ 1,00**

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados	Demais Obrigações Financeiras	(ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS		CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício	e Não liquidados de Exercícios Anteriores		A PAGAR NÃO PROCESSADOS)		INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a- (b + c + d+ e))		
3. Recurso Vinculados à Previdência Social	**56 - Contribuição ao Plano Seguridade Social Servidor**	**136,06**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**136,06**	**0,00**	**0,00**
6. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	**50 - Recursos não Financeiros Diretamente Arrecadados**	**3.323.208,47**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.323.208,47**	**185.008,66**	**0,00**
6. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	**81- Recurso de Convênios**	**5.182.137,84**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.182.137,84**	**3.373.258,24**	**0,00**
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		8.505.482,37	0,00	0,00	0,00	0,00	8.505.482,37	3.558.266,90	0,00
1. Recursos Ordinários	**00 - Recursos Ordinários**	**8.226.033,70**	**0,00**	**0,00**	**307.809,12**	**0,00**	**7.918.224,58**	**7.918.224,58**	**0,00**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	8.226.033,70	0,00	0,00	307.809,12	0,00	7.918.224,58	7.918.224,58	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.731.516,07	0,00	0,00	307.809,12	0,00	16.423.706,95	11.476.491,48	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]						0,00		

FONTE: Núcleo de Contabilidade TRT 11ª Região, 24 jan 2018, às 9h.
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**384.795.976,94**
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**108.124.331,35**
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	276.671.645,59

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,038043%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,066021%	480.140.577,23
	Resol CNJ 5/2005	**Ato decorrente \2:**	**ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005**	0,080636%	586.428.796,68
	Resol CNJ 26/2006	**Ato decorrente \2:**	**ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007**	0,709800%	5.162.051.191,55
	Resol CNJ 177/2013	**Ato decorrente \2:**	**ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013**	0,708480%	5.152.451.434,47
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,066021%	480.140.577,23

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador da Despesa

HYLACE MIRANDA BRAGA FILHO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 23, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, regimentais e tendo em vista o constante no Protocolo TRT n.000.00661/2018, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao terceiro quadrimestre do exercício de 2017, no Diário Administrativo Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e Diário Oficial da União, em cumprimento ao que dispõe o inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

EDUARDO SÉRGIO DE ALMEIDA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO]
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	366.751.225,21	0,00	366.751.225,21
Pessoal Ativo	283.796.021,21		283.796.021,21

Pessoal Inativo e Pensionistas	82.955.204,00		82.955.204,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	74.985.427,84	0,00	74.985.427,84
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	7.265.434,09		7.265.434,09
Despesas de Exercícios Anteriores	6.331.788,75	0	6.331.788,75
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	61.388.205,00		61.388.205,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	291.765.797,37	0,00	291.765.797,37

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			727.254.324.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)* 100	0,040119%	0,000000%	0,040119%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,067578%		491.463.927,07
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,064199%		466.890.730,72
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,060820%		442.317.534,37

FONTE: SIAFI/2017 - SPF - 23/JAN/2018 - 11h

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização de créditos (provisão) : R$ 6.328.391,02;

Despesas com Outros Precatórios Judiciais executados por meio de descentralização de créditos (destaque) : R$ 5.352.125,54.

CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9,4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO\1
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOA (I)	366.751.225,21
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	74.985.427,84
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	291.765.797,37

APURAÇÃO DO CUM´PRIMENTO DO LIMITE FISCAL

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)				727.254.324.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) *1000,037981%				0,040119%
LIMITE MÁXIMO \1			% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,076936%	559.520.386,71
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	0,076914%	559.360.390,76
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	0,067704%	492.380.267,52
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	0,067578%	491.463.927,07
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015\2		0,067578%	491.463.927,07

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?	2 - NÃO	

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados deExercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a- (b + c + d+ e))
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	23.291,79	0,00	0,00	0,00	0,00	23.291,79
69 - Contribuição P/Plano Seguridade Social Servidor	69 - Contribuição P/Plano Seguridade Social Servidor	135.248,59	0,00	0,00	0,00	0,00	135.248,59
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		158.540,38	0,00	0,00	0,00	0,00	158.540,38
00 - Recursos Ordinários	00 - Recursos Ordinários	9.830.871,15	0,00	0,00	4.322.202,92	0,00	5.508.668,23
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.471.611,64			12.616,85	0,00	1.458.994,79

50 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	50 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	491.482,54			0,00	0,00	491.482,54
81 - Recursos de Convênios	81 - Recursos de Convênios	1.705.584,40			29.445,50	0,00	1.676.138,90
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		13.499.549,73	0,00	0,00	4.364.265,27	0,00	9.135.284,46
TOTAL (III) = (I + II)		13.658.090,11	0,00	0,00	4.364.265,27	0,00	9.293.824,84
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SIAFI2017 - SPF - SEÇÃO DE CONTABILIDADE - 23/JAN/2018 - 11h

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LRF, art. 48 - Anexo 6

R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.324.000,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	291.765.797,37	0,040119
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	491.463.927,07	0,067578
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	466.890.730,72	0,064199

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	7.066.185,30	9.293.824,84

FONTE: SIAFI 2016 - SPF - 23/JAN/2017 - 15h

Des. EDUARDO SÉRGIO DE ALMEIDA

Presidente do Tribunal

PAULO LINDENBERG CASTOR DE LIMA

Diretor Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA

Diretor da Secretaria de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA

'Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 8, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

A DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desª HELENA ROSA MÔNACO DA SILVA LINS COELHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIÃO _ PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.314.380.954,24**	**17.551.284,76**	**1.331.932.239,00**
Pessoal Ativo	1.005.830.125,30	14.227.393,70	1.020.057.519,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	308.550.828,94	3.323.891,06	311.874.720,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**253.215.562,17**	**8.688.320,46**	**261.903.882,63**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	33.066.165,17	8.688.320,46	41.754.485,63
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	220.149.397,00	0,00	220.149.397,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.061.165.392,07**	**8.862.964,30**	**1.070.028.356,37**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				**727.254.324.000,00**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		**0,145914%**	**0,001219%**	**0,147133%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	**0,255194%**			**1.855.909.399,59**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	**0,242434%**			**1.763.113.929,61**
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	**0,229675%**			**1.670.318.459,63**

FONTE: SIAFI / Tesouro Gerencial - CCIN/TRT15 – 24/Jan/2018 – 11h e 00m.

UNIÃO _ PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" e "b")

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras		
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício				
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a- (b + c + d+ e))	
27	Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	12.763.491,85	2.331,09	1.949,02	1.109.989,35	0,00	11.649.222,39	10.903.155,62
50	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	2.867.008,06	0,00	8.160,61	9.873,39	0,00	2.848.974,06	355.602,74
81	Recursos de Convênios	25.692.800,67	0,00	1.914,69	1.972.846,29	0,00	23.718.039,69	9.225.719,20
88	Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional[3]	143.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.400,00	143.400,00
90	Recursos Diversos	130.273,84	0,00	0,00	0,00	130.273,84	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		**41.596.974,42**	**2.331,09**	**12.024,32**	**3.092.709,03**	**130.273,84**	**38.359.636,14**	**20.627.877,56**
00	Recursos Ordinários[2]	45.083.671,12	14.518,51	117.111,73	4.971.860,27	8.688.320,46	31.291.860,15	31.291.860,15
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		**45.083.671,12**	**14.518,51**	**117.111,73**	**4.971.860,27**	**8.688.320,46**	**31.291.860,15**	**31.291.860,15**
TOTAL (III) = (I + II)		**86.680.645,54**	**16.849,60**	**129.136,05**	**8.064.569,30**	**8.818.594,30**	**69.651.496,29**	**51.919.737,71**

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]							**0,00**	

FONTE: SIAFI / Tesouro Gerencial - CCIN/TRT15 – 24/Jan/2018 - 10h e 30m

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Notas: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
[2]Foi incluído o valor de R$ 652.964,85 referente a recursos a receber para pagamento de restos a pagar na _Disponibilidade de Caixa Bruta_, 00-Recursos Ordinários.
[3]Foi incluído o valor de R$ 143.400,00 referente a recursos a receber para pagamento de restos a pagar na _Disponibilidade de Caixa Bruta_, 88-Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional.
UNIÃO _ PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo VI — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.324.000,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.070.028.356,37	0,147133%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.855.909.399,59	0,255194%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.763.113.929,61	0,242434%

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	51.919.737,71	69.651.496,29

FONTE: SIAFI / Tesouro Gerencial – CCIN/TRT15 – 24/Jan/2018 – 11h e 10m

UNIÃO _ PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

				R$ 1,00	
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.331.932.239,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				261.903.882,63	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				**1.070.028.356,37**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				**727.254.324.000,00**	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				**0,147133%**	
				% DA RCL	**VALOR**
LIMITE MÁXIMO \1	**LRF, art. 20, incisos I, II e III**			**0,249272%**	**1.812.841.398,52**
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	**0,249200%**	**1.812.317.775,41**
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	**0,219360%**	**1.595.305.085,13**
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	**0,218952%**	**1.592.337.887,48**
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 \3			**0,255194%**	**1.855.909.399,59**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

GUSTAVO FACHIM
Ordenador de Despesas com Pessoal

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER
Diretor-Geral

SINVAL ALVES FERNANDES
Responsável p/ Controle Interno

Desª HELENA ROSA MÔNACO DA SILVA LINS COELHO
Vice-Presidente Administrativo do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

PORTARIA Nº 128, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Trabalho o Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, o Anexo IV - Demonstrativo Simplificado do RGF, o Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU - Plenário. Item 9.4., partes integrantes do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos, 48, 55, inciso I, alínea "a" e art. 55, inciso III, alínea "a" - anexos, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativo ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017. Dê-se ciência. Publique-se no site deste Regional.

SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)	2	

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" "a") *R$ 1,00*

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	175.610.468,40	25.833,22	175.636.301,62
Pessoal Ativo	155.151.706,40	25.833,22	155.177,539,62
Pessoal Inativo e Pensionistas	20.458.762,00	0,00	20.458.762,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do Art. 19 da LRF) (II)	19.437.987,01	19.356,81	19.457.343,82
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.550.092,01	19.356,81	3.569.448,82
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.887.895,00	0,00	15.887.895,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	156.172.481,39	6.476,41	156.178.957,80
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			**727.254.323.971,32**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc / IV) * 100	0,021474%	0,000001%	0,021475%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,042882%		311.861.199,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,040738%		296.268.139,25
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,038594%		280.675.079,28

FONTE: TESOURO GENRENCIAL - SOF/TRT16 - 24/JAN/2018 - 10H
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b)Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
Nota2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizaram R$ 32.695,27, não foram computadas no Relatório, conforme orientação constante no Ofício-Cirular Conjunto Nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF, e no Acórdão Nº 894/2012 - TCU - Plenário;
Nota3: As despesas relativas a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), cujo montante chegou a R$ 3.157.801,87, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão Nº 2097/2011 - TCU - Plenário.

SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO
Desembargadora Presidente

CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA
Diretor Geral

DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças

JOSÉ AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO
Coordenador de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)	2	

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	722.474.299.000,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	156.178.957,80	0,021475%
Limite Máximo (incisos I, II, e III, art.20 da LRF) - <%>	311.861.199,21	0,042882%
Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF) - <%>	296.268.139,25	0,040738%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	%SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	%SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR
Operações de Crédito Internas e Externas	
Operações de Crédito por Antecipação de Receitas	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receitas	

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.993.987,96	6.687.546,43

FONTE: TESOURO GENRENCIAL - SOF/TRT16 - 24/JAN/2018 - 10H

SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO
Desembargadora Presidente

CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA
Diretor Geral

DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças

JOSÉ AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO
Coordenador de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)	2	

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não	Demais Obrigações Financeiras	(ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A)		CANCELADOS (NÃO INSCRITOS

			De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Líquidados de Exercícios Anteriores		PAGAR NÃO PROCESSADOS		POR INSUFICIÊNCIA
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a- (b + c + d+ e))		FINANCEIRA)
Recursos de Alienação de Bens e Direitos	63 - Rec. Prop. Dec Or. Alien. Bens e Dir. Do Patr. Pub.	132.912,34	0,00	0,00	0,00	0,00	132.912,34	0,00	0,00
							0,00		
							0,00		
							0,00		
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	623.577,39	0,00	7.481,70	0,00	0,00	616.095,69	616.095,69	0,00
	50 - Recursos Não Financeiros Diretam. Arrecadados	269.591,34	0,00	5.628,90	0,00	0,00	263.962,44	170.767,20	0,00
	81 - Recursos de Convênios	1.370.361,75	0,00	0,00	6.733,66	0,00	1.363.628,09	896.177,20	0,00
							0,00		
Outros Recursos Vinculados	90 - Recursos Diversos	59.351,03	0,00	0,00	0,00	59.351,03	0,00	0,00	0,00
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		2.455.793,85	0,00	13.110,60	6.733,66	59.351,03	2.376.598,56	1.683.040,09	0,00
Recursos Ordinários	00 - Recursos Ordinários	4.474.966,13	0,00	99.137,00	64.881,26	0,00	4.310.947,87	4.310.947,87	0,00
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		4.474.966,13	0,00	99.137,00	64.881,26	0,00	4.310.947,87	4.310.947,87	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		6.930.759,98	0,00	112.247,60	71.614,92	59.351,03	6.687.546,43	5.993.987,96	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]							0,00		

FONTE: TESOURO GENRENCIAL - SOF/TRT16 - 24/JAN/2018 - 10H
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Nota2: Na apuração da Disponibilidade foi considerado o valor de R$ 116.724,84, referente a Recursos Ordinários a Receber para Restos a Pagar.
Nota3: Na apuração da Disponibilidade foi considerado o valor de R$ 13.822,70, referente a Recursos Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas fonte - 27 a Receber para Restos a Pagar.

SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO
Desembargadora Presidente

CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA
Diretor Geral

DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças

JOSÉ AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO
Coordenador de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)	2	

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	175.636.301,62	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.457.343,82	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	156.178.957,80	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,021475%	
	% DA RCL	VALOR
LRF, art. 20, incisos I, II e III - LIMITE MÁXIMO \1	0,029946%	217.783.579,86
Resol CNJ 5/2005 Ato decorrente \2:	0,029937%	217.718.126,97
Resol CNJ 26/2006 Ato decorrente \2:	0,026353%	191.653.332,00
Resol CNJ 177/2013 Ato decorrente \2:	0,026304%	191.296.977,38
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3	0,042882%	311.861.199,21

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO
Desembargadora Presidente

CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA
Diretor Geral

DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças

JOSÉ AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO
Coordenador de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ATO Nº 6, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de janeiro a dezembro/2017, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GIORGI ALAN MACHADO ARAÚJO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			R$ Mil
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	112.509.253,32	194.939,52	112.704.192,84
Pessoal Ativo	104.565.088,09	184.075,45	104.749.163,54
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.944.165,23	10.864,07	7.955.029,30
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19, da LRF) (II)	9.301.983,93	126.709,97	9.428.693,90
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	48.046,80	0,00	48.046,80
Despesas de Exercícios Anteriores	2.256.235,83	126.709,97	2.382.945,80
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.997.701,30	0,00	6.997.701,30
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	103.207.269,39	68.229,55	103.275.498,94
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			727.254.323.971,32
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (V) = (III c/ IV) * 100	0,014191%	0,000009%	0,014201%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,029751%			216.365.433,92

LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,028263%			205.547.162,23
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF	0,026776%			194.728.890,53

FONTE: Tesouro Gerencial - SGFTC/CFIN TRT 22ª Região. Dia 22/1/2018

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64; c) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pelo Ato Conjunto CSJT nº 12, de 1º de julho de 2015; d) Valor da RCL, conforme Portaria nº 54-2018-STN, publicada no DOU nº 14, Seção I, do dia 19/1/2018; e) As despesas com Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC 101/2000 (LRF); f) Despesas liquidadas com Requisição de Pequeno Valor (RPV): R$ 24.755,30.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017
RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQ. (ANTES DA INSC. DE RESTOS A PAG. NÃO PROC.) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSC. POR INSUF. FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Emp. e Não Liq. de Exerc. Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras(e)			
			De exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Recursos vinculados à Previdência Social(RPPS)	56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	41.985,37	0,00		41.985,37	0,00	0,00		
	69 - Contribuição Patronal p/ plano Seg. Soc. Servidor	5.058,48			0,00	0,00	5.058,48		
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	27 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	277.028,74	42.070,42	25.076,16	19.134,49	-17.010,22	207.757,89	207.757,89	
	50 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	14.609,46			0,00	0,00	14.609,46		
	81 - Recursos de Convênios	148.212,51	346,14	949,21	0,00	-346,14	147.263,30	143.226,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		486.894,56	42.416,56	26.025,37	61.119,86	-17.356,36	374.689,13	350.983,89	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS		9.089.498,60	337.171,65	83.107,76	5.874.031,07	32.711,99	2.762.476,13	2.762.476,13	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		9.089.498,60	337.171,65	83.107,76	5.874.031,07	32.711,99	2.762.476,13	2.762.476,13	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		9.576.393,16	379.588,21	109.133,13	5.935.150,93	15.355,63	3.137.165,26	3.113.460,02	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (1)		47.043,85	0,00	0,00	41.985,37	0,00	5.058,48	0,00	0,00

FONTE:

Nota: (1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Recursos a receber para RP (valores líquidos, incluídos em Disponibilidade Bruta): R$ 5.088.203,43.

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOALEM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017
RGF ANEXO VI - ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - Plenário Item 9.4 R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				112.704.192,84	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)				9.428.693,90	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				103.275.498,94	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100				0,014201%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO (%)	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,019608%	142.600.027,84
	Res. CNJ 5/2005	Ato decorrente	ATO SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,019602%	142.556.392,58

Res. CNJ 26/2006	Ato decorrente	ATO CONJ. TST/CSJT Nº 1/2007	0,017255%	125.487.733,60
Res. CNJ 177/2013	Ato decorrente	ATO CONJ. TST/CSJT Nº 30/2013	0,017223%	125.255.012,22
Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST/CSJT nº 12/2015			0,029751%	216.365.433,92

Giorgi Alan Machado Araújo
Desembargador Presidente

Álvaro Celso Bonfim Resende
Diretor-Geral de Administração

Maria da Conceição Sotero Costa
Coordenadora de Controle Interno em substituição

Helvídio Moreira Reis Sobrinho
Coordenador de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

PORTARIA Nº 10, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
TORNAR PÚBLICO, nos termos do inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2017.

Des. JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF-ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	192.782.226,96	14.106,95	192.796.333,91
Pessoal Ativo	167.686.594,96	14.106,95	167.700.701,91
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.095.632,00		25.095.632,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	23.763.802,76	-	23.763.802,76
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	21.627,35	-	21.627,35
Despesas de Exercícios Anteriores	4.141.460,41	-	4.141.460,41
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19.600.715,00	-	19.600.715,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	169.018.424,20	14.106,95	169.032.531,15
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			727.254.324.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,023241%	0,000002%	0,023243%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,044404%			322.930.010,03
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,042184%			306.783.509,53
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,039964%			290.637.009,03

FONTE: SIAFI, STN, COF/TRT 24ª REGIÃO - 22/jan/2018 - 16h e 07m

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (provisão), no valor de R$ 595.971,97.
3) Despesas com Precatórios da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R$ 794.024,92.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a" R$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS / IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)		DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f)=(a-(b+c+d+e))	E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas								
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	285.698,56		1.641,97			284.056,59	238.015,85	
Fonte 150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	666.235,78		1.184,90			665.050,88	2.528,90	
Fonte 181 - Recursos de Convênios	1.207.927,08		35.081,04			1.172.846,04	1.172.231,63	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.159.861,42		37.907,91			2.121.953,51	1.412.776,38	
Recursos Ordinários								
Fonte 100 - Recursos Ordinários	4.222.106,44		146.120,52	47.729,26		4.028.256,66	3.185.076,35	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULA-DOS (II)	4.222.106,44		146.120,52	47.729,26		4.028.256,66	3.185.076,35	
TOTAL (III) = (I + II)	6.381.967,86		184.028,43	47.729,26		6.150.210,17	4.597.852,73	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI - COF/TRT 24ª REGIÃO - 22/jan/2018 - 16h e 07m
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo VI R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	727.254.324.000,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	169.032.531,15	0,023243
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	322.930.010,03	0,044404
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	306.783.509,53	0,042184

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.597.852,73	6.150.210,17

FONTE: SIAFI, STN, COF/TRT 24ª REGIÃO - 22/jan/2018, 16h e 07m

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					192.796.333,91
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					23.763.802,76
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)					169.032.531,15
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					727.254.324.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,023243%
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III <informar o percetual>			0,041820%	304.137.758,30
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 <informar o percentual>	0,041808%	304.050.487,78
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 <informar o percentual>	0,036802%	267.644.136,32
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 <informar o percentual>	0,036733%	267.142.330,83
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 <informar o percentual>			0,044404%	322.930.010,03

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):
Adriano Pires de Souza
Coordenador de Orçamento e Finanças

Edmilson Muniz de Oliveira
Coordenador de Controle Interno em substituição

João de Deus Gomes de Souza
Desembargador Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 565, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as regras e procedimentos para a Interdição Ética do exercício profissional da enfermagem no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, e

CONSIDERANDO que o art. 15, inciso II da Lei Federal nº 5.905/73 estabelece que compete a cada Conselho Regional disciplinar e fiscalizar o exercício profissional de enfermagem, observadas as diretrizes gerais do Conselho Federal;

CONSIDERANDO que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem estão contemplados com o poder de polícia disposto no art. 78, da Lei 5.172/1966, limitando e disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato que ponha em risco a segurança ou a saúde pública em benefício da coletividade;

CONSIDERANDO que a legislação em vigor e especialmente o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem contemplam não apenas normas de conduta funcional dos profissionais, possibilitando aplicação punitiva aos seus infratores, mas também, princípios que ensejam a interdição da atividade profissional, resultante da perda de requisito essencial ao seu exercício;

CONSIDERANDO a Resolução que normatiza o funcionamento do Sistema de Fiscalização do Exercício Profissional de Enfermagem;

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana, constitui princípio fundamental da Constituição Federal do Brasil, art. 1º, inciso III, e visa proteger o ser humano contra tudo que lhe possa levar ao desprezo, ou atentar contra sua integridade, segurança e saúde; e

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen, em sua 492ª Reunião Ordinária, bem como todos os documentos acostados ao Processo Administrativo Cofen nº 022/2016; resolve:

Art. 1º O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem poderá, excepcionalmente, interditar o exercício dos profissionais de enfermagem.

§1º Entende-se como regime de exceção a inexistência de Enfermeiro em todo período em que ocorre a assistência de enfermagem em instituições de saúde, assim como a reiterada constatação de insegurança técnica e iminente risco à integridade física do profissional de enfermagem durante a assistência aos pacientes.

§2º Antes do início do procedimento de interdição ética, a instituição de saúde deverá ser notificada conferindo os prazos previstos na Resolução Cofen nº 374/2011 c/c com a Resolução Cofen nº 518/2016 para solucionar as infrações previstas no Parágrafo 1º deste artigo.

Art. 2º Interdição ética é definida como a suspensão do exercício profissional quando as condições em que a assistência de enfermagem é prestada colocam em risco a vida dos usuários e/ou da equipe de enfermagem, quando no local de trabalho não existirem condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem.

§1º A Interdição será definida como total quando impedir o exercício profissional da enfermagem em todos os setores de uma determinada Instituição.

§ 2º A Interdição será definida como parcial quando impedir o exercício profissional da enfermagem em um ou mais setores, não abrangendo a totalidade de uma determinada Instituição.

§ 3º A Interdição Ética tem alcance restrito ao trabalho dos enfermeiros, obstetrizes, técnicos, auxiliares e atendentes de enfermagem, e parteiras, não alcançando os demais profissionais da equipe de saúde.

Art. 3º A interdição ética deverá ser sempre precedida de sindicância, em obediência ao devido processo legal.

Parágrafo único. A interdição ética ocorrerá desde que exista prova inequívoca da inexistência de segurança para o exercício da enfermagem.

DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Art. 4º Inicia-se por meio de relatório de fiscalização, dirigido ao Presidente do Conselho, nos termos do artigo 1º e seus parágrafos 1º e 2º, desta Resolução.

Art. 5º Recebido o relatório de fiscalização, o Presidente providenciará, em até 03 (três) dias, a nomeação de Conselheiro Relator para emissão de Parecer pela instauração ou arquivamento da denúncia de interdição ética.

Art. 6º O Conselheiro Relator deverá emitir parecer fundamentado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, esclarecendo se o fato que motivará a interdição ética tem caráter excepcional, se há fundamentação de dano irreparável ou de difícil reparação caso o(s) profissional(is) continue(m) a exercer a enfermagem, pontuando, inclusive, o risco à segurança de assistência e/ou à saúde dos usuários/profissionais de enfermagem, após o que o parecer deverá ser submetido à aprovação do Plenário do Coren, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

§ 1º A deliberação do Plenário terá início após a leitura do parecer do Conselheiro Relator, que emitirá seu voto.

§2º A deliberação do Plenário sobre admissibilidade da abertura de sindicância deverá ser redigida no prazo de até 03 (três) dias, em forma de Decisão, contendo no mínimo:

I - a identificação da instituição de saúde, a especificação do setor e irregularidades que indicaram a interdição ética;

II - o número do parecer aprovado pelo Plenário;

III - a data da reunião do Plenário que deliberou sobre a admissibilidade da sindicância; e

IV - a data e as assinaturas do Presidente e do Conselheiro Relator do parecer.

Art. 7º Deliberando o Plenário pela instauração de sindicância de interdição ética, o Presidente do Conselho, no prazo de até 03 (três) dias, designará comissão sindicante, por portaria, para apuração dos fatos, autuando os documentos pertinentes em Processo Administrativo (PAD) específico, encerrando-se a fase de admissibilidade.

Parágrafo Único. Decidindo pela não admissibilidade, a denúncia de interdição ética será arquivada pelo Plenário do Conselho, remetendo cópia da decisão ao Departamento de Fiscalização para prosseguimento ao trâmite de rotina de acompanhamento do PAD de fiscalização da Instituição.

DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 8º A Comissão de Sindicância tem por finalidade apurar os fatos descritos na decisão de admissibilidade e instruir o trâmite processual, sendo presidida obrigatoriamente por um Conselheiro Regional Enfermeiro e composta minimamente por 02 (dois) profissionais de enfermagem que estejam adimplentes com suas obrigações relativas ao Conselho e que não respondam a processo ético.

§1º A critério do Presidente da Comissão poderão ser nomeados Enfermeiro Fiscal e demais membros de apoio para a operacionalização dos trabalhos.

§2º Os profissionais de enfermagem citados no caput deste artigo não poderão fazer parte do quadro de funcionários da Instituição com indicativo de interdição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 9º No prazo de até 03 (três) dias, o Presidente da Comissão de Sindicância encaminhará citação para o Representante Legal e para o Enfermeiro Responsável da Instituição, acompanhada, obrigatoriamente, da Decisão do Plenário, do Parecer do Relator e do Relatório de Fiscalização que lhe deu origem, cientificando que poderá ser apresentada defesa no prazo de até 05 (cinco) dias, em obediência ao princípio do contraditório.

§1º Decorridos os prazos da notificação e da defesa, a Comissão Sindicante deverá realizar avaliação in loco, podendo, para tal, requisitar apoio da fiscalização do Regional, e elaborar relatório em até 05 (cinco) dias, concluindo ou não pela indicação da interdição ética, retornando os autos para o Presidente do Coren.

§2º O Presidente do Regional deverá submeter o relatório da comissão sindicante a julgamento do Plenário do Coren, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

§3º Decidindo pela não Interdição, o processo será arquivado pelo Plenário do Conselho, remetendo cópia da decisão ao Departamento de Fiscalização para prosseguimento ao trâmite de rotina de acompanhamento do PAD de fiscalização da Instituição.

DO ATO DE INTERDIÇÃO

Art. 10 Decretada a Interdição Ética pelo Plenário, em até 03 (três) dias deverá ser publicada a Decisão na imprensa oficial e outros meios, e lavrado o Termo de Interdição Ética, que deverá ser exposto na Instituição em local visível, por membro do Plenário e quem mais for designado pelo Presidente para o ato, devendo ser funcionário do Regional.

§1º O Termo de Interdição Ética deverá conter o número da Decisão, a(s) inconformidade(s) e as condições para desinterdição.

§2º A interdição ética terá início quando da citação do enfermeiro responsável pelo serviço de enfermagem e/ou do representante legal da instituição, os quais se incumbirão de comunicar a todos os profissionais de enfermagem da interdição ética.

§3º A Instituição deverá garantir, pelos profissionais de enfermagem do serviço, a continuidade da assistência aos pacientes admitidos até a data da interdição, em consonância com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

DO PEDIDO DE DESINTERDIÇÃO

Art. 11 A Interdição Ética poderá ser revogada a qualquer tempo pelo Presidente do Conselho, ad referendum do Plenário do Conselho Regional, através de Pedido de Desinterdição.

§1º Quando a abrangência da interdição atingir mais de um setor/unidade da instituição, poderá ser solicitada a desinterdição ética setorial, que será efetivada pelo Ato de Desinterdição.

§2º O requerimento para desinterdição deverá ser assinado pelo enfermeiro responsável pelo serviço de enfermagem e pelo representante legal da Instituição.

§3º No requerimento, terá que constar fatos e comprovação por documentos ou arquivo de imagem, de que não perdura risco ou dano extremo irreparável ou de difícil reparação à segurança ou à saúde dos usuários/profissionais de enfermagem.

§4º Deverá ser designada a mesma Comissão de Sindicância para verificar in loco se as irregularidades foram sanadas total ou parcial.

§5º Caso tenha sido constatado que o profissional de enfermagem que requereu a desinterdição tenha falseado as informações e embaraçado a fiscalização, este deverá responder a processo ético.

Art. 12 Protocolado o Pedido de Desinterdição no Conselho Regional, o Presidente deverá de imediato determinar à Comissão de Sindicância que, em até 03 (três) dias, apure a cessação ou não da situação que tenha ocasionada a interdição ética e elabore relatório, que deverá ser encaminhado à Presidência para deliberação ad referendum do Plenário do Regional.

§ 1º Caso o Presidente delibere pela suspensão da Interdição ética deverá ser lavrado o Ato de Desinterdição total ou parcial e cientificado o enfermeiro responsável pelo serviço de enfermagem e o Representante Legal da Instituição, com cópia ao Departamento de Fiscalização para acompanhamento.

§ 2º Caso o Presidente delibere pela manutenção da Interdição Ética, por ocasião do pedido de desinterdição, deverá ser oficiada à Instituição, em até 03 (três) dias, alertando quanto à possibilidade de recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Federal de Enfermagem, no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da ciência.

§ 3º A decisão ad referendum do Presidente deverá ser submetida à homologação do Plenário do Regional.

DO RECURSO AO COFEN

Art. 13 Protocolado o recurso, o Presidente do Conselho Regional remeterá ao órgão de segunda instância para julgamento, acompanhado da cópia integral do processo, em até 03 (três) dias.

Art. 14 Recebido o processo pela Secretaria do Conselho Federal de Enfermagem, os autos serão encaminhados ao seu Presidente que, no prazo de 03 (três) dias, designará Conselheiro Relator, o qual terá o prazo de 05 (cinco) dias para emitir seu parecer.

Art. 15 Com a entrega do parecer, o Presidente do Cofen designará o dia para o julgamento, intimando as partes e notificando seus procuradores, com antecedência de 15 (quinze) dias.

Art. 16 Aberta a sessão de julgamento, o Conselheiro Relator apresentará parecer sem emissão de voto, sendo a seguir dada a palavra, sucessivamente, por 15 (quinze) minutos, ao recorrente e ao representante do Conselho Regional, após o que o Conselheiro emitirá seu voto.

Art. 17 Encerrado o julgamento, o Presidente do Cofen anunciará a decisão, a qual será lavrada na forma de acórdão, no prazo de 05 (cinco) dias, devendo conter, no que couber, os mesmos elementos do § 2º, do artigo 6º.

Art. 18 Lavrado e publicado o Acórdão, será o processo devolvido ao Conselho de origem para execução do Acórdão e respectiva divulgação da decisão.

DAS DISPOSIÇOES FINAIS

Art. 19 A qualquer tempo, poderá ser elaborado Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) entre as partes, sobrestando-se os procedimentos de interdição ética, após homologação do Plenário do Conselho Federal ou Regional de Enfermagem.

Art. 20 Os prazos previstos nesta Resolução serão contados como dias úteis e poderão, excepcionalmente, ser dilatados mediante despacho fundamentado do Presidente do Regional.

Art. 21 Os casos omissos serão solucionados pelo COFEN.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor em 60 (sessenta) dias da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.202, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Altera as Resoluções CFMV nº 856, de 2007, e 723, de 2002.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas na alínea "f" do artigo 16 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968;

considerando as discussões e deliberações ocorridas durante a 308ª Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 23 a 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º O artigo 33 da Resolução CFMV nº 856 (publicada no DOU de 1º/8/2007, S.1, p.69/71) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. O Plenário do CFMV realizará 12 Sessões Ordinárias ao ano, cujo calendário será proposto na primeira Sessão Ordinária de cada exercício".

Art. 2º O parágrafo único do artigo 2º da Resolução CFMV nº 723 (publicada no DOU de 13/11/2002, S.1, p.100) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A eleição da Comissão de Tomada de Contas será realizada, por escrutínio secreto, na 1ª Sessão Plenária Ordinária após a posse dos Conselheiros".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

NIVALDO DA SILVA
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 456, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

Espécie - O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe conferem a Lei 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o Regimento do CRA-SC aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 521, de 22 de agosto de 2017, e

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em Sessão Ordinária nº 921, realizada no dia 23 de outubro de 2017.

CONSIDERANDO, a necessidade de disciplinar a matéria que rege a concessão de Suprimento de Fundo Fixo do CRA-SC na sua Sede e nas suas Seccionais; resolve:

Art. 1° - Aprovar o Manual de Concessão e Prestação de Contas de Suprimento de Fundo Fixo: Como conceder, aplicar e prestar contas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ADM. EVANDRO FORTUNATO LINHARES
Presidente do Conselho
CRA-SC - Nº 12.323

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 457, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

Espécie - O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA - CRA-SC, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, regulamentado pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, Resolução Normativa CFA Nº 393, de 06 de dezembro de 2010, e Regimento Interno do CRA-SC;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer uma planilha de Honorários Profissionais, como piso mínimo, para o Administrador e demais profissionais vinculados ao Conselho;

CONSIDERANDO que o Honorário é livre para cada profissional dependendo de sua experiência, atividade e dos serviços prestados, devendo, no entanto, ser atendida a planilha como parâmetro para evitar-se o aviltamento entre os próprios profissionais;

CONSIDERANDO a RN CFA 487, de 30 de setembro de 2016, que versa sobre a matéria;

CONSIDERANDO o parágrafo único, do Art. 4º, da RN CRA 433, de 25 de novembro de 2016, que versa sobre a atualização anual do valor da Unidade de Referência (UR), bem como, da Hota Técnica (HT);

CONSIDERANDO ainda, a decisão do Plenário na sessão ordinária nº 924, realizada no dia 22 de janeiro de 2018. Resolve:

Art. 1º O valor da Unidade de Referência (UR), para fins do cálculo da Hora Técnica (HT) fica definido em R$ 2.946,80 (dois mil novecentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos).

Parágrafo Único - O valor da Unidade de Referência (UR) será atualizado anualmente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou pelo índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º Revoga-se o Art. 4º da Resolução Normativa CRA-SC Nº 433, de 25 de novembro de 2016.

EVANDRO FORTUNATO LINHARES
Presidente do Conselho
CRA-SC - Nº 12.323

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS

DECISÃO NORMATIVA Nº 2, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Referenda a Posse dos Conselheiros Efetivos e Suplentes do Plenário do Coren-MG, eleitos para Gestão compreendida entre 01/01/2018 a 31/12/2020 e o resultado das eleições internas para os cargos da Diretoria, Comitê Interno Permanente de Controle Interno, Delegado Regional e seu Suplente.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COREN-MG, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas nos artigos 13 e 15, inciso XIII, da Lei nº 5.905, de 12 de junho de 1973;

CONSIDERANDO a Decisão Normativa n. 95/2017 aprovada ad referendum do Plenário do Coren/MG;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 523, de 29 de setembro de 2016, que aprova o Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XIII, do art. 20; inciso I do artigo 21, no inciso XXX do artigo 23, todos do Regimento Interno do Coren-MG, aprovado pela Deliberação 89/2012, homologado pela Decisão Cofen 28/2013;

CONSIDERANDO a Decisão Cofen nº 298/2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2017, decide:

Art. 1º Referendar na 1ª Reunião Ordinária do Plenário a Posse dos Conselheiros Efetivos e Suplentes do Plenário do Coren-MG, eleitos para administrar a Autarquia no período de 01/01/2018 a 31/12/2020 e o resultado das eleições internas para os cargos da Diretoria, Comitê Interno Permanente de Controle Interno, Delegado Regional e seu Suplente.

Art. 2º - Foram eleitos e empossados como Conselheiros Efetivos os seguintes profissionais: Carla Prado Silva, Coren-MG 148967-ENF; Christiane Mendes Viana, Coren-MG 105251-ENF; Érico Barbosa Pereira, Coren-MG 307838-ENF; Fernanda Fagundes Azevedo Sindeaux, Coren-MG 283246-ENF; Gustavo Adolfo Arantes, Coren-MG 196437-ENF; Jarbas Vieira de Oliveira, Coren-MG 241485-ENF; Karina Porfirio Coelho, Coren-MG 269402-ENF; Lisandra Caixeta de Aquino, Coren-MG 118636-ENF; Lucielena Maria de Sousa Garcia Soares, Coren-MG 092132-ENF; Elânia dos Santos Pereira, Coren-MG 275213-AE; Ernandes Rodrigues Moraes, Coren-MG 631487-TE; Iranice dos Santos, Coren-MG 488959-TE; Maria Eudes Vieira, Coren-MG 151020-AE; Vanda Lúcia Martins, Coren-MG 85215R-AE e Vânia da Conceição Castro Gonçalves Ferreira, Coren-MG 78447-AE.

Art. 3º - Foram eleitos e empossados como Conselheiros Suplentes, os seguintes profissionais: Alan Almeida Rocha, Coren-MG 238175-ENF; Claudio Luis de Souza Santos, Coren-MG 257865-ENF; Elcio Aparecido da Silva, Coren-MG 204779-ENF; Gilson Donizetti dos Santos, Coren-MG 441366-ENF; Jaime Bernardes Buenos Junior, Coren-MG 176179-ENF; Kassia Juvencio, Coren-MG 203308-ENF; Luciana de Oliveira Bianchini, Coren-MG 068508-ENF; Mateus Oliveira Marcelino, Coren-MG 156218-ENF; Simone Cruz Melo, Coren-MG 268002-ENF; Elônio Stefaneli Gomes, Coren-MG 90985-TE; Enoch Dias Pereira, Coren-MG 479990-TE; Linda de Souza Leite Miranda Lima, Coren-MG 394596-TE; Maria Magaly Cândido, Coren-MG 11762-TE; Valdecir Aparecido Luiz, Coren-MG 199273-TE e Valéria Aparecida dos Santos Rodrigues, Coren-MG.

Art. 4º - Fica a Diretoria do Coren/MG constituída pelos seguintes Conselheiros eleitos: Carla Prado Silva, Coren-MG 148967-ENF, como Presidente, Lisandra Caixeta de Aquino, Coren-MG 118636-ENF como Vice-Presidente, Érico Barbosa Pereira, Coren-MG 307838-ENF, como Primeiro Secretário, Gustavo Adolfo Arantes, Coren-MG 196437-ENF, como Segundo Secretário, Vânia da Conceição Castro Gonçalves Ferreira, Coren-MG 78447-AE, como Primeira Tesoureira e Vanda Lúcia Martins, Coren-MG 85215-AE-R, como Segunda Tesoureira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º - Para o cargo de Delegada Regional e respectivo Suplente foram eleitos: Carla Prado Silva, Coren-MG 148967-ENF e Lisandra Caixeta de Aquino, Coren-MG 118636-ENF.

Art. 6º - Para o Comitê Permanente de Controle Interno foram eleitos os membros efetivos: Elânia dos Santos Pereira, Coren-MG 275213-AE, Christiane Mendes Viana, Coren-MG 105251-ENF e Jarbas Vieira de Oliveira, Coren-MG 241485-ENF.

Art. 7º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos ao dia 1° de janeiro de 2018, sendo obrigatória sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLA PRADO SILVA
Presidente do Conselho
COREN MG 148967

ÉRICO BARBOSA PEREIRA
1º Secretário
COREN MG 307838-ENF

DECISÃO NORMATIVA Nº 1, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

Altera o inciso II do Art. 1º e revoga o Art. 7°, caput, e seu parágrafo único da Decisão Normativa Coren/MG n. 94/2017, que dispõe sobre o parcelamento de débitos no âmbito do Coren-MG.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COREN-MG, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas inciso XXX, do Art. 23 do Regimento Interno do Coren/MG, aprovado pela Deliberação 89/2012, "ad referendum" do Plenário e,

CONSIDERANDO o estabelecido nos artigos 10 e 16 da Lei nº 5.905, de 12 de junho de 1973 e o §2o do art. 6°, da Lei 12.514/2011;

CONSIDERANDO o Parecer n. 001/2018 da Assessoria Legislativa do Conselho Federal de Enfermagem;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo n. 0027/2018 do Conselho Federal de Enfermagem;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo segundo do artigo primeiro da Resolução Cofen n. 534/2017. Decide:

Art. 1º - Fica suprimida a expressão "incluídos honorários" insculpida no inciso II do art. 1° da Decisão Normativa Coren/MG n. 94/2017.

Art. 2º - Revogar o artigo 7°, caput, e seu parágrafo único da Decisão Normativa Coren/MG n. 94/2017.

Art. 3º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Decisão Normativa Coren/MG n. 94/2017.

Art. 4º - Esta decisão normativa entra em vigor a partir da aprovação pelo Cofen, com efeitos retroativos à 1° de janeiro de 2018.

CARLA PRADO SILVA
Presidente do Conselho
COREN MG 148967

ÉRICO BARBOSA PEREIRA
1º Secretário
COREN MG 307838-ENF

DECISÃO NORMATIVA Nº 9, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Decide pela prorrogação da suspensão da implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho dos Empregados do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais pelo prazo de 12 (doze) meses.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais e regimentais, e

Considerando que compete ao Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (Coren-MG), observada a sua autonomia administrativa e financeira, bem como a sua competência legal nos termos da legislação aplicável, dispor sobre sua estrutura interna e seus servidores, conforme artigo 20, inciso XXII do Regimento Interno;

Considerando que compete à Diretoria propor o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores do Coren-MG e suas alterações, quando necessárias, submetendo-as à homologação do Plenário do Regional, conforme artigo 22, inciso II do Regimento Interno;

Considerando que a Avaliação de Desempenho dos Funcionários do Coren-MG está eivada de subjetividade, capaz de contaminar o processo de avaliação;

Considerando o Parecer Procuradoria Geral nº 173/2015 e 81/2016 e o Parecer ASSESP nº 17/2016.

Considerando que o tema é deveras complexo e que a atual Diretoria e Plenário assumiu a gestão do Coren/MG no dia 01.01.2018, sem qualquer transição sobre o assunto. Resolve:

Art. 1º - Prorrogar a suspensão da implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho dos Empregados do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais pelo prazo de 12 (doze) meses.

Art. 2º - Esta norma entrará em vigor na data de sua publicação.

CARLA PRADO SILVA
Presidente do Conselho
COREN MG 148967

ÉRICO BARBOSA PEREIRA
1º Secretário
COREN MG 307838-ENF

DECISÃO NORMATIVA Nº 94, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o parcelamento de débitos no âmbito do Coren-MG.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos III, X e XIV do artigo 15 e artigo 20 da Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO o disposto na RESOLUÇÃO COFEN Nº 0533/2017, que "Institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS Enfermagem - 2017 no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, destinado à regularização dos débitos dos profissionais de enfermagem e dá outras providências"

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar condições de manutenção da regularidade das inscrições e o pleno exercício da enfermagem pelos profissionais da categoria após o encerramento do plano REFIS do Cofen;

CONSIDERANDO a necessidade de se efetivar a arrecadação fiscal, caracterizada pela contribuição compulsória, determinada por lei, com natureza tributária e que constitui, nos termos dos arts. 10 e 16 da Lei 5.905/73 a receita preponderante dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 11 da Lei Complementar nº 101/00, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 171 e 172 do Código Tributário Nacional, que possibilita a celebração de transação com os devedores da entidade;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 30 da Resolução Cofen n° 435/2012;

CONSIDERANDO a deliberação dos Senhores Conselheiros em sua 36ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de dezembro de 2017. Resolve:

Art. 1º Aqueles que encontrarem em débito com o Coren-MG poderão parcelar o valor total de sua dívida consolidada, a partir de 1° de janeiro de 2018, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, excluídas as anuidades do ano em vigência, de acordo com os seguintes requisitos:

I. A pessoa física e jurídica inscrita no Coren-MG deverá estar regular com a anuidade do ano vigente.

II. No parcelamento administrativo deverão ser considerados a totalidade dos débitos do inscrito constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, protestados ou não, mesmo que discutidos judicialmente, incluídos honorários e custas e despesas judiciais, se existirem, ressalvados, exclusivamente, os débitos incluídos em parcelamentos regidos por programas de Refinanciamento instituídos pelo COFEN.

III. Em se tratando de créditos protestados o débito somente poderá ser negociado após a efetivação do protesto, podendo:

a) ser pago integralmente em parcela única; ou,

b) parcelado juntamente com os demais débitos existentes em conformidade com a presente norma.

§1º. O parcelamento poderá ser formalizado por todos os meios lícitos e por meio do Portal do Inscrito no site do Coren-MG, mediante o uso de "login" e senha.

§2º. A adesão ao parcelamento será efetivada mediante assinatura do termo de parcelamento ou com o recolhimento da primeira parcela.

§ 3º O não pagamento da primeira parcela do acordo na data de vencimento acordada importará no cancelamento do acordo, no prazo de 10 (dez) dias contados do vencimento do boleto, independente de prévia notificação do inscrito, exceto nos casos de termo de parcelamento efetivados por meio de acordo escrito.

§ 4º Entende-se como regular o débito objeto de parcelamento que se encontre vigente e cujos pagamento das parcelas se encontrem em dia.

Art. 2º A opção pelo parcelamento sujeita o profissional de Enfermagem a:

I. confissão irrevogável e irretratável dos débitos;

II. renúncia expressa ao direito de ação sobre as anuidades objeto do acordo, inclusive desistência de ações judiciais eventualmente ajuizadas e lides administrativas, assim como o direito à eventual de repetição do indébito tributário;

III. aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

IV. atualização anual do cadastro junto ao Conselho Regional.

Art. 3º O valor total da dívida consolidada do inscrito que optar pelo parcelamento terá por base o valor apurado no mês em que ocorrer o pagamento à vista ou se der a opção pelo parcelamento, compreendendo o valor principal, multa e demais acréscimos, podendo ser dividida em até 12 (doze) parcelas mensais e iguais com os acréscimos legais, em valor igual ou superior a R$50,00 (cinquenta reais) e R$100,00 (cem reais) para pessoa jurídica, excluídas as anuidades do ano vigente.

§ 1º O pagamento do valor correspondente à primeira parcela, após pactuado o acordo, poderá ser realizado até o último dia útil do mês subsequente ao pedido de parcelamento.

§ 2º Somente após o pagamento da primeira parcela ou assinatura do termo de confissão de dívida será aperfeiçoado o acordo de parcelamento e realizado o pedido de suspensão da Execução Fiscal ou encaminhada a autorização do levantamento do protesto, se houver.

§ 3° O pagamento antecipado de parcelas não implica na redução de valores.

§ 4º Após o vencimento, incidirá sobre o valor da parcela, multa de 2%, além dos juros de mora na base de 0,03% ao dia.

§ 5º Os bens eventualmente penhorados nas ações judiciais em curso, cuja restrição foi efetivada antes do pedido de parcelamento, permanecerão como garantia do juízo e serão liberados somente após o pagamento de todos os débitos judiciais.

§ 6º Os débitos em cobrança judicial poderão ser negociados pela Procuradoria sempre que houver posição jurisprudencial dominante definindo valor ou critérios de atualização, multa ou juros distintos dos adotados pelo Coren-MG, quando deverão ser informados os documentos pertinentes no sistema do Coren-MG para composição dos relatórios.

§ 8º Aperfeiçoado o acordo, o não pagamento de 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, bem como o vencimento, sem pagamento, de uma parcela por mais de 90 (noventa) dias, rescindirá o acordo e ensejará o vencimento antecipado do saldo remanescente do débito, com os acréscimos legais, podendo o mesmo ser inscrito na dívida ativa da Autarquia para cobrança administrativa, judicial ou retomada a Execução Fiscal.

§ 9º Na hipótese de rescisão do parcelamento, será efetuada a apuração do valor original do débito restabelecendo-se os acréscimos legais na forma da legislação aplicável a época da ocorrência dos respectivos fatos geradores até a data da rescisão.

§ 10. Serão deduzidas do valor da alínea anterior as parcelas pagas com os acréscimos legais até a data da rescisão.

§ 11. Será considerada inadimplida a parcela parcialmente quitada.

Art. 4º O parcelamento dos ativos financeiros do Coren-MG, ajuizados ou não, serão realizados pela Ufin - Unidade Financeira, pela Uirc - Unidade Inscrição Registro e Cadastro e pelas Subseções.

Parágrafo único. A Proger - Procuradoria Geral poderá proceder ao parcelamento dos ativos financeiros ajuizados ou não nos processos judiciais, bem como nas conciliações prévias, utilizando-se dos parâmetros previstos na presente Decisão Normativa.

Art. 5° As despesas correspondentes às taxas de solicitação de serviços não poderão ser objeto de parcelamento.

Art. 6° A certidão positiva com efeito de negativa, emitida durante a vigência do parcelamento, deverá conter prazo de validade até o vencimento da próxima parcela.

Art. 7° Os honorários advocatícios serão pagos integralmente na última parcela, através de guia de pagamento específica e depositados em conta bancária específica.

Parágrafo Único: A forma de recolhimento prevista no caput deste artigo, através de guia especifica, será implementada após adequação do sistema integrado de gestão.

Art. 8° Esta Decisão Normativa entra em vigor após sua publicação e homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem, revogando-se as disposições em contrário.

MARCOS RUBIO
Presidente do Conselho
COREN MG 56684

KACIANE KRAUSS BRUNO OLIVEIRA LOURENÇO
1ª Secretária
COREN MG 100045

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DA PARAÍBA

DECISÃO Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Disciplina e regulamenta a expedição de certidão através do sitio eletrônico de regularidade profissional para os inscritos do CRO/PB.

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia da Paraíba, usando de sua competência e de suas atribuições regimentais "ad referendum" do plenário.

Considerando a prerrogativa legal encartada no 89º, § 2, e em face da necessidade de atualização e celeridade dos procedimentos e serviços oferecidos pelo CRO/PB a seus inscritos, promove disciplinamento e regulamentação em vistas da expedição através do sitio eletrônico da Autarquia de Certidão de Regularidade Profissional. Resolve:

Art. 1° Instituir a possibilidade da expedição e obtenção pelo profissional inscrito de Certidão de Regularidade Profissional de forma eletrônica a ser obtida através do sitio eletrônico www.cropb.com.br.

§ 1º - A Certidão de Regularidade Profissional possuirá as espécies de tom informativo sobre a regularidade de inscrição e da regularidade financeira.

§ 2º - A Certidão de Regularidade Profissional poderá ser expedida e obtida a todos os inscritos seja pessoa física ou jurídica, desde que estejam quites ou com o parcelamento regular no CRO/PB.

§ 3º - A Certidão de Regularidade Profissional será isenta de quaisquer custos ao inscrito interessado em obtê-la.

§ 4º - A emissão da Certidão de Regularidade Profissional de forma eletrônica não exime a possibilidade de obtê-la presencialmente junto ao CRO/PB, desde que observado os procedimentos ínsitos a sua obtenção.

Art. 2° A Certidão de Regularidade Profissional possuirá todos os efeitos, gozando de fé pública, devendo obrigatoriamente ser aceita como documento idôneo e para os fins a que se destina, desde que observada às verificações de autenticidade em sua elaboração.

Art. 3° Fica estabelecido que será de inteira responsabilidade do inscrito a solicitação com o manuseio e o devido preenchimento, conforme o mesmo estabelecer, no sitio eletrônico do CRO/PB em vistas da obtenção da Certidão de Regularidade Profissional de forma eletrônica, sendo esta uma ferramenta facultativa disponibilizada pelo CRO/PB aos inscritos.

§ Parágrafo único- É dispensada a presença física do inscrito para obtenção da Certidão de Regularidade Profissional de forma eletrônica.

Art. 4° A Certidão de Regularidade Profissional terá validade de 60 dias a contar da data de sua emissão.

Art. 5° A presente Decisão entra em vigor a partir de 09 de Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6° Dê-se Ciência.

LEONARDO MARCONI CAVALCANTI DE OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018012900182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.